

ANAIIS

VII SEMINÁRIO DISCENTE DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
2018

RESISTÊNCIAS PLURAIS EM TEMPOS DE CRISES

Resumos Expandidos

Porto Alegre
2019

ANAIS DO VII SEMINÁRIO DISCENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S471 Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (7. : 2018 nov. 05-08 : Porto
Alegre, RS).

Anais do VII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018: resistências
plurais em tempos de crise [recurso eletrônico] / Organizadores, Paulo André
Niederle ... [et al.]. — Dados eletrônicos. — Porto Alegre: Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas - UFRGS, 2019.

305 p.

Requisitos do sistema: Adobe Reader.

Modo de acesso: World Wide Web

Contém resumos expandidos.

ISBN on-line: 978-85-66094-69-5

1. Ciências Sociais. 2. Sociedade. 3. Sociologia - Brasil. I. Niederle, Paulo
André.

CDD 300

Catálogo na publicação: Poliana Sanchez de Araujo – CRB 10/2094



Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Comissão Organizadora

Prof. Dr. Paulo André Niederle

Alejandro Rafael Maldonado Fermin

Ana Paula Neves Lopes

Andressa das Neves Teixeira

Claudio Dantas Monteiro

Harlon Romariz Rabelo Santos

Luciana Costa Brandão

Luiz Henrique Apollo da Silva

Mariana Motta Vivian

Comissão Científica

Prof.^a. Dr.^a. Camila Penna

Prof.^a. Dr.^a. Cinara Rosenfield

Prof. Dr. Daniel Mocelin

Me. Diogo Schimidt

Prof. Dr. Enio Passiani

Me. Gabrielle Araújo

Me. Julio Souto

Prof.^a. Dr.^a. Luciana Mello

Me. Marciele Vasconcellos

Me. María Carolina Rodrigues

Prof.^a. Dr.^a. Marília Luz David

Prof. Dr. Maycon Schubert

Me. Paola Stuker

Prof.^a. Dr.^a. Rochele Fellini Fachinetto

Me. Suelen Aires Gonçalves

Prof.^a. Dr.^a. Vanessa Marx

Me. Wagner Lemes

Apoio operacional

Regiane Accorsi

Marcelo Scarparo

APRESENTAÇÃO

O ano de 2018 esteve pautado por um conjunto de acontecimentos que trouxeram mudanças às nossas sociedades – dependendo do contexto e dos critérios usados para avaliá-las, podem considerar-se positivas ou negativas. Para além da obviedade que, de fato, está por trás dessa frase, a identificação dessas transformações – suas características, gradações, impactos, efeitos ou consequências, bem como as *resistências* que se articulam ao seu redor – é um trabalho árduo, que requer não apenas valentia intelectual, mas rigor e compromisso acadêmico. Nesse sentido, o VII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi o cenário para compartilhar e debater essas transformações e *resistências plurais em tempos de crises*.

Estes Anais que aqui disponibilizamos são uma síntese desses debates, que aconteceram durante os dias 5 e 8 de novembro de 2018, nos quais 203 participantes – apresentadores, debatedores, palestrantes e assistentes – se deram à tarefa de pautar temas e problemáticas; isto é, construíram uma agenda de ação acadêmica que pretende compreender e incidir sobre esses acontecimentos que estão introduzindo mudanças societárias. Daí que a organização e tematização das *resistências* ocupasse um lugar central do seminário, como se viu nas palestras, mesas redondas, rodas de conversa e grupos de trabalho.

Foram precisamente esses Grupos de Trabalhos os espaços mais ricos para analisar as transformações sociais e as resistências, as crises e os desafios que nos embaraçam, as repercussões e sequelas que estão se fazendo cada dia mais visíveis, mas também as brechas, oportunidades e otimismo que ainda existem. Destarte, essas discussões foram organizadas em torno das linhas de pesquisa do PPGS que resultaram na conformação de sete Grupos de Trabalho: 1) Minorias sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência; 2) Sociedade e conhecimento; 3) Sociedade e economia; 4) Sociedade, participação social e políticas públicas; 5) Sociedade, ruralidade e ambiente; 6) Trabalho e sociedade; e, 7) Violência, conflitualidade, direito e cidadania.

Durante três dias, nesses Grupos de Trabalho foram apresentados mais de 70 trabalhos, que trouxeram aproximações diversas e resultados instigadores que fazem parte de pesquisas recentes que nos habilitam a leituras mais acuradas e agudas destes tempos de crise e resistências. Leituras e debates que tiveram outras características salientes como a pluralidade teórica e multidisciplinariedade. Assim, para além das abordagens mais tipicamente sociológicas, encontrarão aqui outras que apresentam aproximações históricas, da ciência

política, antropológicas, do direito, econômicas; o que sem dúvidas contribuiu à qualificação dos debates.

A organização destes anais segue à das linhas de pesquisa do PPGS, na medida em que elas operam como pontos de articulação das discussões tanto pelas temáticas que aglutinam quanto pelas semelhanças nas perspectivas teóricas e metodológicas. Como observarão no sumário, os trabalhos que compõem cada GT se enquadram nessas diretrizes, o que facilita acompanhar a transversalidade dos debates após a leitura de cada um deles. Ao mesmo tempo, é possível a leitura avulsa de algum deles, pois também contribuem ao marco de referência maior que dá o GT. Nesse sentido, a seleção dos trabalhos foi uma tarefa difícil para as coordenações e comissões científicas de cada GT, mas que acreditamos ter acolhido bons resultados – como poderão conferi-lo nas páginas seguintes. No entanto, vale lembrar que os trabalhos aqui publicados não expressam a opinião nem das Comissões Organizadora e Científica do evento, nem do PPGS, cabendo a cada autor a responsabilidade pelo conteúdo, fidedignidade e rigorosidade intelectual do seu trabalho.

Por fim, aproveitamos para expressar nossa gratidão a todas as pessoas que colaboraram na realização dessa edição do Seminário Discente, especialmente à Coordenação e à Secretaria do PPG em Sociologia. Assim como destes Anais, às equipes do Sistema de Bibliotecas UFRGS e do repositório digital LUME UFRGS têm destaque especial.

Boa leitura!

Comissão Organizadora

SUMÁRIO

SOCIEDADE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Como funcionam as leis de incentivo fiscal	09
Para além da análise neoinstitucional das indicações dos partidos para compor as comissões no Congresso Nacional	14
Militância e gestão: uma experiência desde o “Instituto Nacional de Jubilados y Pensionados” (INSSP) em Cidade Autônoma do Buenos Aires	21
“Cuidando da casa”: a ocupação Mirabal e a desobediência civil feminista	25
Educação popular e Estado: abordagens em teses de doutorado nos anos 2000	29
Construindo referências para políticas públicas em contextos de crise no Brasil: uma análise de trajetórias	33
Economia Solidária, e agora? A (re)configuração da Rede de Economia Solidária frente ao arrefecimento das políticas institucionais	38
Fronteiras geográficas, fronteiras imaginárias: uma proposta de análise da construção de uma agenda de políticas públicas para o espaço fronteiriço	44
A construção de uma perspectiva subjetiva no estudo da ação político-militante	50
Movimento feminista, eleições e partidos políticos: análise de dez organizações partidárias no Rio Grande do Sul	55
A Associação das Paineiras de Goiabeiras (APG): elementos para compreender o capital social e a cultura política	62
Problemas públicos como instituições: notas para uma reflexão teórica	66
As mudanças da política de saúde mental do Brasil: comunidades terapêuticas como instituições totais	68
A “nova” cara do conservadorismo do Brasil: contextos, facetas e dinâmica de adaptação da nova geração conservadora	72

MINORIAS SOCIAIS: ESTIGMATIZAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO, DESIGUALDADES E RESISTÊNCIA

Alimentação e situação de rua: a resistência face à violação de direitos	76
A luta pelo reconhecimento de estudantes haitianos na UFSM	81
Os dilemas da racialização e a disputa da categoria pardo nos processos de efetivação das políticas de ações afirmativas nas universidades federais	85
Uma vida em busca de sentidos de justiça: a trajetória da quilombola Catarina Flores	90
O normal na questão de gênero no Brasil	95

Discursos e subjetividades: percepções das pessoas com doença falciforme sobre seu atendimento de saúde	99
Mulheres, guerra e revolução: o movimento de mulheres no Curdistão	101
Constelações íntimas: o afeto como resistência não-monogâmica	107
Estado contra demarcação: retomadas e outras (r) existências no Rio Grande do Sul ...	112
“Não me jogue pedras”: sobre ser drag tupiniqueen em Santa Maria, sul do Brasil	119
Qual a cor da representação política? As candidaturas negras e pardas nos pleitos de 2014 e 2016	124

VIOLÊNCIA, CONFLITUALIDADE, DIREITO E CIDADANIA

Os conflitos fatais entre coletivos criminais na cidade de Porto Alegre: uma proposta de modelo teórico	130
Do match ao date: as tensões entre o medo do crime e o desejo em mulheres que estão em busca de homens por meio do aplicativo Tinder em Santa Maria-RS	135
Contribuição da gentrificação urbana para a mortalidade da juventude periférica na cidade de Porto Alegre-RS	140
Satisfação no ambiente de trabalho: um estudo com os policiais militares da 3ª Cia Sapé-PB	145
O uso de algoritmos complexos no sistema de justiça criminal dos EUA	150
Trouxinhas e pedrinhas: o embate entre os artigos 28 e 33 da Lei 11.343, a nova lei de drogas, no Rio Grande do Sul	153
Representações do crime violento na mídia <i>on-line</i> e nos comentários	158
As representações sociais da violência letal contra a mulher: uma análise da classificação de um homicídio como feminicídio	164

SOCIEDADE E CONHECIMENTO

Fotografia sociológica: retratos do catolicismo popular em Portugal e no sul do Brasil	171
Decolonialidade e futebol: a colonialidade interna	180
Política de representatividade: uma leitura a partir do “Museu de percurso do negro em POA”	186
A sociologia ambiental e seu espaço político-epistemológico na Pós-Graduação multidisciplinar Ciências Ambientais	190
Metáforas biológicas em meios digitais: uma abordagem ecossistêmica a partir de canais do <i>Youtube</i>	195
Desigualdade social e escolas públicas brasileiras: um desafio contemporâneo no contexto da gestão escolar	202
A importância da memória como antídoto contra a barbárie	207

SOCIEDADE, RURALIDADE E AMBIENTE

Questão agrária, neoextrativismo mineral e o teatro da Hydro-Alunorte na Amazônia Paraense	212
“Desenvolvimento pra quem?”: as consequências da construção da Hidrelétrica Santo Antônio no distrito ribeirinho de São Carlos do Jamari-RO	221
Aspectos sobre a mineração em Minas Gerais: pobreza e <i>Royalites</i>	225
A internet no rural brasileiro: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2017	232
Estamos diante de um bicho de sete cabeças? Reflexões acerca do antropoceno	245
A metáfora do metabolismo: dos corpos saudáveis às cidades sustentáveis	251

TRABALHO E SOCIEDADE

Relações de trabalho de jornalistas autônomos	257
Entre autogestão de si e manejo dos riscos: as estratégias dos profissionais-parceiros na negociação da relação de parceria com os salões-parceiros em busca de segurança social e realização pessoal	262
A disputa identitária dos trabalhadores metalúrgicos	268
“Nem chefe, nem escritório”: o controle sobre o trabalho de motoristas por aplicativo	272
A dinâmica do desrespeito e da resistência nas lutas das associações de advogados trabalhistas do Rio Grande do Sul frente à Reforma Trabalhista de 2017	276
Entre modelos de justiça e crenças: uma análise das centrais sindicais atuantes no trâmite da Reforma Trabalhista na esfera legislativa brasileira	280

ECONOMIA E SOCIEDADE

Mapeamento de patentes: uma análise do potencial presente nas universidades da Aliança para inovação	288
Vampirismo do capital e endividamento: delineamentos para uma concepção de exploração do trabalho sob hegemonia do capital financeiro	294
De volta ao local: agentes e instituições econômicas na agenda tecnopole em Porto Alegre	299

TRABALHOS DESTAQUE	305
---------------------------------	-----

GRUPO DE TRABALHO

SOCIEDADE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMO FUNCIONAM AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL

Adriana Donato dos Reis¹

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre a lei de incentivo fiscal no Brasil. Nos últimos 10 anos, a Lei Rouanet tem gerado polêmica em torno de uma discussão dicotômica entre o público e o privado. Inicialmente o texto faz uma apresentação sobre o funcionamento da Lei Rouanet e o investimento financeiro por parte do governo. No segundo momento discorre sobre a influência da Lei na economia da cultura e no setor econômico, trazendo alguns dados estatísticos sobre o crescimento dessa área cultural no Brasil. Por fim, faz uma análise sobre a dicotomia da parceria público/privado e a importância desse modelo de política.

Palavras-chave: Lei Rouanet. Políticas Culturais. Políticas Públicas.

Introdução

Existe uma discussão controversa em relação à Lei de Incentivo à Cultura. De um lado, questiona-se que o governo tem dado pouca atenção às atividades culturais. De outro, contesta-se a Lei Rouanet através de pedido de revogação. Em setembro de 2017, foi encaminhada ao Senado a SUG 49/2017, solicitando a revogação da Lei 8313/1991 (Lei Rouanet), na descrição do documento consta: “Por meio da Lei Rouanet, R\$ 11,1 bilhões (entre 2005 e 2015) foram destinados para projetos escolhidos pelo governo quando deveriam estar no bolso dos trabalhadores”, percebe-se que há uma interpretação confusa sobre o assunto. Quem patrocina os projetos culturais através do mecenato, são empresas ou até mesmo pessoas físicas, que destinam uma pequena parte da arrecadação do seu imposto de renda – 4% (PJ) e 6% (PF) – para ações culturais. Ainda que seja dinheiro público, de todo modo, é um direito da empresa, ou da pessoa física, a decisão de onde irá investir parte do seu imposto. Podemos dizer que é um investimento. É preocupante pensar que algumas pessoas queiram acabar com as leis de incentivo. A realização de um evento cultural traz muitos benefícios, não somente para os artistas, mas para toda a sociedade. Tal atitude como essa, vai de encontro às diretrizes do Plano

¹ adriarte@gmail.com

Nacional de Cultura, que cumpre com Sistema Nacional de Cultura prevista na Constituição Federal Brasileira de 1998. Por esse motivo, acreditamos que as Leis de Incentivo, apenas não só não deveriam acabar como o governo deveria comprometer-se com um maior apoio através do aumento dos recursos diretos para a cultura e do valor do incentivo fiscal por parte das empresas.

Lei de Incentivo à Cultura

As leis de incentivo à cultura são um mecanismo de incentivos fiscais que servem como forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural. Como exemplo de importantes ações, temos a Feira do Livro de Porto Alegre, Bienal do Mercosul, Fundação Iberê Camargo, Fundação Theatro São Pedro, Multipalco, Orquestra da Ospa, Casa de Cultura Mário Quintana, e toda uma gama de eventos populares que são realizados em parques públicos, abertos gratuitamente à população.

Na prática, o primeiro passo é a elaboração e o encaminhamento do projeto para órgão competente, conforme a Lei. Ministério da Cultura (Lei Federal - Rouanet), Secretária Estadual de Cultura (Lei Estadual) ou Secretária Municipal de Cultura (Lei Municipal). O projeto passa por uma rigorosa análise burocrática para obter aprovação. Após a aprovação, o proponente do projeto (a instituição cultural ou o artista), vai à procura de patrocínio da iniciativa privada. A empresa deposita o valor na conta do projeto, após, poderá obter a dedução de 30% a 100% do valor depositado, no imposto. Por fim, após a realização do evento o projeto presta contas e passa por mais uma rigorosa análise, sob pena de devolução do dinheiro por qualquer irregularidade.

Atualmente se discute as reformulações na política cultural, em especial na Lei Rouanet. Sobre isso, o atual ministro, Sergio Sá Leitão, em seu discurso de posse em julho de 2017, comprometeu-se em trabalhar pelo fortalecimento de algumas das políticas criadas pelo ex-ministro Gilberto Gil, junto à elaboração de novo Plano Nacional de Cultura, dando continuidade ao Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura e à revisão da Lei Rouanet. No dia 21 de maio deste ano, em um encontro no Theatro São Pedro, Sá Leitão, ressaltou que a cultura responde por 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do País e que o mecanismo de mecenato representa apenas 0,66% da renúncia fiscal praticada no âmbito da federação. Enfatizou que esse investimento retorna ao Estado, na forma de impostos, bem mais do que o Estado aporta nele por meio de incentivos.

É importante esclarecer que o incentivo fiscal é uma política definida para impulsionar o desenvolvimento nos mais diversos setores: agropecuária, cultura, educação, indústria, saúde, turismo etc., visando a fomentar ou solucionar problemas, estimulando o crescimento.

A influência da Lei na economia

Os grandes eventos, principalmente, são os que mais trazem benefícios sociais e econômicos para a cidade. A realização de uma atividade cultural movimenta e impacta a economia com geração de emprego e renda, desde sua pré-produção até o encerramento do projeto. O evento, durante o período em que ocorre, movimenta a economia local, desde o transporte, restaurantes, hotéis, o comércio de seu entorno além dos prestadores de serviços.

No último balanço da Lei Roaunet, apresentado pelo Ministro Sérgio Sá Leitão. Em 2017 foram garantidos através do benefício fiscal, R\$ 1,156 bilhão, valor superior aos R\$ 1,149 bilhão em 2016. Neste ano, as atividades criativas responderam por 2,64% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, estando entre os dez maiores setores econômicos do país. O setor gera cerca de um milhão de empregos diretos e paga R\$ 10,5 milhões de impostos por ano. Houve um crescimento médio das atividades criativas de 4,6% ao ano – mais do que o dobro da previsão de crescimento da economia brasileira. O setor deve chegar a US\$ 43,7 bilhões no país em 2021, segundo a consultoria PriceWaterhouseCoopers (MinC, 2018).

Pesquisadores e economistas consideram que as atividades culturais ainda trazem outros benefícios que geralmente não são levados em conta, gerando impactos positivos para a sociedade, que não entram no cálculo econômico-contábil e que não são computados pelo Estado.

Dicotomia público/privado

Para falarmos sobre lei de incentivo fiscal, é importante refletir sobre a discussão da dicotomia entre o público e o privado, considerando que a cada momento histórico, existe uma distância menor ou maior entre o público e o privado. Na antiguidade Grega, por exemplo, o público era onde se tinha maior liberdade e vida política, e o ser político, o viver em uma polis, significava que tudo era decidido mediante palavras, através da arte de falar bem e persuadir, e não através da força ou da violência. Na Idade Média, essa diferença entre o público

e o privado, desaparecem, com a invasão dos bárbaros e o estabelecimento do feudalismo. Entre os séculos XVII e XVIII, talvez tenha se esquecido da concepção original grega de “política” que partia do pressuposto de um modelo de governo ideal, capaz de exercer corretamente suas funções públicas, e nesse período surge uma nova dicotomia entre o público e o privado. Já hoje, podemos dizer que essa distinção entre o público e o privado, já não condiz mais com nossa realidade, com o contexto social em que vivemos.

Na arte, a discussão sobre o público, torna-se relevante a partir dos anos 1960. Atualmente existe um debate em torno do modelo de investimento na cultura através da parceria público privado. Esse formato de política cultural se difundiu entre os países da Europa e os países da América do Norte, no final dos anos 1950 e 1960, é o modelo de administração indireta, quando o Estado fomenta a promoção cultural através de incentivos fiscais oferecidos ao setor privado. Nesse caso, o Estado abre mão de uma parte dos impostos e transfere a decisão sobre o patrocínio para as empresas. Hoje, observamos esse entrelaçamento público/privado, uma perspectiva de apropriação de uma esfera pela outra, e essa distinção já não cabe nesse debate na pós-modernidade.

Conclusão

As leis de incentivo à cultura, embora sejam responsáveis por boa parte das ações e instituições culturais no Brasil, não dão conta de subsidiar todo o custo desse evento. Em seu orçamento, além dos custos para as atividades artísticas, também está incluída toda infraestrutura: taxas para liberação do espaço, energia elétrica, seguro, PPCI, empresa de segurança e de limpeza, plano de impacto ambiental, banheiros químicos, plano de acessibilidade, rampas, locação de cadeiras de rodas etc.

Acabar com as leis de incentivo seria a mesma coisa que concordar em fechar as instituições culturais e os museus, acabar com os eventos musicais, teatrais, enfim, com as ações culturais no Brasil. E, ainda, seria negar trabalho, renda, desenvolvimento social e econômico, bem como, lucro para o Estado, uma vez que os eventos também geram impostos.

É admissível que uma parte da sociedade considere que investir em cultura seja menos importante do que investir em outras áreas, mas o que extrapola o bom senso e a lógica é a formulação de um projeto de lei que pretenda invalidar a principal fonte de fomento à cultura do país baseado em argumentos tão frágeis. O investimento na cultura deveria estar no ápice

das atribuições do Estado, junto a outras necessidades como saúde, educação e segurança pois, além de movimentarem a economia, as atividades culturais geram impactos sociais positivos.

REFERÊNCIAS

SUG 49/2017. [Site]. Brasília, [20--]. Disponível em: <www.legis.senado.leg.br>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991. **Diário Oficial da União** Brasília, DF, Seção 1, p. 30261. 24 dez. 1991.

_____. Ministério da Cultura. [Site]. Brasília, [20--]. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2018.

DONATO, Adriana. **Políticas culturais: expressão de comunicação através do patrocínio cultural**. Porto Alegre – PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2017.

PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2011.

PARA ALÉM DA ANÁLISE NEOINSTITUCIONALISTA DAS INDICAÇÕES DOS PARTIDOS PARA COMPOR AS COMISSÕES NO CONGRESSO NACIONAL

Alison Ribeiro Centeno²

Diversos estudos atestam o valor de capital e trajetória social importantes, posição sócio ocupacional relevante (desde capital familiar, até diplomação e profissão) e especialmente – carreiras políticas sólidas – como antecedentes do sucesso de políticos que alcançam mandatos eletivos (COSTA; CODATO, 2012; MIGUEL, 2003) de grande projeção. No que se refere ao Congresso Nacional, tanto a Câmara dos Deputados (PERISSINOTO; VEIGA, 2014) quanto o Senado Federal (NEIVA; IZUMI, 2014) foram objetos de inúmeros estudos que objetivam estruturar o ‘mosaico’ do recrutamento político dos partidos no Brasil.

Os estudos sobre as comissões do Legislativo brasileiro se dão em sua maior parte com base na literatura estadunidense (PEREIRA; MULLER, 2000; MÜLLER, 2005, 2011), e reforçando estudos que analisam a interação política entre Executivo e Legislativo, seguindo a linha de análises como de Figueiredo e Limongi (1999), e Neiva (2011). Esse é o caso da pesquisa de Pereira e Muller (2000, p. 48), onde a “preponderância do poder Executivo” se mostra no tipo de matérias analisadas pelo Congresso entre 1995 e 1998, sobretudo tratando de economia e oriundas da Presidência da República, que ao dispor da prerrogativa de pedido de urgência em projetos a serem apreciados no Congresso, consegue dar as diretrizes da pauta de votações (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; PEREIRA; MULLER, 2000).

Entre análises das indicações dos partidos para as comissões, para além do debate do rol de estudos preponderantes oriundos do parlamento dos Estados Unidos (onde as comissões exercem um papel muitas vezes mais forte que o plenário na atividade legislativa), buscando os aplicar ao caso brasileiro, figuram principalmente averiguações sobre as comissões da Câmara dos Deputados (MÜLLER, 2005, 2011; PEREIRA; MULLER, 2000). Essa base neoinstitucionalista produz, segundo Müller (2011) três correntes de análise que preponderam nos estudos citados: distributivista (onde os parlamentares escolhem as comissões de acordo com seus atributos e sua visão de maior ganho político pela participação), informacional (onde a especialização dos políticos nas comissões leva a um ganho de *expertise*, num benefício mútuo

² alison.centeno@acad.pucrs.br

a este e ao partido em manter sua indicação no colegiado) e partidária (cabendo aos partidos e principalmente aos líderes o controle das indicações às comissões).

Observa-se que a incapacidade impositiva das comissões de delinear a formulação de políticas públicas, decorrente da supremacia do Executivo, leva a escritas (PEREIRA; MULLER, 2000; MÜLLER, 2011) que as diminuem a órgãos de chancela das propostas da Presidência da República. Tais trabalhos pecam ao visar a constituição das comissões como meros colegiados controlados pelos líderes partidários que põem e sacam parlamentares das comissões (MÜLLER, 2011, p. 133) para que esses votem de acordo com a vontade do Planalto ou da oposição. Ocorre que por trás das votações existem as constantes negociações mediadas pelos líderes (DUTRA, 2017), que mesmo nas matérias oriundas do Executivo, intermedeiam as diretrizes deste poder e as posições dos congressistas em relação as propostas a serem votadas, criando consenso necessário para garantia da aprovação dos projetos. Se de fato o ocupante do Planalto é o mais influente *player* na agenda legislativa, a ponto de que partidos atuam no Congresso de acordo com a distribuição de emendas e indicações para cargos executivos (ZUCCO JR, 2009), as comissões podem ser observadas não como ‘figurantes’ da agenda legislativa do Executivo, mas *locus* da construção do programa que desemboca no Plenário e posteriormente na sanção da matéria pelo Presidente da República.

Porém, não apenas de projetos do Executivo deliberam as comissões, como também os líderes não possuem poderes absolutos sobre as bancadas (havendo inclusive o risco de deposição da liderança a qualquer momento da legislatura, pois esses são escolhidos por maioria simples em reuniões a portas fechadas, com um processo meramente burocrático³): “O mais provável é que os líderes procurem, ao máximo, atender às demandas de sua bancada, buscando combinar suas vontades com suas características e qualificações” (ARAÚJO, 2014, p. 13).

Os trabalhos apresentados nessa breve recapitulação focam (e derivam de outros de semelhante natureza) nos aspectos interinstitucionais e na construção legislativa, deixando em segundo plano as características das legendas e a mediação de forças pelo controle de postos institucionais. Assume-se assim que o assento em comissões e principalmente o exercício dos postos de presidente e vice-presidente das mesmas decorre do mesmo intuito de exercer a liderança partidária: aos políticos tais postos institucionais “pode[m] produzir bons espaços de exposição na mídia, aumentando, assim, a popularidade de seus membros” (MÜLLER, 2005,

³ Art. 65, §6 do Regimento Interno do Senado Federal.

p. 387) e são sobretudo maneiras dos investidos em mandatos agregarem capital político ao seguirem se projetando aos seus eleitorados.

Não por acaso as comissões priorizadas pelos partidos são tão relevantes quanto as indicações das lideranças para suas composições. Estudando a Câmara dos Deputados, Dutra (2017) mostra que a medida que os partidos se agrupam em blocos para terem vantagem no acesso proporcional as comissões, os partidos que integram essas agremiações suprapartidárias priorizam determinados colegiados comissionais, de acordo com suas agendas. Segundo a autora, os partidos almejam se mostrar dentro da instituição associados as suas temáticas eleitorais, como também se fazerem presentes – especialmente os grandes partidos – nos colegiados mais decisivos da Câmara Baixa do Parlamento.

Cabe destacar que Vasquez (2017) sintetiza os estudos prévios sobre as comissões parlamentares do Legislativo Federal como desarmônicos, em muito devido aos múltiplos fatores que influenciam na seleção de parlamentares para esses colegiados. Essas dissonâncias podem ser resumidas citando as tentativas de utilizar critérios de filiação partidária (MÜLLER, 2005) e o *social background* (MÜLLER, 2011) para entender as nomeações, das preferências dos partidos (DUTRA, 2017) de acordo com a temática de cada comissão e como a interinstitucionalidade (PEREIRA e MULLER, 2000) força a seleção dos parlamentares para as comissões.

Infelizmente, o estudo de Vasquez (2017) falha por considerar como variável da preferência do Senador por participar de uma comissão (critério distributivista ou auto seletivo) os temas das matérias em forma de projetos legislativos que redigem e apresentam, em suas palavras: “a frequência da porcentagem de vezes em que um senador estava numa comissão e apresentou matéria para esta” (*idem*, p. 12). No Senado Federal, todas as matérias devem ser apresentadas a Mesa Diretora e após leitura em Plenário essas são encaminhadas para as comissões a depender de sua temática⁴ (além disso, os projetos podem ser enviados pela Mesa a mais de uma comissão paralelamente). Não por acaso o autor encontra uma correlação de matérias de autoria dos Senadores em comissões as quais esses participam de acordo com o tempo de Casa do parlamentar, ou seja, Senadores estreados veem menos seus projetos nas comissões que integram em relação a Senadores que acumulam mandatos na Câmara Alta.

Ao fazer uma regressão utilizando informações como tempo de Senado, volume de matérias apresentadas e o acompanhamento de indicações das lideranças nas votações, Vasquez

⁴ Conforme o Capítulo VIII do Regimento Interno do Senado Federal.

(2017) não encontra estatística significativa para explicar as nomeações às comissões. Ainda que a estatística seja útil para aprofundar semelhantes questões, dificilmente respostas surgirão desses números. Ocorre que considerando que o Senado é composto de 81 parlamentares e poucos partidos dispõe de bancadas grandes (APÊNDICE A), as legendas e os líderes não podem ser excessivamente seletivos em suas indicações; o objetivo central passa a ser como através de explícitos critérios se distribuem as indicações e não necessariamente o que as explicam.

Assim sendo, como apontado por Araújo (2014, p. 9), é vital conhecer a “vida interna do legislativo” já que “os estudos empíricos apresentam resultados controversos ou pelo menos indicam hibridismo do modelo de organização congressional”. O autor avança para a averiguação dos arranjos das comissões do Senado Federal entre 1989 e 2010, considerando formação acadêmica, experiência profissional, fidelidade partidária e trajetória política. A premissa do autor é de que “a experiência política, bem como as qualidades profissionais, intelectuais e partidárias se complementam como fatores explicativos na triagem dos senadores pelas comissões” (*idem*, p. 20).

Nos achados do autor, que focou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Assuntos Econômicos e as comparou com a Comissão de Educação e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a experiência prévia em cargos políticos não foi algo relevante para as duas principais comissões da Casa (CCJ e CAE), enquanto que o *social background* (nas formas de titulação escolar e profissão prévia na área) ligado a área de deliberação da comissão predominou no perfil dos parlamentares indicados nas quatro comissões. A permanência no mesmo partido também pesou nas nomeações da CCJ e da CAE, ao contrário da CE e da CI, enquanto que o tempo de Casa foi um fator preponderante apenas na CCJ.

Em suma, os estudos sobre a formação, as atividades e os processamentos dos entes legislativos têm avançado das mais distintas formas na Ciência Política brasileira, onde esse esforço, como brevemente visto nessa recapitulação da literatura, lança mão de múltiplos fatores para entender a distribuição dos políticos na composição interna do Parlamento.

Concatenando aspectos dos levantamentos neoinstitucionalistas com os estudos da sociologia política, se estas e as demais comissões permanentes têm as indicações para suas respectivas composições ligadas ao *social background* dos nomeados pelas lideranças para as integrar, supõe-se, ainda considerando as comissões do Senado Federal, que profissionais da agropecuária se façam mais presentes na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, antigos

atuantes do meio jurídico na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, empresários, administradores e economistas na Comissão de Assuntos Econômicos, dentre outros. Certamente os assessores técnicos e os assessores parlamentares em muito contribuem aos partidos e aos políticos, retirando a necessidade dos incumbidos em mandatos, de conhecimento prévio nas áreas em que deliberam. Contudo, muito do embate político no Legislativo está na capacidade de arguir e debater, política ou tecnicamente, *know-how* adquirido por formação, atuação profissional e, sobretudo, pela experiência política.

Palavras-chave: Senado Federal; Comissões; Elites Políticas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006.** Revista Política Hoje, Recife, v. 20, n. 2, p. 550-580, 2011.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **A elite da elite:** formação acadêmica, trajetória política, experiência profissional e a participação dos senadores brasileiros na CCJ e na CAE. São Paulo: Anpocs, 2014.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 2018.

BRASIL. **Regimento Interno do Senado Federal.** Brasília, 2018.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. **Profissionalização ou popularização da classe política brasileira?** Um perfil dos senadores da República. Textos para discussão, Curitiba, n. 2, p. 1-28, abr. 2012.

DUTRA, Ana Beatriz Bexiga. **Os partidos possuem comissões de interesse?** Um estudo sobre a composição partidária das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, São Paulo, 2017.

LEMOS, Leany Barreiro de Sousa; RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente.** Brasília: UniLegis – Senado Federal, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** Editora FGV, Rio de Janeiro, 1999.

MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral:** algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MÜLLER, Gustavo. **Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados**: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. *DADOS—Revista de Ciências Sociais*, v. 48, p. 371-394, 2005.

MÜLLER, Gustavo. O papel informacional das comissões permanentes da Câmara dos Deputados – 1991/1994–1995/1999. *Pensamento Plural*, n. 8, p. 119-142, 2014.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. **Coesão e disciplina partidária no Senado Federal**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 289-318, 2011.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. **Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história**. *Rev. Bras. Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 165-188, fev. 2014.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Uma teoria da preponderância do poder Executivo**: O sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 45-67, 2000.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. **Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários**: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 49-66, abr. 2014.

VASQUEZ, Vitor. **Critérios de recrutamento**: refutando a autosseleção nas comissões do Senado Federal. In: 9 Congresso Latino-americano de Ciência Política, 2017, Montevideu.

ZUCCO JR, Cesar. **Ideology or what?** *Legislative behavior in multiparty presidential settings*. *The Journal of Politics*, v. 71, n. 3, p. 1076-1092, 2009.

APÊNDICE A

Tabela 1 – Número de parlamentares (por ano, entre 1999 e 2006) nas bancadas das 51^a e 52^a legislaturas⁵

PART./ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DEM	19	21	21	18	18	17	17	16
PCdoB	0	0	0	0	0	0	0	1
PDT	2	3	3	5	5	5	4	4
PR	0	0	0	1	3	3	3	3
PMDB	27	26	26	25	20	23	23	20
PRB	0	0	0	0	0	0	0	1
PP	4	2	2	3	0	0	0	0
PPS	1	3	3	3	3	2	1	0
PSB	3	3	3	3	3	3	2	3
PSDB	16	14	14	12	11	11	13	15
PSOL	0	0	0	0	0	0	1	1
PT	8	7	7	7	14	13	13	12
PTB	1	1	1	4	4	3	3	4
S/P*	0	1	1	0	0	1	1	1

Fonte: Senado Federal

*S/P = Sem Partido

⁵ Os partidos – PCdoB, PRB e PSOL receberam Senadores em meio de mandato.

MILITÂNCIA E GESTÃO: UMA EXPERIÊNCIA DESDE O "INSTITUTO NACIONAL DE JUBILADOS Y PENSIONADOS" (INSSJP) EM CIDADE AUTÔNOMA DO BUENOS AIRES

Álvaro Cruz Portugal⁶

O presente trabalho está em fase de elaboração. O objetivo é pesquisar a participação de militantes juvenis da agrupação política “La Cámpora”, no trabalho de gestão e militância desenvolvido dentro do “Instituto Nacional de Seguridad Social de Jubilados y Pensionados” (INSSJP-PAMI) durante o último período do governo de Cristina Fernández de Kirchner (2011-2015) e a atual gestão de Mauricio Macri (2015-2019).

Os estudos das juventudes relacionados com a participação política e militância juvenil na Argentina teve um aumento nos últimos anos. Alguns nichos de pesquisa buscaram compreender os novos processos de revitalização dos espaços das juventudes em diferentes movimentos, partidos políticos e coletivos (Vommaro, 2015, Vazquez, Vommaro, Blanco, et al, 2017, Vommaro, Betancor, 2018). Com isso, a participação de jovens, em espaços urbanos, com agrupações políticas e movimentos sociais é uma das áreas de debate com um maior grau de acumulação nos últimos tempos (Di Leo, Damin, Fuentes, et al, 2016).

A representação da militância juvenil com proximidade da gestão governamental não foi uma característica própria do universo kirchnerista. Pode-se notar essas práticas em outras agrupações políticas juvenis, como Jovenes PRO, Movimento Evita e o Partido Socialista com a importância da futura projeção dentro de áreas estatais para cargos públicos, manifestadas por parte dos militantes (Vazquez, Rocca Rivarola, Cozhacow, 2016).

A seleção da agrupação “La Cámpora” está justificada pela sua ligação com o Estado kirchnerista desde o início da própria agrupação - lembrando-se da referência do Máximo Kirchner dentro da agrupação. O estudo justifica-se também pela importância que o movimento tem dentro da representação legislativa nacional, a capacidade de mobilização ainda presente de setores juvenis e não juvenis em diferentes atos, a vinculação com outras organizações políticas e pelo valor que a juventude possui tanto no sentido de uma exaltação das características próprias juvenis como também aquelas recuperadas e ressignificadas pelas lideranças políticas, somado também na vinculação de seus militantes na produção de políticas

⁶ alvarocruzportugal@gmail.com

públicas dentro de diferentes ministérios nacionais (Vommaro e Vazquez, 2012, Vazquez, 2014, Vazquez 2015).

Os trabalhos desenvolvidos dentro de diferentes instituições permitem verificar como o compromisso das juventudes militantes passa por seus lugares cotidianos – universidade, bairro, unidades básicas- e também no seu trabalho em, no e para o Estado. Esse compromisso remete, nesse caso, ao ativismo com responsabilidades no Estado, vinculado com a ideia de construir um Estado diferente, mobilizado em seu trabalho social. Esta concepção de ativismo dentro do Estado se compreende como *gestión militante*, que pode ser definida como:

Formas de entender la militancia identifican el trabajo en el Estado como parte ineludible de ese compromiso. Para los activistas, el Estado representa un escenario en el que transcurre la militancia (se trabaja y se milita en el Estado) y también es un objeto o móvil de sus acciones (se trabaja y se milita por y para el Estado). (Vázquez, 2013, pág. 12).

Entendemos que as formas habituais de militância partidária são incorporadas em outras formas de manifestação dentro do próprio lugar de trabalho, numa combinação de militância e formação técnica. Desse modo, é dada a possibilidade de “trabajar en territorio” por meio das políticas públicas que desenham, implementam ou avaliam, e no fortalecimento do próprio órgão estatal no qual participam (Vazquez, 2015 b), notando assim uma combinação entre saberes dos campos militantes, laborais e sociais no desempenho da função pública (Perelmiter, 2016).

Nesse sentido, pesquisou-se as ações desenvolvidas por parte dos membros da Cámpora no seu trabalho dentro das “Unidades de Gestión Local” (UGL) do “Instituto Nacional de Seguridad Social de Jubilados y Pensionados” (INSSJP-PAMI), a maior obra social de aposentados e pensionados da Argentina. Diferentemente de estudos que colocam o foco no labor dentro de organismos com maior proximidade as juventudes - como os exemplos da extinta Sub-Secretaria de Juventude (atual Instituto Nacional de Juventud) ou do Ministério de Educação -, a prioridade dada ao INSSJP-PAMI está relacionada ao objetivo de entender a participação das juventudes com segmentos que, a priori, não despertariam tanta atenção aos jovens (Pinilla, 2004).

Achamos, assim, vacâncias de trabalhos que refletiam sobre políticas públicas, projetos e dispositivos desenhados com participação de militantes para setores da terceira idade. O trabalho dentro INSSJP-PAMI conta com a particularidade de que parte dos militantes da agrupação conta com vários anos dentro do instituto, o que permite notar as modificações dadas no organismo por meio das formas de gestão, seja por meio da priorização de atividades

preventivas de caráter esportivo e social complementares às prestações médicas dada a os afiliados durante a gestão kirchnerista, a uma diminuição considerável destas prestações durante o governo do PRO. Desse modo, é possível pesquisar como são dadas as formas de participação, compromissos e responsabilidades de militantes juvenis dentro de gestões estatais de diferentes índoles políticas.

Assim, o objetivo do atual trabalho está focado em compreender como se deu a incorporação dos jovens camporistas dentro da gestão estatal nos períodos delimitados, procurando olhar como a sua incorporação na gestão estatal incide nos discursos e práticas militantes, a fim de entender as modificações a partir/dentro do seu trabalho institucional no INSSJP-PAMI da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Para isso, fez-se uso de entrevistas semiestruturadas, analisando o valor pessoal que os militantes atribuem ao trabalho feito dentro dessa instituição em particular, ou seja, como as próprias ações são percebidas por parte dos mesmos. Também se procura compreender como a formação acadêmica desses jovens e os conhecimentos adquiridos junto aos territórios e bairros - mediante sua militância anterior tanto na agrupação como em outros movimentos sociais (num primeiro momento) e atuação já nos órgãos legislativos (num segundo momento) - são aplicados no desempenho de suas funções na gestão pública.

Pensamos, como hipótese de pesquisa, sobre o tipo de compromissos que a coordenação de um trabalho formal apresenta aos jovens integrantes de um instituto público. Há, por um lado, os seus próprios alinhamentos de ação e, por outro lado, o papel que eles desenvolvem como militantes dentro da agrupação. É possível que existam dificuldades na articulação das demandas em relação aos grupos institucionalizados em que eles se inserem, havendo assim, uma modificação das práticas dentro da ação política. Assim, podemos ver que, uma vez dentro da própria dinâmica institucional, estes grupos encontram direcionamentos ou encaminhamentos para certas áreas do governo. Assim, as expectativas iniciais de inovação cedem espaço para as práticas próprias das lógicas de trabalho institucional, deixando algumas margens de ação que possibilitam a produção ou modificação em áreas que os novos contingentes juvenis acham necessários. Nesse sentido, emergem conflitos na articulação dos compromissos militantes dos jovens com as dinâmicas institucionais próprias do projeto político a qual aderiram.

Palavras chaves: Militância, participação política, juventude.

REFERÊNCIAS

PABLO DI LEO, N., FUENTES, S., VÁZQUEZ, M., BLANCO, R., NATALUCCI, A. *In: Argumentos. Revista de Crítica Social.* IIGG\FSOC\UBA, 2016.

PERELMITER, L. **Burocracia Plebeya:** la trastienda de la asistencia social en el Estado Argentino 1° Edición- San Martín. Universidad General de San Martín. UNSAM EDITA, 2016.

PINILLA, F. **Una mirada hacia el interior del PAMI.** VI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2004.

RODRIGUEZ, E. **Movimientos Juveniles en América Latina:** Entre la tradición y la innovación. Perú: SENAJU, 2012.

VÁZQUEZ, M., ROCCA RIVAROLA, D. y COZACHCOW, A. **Fotografías de las juventudes militantes en Argentina.** Un análisis de los compromisos políticos juveniles en el Movimiento Evita, el Partido Socialista y el PRO entre 2013 y 2015. Villa María, Universidad Nacional de Villa María, 2016.

VÁZQUEZ, M. En torno a la construcción de la juventud como causa pública durante el kirchnerismo: principios de adhesión, participación y reconocimiento. *In: Revista Argentina de Estudios sobre Juventud.* UNLP, Vol. 1, Nro. 7, 2013.

_____. Militar la gestión: una aproximación a las relaciones entre activismo y trabajo en el Estado a partir de las gestiones de gobierno de Cristina Fernández de Kirchner en Argentina. *In: Centro de Investigación de la Universidad del Pacífico.* Vol. XLI, N° 74, primer semestre: páginas 71-102, 2014.

_____. **Juventudes, políticas públicas y participación:** un estudio de las producciones socioestatales de juventud en la Argentina reciente. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2015.

_____. **“Del que se vayan todos a militar por, para y desde el Estado.** Desplazamientos y reconfiguraciones del activismo y las causas militantes luego de la crisis de 2001 en Argentina” en J.M. Valenzuela Arce (Coord.) El sistema es antinosotros. Culturas, movimientos y resistencias juveniles. México: UNAM/COLEF/GEDISA, 2015b.

VOMMARO, P., VAZQUEZ, M. **La Fuerza de los Jóvenes:** Aproximaciones desde la militancia kirchnerista. *In: RODRIGUEZ, Ernesto.* Movimientos Juveniles en América Latina: Entre la tradición y la innovación. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

VOMMARO, P. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina:** tendencias, conflictos y desafíos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2015.

“CUIDANDO DA CASA”: A OCUPAÇÃO MIRABAL E A DESOBEDIÊNCIA CIVIL FEMINISTA

Amanda Carolina Cegatti¹

Guillermo Omar Orsi

Em 25 de novembro de 2016, mulheres do Movimento Olga Benário ocuparam o casarão pertencente aos Irmãos Salesianos, localizado na Rua Duque de Caxias, no Centro Histórico de Porto Alegre. A residência que estava inabitada há quatro anos, leva o nome das irmãs Mirabal, assassinadas pela ditadura de Trujillo na República Dominicana. Inspiradas pelo movimento mineiro que transformou um prédio inabitado em Belo Horizonte em uma casa de referência para mulheres em situação de violência, hoje legalizada, as militantes ocuparam a residência com o intuito de suprir uma demanda não satisfeita pelo Estado. Essa demanda consta na Lei desde a promulgação da Lei Maria da Penha (2006), que prevê a criação de Casas Abrigo e Centros de Referência para mulheres em situação de violência (CEGATTI, 2018)². Contudo, em Porto Alegre há apenas um abrigo com 14 vagas, ao passo que é uma capital com altos índices de violência doméstica. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em 2017 foram registrados 4.022 casos de violência na capital gaúcha, cerca de 11 registros por dia (GOMES, 2018³; CANOFRE, 2018⁴).

Conforme as coordenadoras da Ocupação, a Casa Mirabal se impõe, assim, como um dos únicos refúgios para mulheres em situação de violência em Porto Alegre. Além de abrigar cerca de 9 mulheres e 4 crianças, estima-se que outras 300 tenham recebido atendimento desde o início da ocupação, que incluem assistência jurídica e psicológica e acolhimento temporário - todos serviços que deveriam, em tese, ser fornecidos pelo Estado (VARGAS, 2018)⁵.

¹ amandaccegatti@gmail.com

² CEGATTI, Amanda Carolina. **Violência de Gênero contra as Mulheres e Cultura Política no Brasil e na Argentina**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

³ GOMES, Luís Eduardo. **Sem avanço em acordo, Ocupação Mirabal recebe nova ordem de despejo**. Sul 21, Porto Alegre, 30 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/08/sem-avanco-em-acordo-ocupacao-mirabal-recebe-nova-ordem-de-despejo/>>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

⁴ CANOFRE, Fernanda. **Ocupação Mirabal: Como funciona uma ocupação de mulheres para mulheres**. sUL 21, Porto Alegre, 13 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/01/ocupacao-mirabal-como-funciona-uma-ocupacao-de-mulheres-para-mulheres/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

⁵ VARGAS, Bruna. **"A gente vai resistir", dizem coordenadoras da Ocupação Mirabal após determinação de reintegração de posse**. Zero Hora, Porto Alegre, 12 de julho de 2018. Disponível em:

Desde os seis meses de ocupação, a casa passou a sofrer ameaças de reintegração de posse, com o argumento de implantar no local um projeto para adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A decisão judicial favorável à reintegração foi tomada em março de 2017 e o prazo para a desocupação voluntária venceu em 20 de maio. Resistindo à ordem judicial, as militantes receberam um novo mandado de despejo e a promessa do governo em destinar a elas o prédio da Escola Benjamin Constant, na zona norte da cidade (MULLER, 2017⁶). Após ocuparem o mesmo, as militantes receberam nova ameaça de reintegração, suspendida uma semana depois. No dia 27 de setembro, o movimento entregou as chaves da Casa na Duque de Caxias, com a expectativa de que o novo imóvel seja legalizado pelo Município.

Considerando esse cenário, este estudo propõe-se a analisar a atuação do movimento de mulheres Olga Benário na Ocupação Mirabal através do escopo das teorias sobre movimentos sociais feministas e de desobediência civil. Será acionada a reflexão de Mario Diani (1992)⁷, sobre movimentos sociais, definidos, em primeiro lugar, como uma dinâmica específica consistente em um processo onde distintos atores individuais ou grupais elaboram uma definição compartilhada sobre eles como pertencentes ao mesmo lado de um conflito social. Dessa forma, tais grupos oferecem significado para protestos ou práticas antagonísticas que, de outra maneira, seriam somente eventos isolados. Consequentemente, esses movimentos fazem emergir conflitos e questões específicas relativas à sua própria constituição.

Fazendo uma releitura dos principais autores da área Diani (1992) reconhece 4 dimensões explicativas do conceito de movimentos sociais, quais sejam: a) redes de interação informais; b) crenças compartilhadas e solidariedade; c) ação coletiva sobre questões conflituosas, e; d) ação que acontece principalmente fora da esfera institucional e dos processos rotineiros da vida social. Nesse sentido entende que (a) um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações, cujas (b) fronteiras estão definidas por um tipo específico de identidade coletiva compartilhada pelos atores envolvidos na interação. Os atores dos movimentos sociais c) estão engajados em

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/07/a-gente-vai-resistir-dizem-coordenadoras-da-ocupacao-mirabal-apos-determinacao-de-reintegracao-de-posse-cjij5xutf0rkd01qoyi7reb47.html>>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

⁶ MULLER, Bárbara. **Proprietária do prédio que abriga ocupação Mirabal quer implantar projeto para adolescentes no local**. Zero Hora, Porto Alegre, 07 de julho de 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/06/proprietaria-do-predio-que-abriga-ocupacao-mirabal-quer-implantar-projeto-para-adolescentes-no-local-9810513.html>>. Acesso em: 27 de setembro de 2018.

⁷ DIANI, Mario. **The concept of social movement**. Reino Unido: Sociological Review, Keele, n. 40, 1992.

conflitos culturais e/ou políticos com o objetivo de promover ou se opor a mudanças sociais, tanto no nível sistêmico quanto no nível não sistêmico.

Para o autor, a principal diferença entre os movimentos sociais e outros tipos de organizações consiste, especialmente, no fato de que os movimentos não são “organizações”, mas redes de interação entre distintos atores, os quais podem estar incluídos (ou não) em organizações, dependendo do contexto. Essa situação não nega os vínculos que os movimentos sociais possam ter com outras organizações, até mesmo partidos políticos (DIANI, 1992).

Em síntese, ao estudar o movimento Olga Benário, olharemos para os elementos surgidos da teoria, para contribuir na definição dele como movimento social. Ou seja, como rede de relações entre uma pluralidade de atores, como coletivo identitário e suas questões conflituosas. Nesse cenário, serão analisadas as interlocuções entre a Ocupação e os diferentes movimentos feministas. Pretende-se identificar quais perspectivas são mobilizadas pelas participantes, as quais oferecem uma pluralidade de demandas e orientações políticas, tais como: reivindicações pelo direito à igualdade formal, que configuram o proposto pelo feminismo liberal; a “liberdade sexual e reprodutiva”, defendida pelo feminismo libertário radical; o feminismo socialista que pleiteia o “fomento à igualdade econômica”; o feminismo existencialista que propõe “a redefinição de papéis sociais”, e; o feminista crítico e multicultural que traz à tona “o direito à diversidade sob as perspectivas de raça, etnia, dentre outras” (PIOVESAN, 2012, p. 70)⁸.

A ocupação dos prédios pelo movimento Olga Benário, pode ser entendida como uma ação de desobediência civil que, conforme Hannah Arendt (1973)⁹, é uma ação coletiva em busca de um objetivo comum para criar novas relações e situações em detrimento daquelas em vigor, com as quais os cidadãos não estão satisfeitos. Essas ações devem ser praticadas na esfera pública, a fim de dar visibilidade à reivindicação proposta e ser devem isentas de violência. Na concepção arendtiana, as ações iniciam de forma ilegal, ou seja, via desobediência civil, e somente depois são postas em legalidade¹⁰.

A priori, o objetivo do movimento é criar centros de referência para mulheres em situação de violência (para suprir uma demanda social insatisfeita pelo Estado), e não contestar a legalidade da propriedade privada. Considerando esse contexto, pretende-se identificar as

⁸ PIOVESAN, Flávia. **A proteção internacional dos direitos humanos das mulheres**. R. EMERJ, 15, 57 (Edição Especial), p. 70-89, 2012.

⁹ ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

¹⁰ Essa situação pode ser exemplificada pelo Centro de Referência Tina Martins, em Minas Gerais, inspiração das militantes de Porto Alegre.

motivações subjacentes à atuação do movimento, tanto em termos da obediência/desobediência às leis em prol da resolução de necessidades imediatas, quanto do papel da ocupação na busca por objetivos mais abrangentes.

A metodologia a ser adotada neste trabalho é essencialmente qualitativa, constituindo a sua principal fonte de informações entrevistas com as lideranças do movimento Olga Benário em Porto Alegre e as coordenadoras da Ocupação Mirabal. Para tal, serão elencados questionamentos tanto em torno do funcionamento, estrutura e organização da casa, quanto dos objetivos que o movimento vislumbra em relação à ocupação em seu diálogo com o Estado. Paralelamente, busca-se compreender qual a interlocução entre a ocupação e os movimentos feministas e por fim, entender de que forma as militantes fundamentam as suas ações enquanto desobediência justificada.

Palavras-chave: Ocupação Mirabal; Desobediência civil; Feminismos.

EDUCAÇÃO POPULAR E ESTADO: ABORDAGENS EM TESES DE DOUTORADO NOS ANOS 2000

Betânia dos Santos Cordeiro¹¹

Este trabalho – resultado de uma investigação de mestrado – ocupa-se em contribuir com a realização de um estado da arte sobre a produção de conhecimento acerca da Educação Popular e do Estado. Para isso, analisaram-se teses de doutorado, defendidas a partir dos anos 2000, em programas de pós-graduação em educação de universidades brasileiras, que tiveram a Educação Popular e o Estado como foco de suas análises. A pesquisa não realizou um estado da arte propriamente dito. Ela abrangeu uma pequena parte de trabalhos na área, não apresentando, portanto, dados que possam ser compreendidos como expressão majoritária do campo de conhecimento da Educação Popular. A entrada no universo das teses se deu com o objetivo de examinar como textos qualificados apresentam análises sobre a Educação Popular, o Estado e a relação entre eles. A partir desse exame, realizou-se um diálogo com os trabalhos e foram propostas questões e levantadas hipóteses pertinentes a esse campo de conhecimento permitindo, em última instância, analisar avanços e identificar desafios. Os estados da arte são estudos bibliográficos de levantamento da produção acadêmica de determinado espaço e tempo que podem facilitar a ordenação da produção científica e a compreensão acerca da formação de um campo de conhecimento, suas ênfases e suas lacunas (Romanowski & Ens, 2006). São pesquisas de natureza qualitativa que lançam mão, por vezes, de elementos quantitativos como critério de análise. Permitem múltiplas associações e diversos recortes, podendo ser revisitados (Cordeiro, 2015). Para esta contribuição, foram analisadas seis teses selecionadas no banco de dados da Biblioteca Digital Nacional de Teses e Dissertações (BDTD). Primeiro usou-se o descritor “Educação Popular” nos campos de indexação: título, palavras-chave e resumo. Depois, combinou-se o resultado com os descritores nos mesmos campos: participação popular, poder popular, democracia, participação política, controle social, sociedade civil, ONGs, movimento social, movimento popular e políticas públicas – identificados, a partir da revisão bibliográfica, como termos que atravessam transversalmente o debate que acontece na arena mediada por Educação Popular e Estado. As teses foram lidas em sua integralidade e categorizadas em uma tabela de análise, a partir de nove categorias operacionais (Minayo, 2013) – “Concepção de Estado”, “Concepção de Educação Popular”, “Relação entre Educação

¹¹ bcordeiro_es@yahoo.com.br

Popular e Estado”, “Abordagem Teórico-metodológica Usada”, “Sujeitos Investigados”, “Desenho Metodológico”, “Principais Autores”, “Participação dos Sujeitos” e “Principais Conclusões” – e de duas categorias empíricas – “Abordagem Explícita” e “Abordagem Implícita”. Elas foram analisadas tendo como base a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Franco, 2008) e como unidade de registro o “tema” (Franco, 2008). Como referenciais teóricos para o debate foram considerados, principalmente, Paulo Freire (2005) e Conceição Paludo (2001), no referente à Educação Popular, sendo esta última também utilizada para discutir a formação do campo democrático popular no Brasil. Informaram o debate sobre o Estado, principalmente, Evelina Dagnino (2002) e Carlos Montañó e Maria Lúcia Duriguetto (2011), numa perspectiva gramsciana. Marcelo Kunrath Silva (2006) e Danilo Streck (2010), em especial, auxiliaram na compreensão da relação entre Estado e movimentos sociais. Em relação às características gerais das teses analisadas destaca-se que juntas elas somam 1.431 páginas; cinco foram escritas por mulheres; a mais antiga foi defendida em 2005 e a mais recente em 2013. Todos os trabalhos anunciam um enfoque dialético e a maioria utiliza o materialismo histórico dialético como referencial teórico-metodológico. Dos objetos empíricos investigados, três são ONGs, dois são cursos formais de educação – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) – ainda há um estudo feito como moradores de um bairro popular e um estudo bibliográfico. Em relação às metodologias de pesquisa há uma sistematização de experiência, uma pesquisa participante, um estudo de caso e uma pesquisa bibliográfica. Somente uma das teses é crítica em relação à Educação Popular. Todas as autoras e o autor dos trabalhos são professores universitários, no Brasil. Somente duas autoras tinham algum tipo de vínculo direto, para além da pesquisa, com os objetos empíricos analisados. As principais referências teóricas apresentadas nos trabalhos são: Paulo Freire, informando o debate sobre Educação Popular. Antonio Gramsci é o destaque que informa o tema do Estado; Pedro Pontual e Danilo Streck são referências para os temas da participação e da parceria entre Estado e movimentos sociais. Oscar Jara e Carlos Brandão informam os temas das metodologias participativas. Ao final da pesquisa, é possível afirmar que, nesses estudos, a capacidade da Educação Popular, enquanto prática político-pedagógica, de contribuir para a transformação da sociedade capitalista é a questão chave que permeia todos os debates. O tema da transformação social transita entre a crítica e o apoio ao que se pode chamar de “ação” ou “consciência” comunitária. Em um extremo, o da crítica, evidencia-se o argumento de que ações enquadradas nesse agrupamento não geram resultados que promovam mudanças estruturais na sociedade e que podem, muitas vezes, fortalecer o sistema capitalista.

No outro extremo, o do apoio, está a afirmação de que o avanço da organização comunitária minimiza os impactos negativos do sistema capitalista. No meio do caminho, estão os que defendem a necessidade de mudanças estruturais, mas que não perdem de vista a urgência das demandas materiais locais e as potencialidades de resistência vividas nos territórios. Dessa forma, parecem ser perguntas orientadoras para o campo da Educação Popular: há afinal práticas de Educação Popular que dão conta de uma perspectiva estruturante da sociedade capitalista? Onde e como elas estão ocorrendo? Será que as práticas focadas nas condições locais das comunidades podem contribuir para a transformação estrutural da sociedade? Se podem, como o fazem? Entretanto, mesmo entre os que reafirmam o compromisso da Educação Popular com a transformação social há a compreensão de que, no atual momento histórico, não há um indicativo claro de um projeto político capaz de apresentar uma alternativa ao atual projeto hegemônico de sociedade. A construção de uma agenda comum que supere a fragmentação da Educação Popular e aponte para a construção de um projeto popular hegemônico, parece ser uma das grandes questões em aberto colocadas para esse campo de conhecimento. O levantamento confirma a centralidade das contribuições de Antonio Gramsci como referência teórica para a formulação de uma concepção de Estado, ainda que pese o fato de essa compreensão não ser a mesma em todas as teses. Entretanto se destaca que três trabalhos não se ocupam em definir o que estão compreendendo por Estado. Percebe-se certa “naturalização”, em graus diferentes, do conceito. Há, nos trabalhos estudados, amplas diferenças no que tange à conceituação de Educação Popular, podendo indicar a existência de uma disputa de sentidos e de projetos dentro do campo. Também se destaca que os trabalhos se dedicam em graus bastante diferentes a discutir e analisar o processo histórico e a chamada refundação pelo qual passa a Educação Popular. Os trabalhos realizados a partir de uma metodologia participativa e por autoras que têm trajetória de militância social relacionada aos sujeitos das pesquisas que desenvolveram, são os únicos que registram certo tipo de resistência a uma suposta fragilização da Educação Popular, no que tange ao seu objetivo de contribuir com a transformação radical da sociedade, tendo como referência a ampliação do Estado, da democracia e a constituição do poder popular. No que tange à relação entre Educação Popular e Estado, observou-se a predominância da constatação de compartilhamento de responsabilidades na execução ou na formulação de políticas e de programas governamentais, em detrimento de uma postura de oposição ou enfrentamento. Tal compartilhamento inaugura novas formas de relação entre sociedade civil e Estado e impacta a ambos (Silva & Schmitt, 2014, p. 98). Observar e analisar as possíveis implicações nos movimentos sociais, ligados ao

campo da Educação Popular e, mesmo, no Estado e nos governos parece ser um campo ainda aberto de pesquisa. Além disso, entender como a Educação Popular, enquanto prática político-pedagógica, pode contribuir na formação de atores sociais que lutam pela construção de uma hegemonia popular também parece ser um horizonte a ser explorado e compreendido.

REFERÊNCIAS

Bardin, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

Cordeiro, B. (2015). **Educação Popular e Estado**: abordagens em teses de doutorado nos anos 2000. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Dagnino, E. (2002). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp.

Franco, M. L. P. (2008). **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora. (Série Pesquisa, 6).

Freire, P. (2005). **Pedagogia do Oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Minayo, M. C. (2013). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13 ed., São Paulo: Hucitec.

Montaño, C., & Duriguetto, M. L. (2011). **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez.

Paludo, C. (2001). **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo demo-crático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Romanowski, J., & Ens, R. (2006). As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, pp. 37-50, Sep/Dic.

Silva, M. K. (2006). **Sociedade civil e construção democrática**: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*. Ano 8, n. 16, jul/dez.

Silva, M. K., & Schmitt, C. (2014). As organizações sociais e o Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. In: MARX, Vanessa (Org.). **Democracia Participativa, Sociedade Civil e Território**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.

Streck, D. R. (2010). Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago.

CONSTRUINDO REFERÊNCIAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS DE CRISE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS

Carla Michele Rech¹²

O presente trabalho tem por objetivo apresentar resultados preliminares do doutorado em andamento que tem se dedicado a investigar o fluxo de pessoas que trabalharam no governo federal brasileiro a partir de 2003. Analisando a trajetória de indivíduos que ocuparam posições instáveis na burocracia estatal a partir deste ano, seja por meio de nomeações discricionárias ou por contratos de consultoria, é possível verificar que tais sujeitos tiveram uma longa experiência de trabalho com ações públicas semelhantes à política pública que foi colocada em curso dentro do Estado. Os dados analisados até o momento permitem afirmar que o desenvolvimento de muitas das ações que deram experiência e reconhecimento profissional e, conseqüentemente favoreceram os fluxos desses indivíduos para o governo federal em 2003, foram desenvolvidas nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2.000, em contextos de crise, de ausência do Estado e em ambientes hostis à práticas democráticas, de organização social e desenvolvimento regional. Marcam a trajetória desses indivíduos, a aproximação com movimentos sociais, via trabalho em organizações não governamentais, instituições públicas ligadas à assistência técnica e extensão rural ou projetos financiados por organismos internacionais, e os múltiplos reconhecimentos derivados do tipo de trabalho desenvolvido. Apesar da especificidade do estudo, o fenômeno nos permite identificar, que mesmo em períodos de crise, indivíduos em diferentes espaços sociais, a partir das condições de possibilidades, desenvolvem coletivamente ações estratégicas que em momentos mais favoráveis apresentam potencial para transformarem-se em políticas públicas. Estes indivíduos formaram redes ao longo de suas trajetórias e passaram a ser reconhecidos como referências de competência técnica e habilidade social para o desempenho das ações necessárias.

O estudo tem como referencial teórico a teoria dos campos de ação estratégica (FLIGSTEIN; MACADAM, 2011) e a abordagem das redes sociais (MARQUES, 1999, 2000, 2003). Cada perspectiva teórica apontada pode contribuir para investigação e compreensão desses processos pelo que segue. Fligstein e MacAdam (2011) definem os campos de ação estratégica como unidades de ação coletiva fundamentais na sociedade. Para os autores, o

¹² carlatsul@yahoo.com.br

campo de ação estratégica é um nível meso de ordem social em que os atores (que pode ser individual ou coletivo) interagem com o conhecimento de um sobre o outro e tem um conjunto de entendimentos comuns sobre os efeitos do campo, as relações no campo (incluindo quem tem poder e por que) e as regras do campo. Numa analogia com as bonecas russas, os autores argumentam que todos os atores coletivos (por exemplo, as organizações, famílias alargadas, clãs, cadeias de suprimento, movimentos sociais e sistemas governamentais) são eles mesmos compostos de campos de ação estratégica e quando eles interagem em um campo mais amplo, político, social ou econômico, esse campo torna-se também um campo de ação estratégica. Segundo os autores, cada um destes campos constitui uma ordem social de nível meso e pode ser proveitosamente analisada sob essa perspectiva.

Observando este e os demais elementos¹³ da teoria geral dos campos de ação estratégica proposta por Fligstein e MacAdam (2011) verificamos o potencial desta perspectiva teórica para análise de processos como os da pesquisa em andamento. Essa intuição inicial se baseia no fato de compartilharmos com os autores a ideia de que há um fenômeno subjacente que perpassa as instituições que é a ação coletiva estratégica. Além do mais, trata-se de uma teoria dedicada à compreensão dos processos de mudança e de estabilidade social, a qual parte do princípio de que a vida social é permeada por uma complexa rede de campos de ação estratégica, considerando a ação estratégica como a tentativa de atores sociais de criar e manter mundos sociais estáveis, assegurando a cooperação de outros. A agência estratégica está no coração da perspectiva dos autores.

Por outro lado, há um consenso entre os pesquisadores brasileiros que se dedicam aos estudos das dinâmicas de interação entre sociedade e Estado que a literatura recente sobre redes sociais¹⁴ oferece pistas analíticas sobre como pensar o ativismo a partir de dentro das estruturas do Estado (ABERS; VON BULLOW 2011). Ademais, no nosso ponto de vista, também pode ser útil para compreender como e por que certos indivíduos transitam por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais. Segundo Marques (1999, p. 46), “[...] a

¹³ Além do conceito de campo de ação estratégica, a teoria proposta pelos autores possui outros seis elementos centrais que podem nos auxiliar na investigação e compreensão do objeto de estudo: operadores históricos, desafiadores, e unidades de governança; habilidade social; o ambiente de campo mais amplo; choques exógenos, rupturas de campo e do início da disputa; episódios de contestação e liquidação.

¹⁴ Cabe destacar que o estudo sobre redes sociais ao qual nos referimos entende por rede social “o campo, presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídos ao longo do tempo. Esses vínculos têm diversas naturezas, e podem ter sido construídos intencionalmente, embora a sua maioria tenha origem em relações herdadas de outros contextos (MARQUES, 1999, p. 47).

análise de redes nos permite identificar detalhadamente os padrões de relacionamento entre atores em uma determinada situação social, assim como as suas mudanças no tempo.” Para o autor, os atores agem em um ambiente que não é apenas marcado por instituições, mas é estruturado também por redes de relações entre indivíduos e organizações, cujos padrões de relações foram construídos a partir de vínculos institucionais e pessoais construídos ao longo de muitos anos, com ligações de várias naturezas – familiares, de amizade, políticas, de negócios e de corrupção (MARQUES, 2003, p. 52). Verificamos que a ideia de rede traz em si a existência de um campo onde se estabelecem vínculos de diferentes tipos, cujas conexões, dependendo do contexto político-institucional podem resultar em um determinado tipo de fluxo ou de outro, como já é possível verificar a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Utilizamos como objeto empírico o arranjo institucional da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criada durante a primeira gestão do Governo Lula (2003-2006) dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Segundo documentos institucionais, o MDA concentrava esforços em três áreas integradas de atuação: ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; reforma e reordenamento agrário e promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Para levar adiante esta última área de atuação, a SDT definiu como sua missão “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (BRASIL, 2005). Além dos objetivos da SDT e do conhecimento prévio da pesquisadora¹⁵ sobre as dinâmicas desencadeadas por tal secretaria, o que tornou esse processo relevante para o desenvolvimento da pesquisa foi sua estrutura de funcionamento, operada, em grande medida, por uma burocracia composta por nomeações discricionárias e contratos de consultoria, mediados por um organismo de cooperação internacional¹⁶. Frente a este quadro, procuramos identificar junto

¹⁵ Foram nove anos de trabalho como consultora contratada para apoio ao processo de implantação e execução da política pública proposta pela SDT/MDA: de julho de 2004 até agosto de 2010, como articuladora territorial no Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul (com sede de trabalho em Pelotas/RS, contratada por uma entidade do território); e de agosto de 2010 a março de 2012, como consultora estadual (com sede de trabalho em Porto Alegre/RS, contratada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA) acompanhando a política pública a nível estadual, junto a quatro territórios localizados no Rio Grande do Sul. Mesmo desenvolvendo ações a nível territorial e posteriormente a nível estadual, o trabalho foi permeado por contato constante com as equipes localizadas em Brasília e nos estados da federação, por meio de encontros periódicos realizados com todos os consultores, geralmente ocorridos em Brasília, mas também em outros eventos ocorridos nas capitais dos estados e por trocas de experiências realizadas à distância. Essa dinâmica oportunizou o relacionamento e convívio com um número expressivo de pessoas que participaram da SDT/MDA ao longo de todos esses anos, muitos dos quais com extensa trajetória de trabalho junto a organizações de movimentos sociais.

¹⁶ Em 2009 a SDT/MDA chegou a contar com 82 (oitenta e dois) consultores nacionais contratados que atuavam prestando consultoria técnica à Secretaria, bem como aos Colegiados dos Territórios Rurais Trabalhados (BRASIL, 2010, p. 39).

aos sujeitos envolvidos nesse processo, quais elementos oportunizaram sua atuação no governo federal e que nos permitem explicar o processo de trânsito institucional de agentes sociais que atuaram no governo federal. Para tanto está sendo realizada uma pesquisa qualitativa, centrada na realização de entrevistas e de pesquisa documental. Foram realizadas 20 entrevistas individuais de tipo semiestruturada, com pessoas que atuaram na SDT/MDA, a partir de 2003. A seleção dos/as entrevistados/as foi intencional, visando garantir diversidade de gênero, geração, tipo de trajetória e localização geográfica dos interlocutores antes da ocupação dos postos no governo federal.

Verificamos nas trajetórias analisadas que a equipe base formada na SDT em 2003 reuniu pessoas que já tinham trabalhado juntas anteriormente, com projetos de cooperação técnica internacional voltados para o desenvolvimento regional de áreas prioritárias, articulados com movimentos sociais ligados ao meio rural. Formaram-se assim, em outros contextos, vínculos que promoveram os trânsitos para a SDT. Verificamos ainda que a partir da trajetória profissional, muitos vínculos se fortaleceram pelo compartilhamento de projetos políticos (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016) e até mesmo se transformaram, ao longo do tempo, em vínculos de amizade e confiança. Os resultados preliminares apontam ainda que a longa experiência no desenvolvimento de ações públicas com a mesma natureza da política pública a ser colocada em curso impactou diretamente no fluxo dos indivíduos.

Os dados analisados até o momento permitem afirmar ainda que o desenvolvimento de muitas das ações que deram experiência e reconhecimento profissional e, conseqüentemente favoreceram os fluxos desses indivíduos para o governo federal em 2003, foram desenvolvidas nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2.000, em contextos de crise, de ausência do Estado e em ambientes hostis à práticas democráticas, de organização social e desenvolvimento regional. Apesar da especificidade do estudo, o fenômeno nos permite identificar, que mesmo em períodos de crise, indivíduos em diferentes espaços sociais, a partir das condições de possibilidades, desenvolvem coletivamente ações estratégicas que em momentos mais favoráveis apresentam potencial para transformarem-se em políticas públicas.

Palavras-chave: Crise. Trajetórias. Referências.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; von BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade? *Sociologias*, 13 (28), p.52–84, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005. (Documentos Institucionais 2).

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Prestação de contas ordinária anual. Relatório de gestão do exercício de 2009**. Brasília: SDT/MDA, 2010. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/Relat%C3%B3rio%20de%20Gestao%20SDT%202009.pdf. Acesso em 10.06.2016.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. **Sociological Theory**, 29:1, p.2-26, March/2011.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.41, pp.45-67, outubro de 1999.

_____. **Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Revan - Fapesp, 2000.

_____. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 85–102, 2016.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, E AGORA? A (RE) CONFIGURAÇÃO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA FRENTE AO ARREFECIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Daniela de Oliveira¹⁷

Resumo

O trabalho apresenta uma reflexão inicial sobre as mudanças na configuração da rede de economia solidária, a partir do papel proeminente desempenhado nesta rede pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) durante as gestões do PT no governo federal. Busca-se, ainda de forma preliminar, analisar, numa perspectiva relacional, como o processo de institucionalização - aqui entendido como a incorporação dos arranjos sociopolíticos, econômicos e culturais (valores materiais e imateriais) pela estrutura do Estado - da economia solidária, alterou a lógica de atuação dos segmentos da economia solidária e dos atores que a constituem enquanto um movimento social. À luz das categorias analíticas que apreendem sobre a alteração nos padrões e nos repertórios de ação dos movimentos sociais, a partir do processo de democratização do país, percebe-se uma maior abertura de participação dos movimentos sociais no campo institucional, ampliando seus espaços de diálogos e de contribuição nos processos deliberativos nas políticas públicas, bem como suas relações e interfaces com o Estado. Neste sentido, observa-se na rede de economia solidária a necessidade de buscar novos compartilhamentos de identidades e estratégias de atuação frente ao novo contexto de alheamento das políticas institucionais, uma vez que, com a SENAES, teve-se um deslocamento de atuação de seus atores sociais, passando a operar centralmente como uma rede de política pública.

Palavras-chave: Economia solidária. Movimentos sociais. Políticas institucionais.

“Uhuuu, Ahaaa, a SENAES é nossa!!!! Uhuuu, Ahaaa, a SENAES é nossa!!!”.

Esse foi o grito de ordem mais entoado durante a 11ª Feira Latino Americana de Economia Solidária, realizada em Santa Maria em julho de 2015. No evento, representantes de

¹⁷ doliva90@gmail.com

empreendimentos, movimentos sociais, entidades de apoio, gestores públicos e, em especial, o então secretário da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), Paul Singer, também alertaram para o contingenciamento das verbas federais para a Secretaria.

A forte reivindicação em prol da continuidade da política pública repercutia rumores advindos, principalmente, dos corredores do Planalto Central, que indicavam a demissão do Secretário e a extinção e/ou “rebaixamento” da SENAES. Com efeito, foram também distribuídos inúmeros cartazes com palavras de ordem como “#ResistênciaEcoSol”, “#oSingerFica”, “#MaisEcoSol”, “#SENAESperiferia”, #ProduzimosSemPatrão, dentre outros,

Demarcava-se naquele momento solene, de forma muito representativa, o início de um novo momento histórico para o movimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico e político do Brasil, a saber, o enfraquecimento da política pública nacional, de apoio e suporte à economia solidária em todo território brasileiro.

Destaca-se que a SENAES se configurava, não só como a principal provedora de recursos, mas como o principal meio de interação e de relação da rede de economia solidária - por meio de seus diversos atores sociais - com o Estado.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) alocada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi instituída por meio do Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, seis meses após o início do mandato do Presidente Lula, constituindo-se, pela primeira vez, no âmbito federal, um órgão de apoio e fomento à políticas públicas voltadas para a economia solidária. Ela surge como uma demanda dos atores da economia solidária da sociedade civil (organizações, entidades, universidades) e representantes de governos (municipal e estadual) diante de um contexto favorável de interlocução com o Estado. Entretanto, esse contexto favorável decaiu, de forma retumbante, com o impeachment da Presidenta Dilma e, em 04 de novembro de 2016, a SENAES é extinta e rebaixada, sendo criada a subsecretaria de Economia Solidária, dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho (MTb).

A literatura sobre o tema demarca que o termo economia solidária ganha representatividade nos idos dos anos 90, apresentada como uma alternativa a crise do desemprego (SINGER, SOUZA, 2000) e ao modelo hegemônico das relações de trabalho nos modos e no sistema de produção capitalista e individualista (LAVILLE, GAIGER, 2009).

Conforme ela vem sendo amplamente difundida, a economia solidária pode ser definida como um conjunto de experiências coletivas de trabalho, que podem ser de produção, comercialização, consumo consciente e finanças solidárias. Essas organizações são formadas

por princípios como solidariedade, cooperação e gestão democrática, e se constituem de diversas formas, como cooperativas e associação de produtores e consumidores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, e diversas organizações urbanas e rurais (SINGER; SOUZA, 2000, p.123).

Como um movimento social, ela é aqui apreendida por meio da conformação de redes e fóruns instituídos pelos atores da economia solidária que reivindicam políticas públicas para os segmentos socioeconômicos, bem como a definição de um marco legal específico (LECHAT, 2007). Neste sentido, além das organizações coletivas de trabalho, o movimento também é formado por diferentes organizações e instituições, que vão desde os fóruns de economia solidária, centrais sindicais, entidades religiosas, ONGs, universidades até, e não menos importante, os gestores públicos.

O atual contexto político em curso no país apresenta-se como um instigante desafio para a economia solidária. Ela foi marcada, nos últimos anos, por sua tênue fronteira com as políticas-institucionais, configurando-se um movimento social contemporâneo forjado e muitas vezes protagonizado pelas políticas públicas impulsionadoras de programas e projetos (BARROS, SILVA, 2005; CRUZ, 2002; ICAZA, 2006; OLIVEIRA, 2011) e, até mesmo, de organizações coletivas e comunitárias.

As relações de proximidade entre o Estado com os atores sociais da economia solidária confluem com as recentes abordagens analíticas que buscam compreender as novas estratégias de organização e de atuação dos movimentos sociais a partir do processo de redemocratização (SCHERER-WARREN, 2010; OLIVEIRA, SILVA, 2011; CARLOS, 2012, entre outros). O foco destas análises é a discussão do modo como os movimentos sociais ampliaram seus espaços de diálogos e de contribuição nos processos deliberativos das políticas públicas, ampliando suas relações e interface com o Estado (ALONSO, 2009, ABERS, VON BÜLLOW, 2011, SILVA, 2015 entre outros).

Com a economia solidária não foi diferente. A implantação de políticas públicas sempre foi uma pauta do movimento da economia solidária. O conteúdo das ações governamentais da SENAES foi fortemente influenciado pelas deliberações do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), das Conferências Nacionais de Economia Solidária, além das várias entidades de assessoria como a Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs), a FASE Nacional, a Unisol Brasil, entre outras (SOUZA, 2012).

Com a abertura dos canais de participação dentro da esfera estatal muitos atores da economia solidária passaram a ocupar cargos e funções junto ao poder público e seus papéis

representativos interpenetram nessas duas esferas, obliterando as fronteiras entre Estado e Sociedade Civil. (OLIVEIRA, 2011; SILVA, OLIVEIRA, 2011).

Afere-se, neste sentido, um intenso trânsito institucional entre os atores da economia solidária dentro da esfera governamental, cuja atuação oscila de acordo com o grupo (e partido político) que está no poder e suas redes de relações (OLIVEIRA, 2011).

De forma simplificada, podemos dizer que os atores que configuram o movimento da economia solidária integram três segmentos, quais sejam: os empreendimentos econômicos solidários (EES); as entidades de apoio e fomento (EAF) e os gestores públicos (GP); ou seja, a atuação em gestões públicas é ação constituinte do repertório de ação deste movimento. Por ser um provedor de recursos, o Estado tem um papel decisivo nos processos de geração de trabalho e renda, bem como para o desenvolvimento econômico de forma a abranger as pautas sociais, ambientais e associativas.

Com a criação da SENAES e a implementação dos seus programas e projetos, a economia solidária se expandiu em todos os estados brasileiros. De certo modo, as políticas públicas do governo federal passaram a protagonizar, e de forma intensa, as ações do movimento e da rede de economia solidária, que passa então a operar centralmente a partir dessas políticas. Este fato trouxe alguns tensionamentos para o movimento de economia solidária: em espaços como as reuniões do fórum nacional ou as feiras de Santa Maria, que também se configuram como um evento de articulação política, o debate sempre teve estremecimentos entre atores que defendiam essa centralidade das políticas públicas e, outros, que problematizavam essa interdependência.

Após 2011, sob a gestão da Presidenta Dilma Rousseff, e economia solidária começa a perder força dentro da agenda governamental. Grosso modo, pode-se dizer que os “atores estatais” associados ao tema perderam posições estratégicas dentro do governo, o que se agravou ainda mais com a reforma administrativa de 2015 que, no caso da economia solidária, teve cortes de aproximadamente 60% do que seria o orçamento anual destinado à SENAES.

Desse feito, vemos que a economia solidária já vinha perdendo força dentro do governo liderado pelo PT, e que o movimento da economia solidária já entrevia uma “outra fase” dentro do campo institucional, passando a operar de forma mais contestatória na sua relação com o Estado, ainda na gestão da Dilma. Novamente, o principal exemplo neste sentido foi a feira de Santa Maria de 2015, onde a campanha feita pelo movimento com o slogan “A SENAES é nossa”, sugere que a reivindicação passa pela perspectiva de que a SENAES é fruto das demandas do movimento, enquanto uma rede da sociedade civil, não pertencendo ao

governo ou a um partido. Por sua vez, o golpe institucional ocorrido em 2016 parece ter atuado como o “tiro de misericórdia” destas políticas.

No que diz respeito ao movimento social, representado centralmente pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), este também se fragiliza, vez que boa parte dos recursos para fomentar sua organização advinha da SENAES. Ressalta-se que o FBES também foi criado em 2003, com o intuito de ser o mais importante interlocutor da economia solidária com o Estado (SANTOS, 2015)

Trazendo para o campo analítico, este trabalho aporta-se no conceito de movimento social amplamente difundido de Diani, como “redes informais de atores (organizações, grupos e indivíduos) engajadas em conflitos pelo controle de recursos materiais ou simbólicos, baseadas em identidades partilhadas” (2000, p.389).

Neste sentido, o movimento social da economia solidária constituiu-se como uma amálgama junto ao campo institucional, numa relação de interação e não de confronto, em que havia um compartilhamento de valores (bens materiais e imateriais) e de práticas intensificada pela relação de seus atores (e seus trânsitos) com o Estado, por meio da execução de políticas e programas firmados através de convênios e parcerias.

Após o golpe institucional todos os atores da rede de economia solidária (com exceção de uma militante que se tornou servidora) deixam seus cargos na SENAES e voltam a atuar na esfera societal ou em governos municipais e estaduais. Fecha-se um ciclo.

Ainda sob o olho do furacão, pode-se perceber neste atual contexto político-institucional e não- institucional a necessidade de apreender sobre as transformações nos padrões de relações – as estruturas, a posição dos atores, os bens materiais e imateriais (MARQUES, 1999) – as identidades partilhadas que, numa relação mais confrontacional, reconfiguram a rede de economia solidária.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, vol.57 no.2 Rio de Janeiro April/June 2014.

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, n.28, p. 52-84. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e Estado**: interações socioestatais em perspectiva comparada no Espírito Santo. Trabalho apresentado no GT de IX Encontro da ABCP, Brasília/DF, 2012.

DIANI, M. **The concept of social movement**. The sociological review, 1992.

LAVILLE, Jean-louis; GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio; CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean Louis (Orgs.). *Dicionário de la outra economia*. P.169-178. Buenos Aires: Altamira. 2009.

LECHAT, Noëlle et al. Gestão de empreendimentos econômicos solidários na região Noroeste do Rio Grande do Sul. In: **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, jan-jun, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2042>>. Acesso em 21/01/2018.

MARQUES, Eduardo. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.41, p.45-67, out. 1999.

NAGEM, Fernanda A.; SILVA, Sandro P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun.2013.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes. **Políticas Públicas e Economia Solidária no Rio Grande do Sul**. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de (Org.) et al. *Ação Pública e Economia Solidária - Uma Perspectiva Internacional*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação de movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: SCHERER-WARREN, I.; SILVA, MARCELO K.; OLIVEIRA Gerson L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, n.28, p. 86-124. Porto Alegre: UFRGS.

SANTOS, Aline. Outras economias frente as novas institucionalidades do Estado brasileiro: os casos da economia solidária e da agricultura familiar. In: SANTOS; Boaventura; CUNHA, Teresa (eds). **Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: Aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul**.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Armando L. **Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial**. Mercado de Trabalho/IPEA, 52, p.63-70. 2012.

**FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS, FRONTEIRAS IMAGINÁRIAS: UMA PROPOSTA
DE ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA O ESPAÇO FRONTEIRIÇO**

Dianine Censon¹⁸

Os processos de definição de problemas públicos e a entrada destes nas agendas governamentais dependem, dentre tantas variáveis, de relações de poder intrínsecas nas relações sociais para com a população e, de fato, os responsáveis pelas formulações e pelos processos de decisão (SUBIRATS, 2006; BIRKLAND, 2005). Ainda se pensando na complexidade de variáveis e na imensidão de fluxos que podem ou não auxiliar no processo de formação de agendas governamentais e na diversidade de atores envolvidos nesses contextos, há de se considerar que determinadas temáticas estabelecem-se como merecedoras de atenção em detrimento de outras, motivadas por inúmeras razões que também podem auxiliar, em maior ou menor medida, a especificação de alternativas para as ações em curso daquela problemática (KINGDON, 2003).

Com isso em mente, vem-se observando, desde a década de 1950, a importância que o Governo Federal brasileiro vem dando à problemática do desenvolvimento nacional. Parece permear, ainda, o sentido das orientações pró-desenvolvimento do Governo Federal, um clima de prosperidade, visto como ferramenta da manutenção dos atores no jogo público-administrativo (IANNI, 1977). No entanto, de tempos em tempos o aparente sucesso dos esforços ao desenvolvimento propagados pelo governo e pela mídia é questionado, uma vez que cresce a nação, classes sociais específicas enriquecem-se, setores inovam-se, mas o sentimento de abismo de desigualdade social e o esquecimento de espaços específicos dentro da sociedade brasileira continua a figurar (IANNI, 1977). Alguns planos de desenvolvimento, assim em tese, procuram dar conta de diminuir esses abismos e construir uma sociedade mais igualitária, seja pensando na educação, na saúde, na economia, na cultura, etc.

A criação do Ministério do Planejamento em 1962 durante o governo de João Goulart foi responsável por um enfoque regional no desenvolvimento. Nos anos 1970, o Estado deixa de focar no subdesenvolvimento de áreas específicas para atender a um padrão de crescimento orientado pelo mercado, ao ajuste macroeconômico em curto prazo, promovendo

¹⁸ dianinecenson@gmail.com

um "planejamento competitivo e das estratégias territoriais empreendedoristas" (VAINER, 2007, p.12), que tem como um dos expoentes de engajamento a problemática o Ministério da Integração, criado em 1999, responsável por formular políticas de desenvolvimento regional integradas que preocupassem com os espaços brasileiros excluídos dos grandes centros econômicos do país (BRASIL, 2011)¹⁹.

Ainda que desempenhando diversas atividades e atribuições durante esse intervalo, a institucionalização, em 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), parte do Ministério da Integração Nacional, propõe-se à “redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento (...)” (BRASIL, 2007, s/p), bem como a criação de ambiente favorável ao estímulo da competição entre as regiões como forma de acesso a essas oportunidades e incentivo ao crescimento (BRASIL, 2012). Parece interessante pensar nessas orientações como uma ligação ao discurso neoliberal que, desde a década de 1990, permeiam o país, com a ideia de um reforço do setor privado na economia como forma e solução para o crescimento (DINIZ, 1995; 2008).

Essa “nova forma” de se dar atenção às localidades “distantes” vem cada vez mais dando lugar a uma discussão crítica dos conceitos de região, território, cidade, etc., que se tem de forma teórica e, por outro lado, como se vêm pautando na forma prática. Hoje os espaços são tratados como objetos e ações, como lócus de poder representativos da própria imagem e ação do homem que nele habita, como formas de se relacionar às interações sociais a que sofre, funcionando como construções sociais e instrumentos de poder (SANTOS, 2005; SENNETT, 2003; SILVA, 2013). Pode-se pensar a inserção da preocupação a respeito das regiões historicamente esquecidas²⁰ da PNDR, então, como uma tentativa de transformar esses espaços em o que Castells e Borja (1996) chamariam de atores políticos, articulando e sendo articulados pelas orientações do Governo Federal, apoiados com de forma naturalizada pela sociedade civil e, principalmente, recebendo forte participação da iniciativa privada.

Com base nessa discussão, é possível partir de formulações dos estudos de Políticas Públicas para tentar formular uma construção problemática acerca da realidade observada em referência ao espaço fronteiriço. O ponto, ao adentrar nesse campo, é tentar entender como e

¹⁹ Disponível em <<http://www.mi.gov.br/historico>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

²⁰ Cabe lembrar que os próprios documentos do Governo Federal apontam essas regiões como “historicamente esquecidas”.

por que, a partir dos anos 2000, vem se dando maior importância na construção de uma agenda governamental sobre a política do espaço fronteiriço?

Vitte (2006) discute sobre a dimensão política e quanto às instituições têm papéis decisivos nos debates sobre desenvolvimento, o que leva a refletir sobre tudo que está intrínseco nessas relações, nas lutas e formas de poder que desenham essas linhas, como e por quem elas são orientadas. Pensando sobre realidades locais e o já supracitado programa de integração da região fronteiriça, nota-se que apesar de o discurso de diferenciação que os espaços fronteiriços vêm tendo frente aos demais espaços, não há a preocupação direta em considerar essas diferenças no planejamento administrativo, e sim uma motivação de igualá-los aos espaços não fronteiriços em aspectos econômicos, pró-desenvolvimento, sociais e espaciais

Além da definição de fronteira como espaço de características específicas, decorrentes das limitações geográficas e da multiplicidade de agentes em convivência no mesmo espaço (SENNETT, 2011; 2013), cabe destacar o entendimento de territórios de fronteira de Haesbaert (2004), que trabalha com duas lógicas de fronteira: a “lógica territorial tradicional”, onde o foco é no espaço geográfico que legitima as identidades sociais a partir das políticas territoriais e, também a “lógica espacial”, que envolve as relações de especificidades tanto dos agentes do espaço quanto do histórico de redes de relação para além da linha limite denominada “fronteira” (HAESBAERT, 2004). A articulação dessas noções de fronteira explicita a dificuldade em determinar o que é e, principalmente, o que toma forma nesse espaço. Ainda, reforça-se a preocupação com as políticas de integração em curso e a aparente desconsideração dessas especificidades, utilizando-se de um modelo de desenvolvimento que tende a generalizar o espaço fronteiriço como, apenas, mais um espaço esquecido pela administração pública por anos a fio.

Para Dittrich (2012), as fronteiras constituem realidades bastante complexas, uma vez que as suas materialidades são diferentes daquelas concepções e representações praticadas em espaços não fronteiriços. Nesses locais é fácil enganar-se considerando apenas o aspecto geográfico como limitador, uma vez que a fronteira da civilização, a fronteira espacial, a fronteira de cultura, de visões de mundo de etnias, de história e a fronteira do humano (DITTRICH, 2012) são aspectos igualmente importantes na configuração das dinâmicas do espaço, da relação dos indivíduos para com ele e das ações desenvolvidas ali. Para Prado (2014), toda a gama de conceitualização de “fronteira”, ainda se encontra de certa forma incompleta, “e não atende aos objetivos dos estudos envolvendo as dinâmicas econômicas, migratórias, políticas, sociais e culturais” (PRADO, 2014, p. 4).

Com base nessa tentativa de compreender as tomadas de decisões públicas e como ou por quê determinadas temáticas são mais merecedoras de atenção do que outras, em um determinado momento e contexto específico, parece ser importante também compreender como se constroem as questões, os problemas e as soluções dos processos que dão vida às ações governamentais e às políticas públicas (BAUMGARTNER e JONES, 1991).

Para tentar entender como a fronteira se tornou passível de atenção dos tomadores de decisões governamentais é necessário, antes de tudo, entender como se dão os processos de formação de agenda de políticas públicas. Por agenda, neste trabalho, entende-se os assuntos ou problemas aos quais variados grupos governamentais e, por que não, não-governamentais passam a merecer atenção e passam, assim, a figurar no debate político e administrativo de determinada ordem (KINGDOM, 2003). A partir dessa nova percepção de determinada temática merecedora e atenção, uma série de processos e etapas tomam forma, construindo uma questão de política pública que tem por base, como vem sendo pontuado neste trabalho, as demandas de determinado grupo social e de determinados atores específicos. Quais são esses atores, como eles conseguiram atenção a essa temática, quais são as complexas e variadas estratégias intrínsecas nesse processo, quem os apoiam, quais são as percepções e ideias, enfim, de que forma se dá o momento inicial de estabelecimento de determinada temática como importante (COBB, ELDER, ROSS, ROSS, 1976)?

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento regional. Fronteiras.

REFERÊNCIAS

BAUMGARTNER, F.; JONES, B. Agenda Dynamics and Policy Subsystems. **The Journal of Politics**, vol. 53, nº 04, pp. 1044-1074, Nov. 1991.

BIRKLAND, Thomas. **An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making**. 2.ed.. Armonk: M. E. Sharpe, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm>. Acesso em 11 de abril de 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Desenvolvimento Regional. 2012. **I Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional: Documento de Referência**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimento-regional/publicacoes>>. Acesso em 11 de abril de 2016.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *In: Novos Estudos CEBRAP*. Tradução de Omar Ribeiro Thomaz. N.º 45, São Paulo, jul, 1996, p. 152-166.
COBB, Roger W. e ELDER, Charles D.; ROSS, Jennie-Keith; ROSS, Marc. H. "Agenda Building as a comparative political process". *American Political Science Review*. Vol 70, nº 1, mar 1976.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 385-415, 1995.

_____. Depois do Neoliberalismo: Rediscutindo a articulação Estado e Desenvolvimento no Novo Milênio. *Ponto de Vista*, nº 2, set, 2008.

DITTRICH, Ivo José. Apresentação, representação e metaforização das fronteiras: reflexões interdisciplinares. *In: Textos&Debates*, Boa Vista, n.22 p. 31-45, jul./dez. 2012.

HAESBAERT, Rogério C. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies**. 3 ed. Nova York: Harper Collins, 2003.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. Lojas francas, a fronteira e as perspectivas para as cidades-gêmeas brasileiras. *In TELES, Reinaldo Miranda de Sá e PIERI, Vitor Stuart Gabriel. Turismo e Paradiplomacia das Cidades*. Rio de Janeiro: Cenegri, 2014.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. Ano 6, o. 16 (jun, 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SENNETT, Richard. Boundaries and Borders. *In: Living in the Endless City*. Ricky Burdett, Deyan Sudjic (orgs). London: Phaidon Press, 2011. p. 324-331.

_____. **Carne e pedra**: O corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **The Open City**. Lecture transcription of the Understanding Society: Centre for Research in the Arts, Social Sciences & Humanities, University of Cambridge, 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=0uyHey4QuUE&feature=youtu.be>>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

SILVA, Sandro Pereira. Avanços e Limites na Implementação de Políticas Públicas Nacionais sob a Abordagem Territorial no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** - Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SUBIRATS, Joan. Formação da agenda. *In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete*. (orgs). **Políticas Públicas**; coletânea. Brasília: ENAP, 2006, p. 199-218.

VAINER, Carlos Bernardo. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: Os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, maio, 2007.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. *In: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 13, p. 77-87, Set. 2006.

A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA SUBJETIVISTA NO ESTUDO DA AÇÃO POLÍTICO-MILITANTE

Gabriel Guerra Câmara²¹

Esse texto apresenta o processo de construção de um objeto de pesquisa no campo da sociologia política. Esse objeto foca o estudo das *transformações e adaptações operadas por agentes sociais em sua ação política militante* ao longo de suas trajetórias de ação política. Essas operações servem à produção de *condições de continuidade e renovação* de sua atuação militante em um contexto social diferente daquele no qual iniciaram sua atividade política, engajando-se pela primeira vez, inaugurando suas respectivas militâncias. Assim, nosso núcleo empírico é a *ação política individual, socialmente referenciada*. Para isso, esse texto descreve os quatro movimentos que realizamos com vistas à essa constituição e como três deles contribuíram diretamente para produzirmos, ao fim e ao cabo, nossa problemática: 1) A identificação de um *campo de interesse inicial* de pesquisa, posteriormente sistematizado no objeto de pesquisa; 2) O reconhecimento das questões que surgiram no campo de pesquisa e não estavam anteriormente previstas, fato comum nos processos de investigação, mas muito pouco refletido. Em nosso caso, essas questões tiveram força para reorientar nosso interesse inicial de pesquisa. 3) A leitura crítica da literatura que trata, na sociologia política, da ação política: a sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais. 4) Por fim, com o acúmulo dos três primeiros pontos, realizamos a seleção de um referencial teórico que nos fornecesse orientações para trabalharmos a lacuna identificada na literatura dos movimentos sociais e fosse capaz de responder as perguntas norteadoras que constituímos para nossa pesquisa. Esse texto tem como objetivo mais descrever e discutir as etapas de pesquisa pelas quais os pesquisadores normalmente cumprem, para animar uma discussão comparativa, do que esgotar a apresentação dessas mesmas etapas.

O primeiro movimento pelo pesquisador foi a identificação de um campo de interesse inicial. Esse primeiro ponto serve para estimular uma discussão acerca da influência de nossos processos de socialização na escolha de nossos objetos de pesquisa. Ao longo de minha trajetória, sempre li muito sobre o período da ditadura militar e assisti muitos filmes nessa temática. Ao longo da formação na graduação e do mestrado, passei a me interessar pelo

²¹ gabrielgcamara@gmail.com

tema da violência. O guarda-chuva “ditadura militar” e o tema da violência me levaram ao interesse em estudar a luta armada realizada por grupos de esquerda naquele período. Entretanto, esse interesse era, em um primeiro momento, muito mais relacionado à um fenômeno empírico específico do que algo constituído teoricamente. Mas, é nesses processos simples que começamos nossas pesquisas. Esse primeiro interesse nos conduziu, então, para a leitura das teorias dos movimentos sociais, pois até então eu acreditava que as organizações clandestinas de esquerda da época da ditadura pudessem ser pensadas a partir do conceito de movimento social. Não necessariamente o é, mas a leitura das teorias dos movimentos sociais abriu novas perspectivas para a constituição de nosso objeto de pesquisa.

Um segundo momento consistiu no mapeamento de pessoas que se encaixassem no critério metodológico inicial que havíamos estabelecido para a realização das entrevistas: pessoas que houvessem participado de alguma organização de esquerda no período da ditadura e que houvesse participado da luta armada no Brasil daquele período. Começamos com dois contatos, fornecido o primeiro por um amigo que conheci de minha militância política que conhecia esse ex-militante do Partido dos Trabalhadores (PT), e o segundo por uma amiga que conheci também na militância política, que havia conhecido esse outro ex-militante do período em que ela militou no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Desses dois primeiros contatos, estabeleci outros através deles. Mas, o que importa pontuar aqui é que essas entrevistas exploratórias desestruturaram um pouco minha ideia inicial de pesquisa, que era um estudo sobre a construção da identidade das organizações clandestinas de esquerda daquele período. As entrevistas demonstraram uma riqueza muito maior se tirássemos o foco da questão identitária – sem dúvida relevante – e passássemos a olhar para as *trajetórias políticas* desses sujeitos. Percebi, nessas entrevistas, que havia uma *dinamicidade* muito interessante de ser analisada nessas trajetórias. A dimensão da identidade foi substituída, então, pelo interesse na dimensão da dinamicidade das experiências humanas das quais eu havia colhido dois interessantes relatos.²² Entretanto, essa dinamicidade ainda não havia sido articulada com referenciais teóricos que nos fornecessem uma lente pela qual olháramos o fenômeno empírico propriamente dito. Fiz isso através dos dois passos seguintes, assim constituindo o objeto de pesquisa final.

Em terceiro lugar, nos dirigimos à leitura das teorias da ação coletiva para com ela tentarmos dar os primeiros contornos ao nosso objeto de pesquisa. Através dessa leitura

²² Ambas entrevistas passaram de cinco horas de áudio gravado.

podemos sintetizar na *ação política militante*, - como resultado da articulação de um substantivo (que nomeia o objeto) com dois adjetivos (que nomeiam a especificidade do objeto) - nosso objeto. Basicamente lemos os autores da Teoria do Processo Político (de matriz americana) e da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (de matriz europeia). Essas teorias analisam a ação política militante e os movimentos sociais de duas dimensões principais: a dimensão estratégia e a dimensão cultural-identitária. Por um lado, levamos em conta essas dimensões no estudo das transformações e adaptações operadas por militantes em sua ação política quando essa é vista de uma perspectiva *diacrônica*. Militantes, ao longo do tempo, realizam modificações e adaptações estratégicas e identitárias em sua ação política. Os estudos de sociologia histórica de Charles Tilly, principalmente, trabalham com essa dimensão do *tempo* e sua relação com a ação política. Entretanto, essas teorias, em virtude da escala *coletiva* com a qual analisam a ação política, deixam uma lacuna em aberto. Essa lacuna é a dificuldade de nomeação, no interior de seus quadros conceituais, dos processos operados pelos agentes sociais concretos, individuais, no trabalho de transformação e adaptação que operam em sua ação política militante ao longo de suas trajetórias. De que forma e através de quais processos os militantes operam esse processo de transformação? Como se relacionam essas mudanças operadas pelo indivíduo no interior de orientações coletivas para a ação? Para além de mudanças nas dimensões objetivas da ação política – estratégias e identidades – há processos subjetivos envolvidos nessa mudança? Se sim, quais? E como operam? Constituir, fenomenologicamente (PEREIRA, 2014), novos conflitos que justifiquem a continuidade de atuações militantes, depende do cumprimento dessas operações pelos indivíduos envolvidos politicamente na sociedade.

Nesse sentido, é preciso diminuir²³ a escala de análise para o *indivíduo sociológico* (MARTUCCELLI, 2005). É nele que está contida a experiência social (DUBET, 2006) acumulada ao longo de sua trajetória pessoal e política no mundo. É ele que realiza as transformações em seu comportamento no interior do contexto histórico dinâmico em que vive. Para estudar essas transformações operadas pelos indivíduos é preciso agregar nos esquemas de apreensão da sociologia política tanto os processos eminentemente sociais quanto os processos *psíquicos* (BAJOIT, 2016) efetuados por eles. Propomos, então, *levar em conta, para explicar ou compreender a complexidade da realidade social, a inter-relação dinâmica entre*

²³ Não nos dirigimos às teorias dos movimentos sociais, pois estas têm no estudo da ação coletiva, por certo, sua razão de existir. Apenas indicamos que não há uma contradição entre produzir uma sociologia da ação coletiva a partir dos indivíduos e de sua experiência pessoal de ação e intervenção política.

sociedade e subjetividade individual. Mobilizamos teoricamente essa inter-relação no estudo das transformações e adaptações que indivíduos reais efetuam em sua prática política no interior do tempo histórico. É a dialética presente nessa relação que *impelle* os indivíduos a mudarem²⁴ e a transformarem e adaptarem sua prática política no *continuum* da história, constituindo, assim, as *condições de possibilidade* (FOUCAULT, 2012) para eles efetivarem na realidade social suas modalidades de intervenção política (REIS, 2007).

Mas qual referencial teórico nos auxilia a apreender, sociologicamente, essa subjetividade? Trata-se da *sociologia da subjetivação*. E, mais especificamente, no interior dessa grande teoria, que não temos espaço para apresentar nesse resumo, selecionamos a proposta da *socio-análise*, constituída por Guy Bajoit (2016), que substancialmente *articula psicologia individual e social com os processos de transformação por que passam os agentes ao longo de sua vida*. Essa proposta teórica da socio-análise nos fornece conceitos para analisarmos o *substrato subjetivo que embasa as manifestações objetivas realizadas pelos agentes sociais ao longo de suas trajetórias*. Mobilizar essa teoria para estudar as transformações que os sujeitos operam em sua ação política é uma *especificidade* de nossa pesquisa.

Palavras-chave: Ação política. Movimentos sociais. Sociologia da subjetivação.

REFERÊNCIAS

BAJOIT, G. **L’apport de la socio-analyse à la théorie de la subjectivation**. Working Paper n° 43, Université Catholique de Louvain, 2016.

DUBET, F. **Sociologie de l’expérience**. Paris, Éditions du Seuil, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MARTUCCELLI, D. **Les trois voies de l’individu sociologique**. EspaceTemps.net, 08/06/2005.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Enquadramento interpretativo, lógicas e dinâmicas interpretativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2014.

²⁴ Quando falamos que os indivíduos mudam suas orientações e referentes para sua prática política em uma relação dialética com o tempo histórico, dizemos que *os próprios indivíduos mudam*, e com eles sua constituição psíquica, pessoal, identitária, social, ideológica, etc.

PLEYERS, G. & B. CAPITAINÉ. **Mouvements sociaux Quand le sujet devient acteur.** Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2016.

REIS, E. T. **Contestação, engajamento e militância: “da luta contra à ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tese de Doutorado. 2007.

MOVIMENTO FEMINISTA, ELEIÇÕES E PARTIDOS POLÍTICOS: ANÁLISE DE DEZ ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Gabriela Luiz Scapini²⁵

Amanda Cegatti

INTRODUÇÃO

No período recente observa-se uma série de manifestações de movimentos feministas organizados em diferentes espaços da sociedade civil, possibilitando a construção de diversos debates, especialmente através do “feminismo na *web*” (FERREIRA, 2015). Nesse cenário percebe-se a existência de diversos “feminismos” que disputam às formas de atuação do movimento no país. De forma semelhante, as ideias sobre qual a definição de feminismo também constituem palco de lutas entre visões distintas e, por vezes, antagônicas. Tais discussões e embates são longos e remontam ao surgimento das concepções feministas, seja no Brasil ou em outros países (ALVAREZ, 2014). Em seus marcos teóricos o feminismo surge vinculado às visões liberais, que posteriormente são criticados por outras vertentes – feminismos negro, radical, pós-colonial, decolonial (DAHLBERG; SIAPER, 2007).

Além disso, a relação dos movimentos feministas com as instituições também são alvo de disputas entre visões distintas. A partir desse cenário que envolve os diversos debates feministas que circulam na *web*, na academia e entre os movimentos sociais, lança-se o questionamento, ainda inicial, sobre como ocorre a relação entre os movimentos feministas e os partidos políticos no Brasil. Assim, busca-se analisar tal relação a partir do cenário Rio Grandense. Neste trabalho, parte-se do arcabouço teórico-analítico que considera as eleições e os movimentos sociais como formas mutuamente constitutivas da política (MCADAM; TARROW, 2011). Para iniciar a investigação sobre esse tema, procurou-se verificar a relação com os feminismos em dez organizações de mulheres em partidos políticos, localizados em distintos eixos ideológicos: PSOL, PT, PCdoB, PPS, PSB, PDT, PSDB, Progressistas, PTB e PRB. Por fim, para complementar as análises, procurou-se entrevistar candidatas que

²⁵ gabriela_scapini@hotmail.com

explicitamente se afirmaram como feministas e trouxeram essa pauta em suas bandeiras de campanha eleitoral²⁶.

Para conhecer o funcionamento e a organização dos movimentos feministas no Rio Grande do Sul e sua relação com os partidos políticos, foram elencadas as seguintes questões: (a) quando essas organizações em partidos políticos surgiram? Há alguma relação com as discussões feministas? (b) Existe interlocução entre os movimentos de mulheres nos partidos políticos e as discussões feministas? Nesse sentido, há distinções entre os partidos ligados aos eixos ideológicos da esquerda ou da direita quanto aos comitês de mulheres? (c) Os comitês consideram a pluralidade de mulheres para discutir as suas especificidades enquanto mulheres negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais, do campo e trabalhadoras sexuais, mulheres em situação de rua, mulheres jovens, mulheres com deficiência, mulheres idosas entre outros marcadores identitários? (d) Qual o entendimento das candidatas sobre movimento feminista? (e) Como elas articulam a militância feminista com as organizações partidárias das quais fazem parte?

A metodologia a ser adotada é essencialmente a qualitativa. Em um primeiro momento, será feita uma análise de conteúdo para investigar as diferentes postagens nas páginas de Facebook e do blog oficial das organizações de mulheres nos dez partidos analisados. Nesta etapa busca-se conhecer mais a fundo sobre essa relação entre movimentos feministas e partidos políticos. Posteriormente, serão entrevistadas as candidatas declaradamente feministas desses partidos para verificar a interlocução da agenda feminista nas respectivas legendas e, assim, conhecer mais a proposta deste projeto, bem como obter as respostas para as questões que norteiam esta pesquisa.

MOVIMENTO SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS

A retomada democrática no final do século XX marcou um período de intensas mudanças, em especial nas lutas por transformação social: a compreensão anterior de antagonismo radical entre os movimentos sociais e o Estado foi, para muitos, suplantada. Transformações e ampliações das organizações da sociedade civil são observadas tanto no plano nacional como no internacional. Nesse cenário, as organizações da sociedade civil

²⁶ Pretende-se entrevistar Anita Lucas de Oliveira (Dra. Anita) - PT, Bruna Rodrigues - PCdoB, Carla Zanella (Carlinha Zanella) - PSOL, Cristina Machado (Cris Machado) - PCdoB, Fernanda Melchionna - PSOL, Karen Santos - PSOL, Marianna Rodrigues - PCB, Natasha Ferreira - PCdoB, Sandrali Bueno - PT, Silvana Conti - PCdoB, Sofia Cavedon - PT.

apresentam diferentes propósitos, tamanhos, formatos e áreas de atuação social: "novas forças sociais emergem no sentido de ocupar espaços e arenas não apenas no campo social, mas também no governamental, ampliando o terreno da política". (LUCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, p. 361, 2017). Tanto a esfera societária como a esfera institucional aparecem como elementos chaves para as relações políticas na redemocratização. Esse período foi marcado pela emergência dos novos movimentos sociais (TILLY, 2010; GOHN, 2003) que se caracterizaram por novos repertórios organizacionais com novas demandas e formas de ação política que os distinguem dos movimentos sociais tradicionais - partidos políticos, sindicatos.

A relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos pode ser compreendida através da agenda do *contentious politics* e conduz à renovação nesse campo de estudos, especialmente ao destacar a conexão entre política institucional e política contestatória (TILLY, 2010). Tal abordagem proporcionou um questionamento à visão corrente na literatura e possibilitou que à relação entre os movimentos sociais, os partidos políticos e o Estado fosse compreendida para além da cooptação ou desmobilização dos movimentos sociais quando interagem com os partidos políticos ou com o Estado. Ademais, considera-se que os movimentos sociais não jogam sozinhos e de que as instituições importam. Assim, envolve-se complexas redes políticas e institucionais com uma ampla variedade de atores: representantes políticos, partidos, meios de comunicação, eleitorado e, também, outros movimentos sociais. (MEZA; TATAGIBA, 2016).

As associações também assumem função primordial para as alternativas ou renovações democráticas. Entre as suas funções, destacam-se àquelas ligadas à cooperação com os governos, à ampliação dos espaços de representação política ou à contestação dos padrões culturais e institucionais. "Os conceitos de capital social, sociedade civil e de movimentos sociais podem ser apontados como referências centrais nestas diferentes concepções teóricas que relacionam o associativismo com os processos de ampliação e de aprofundamento da democracia"¹⁴. (ALMEIDA, LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p. 239)²⁷. Em linhas gerais, essa literatura aponta as principais contribuições das associações: (a) seus impactos positivos na promoção de indivíduos "mais cidadãos". As redes de associativismo funcionam como escolas

²⁷ 14 De forma geral, a abordagem de capital social remonta à concepção de Putnam (1995) onde a vida associativa conduziria à práticas de civildade nos cidadãos. A abordagem sobre movimentos sociais é ampla, destaco a contribuição de Melucci (2001) onde a relação de conflitos e contestação assume preponderância. Com relação à sociedade civil, destacam-se os autores Arato e Cohen (1999) e Habermas (1995). Essa perspectiva analítica se relaciona com as anteriores, incorporando tanto as dimensões democráticas como ampliando os efeitos democráticos das associações e como elas impactam na esfera pública. (LUCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, p. 361, 2017).

de cidadania (PUTNAM, 1995) e (b) denunciam injustiças e os padrões hegemônicos de poder. No geral, os movimentos sociais se vinculam diretamente à essa tarefa. Além disso, as associações discutem e auxiliam na construção de políticas públicas (FUNG, 2003).

Dessa forma, os movimentos feministas foram os principais responsáveis por reivindicar a importância da participação feminina nas diferentes esferas da vida social - seja na política, na educação, no mercado de trabalho. À semelhança da luta sufragista na França, Grã-Bretanha e Estados Unidos, no Brasil as primeiras lutas do movimento feminista também foram motivadas pelo direito à cidadania, expresso pelo direito ao voto das mulheres (de votarem e serem votadas) (PINTO, 2003). Apesar de alcançarem a expansão da cidadania política, as mulheres permaneceram sub-representadas no Brasil e em outros países, o que motivou o pleito pela criação de garantias legais que facilitem o acesso feminino a cargos de poder. A pauta foi levada para organismos internacionais de proteção social, resultando primeiramente na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979), considerada precursora entre os instrumentos internacionais que visavam proteger os direitos humanos das mulheres (PRÁ, 2011). Desse modo, no Brasil, essas discussões culminaram na adoção das políticas de cotas a partir da Lei de 1995, onde são reservadas 30% das vagas nas listas partidárias para um dos gêneros.

De forma semelhante, as organizações de mulheres em partidos políticos nascem em meados dos anos de 1980. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o pioneiro em instituir uma secretaria de mulheres em sua estrutura partidária. Atualmente a maioria dos partidos políticos contam com alguma organização de mulheres em sua estrutura - algumas organizações estão previstas no estatuto do partido político, outras possuem um estatuto ou regimento interno próprio e uma pequena parcela não possui qualquer regulamentação. Ainda assim, diferentes mulheres se organizam em torno dos comitês/secretarias e discutem a situação da mulher na política seja a nível intrapartidário ou interpartidário. Dessa forma, compreender a relação entre o movimento feminista e os partidos políticos no Brasil assume relevância fundamental e, para fins da presente análise, parte-se das organizações de mulheres em partidos políticos como *locus* inicial de pesquisa.

Palavras-Chave: Movimentos Feministas; Eleições; Partidos Políticos.

REFERÊNCIAS

AÇÃO DA MULHER TRABALHISTA (AMT). (2017). Estatuto da Ação da Mulher Trabalhista, Brasília, DF.

ALMEIDA, Carla; Luchmann, , Lígia; Ribeiro, Ednaldo (2012) "Associativismo e representação política feminina no Brasil". **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 237-263.

ARATO, Andrew; Cohen, Jean. (1999) "Esfera pública y sociedad civil". **Revista Metapolítica**, v. 3, n. 9, p. 37-55.

ALVAREZ, Sonia. (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas. v. 43, p. 13-56.

ARAÚJO, Clara (2005) "Partidos Políticos e Gênero: Mediações nas Rotas de Ingresso das Mulheres na Representação Política". **Revista de Sociologia e Política**, 24, 193-215.

ARCHENTI, Nélica; Tula, María Inés. (2008). **Mujeres y política en América Latina** - sistemas electorales y cuotas. Buenos Aires: Heliasta.

DAHLBERG, Lincoln; Siapera, Eugenia (Ed.). (2007). **Radical democracy and the Internet: Interrogating theory and practice**. London: Springer.

FEIJÓ, Tânia (2018). **Membro do Diretório Nacional do PDT**. Porto Alegre: 21 de maio.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro (2015). Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**. Campinas, V. 44, p. 233-263.

FLORES, Ivana Maria Genro (2018). **Membro do PSDB-Mulher**: 8 de maio de 2018.

FORTUNA, Solange (2018). **Secretaria Geral da Mulher Progressista RS**. 21 de maio.

FUNG, Archon (2003) "Survey article: recipes for public spheres: eight institutional design choices and their consequences". **Journal of political philosophy**, v. 11, n. 3, p. 338-367.

GODINHO, Tatau (1996). "Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores" **Revista Estudos Feministas** 4, no. 1. 148-157.

GOHN, Maria da Glória Marcondes (2003). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Vozes.

GROSSI, Miriam Pilar; Miguel, Sonia Malheiros (2001) "Transformando a diferença: mulheres na política". **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso). 9, 1, 167-206.

HABERMAS, Jürgen (1995) "Três modelos normativos de democracia". **Lua nova**, v. 36, p. 39-53.

JOTA, Adriana (2018). **Membro da Secretaria de Mulheres do PCdoB RS**. Porto Alegre: 16 de maio.

MEZA, Humberto; Tatagiba, Luciana. (2016). **Movimentos sociais e partidos políticos**: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012).

LOOSE, Maria Luiza (2018). **Secretaria Estadual de Mulheres do PSB RS**: 21 de maio.

LUCHMANN, Lígia Helena Han (2014) "Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; Schaefer Márcia Inês; Nicoletti, André Selayaran (2017) Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Revista Opinião Pública.**, v. 23, n. 2, p. 361.

SCHERER-WARREN, Ilse; Luchmann, Lígia Helena Hanh (2004) Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil—Introdução. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 13-36.

MCADAM, Doug; Tarrow, Sidney. (2011) Introduction: Dynamics of contention ten years on. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 16, n. 1, p. 1-10.

MATOS, Marlise (2011) “Recentes dilemas da democracia e do desenvolvimento no Brasil: Por que precisamos de mais mulheres na política” **Revista Sinais Sociais**. 5, 17, 110-141.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; Gonçalves, Leandro Pereira (2016) “A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio” **Civitas**, 16, 3, jul-set.

MELUCCI, Alberto. (2001). **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Vozes.

MULHER PROGRESSISTA (MP). (1996). Estatuto da Mulher Progressista. Brasília, DF.

OLIVEIRA, Misiara (2018). **Membro da Secretaria de Mulheres do PT RS**. 2 de maio.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS). (1992). Estatuto. Brasília, DF.

PARTIDO PROGRESSISTA (PP). (2016). Estatuto. Brasília, DF.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). (1988). “Programa do Partido” in Brasil (2013-2014) **Partidos Políticos Brasileiros**: programas e diretrizes, Brasília, DF.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). (2015). Estatuto. Brasília, DF.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB). (2018). Reunião com dirigentes estaduais: 25 de abril.

PINTO, Celi Regina J. (2001) “Feminism, history and power” **Revista de sociologia e política**, 18, 36, 15-23.

PINTO, Céli Regina J. (2003). **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

PRÁ, Jussara Reis. (2011). “**Reflexões sobre gênero, mulheres e política**”. in Paiva, Denise (Org.) *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Editora da UFG, 101-126.

PSDB-MULHER. (2009). *Regimento Interno do Secretariado Nacional da Mulher*. Brasília, DF.

PTBM. (1997). *Regimento Interno do PTB Mulher*. Brasília, DF.

PUTNAM, Robert. (1995). Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America. **PS: Political science & politics**, v. 28, n. 4, p. 664-683.

REINHARZ, Shulamit; Davidman, Sacchet, Teresa (2011) “Partidos políticos e sub-representação feminina: um estudo sobre o recrutamento legislativo e o financiamento de campanhas” in Paiva, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cãnone.

SILVEIRA, Terezinha. (2018). **Membro da Coordenadoria da Mulher do PPS**: 5 maio de 2018.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1983). **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

TILLY, Charle. (2010). Movimentos sociais como política. **Revista brasileira de Ciência política**, n. 3, p. 133-160.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM). (2007). *Estatuto da UBM*. São Paulo.
Vecchio, Miguelina (2018). *Secretária Geral da AMT RS*. Porto Alegre: 21 de maio.

A ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS (APG): ELEMENTOS PARA COMPREENDER O CAPITAL SOCIAL E A CULTURA POLÍTICA²⁸

Marcelo de Souza Marques²⁹

Luiz Henrique Rodrigues

A construção Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), Vitória-ES, aos 25 de março de 1987, resultou de complexas relações entre as Paneleiras, políticos e gestores públicos. No calor das lutas e articulações políticas em torno da principal fonte de matéria prima, denominada pelos sujeitos de barro, e da concorrência no mercado cultural local de produção de panela de barro, sobretudo com relação aos artesãos de Guarapari, a APG se tornou principal instrumento de organização política dos sujeitos e o canal institucional de comunicação com a esfera política. Contudo, ao voltarmos aos sentidos atribuídos pelos sujeitos à APG no momento presente, com indagações acerca dos *significados da APG para os sujeitos, contribuições/benefícios da APG no dia a dia do trabalho dos associados* e à *avaliação geral da APG*, deparamo-nos com significados que apontam para uma ideia da APG limitada ao “local de trabalho”, à “estrutura física do galpão” e à “garantia de renda/trabalho”.

Essas indagações, que inicialmente eram temas que apenas perpassavam os objetivos centrais de nossos trabalhos autorais e da pesquisa de Revalidação do Ofício das Paneleiras realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – pesquisa da qual participamos da primeira etapa, entre nos anos de 2014 e 2015 –, passaram a nos chamar a atenção ao percebemos que os sentidos atribuídos pelos sujeitos à APG poderiam ter uma relação com o processo de construção da associação. A partir daí, nosso objetivo passou a ser a retomada e a problematização das relações políticas verificadas durante o processo de construção da APG refletidas à luz da mobilização de capital social e da criação de uma cultura política associativo-participativa em torno da instituição ao longo de seus pouco mais de trinta anos de existência.

Para levarmos a cabo a pesquisa, nos guiamos por uma orientação de pesquisa indiciária. Sem o objetivo de adentrar em um debate sobre as diferentes perspectivas e usos do

²⁸ Agradecemos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pela liberação de dados da Pesquisa Etnográfica sobre o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras – ES, pesquisa da qual participamos entre os anos de 2014 e 2015, como parte da primeira equipe de pesquisa.

²⁹ marcelo.marques.cso@gmail.com

indiciarismo, limitamos nossa concepção do indiciarismo enquanto uma perspectiva investigativa que orienta o olhar do pesquisador para os detalhes, para os fatos marginais que rondam e constituam a realidade; por isso o assumimos como orientação de pesquisa. A partir dessa orientação, atentamo-nos tanto aos sentidos evocados pelos sujeitos em entrevistas, quanto aos elementos narrativos encontrados na literatura relevante sobre o período histórico referente à construção da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), para problematizarmos o atual contexto que envolve a APG. Com relação ao instrumental de pesquisa, mobilizamos a pesquisa bibliográfica, a observação direta e, principalmente, a entrevista em profundidade. Ao todo, entrevistamos 14 Paneleiras entre aquelas que trabalham no interior do Galpão aquelas que mantêm sua produção no ambiente residencial, conhecidas como “Paneleiras de Quintais”. Com relação aos políticos e gestores, entrevistamos V. B, ex-prefeito de Vitória à época da construção da APG, J. F., assistente social da Prefeitura Municipal de Vitória que atuou junto à APG entre finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, T. C. A, ex-Diretora da 6ª Sub-Regional do IPHAN no Espírito Santo, P. B, então Gerente de Patrimônio Histórico Cultural da Prefeitura Municipal de Vitória, e F. R. C., então Sub-Secretário da extinta Secretaria Municipal de Turismo, Trabalho e Renda (SEMTTRE), Secretaria que atuava diretamente junto à APG.

Nossa hipótese é que o processo político de construção da APG, entre finais de 1980 e primeiros anos da década seguinte, não mobilizou suficientemente o capital social existente nas relações estabelecidas pelos sujeitos no contexto de Goiabeiras para uma forma de envolvimento institucional-participativo junto à APG, que, a princípio, poderia proporcionar uma “identificação político-administrativa” dos associados em relação à mesma. O resultado desse processo, nos dias atuais, é uma percepção de “insatisfação/desconfiança institucional” e forte indício de “baixo associativismo/envolvimento institucional” entre os associados, o que pode ajudar a identificar as causas das dificuldades no desenvolvimento de ações públicas, ou “semipúblicas”, que visam o desenvolvimento e o fortalecimento da APG e o próprio desenvolvimento local.

Vale frisar que ao partirmos de uma análise discursiva e ao propormos trabalhar com as categorias “insatisfação/desconfiança institucional” e “baixo associativismo/envolvimento institucional”, buscamos uma proposta de pesquisa qualitativa almejando novos elementos para compreender o capital social e a cultura política. Ademais, para a elaboração desta proposta, também consideramos uma particularidade com relação ao sistema de associação dos sujeitos à APG.

Embora não esteja instituído no Estatuto da APG, elaborado em 1987, há uma espécie de acordo informal entre os sujeitos que condiciona a garantia do acesso à matéria-prima (argila), a possibilidade de concorrer/manter a uma das 32 bancadas do atual Galpão e ao acesso a benefícios diversos à situação de “associado”. Esse acordo, portanto, atua como dispositivo coercitivo de associação: caso o sujeito não seja associado ou não esteja em dia com a taxa cobrada da APG, no valor de R\$ 35,00, o mesmo não tem acesso à matéria prima, não pode concorrer às bancadas dentro do Galpão, bem como deixa de ter acesso a todos os benefícios que a APG possa vir a ter, tais como embalagens, camisetas, aventais, dentre outros – em campo, vimos, contudo, que não raramente os sujeitos inadimplentes burlam esse “sistema”, conseguindo a argila e demais vantagens com parentes e amigos que também são Paneleiras ou mesmo diretamente com a Diretoria da APG, ainda que sofram algum tipo de constrangimento, como o “lembrete” de que não estão em dia com a APG. Por esse prisma, percebemos que não ser associado não é necessariamente uma opção e isso poderia impactar uma análise puramente quantitativa, pois, afinal, todos são associados e, em uma primeira análise, todos participam da APG.

Dessa forma, cumpre destacar que por “associativismo/envolvimento institucional” entendemos o envolvimento dos associados à vida associativo-participativa junto à instituição, e não a simples condição de “associado”. Já no que se refere à “insatisfação/desconfiança institucional”, compreendemos essa categoria como um indicativo de fraca cultura política associativo-participativa, diretamente vinculada a um processo de baixo grau de “identificação político-administrativa” dos sujeitos com as instituições.

Para melhor exposição das reflexões, optamos por seccionar o artigo em quatro momentos. Na primeira seção, abordaremos duas das categorias conceituais que mobilizaremos ao longo do artigo, a saber: capital social e cultura política. Na sequência, apresentaremos as principais modificações ocorridas no contexto de Goiabeiras, destacando o deslocamento de muitas Paneleiras, que antes trabalhavam no ambiente doméstico, para o interior do Galpão da APG. Na terceira seção, focaremos o contexto de criação da APG, identificando os conflitos, os atores relevantes e os limites de ações dos poderes públicos e “semipúblico” posteriores à criação da APG. Por fim, nossas considerações, as quais sustentam que a forma como foi conduzido o processo de criação da APG não mobilizou suficientemente o capital social existente no grupo em torno da APG. Ademais, a forma como se deu a organização institucional, por muitos anos limitada a um revezamento de sujeitos de uma mesma família, e a divisão do grupo após a formação da APG (“Paneleiras do Galpão” e “Paneleiras de Quintais”)

foi grande promotor para o grau geral de “insatisfação/desconfiança institucional” e de “baixo associativismo/envolvimento institucional” por parte do grupo das Paneleiras de Goiabeiras Velha.

Palavras-chave: Capital social. Cultura Política. Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG).

PROBLEMAS PÚBLICOS COMO INSTITUIÇÕES: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Maria Carolina Martinez Rodriguez³⁰

Os problemas públicos não são dados, nem são de propriedade exclusiva do Estado, nem seu único meio de canalização são as políticas públicas, estão longe de serem situações claras, diáfanas ou se mostrando sem tensões como tais. Um problema público é construído sobre a experiência, a narrativa, a reflexão, a pesquisa, a publicidade e disputa constantes (CEFAÏ, 2014). Depende de instituições existentes e, por sua vez, é necessário um processo de institucionalização para que uma situação perturbadora, dolorosa ou conflituosa em um determinado grupo seja reconhecida por um ou vários públicos como um problema de interesse geral.

Tendo presente que um problema público é o resultado de um processo de institucionalização, no presente texto queremos estabelecer um breve diálogo entre duas abordagens contemporâneas que analisam problemas públicos, de um lado, e instituições, de outro.

O primeiro diálogo é entre o aspecto culturalista dos problemas públicos encarnados por Joseph Gusfield, de origem norte-americana, e a proposta dos Campos de Ação Estratégica de Neil Fligstein. Aqui destacamos a proposta culturalista de Gusfield que enfoca a voz autorizada dos problemas públicos e achamos pertinente o diálogo com Fligstein no sentido de superar a dicotomia estrutura-ação. Consideramos que, apesar das deficiências que implica pensar em termos de oposição, sua abordagem tem conceitos valiosos e originais para pensar os problemas públicos, entre eles: a propriedade, a responsabilidade causal e a responsabilidade política dos problemas públicos.

O segundo diálogo é entre a abordagem pragmática francesa liderada por Daniel Cefaï e seu conterrâneo, o sociólogo Luc Boltanski, também da corrente pragmática. Essa é uma perspectiva oposta à primeira porque o lado pragmático se concentra na voz daqueles que denunciam os distúrbios e insiste em ver a publicidade como uma experiência simultânea e cheia de dinamismo. Notamos que Cefaï e Boltanski dialogam muito bem, pois trabalham com o mesmo enfoque e oferecem uma visão epistemológica e metodológica dos problemas públicos

³⁰ mcmartinezr@unal.edu.co

relevantes para analisar casos empíricos, desde o papel da denúncia e a justificação dessas denúncias.

O documento está dividido em três partes: apresentamos cada diálogo de forma independente entre os dois grupos de autores e, no final, as conclusões e questões levantadas por esta reflexão.

Palavras Chave: Problema público. Instituição. Sociologia.

REFERÊNCIAS

- Douglas, Mary, 1996, *Cómo piensan las instituciones*, Alianza Editorial, Madrid.
- Boladeras Cucurella, Margarita. (2006) *La opinión pública en Habermas*. En: *Revista Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura*. Número 26, Barcelona.
- Boltanski, Luc, 2002, *El Amor y la Justicia como competencias. Tres ensayos de sociología de la acción*. Amorrortu Editores, Buenos Aires.
- Boltanski, Luc, 2016, *La condición fetal. Una sociología del engendramiento y del aborto*. Ediciones Akal. Madrid.
- Dewey, John, (2004) *La opinión pública y sus problemas*. Traducción del inglés de Roc Filella, Ediciones Morata, Madrid. Título original: *The public and its problems* (1927).
- Fligstein, Neil, 2007. *Habilidade social e a teoria dos campos*. Fórum, v. 47, n.2.
- Fligstein, Neil, 1997, *Fields, power, and social skill: a critical analysis of the new institutionalisms*.
- Cefai, Daniel, 2014, *Investigar los problemas públicos: con y más allá de Joseph Gusfield*. En: *Gusfield, Joseph, La Cultura de los Problemas Públicos*, Siglo XXI Editores, Buenos Aires.
- Cefai, Daniel, 2017, *Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1)*. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.
- Gusfield, Joseph, 2014, *La Cultura de los Problemas Públicos*, Siglo XXI Editores, Buenos Aires.

AS MUDANÇAS DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL DO BRASIL: COMUNIDADES TERAPÊUTICAS COMO INSTITUIÇÕES TOTAIS

Vanessa Azambuja de Carvalho³¹

Luiza Bohnen Souza

O presente trabalho busca relacionar as concepções e escritos de Goffman com uma análise da trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil e os atuais novos rumos devido a mudança da Política com uma ampliação, promovendo mudanças na Política Nacional de Saúde Mental (Resolução CIT No. 32/2017 e Portaria No. 3.588/2017). Pretendemos aqui expor o uso de Comunidades terapêuticas como um espaço dito de cuidado, como algo preocupante para uma visão descentralizado e não hospitalocêntrica que o trabalho da reforma vem desenvolvendo nos últimos anos no nosso país. Nessa política de 2017, o maior investimento em novos serviços será dirigido à expansão das comunidades terapêuticas. Até a aprovação da nova política, as comunidades terapêuticas não faziam parte da Rede de Atenção Psicossocial.

A expectativa é que o número de vagas nesse tipo de serviço seja quadruplicado, passe de 5 mil para 20 mil, das quais 10 mil deverão vir a ser patrocinadas pela pasta da Saúde. Antes de fazerem parte da Rede de Atenção Psicossocial, as comunidades terapêuticas funcionam por meio de credenciamento pelo Ministério da Justiça. Isso também destaca a aplicação e destinação de mais recursos para instituições que são mantidas, em geral, por grupos privados ou entidades filantrópicas (BRASIL, 2017). Martins (2017) destaca que, inspeções em 30 comunidades terapêuticas de dez estados e do Distrito Federal constataram violações de direitos humanos em todas elas. Segundo ela a privação de liberdade, condições degradantes de moradia, jovens sem escola, unidades que recebem recursos públicos, mas não têm registros de funcionamento.

Com essa nova propositiva do Ministério da Saúde, percebe-se um destaque e ênfase no uso de instituições totais, como postulado por Goffman (1974) para pensar o cuidado em saúde. O autor já alertava para as implicações de se pensar saúde de internados nesses espaços. O autor vai indicar que certos mecanismos de estruturação de uma instituição determinam a sua condição de instituição total e acarretam consequências na formação do eu do indivíduo que nela participa sob determinada condição. Para Goffman (1974), o ser age nas

³¹ azambujadecarvalho@gmail.com

esferas da vida em diferentes lugares, com diferentes co-participantes e sob diferentes autoridades sem um plano racional geral, ao inserir-se numa instituição social passa a agir num mesmo lugar, com um mesmo grupo de pessoas e sob tratamento, obrigações e regras iguais para a realização de atividades impostas.

Portanto, quando essa instituição social se organiza de modo a atender indivíduos (internados) em situações semelhantes, separando-os da sociedade mais ampla por um período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente) que se baseia no discurso de atendimento aos objetivos institucionais, ela apresenta a tendência de “fechamento” o que vai simbolizar o seu caráter “total”. Esse caráter total da instituição age sob o internado de maneira que o seu ‘eu’ passa por transformações dramáticas do ponto de vista pessoal e do seu papel social. O autor afirma que esse fato pôde ser ricamente verificado no hospital para doentes mentais e, para esclarecê-lo bem, detalha o processo que o desencadeia descrevendo “o mundo do internado”. Quando o internado chega ao hospital ele sofre um processo de “mortificação do eu” que suprime a “concepção de si mesmo” e a “cultura aparente” que traz consigo, que são formadas na vida familiar e civil e não são aceitas pela sociedade. Estes “ataques ao eu” decorrem do “despojamento” do seu papel na vida civil pela imposição de barreiras no contato com o mundo externo, do “enquadramento” pela imposição das regras de conduta, do “despojamento de bens” que o faz perder seu conjunto de identidade e segurança pessoal, e da “exposição contaminadora” através de elaboração de um dossiê que viola a reserva de informação sobre o seu eu “doente”. Esse mecanismo, além de causar a perturbação da relação entre ator/indivíduo e seus atos, causa o “desequilíbrio do eu”, uma vez que profana as ações, a autonomia e a liberdade de ação do internado. A esse momento, concomitantemente, ocorrem os mecanismos de reorganização pessoal que representam instruções formais e informais de reestruturação do eu e que garantem um sistema de privilégios. As regras da casa, rotinas diárias, são um conjunto de prescrições e proibições que, se bem aceitas, permitem prêmios e privilégios ou, se desobedecidas, geram o castigo, quer dizer, suspensão temporária ou permanente dos privilégios.

Goffman (1974), salienta que as noções de privilégios na instituição total não são retiradas do padrão da vida civil, não são considerados como favores e sim como a ausência da privação. Diante da influência reorganizadora o internado passa a desenvolver a sua adaptação que pode se dar pelos “ajustamentos primários”, quando contribui cooperativamente com as atividades exigidas pela instituição, ou pelos “ajustamentos secundários”, quando empregam meios ilícitos ou não autorizados para obterem satisfações proibidas, escapando do que a

organização supõe que deve fazer ou obter, ou seja, escapando daquilo que deve ser. As “táticas de adaptação”, que significam as respostas que o internado dá às regras da casa, ocorrem a partir de ajustamentos primários, secundários ou da combinação destes em diferentes fases da sua vida de paciente e são classificadas por Goffman como “afastamento da situação” - desatenção e abstenção aos acontecimentos de interações, “intransigência” - não cooperação e desafio à instituição, “colonização” - consideração da vida institucional como desejável em relação às experiências ruins no mundo externo, “conversão” - aceitação da interpretação oficial e representação do papel de internado perfeito, “viração” - combinação de várias táticas visando evitar sofrimentos físicos e psicológicos - e “imunização” - o mundo da instituição passa a ser um mundo habitual sem novidades. Esses mecanismos de mortificação do eu e de reorganização pessoal geram um ambiente cultural que causa no internado a sensação de fracasso, um sentimento de que o tempo de internação é perdido, mas que precisa ser cumprido e esquecido e uma angústia diante da idéia de retorno à sociedade externa. Essa angústia decorre do “status proativo” - o internado se vê diante de uma nova posição social que é diversa da anterior que, por sua vez, não será a mesma quando sair do hospital, e do “desculturamento” - o internado se vê diante da impossibilidade de adquirir os hábitos atuais que a sociedade passará a exigir. O autor preocupou-se em caracterizar o hospital psiquiátrico como instituição total com o rico detalhamento do mundo do internado, porém não deixa de apresentar o caráter total da instituição do ponto de vista do mundo da equipe dirigente. Neste, a organização formal convive com uma contradição latente: o que a instituição faz e aquilo que deve dizer que faz.

Esses conceitos, terminologias e análises do autor nos ajudam a pensar a Comunidade Terapêutica como uma instituição total. Gostaríamos de aprofundar esse debate e salientar as estigmatização que os usuários dos serviços enfrentam. E ainda, o atraso dessa dita nova política para processos de desinstitucionalização e trabalho em rede que a reforma psiquiátrica lutou tanto para desenvolver. Entender as nuances dessas comunidades e apontar sua articulação com um viés medicalizante e hospitalocêntrico é um dos nossos objetivos, e achamos que Goffman pode nos auxiliar nessas análises.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. **Resolução CIT No. 32/2017**. Disponível em: <http://www.bsgestaopublica.com.br/index.php/resolucaomscit32>. Acesso em: 2 out. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria No. 3.588/2017**. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html. Acesso em: 2 out. 2018.

GOFFMAN, E. As características das instituições totais. In: GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.13-108.

MARTINS, Helena. **Nova política de saúde mental favorece ampliação de comunidades terapêuticas**. Brasília: Agência Brasil, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-12/nova-politica-de-saude-mental-favorecera-ampliacao-de-comunidades>. Acesso em 2 out. 2018.

**A “NOVA” CARA DO CONSERVADORISMO DO BRASIL: CONTEXTOS,
FACETAS E DINÂMICA DE ADAPTAÇÃO DA NOVA GERAÇÃO
CONSERVADORA**

Wilson Juliano Pereira Medina³²

Esta pesquisa está sendo realizada como parte do processo de obtenção do título de Mestre em Sociologia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em relação à #CLACSO2018 busca contribuir, principalmente, no debate sobre o campo temático *derechas y movimientos conservadores*, adotando a perspectiva de um estudante que analisa acontecimentos da história brasileira – alguns muito recentes, outros nem tanto.

O objetivo da pesquisa é interpretar sociologicamente o perfil utópico/ideológico do movimento social conservador atual no Brasil, movimento que obteve maior destaque a partir dos anos 2000. Para produzir essa interpretação é necessário investigar a disposição submersa concentrada em determinados estamentos sociais e sua correspondência à dinâmica da dialética no processo de transformação social. Embora faça usos pontuais da abordagem institucional, essa não é predominante no estudo. A investigação adota a abordagem histórico-sociológica e configuracional sobre o fenômeno social na tentativa de esclarecê-lo por meio de uma análise empírica em confronto com conhecimentos teóricos.

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, vale registrar que não existe qualquer metodologia ou teoria que o defina previamente, pois rupturas, reminiscências e transmutações estão presentes em todo período histórico. No caso, foi definido um período em comparação a outros, distinguindo-os com base em fatores estruturais de ordem política, econômica ou cultural, tanto de âmbito nacional como internacional. Trata-se do Brasil antes e depois do ano de 1945 e antes e depois do ano de 2016.

Na primeira parte do estudo, é explorada a dimensão macro das transformações sociais experimentadas no país, as quais possuem forte correlação com o fenômeno de ascensão dos movimentos sociais reacionários e, principalmente, com o sentido desses movimentos. Evidenciar a dinâmica histórica de desenvolvimento socioeconômico e, em paralelo a isso, analisar a sua lisura político-constitucional com a pretensão de mostrar os laços entre as

³² wilsonmedina@yahoo.com.br

garantias (ou a falta de garantias) dessa lisura e a sustentação (ou a oscilação) dessa dinâmica. Para isso são trabalhados três conceitos sociológicos: processo civilizador, configuração social e esfera pública.

Pode-se afirmar que quando se garante a estabilidade democrática e a normalidade institucional ocorre um claro avanço no processo civilizador brasileiro, como aconteceu nos períodos compreendidos entre os anos de 1945 e 1964 e entre os anos de 1989 e 2016. O avanço do processo civilizador foi interrompido pelas rupturas sócio-políticas ocorridas em 1964 e em 2016, as quais promoveram retrocesso no sentido de restabelecer a ordem oligárquica, desrespeitando e desfazendo conquistas logradas durante o período de progresso social anteriormente experimentado.

Na segunda parte da pesquisa, a análise recai sobre o sentido e o objetivo das rupturas identificadas, de modo a demonstrar que nas articulações por parte de setores da sociedade, concentrados na oligarquia e no estamento médio, ressalvadas as peculiaridades de cada período histórico analisado, existe uma disposição conflitiva com relação às consequências inerentes a uma ordem moderna democrática como, por exemplo, o encurtamento da distância socioeconômica entre os estamentos.

Essa disposição conflitiva trata-se de um *habitus* ideológico correspondente a uma configuração social de ordem oligárquica e escravocrata, que promove constantemente um processo descivilizador cuja intensidade está de acordo com a dinâmica da dialética social de transformação. Esse processo ocorre objetivamente em ataques contra a estima e os direitos da base social, contra suas pautas e seus líderes, promovendo a ruptura da esfera pública.

Sendo assim, pode-se verificar que, pela perspectiva do estamento médio, esses conflitos são representados e disputados para além das consequências materiais da dinâmica da dialética de transformação social, em que pese não deixem de ter correspondência com os determinantes materiais. Todavia, o estamento médio atua via reivindicações embasadas em honrarias e mesmo os apontamentos mais economicistas são embasados no discurso meritocrático, segundo o qual aqueles que ignoram esse princípio estão também violando a justiça e a moral de qualquer processo inclusivo.

A dissertação sustenta a hipótese de que os movimentos conservadores no Brasil possuem em geral três facetas, conforme as definições dadas por Mannheim, relacionadas ao contexto histórico. A primeira faceta é o liberalismo humanista de referencial moral que é, na verdade, algo que só aparece como alegoria, de forma superficial e distorcida, mas que não orienta as ações do grupo. A segunda trata-se de um desdobramento político do perfil ideológico

conservador, o perfil administrativo, que é supostamente a base de apoio intelectual do movimento conservador. A terceira faceta também é um desdobramento político do perfil ideológico conservador, embora não seja representativo desse, podendo ser descrita como o perfil político fascista que orienta o comportamento e as estratégias usadas nas investidas do movimento.

GRUPO DE TRABALHO

**MINORIAS SOCIAIS: ESTIGMATIZAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO, DESIGUALDADE
E RESISTÊNCIA**

ALIMENTAÇÃO E SITUAÇÃO DE RUA: A RESISTÊNCIA FACE À VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Ana Carolina Einsfeld Mattos³³

O acesso à alimentação é um degrau para o acesso a cidadania na sua totalidade. Este resumo objetiva percorrer a temática referente ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e sua concretização frente aos indivíduos em situação de rua, bem como, a ocorrência da violação deste direito. Esta análise teórica busca metodologicamente contribuir para posterior pesquisa de dissertação. Logo, os resultados teóricos preliminares são apresentados nesta escrita com base no DHAA e a situação de rua. Quando se trata dos Direitos Humanos em um contingente de desigualdades, é fato que ocorrem injustiças a uma classe marginalizada e é impossível resolver aspectos de violação dos direitos sem uma política social que vise os problemas crônicos da nossa organização social. Uma política sem privilégios de alguns e sim de promoção e respeito ao ser humano na garantia dos direitos individuais e coletivos. No Brasil, é recente tratar a temática dos Direitos Humanos quando relacionamos a inclusão do tema frente aos movimentos sociais que confrontaram a ditadura militar, e requer um pensamento emergente, pois o processo de desigualdade social e econômico concretiza uma acentuada grandeza e de visível divisão entre uma sociedade de privilégios e uma sociedade de carências. Nessa perspectiva os Direitos Humanos abarcam um discurso capaz de legitimar o modelo econômico excludente e socialmente injusto. O Fenômeno social tipicamente urbano, que abrange a condição de sobrevivência da população em situação de rua, atravessa a história das comunidades sedentárias, e na contemporaneidade, abarca questões vinculadas à profunda desigualdade e exclusão social. Sua magnitude tem incomodado muitos e preocupado alguns. Um indivíduo excluído socialmente de forma simbólica representa na sua forma orgânica uma estrutura de falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação, violações de direitos, perda de autoestima, consequências na saúde, em especial a saúde mental, válvulas de escape como é o caso do mundo do tráfico e uso de drogas ilícitas, assim como, transgride valores e limita padrões e perspectivas de emancipação social. A população em situação de rua está a par da sociedade, em uma espécie de não pessoa, e como consequência, não atuantes. Ao trazer à tona a discussão dos Direitos, o que tem perpetuado

³³ anamattos50@gmail.com

culturalmente são ações e fortes sentimentos de repressão e segregação, ou mesmo de desvalia. Situação essa que tem sido o pano de fundo de imagens violentas, fatos que viram notícia e estão cada vez mais presentes, como exemplo as ocorrências de pessoas queimadas, pelo simples fato de representarem uma visão não bela da realidade, por estarem dormindo aos olhos do mundo, ações postuladas em uma corrente higienista que visam à limpeza social, o extermínio e a execução sumária. Sem falar da violência verbal e simbólica, que é produzida e reproduzida diariamente. A alimentação para quem vive em situação de rua em uma abordagem crítica pode ser discutida ao relacionar um Estado de exceção e a condição de vida nua. A condição de vida nua é um termo utilizado para designar uma condição social que abarca aspectos desestruturantes de nossa sociedade contemporânea. Vida nua se refere à experiência de desproteção e ao estado de ilegalidade de quem é acuado em um terreno vago, submetido a viver em Estado de exceção. É importante ressaltar que o Estado de Exceção da modernidade se estabelece de uma criação de tradição democrático-revolucionária e não advindo da tradição absolutista. Não se define como um modelo ditatorial, mas sim como um vazio e uma interrupção do direito. A juridicidade não oficial é um dos poucos instrumentos que as classes oprimidas podem recorrer para organizar a vida, uma espécie de mínimo dos mínimos mecanismos de estabilidade em uma situação estrutural de precariedade. Em uma retrospectiva histórica, após a criação da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, exacerbou a discussão da importância em debater sobre a alimentação como forma de direito, logo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) entra atualmente em foco no país a partir do debate focado na relação de direitos humanos do passado, e ao trazer a questão do DHAA no Brasil, deve-se ter como pressuposto inicialmente um contexto de desnutrição, fome, pobreza e miséria, e que estas não se distribuem ao acaso. No Brasil, desde 2010, o Direito à alimentação se enquadra dentro dos direitos sociais da Constituição Federal. Contudo, na relação aos aspectos da violação do direito à alimentação, é fundamental linear a fome como uma realidade gritante, extensa e silenciada. Provavelmente, apesar de todas as declarações, a mais negada de todas as prerrogativas de cidadania seja o direito à segurança alimentar e nutricional, desde que bilhões de pessoas sofrem os riscos ou apresentem manifestações concretas de desvios funcionais ou morfológicos relacionados com as carências alimentares. A alimentação é em suma, a luta contra a fome, e nem sempre essa luta se manteve com índices positivos para a humanidade. A fome está presente no passado da história da civilização, como também está presente nos dias atuais. A fome apresenta-se como uma forma de negação do direito à alimentação e embora o direito tenha ao longo da história refletido e reproduzido

processos sociais, à retórica jurídica leva a diferenciar formas de exclusão social, ora por uma exclusão de um grupo ou classe do poder, pelo fato de estar fora da comunidade relevante sendo a classe oprimida, ora a exclusão com o direito Estatal das sociedades capitalistas modernas, com as discriminações sociais que ela reproduz. Portanto, os níveis de fome contemporâneos não aumentam em decorrência de uma falta de alimento, disponibilidades de consumo, mas sim de uma incapacidade de obtenção expressado pela falta de recursos. Não falta o pão! Falta, o ganha pão! Visto o fenômeno que abarca a situação de rua, cabe relacionar a alimentação e o papel do Estado na garantia de direitos. É curioso observar que, mesmo representando um dos problemas mais antigos, permanentes e graves de toda a história da humanidade, somente há pouco mais de meio século as questões relacionadas com a alimentação, nutrição, saúde, direitos de cidadania, obrigações do Estado e deveres da sociedade passaram a figurar como parte das grandes reflexões e linhas de ação de políticas públicas. De fato, só no pós-guerra o tema ainda difuso e nebuloso da fome ingressou na agenda dos chefes de Estado, depois de ser enfocado como tema de estudos biológicos, econômicos, sociais, históricos, culturais, religiosos e éticos ligados à própria saga do desenvolvimento humano. É preciso pensar que a alimentação é um direito e não um favor do Estado para os que não têm o que comer. Se então, configurado direito, deve estar ao alcance de todos e todas, devendo desfrutar e reivindicar o cumprimento de toda a normatividade deste direito fundamental. Por essa razão, o Estado assume o dever de assegurar o acesso à alimentação adequada não só em quantidade suficiente, mas também em qualidade, a fim de completar a sustentabilidade da vida. Contudo, ao dimensionar o fenômeno social de quem vive, ou melhor, sobrevive à situação de rua aos aspectos da alimentação, é consequência que a partir deste contexto exista uma carência já crônica e nebulosa em torno do acesso a alimentação como princípio, e um acesso a um alimento adequado como utópico. Portanto, a luta pela garantia do DHAA não pode prescindir da luta pela garantia de inserção dos indivíduos num contexto de cidadania política, econômica e social. Não basta que os indivíduos tenham seus direitos garantidos apenas na perspectiva humana, e não na ótica cidadã. Na sociedade contemporânea, desse modo, uma prerrogativa fundamental é a de existir não apenas como ser humano, mas como cidadão(ã) inserido(a) numa determinada comunidade sociopolítica. A garantia do DHAA com a devida realização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional para todos é um dever do Estado e uma responsabilidade da sociedade civil. Entretanto ao relacionar ao fenômeno social da situação de rua, essa discussão abrange uma extensa complexidade de execução e de maior proximidade nas relações de exclusão social. Cabe finalizar essa escrita com uma corrente contra hegemônica das estruturas sociais e com a

defesa da importância em se dialogar a alimentação na forma de direito, assim como (des) naturalizar situações de violação, que de forma alguma caracterizam um processo natural e sim abarcam os limites culturais de estruturação nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Direito Humano à Alimentação adequada. Situação de rua. Estado de Exceção.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 1º ed. 1º reimpressão, SP: Boitempo (Estado de sítio), 2004.

_____. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. Tradução de Henrique Burigo. 2.ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALEXY, R. **Direitos fundamentais no estado constitucional democrático**: Para a relação entre direitos do homem, direitos fundamentais, democracia e jurisdição constitucional. Tradutor: Dr. Luís Afonso Heck (Profº na UFRGS e ULBRA). Palestra inaugural da comemoração dos cem anos da Faculdade de Direito da UFRGS, proferida no dia 9 de dezembro de 1998 no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFRGS. R. Dir. Adm., Rio de Janeiro, 217: 55-66, jul./set. 1999. Disponível em:< bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/47413/45319>.

BATISTA-FILHO, M. Direito à alimentação. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v 10, n 2, p. 153-156 abr. / jun., 2010. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v10n2/a02v10n2.pdf>>.

BRASIL. **Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marília Leão (Org.)- Brasília: ABRANDH, 2013.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da Política. 16º impressão (2010)- Tradução Marco Aurélio Nogueira – RJ: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Era dos Direitos**. 1909; tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Nova ed. RJ: Elsevier, 2004.

CARNEIRO, H. **Comida e Sociedade**: uma história da alimentação. RJ: Campus, 2003.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª ed. RJ: Edições Antares, 1984.

DORNELLES, J. W. **O Que São Direitos Humanos**. 5º. Reimpr. Da 2º ed. 2013. Editora Brasiliense- (coleção Primeiros Passos). SP, 1993.

SANTOS, B de S. **O Direito dos Oprimidos: Sociologia Crítica do Direito**, parte 1. Boaventura de Sousa Santos. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA. F. M. A. **Direitos Fundamentais**. 2006. Disponível em: <
<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2627/Direitos-Fundamentais>>.

SCHAPER, V. G. **O Humano em Questão: os direitos humanos como proposta social**. In: Fundamentos para Educação em Direitos Humanos. Solon Eduardo Annes Viola e Marina Z. de Albuquerque (org.). São Leopoldo: Sinodal/ EST, 2011.

A LUTA PELO RECONHECIMENTO DE ESTUDANTES HAITIANOS NA UFSM

Bruna Ribeiro Troitinho³⁴

Resumo

A presente pesquisa é sobre os estudantes negros haitianos que ingressaram por meio da Resolução Nº 41/2016, instituiu o Programa de Ingresso no Ensino Técnico e Superior da UFSM de Imigrantes em situação de vulnerabilidade e Refugiados, na Universidade Federal de Santa Maria. Os sujeitos que ingressaram na UFSM por meio dessa resolução apresentam trajetórias distintas que resultam em diferentes interações. No convívio com outros estudantes brasileiros o racismo e a xenofobia interpelam os haitianos. A questão que permeia esta reflexão é: Como é a luta pelo reconhecimento dos estudantes haitianos dentro da UFSM? O objetivo geral é demonstrar como acontece a luta pelo reconhecimento histórico e intelectual dos estudantes haitianos dentro da UFSM. Para atingir esses objetivos utilizo da Antropologia, a etnografia, com a técnica da observação participante.

Palavras-chave: Imigração Haitiana, Reconhecimento e estudantes.

INTRODUÇÃO

O presente resumo abordará a luta pelo reconhecimento histórico e intelectual de estudantes haitianos na Universidade Federal de Santa Maria -RS. A UFSM tem mais de 30 estudantes haitianos que ingressaram através da Resolução 041/2016 que instituiu o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em situação de vulnerabilidade. Esta resolução facilita a documentação dos refugiados e imigrantes, e através do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (MIGRAIDH) os processos podem ser feitos sem a necessidade de deslocamento do candidato até Santa Maria. O ingresso começou no ano de 2017 tendo até o momento 53 estudantes de diversos países cuja a maioria é haitiana.

Os cursos escolhidos por esses estudantes são aqueles reconhecidos com maior oportunidade de conquistar uma vaga no mercado de trabalho como engenharias, área da saúde,

³⁴ brunari.troitinho@gmail.com

Direito e o Relações Internacionais. Este último é uma opção por conta do prestígio que a carreira diplomática tem nos países de origem dos estudantes. Com relação ao gênero, a maioria dos ingressantes são homens, com idade entre 18 e 40 anos.

O problema que esta pesquisa visa responder é: como é a luta pelo reconhecimento dos estudantes haitianos dentro da UFSM? Ela será respondida através da pesquisa etnográfica que está em andamento, mas que já aponta alguns resultados que serão demonstrados posteriormente. O objetivo geral é demonstrar como acontece a luta pelo reconhecimento histórico e intelectual dos estudantes haitianos dentro da UFSM. Esta pesquisa se justifica pela contribuição nos estudos sobre imigração haitiana e por apresentar uma nova perspectiva fundamentada na experiência de imigrantes no ensino superior. Socialmente a pesquisa se justifica por desmistificar alguns preconceitos socialmente construídos com relação ao Haiti e sua população.

METODOLOGIA

Este resumo é resultado de uma pesquisa em andamento que começou no ano de 2017 no acompanhamento e recepção dos ingressantes por meio da minha participação no MIGRAIDH e da realização da minha pesquisa de mestrado em Ciências Sociais. A partir de 2018 através de entrevistas semiestruturadas com 11 estudantes haitianos, com a pesquisa de campo e análise do cotidiano desses 11 em relação a universidade e aos demais ingressantes, alguns resultados serão apresentados neste resumo. As entrevistas são baseadas num roteiro prévio que busca compreender i) *a origem social do ingressante* com relação a estrutura familiar, a trajetória escolar, as cidades e departamentos no Haiti; ii) *construção do projeto migratório* a fim de entender se algum membro familiar influenciou na decisão de migrar, como foi feita a escolha pelo Brasil, como chegou ao país, se há outros membros familiares na migração, como fica a questão da remessa quando o migrante opta por estudar; iii) *as relações sociais que o ingressante desenvolve dentro da ufsm* para compreender quais os episódios que o haitiano luta pelo reconhecimento e sua história e sua capacidade intelectual.

A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa é a antropológica, pois acredito que a vivência do cotidiano permite compreender de que forma esses alunos vão construindo sua luta por reconhecimento dentro do ambiente de uma universidade pública. Assim a partir de diversas trocas com meus informantes compreendo a etnografia como

uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNAI, 2009. p. 135, grifo meu).

É dentro dessa relação de troca que se realiza minha pesquisa, pois como estudante migrante e negra compartilho em proporções menores algumas das dificuldades no convívio social com outros estudantes. Compartilhando minhas experiências e aprendendo a cada dia no trabalho de campo com os estudantes haitianos que surgem possibilidades para compreender o estudante imigrante dentro de uma universidade pública no interior do Rio Grande Sul. Desde a chegada dos haitianos ao Brasil e ao Rio Grande a partir de 2012 desvelou o racismo e a xenofobia da sociedade brasileira (DIEHL, 2017). A universidade é um ambiente que reproduz as desigualdades existentes na sociedade, uma vez que ela faz parte da estrutura da sociedade, portanto, também é um ambiente que o racismo e a xenofobia se expressam.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No cotidiano dos ingressantes há um desafio que os estudantes negros brasileiros conhecem muito bem, o racismo “velado”. No ano de 2017, estudantes do curso de Direito e Ciências Sociais foram alvos de escritas racistas nos respectivos Diretórios Acadêmicos, o que resultou na Ocupação Antirracista da Reitoria da UFSM. Entre os estudantes haitianos há opiniões diversas sobre o racismo no Brasil e alguns optam por discutir a partir da ignorância brasileira com relação a história do Haiti. A principal discussão dos estudantes haitianos é a imagem que o brasileiro tem do Haiti: um país pobre sem perspectiva de desenvolvimento.

Segundo Goffman (2008, p. 13) o estigma é “um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.” A estigmatização, a partir do autor citado anteriormente, se dá na relação entre o atributo e o estereótipo, pois é como os ditos “normais” usam a linguagem para depreciar outrem que possua atributos que fogem da normalidade. Com base na percepção negativa do atributo diferenciador, deduz-se que o possuidor do estigma não seja humano resultando deste raciocínio muitas discriminações que reduzem as possibilidades dos alvos dessas discriminações. Dentre a categorização feita por Goffman dos estigmas há

aqueles com referência a raça e a nação, que são os que interpelam todos os dias os estudantes haitianos no convívio com os estudantes brasileiros: eles são negros e haitianos.

A resistência dos estudantes haitianos tem se dado a partir da organização para buscar seu reconhecimento dentro da universidade através da criação de um Comitê Representativo dos ingressantes que visa dialogar com a estrutura institucional da universidade objetivando a resolução de problemas diários dos estudantes como a acessibilidade linguística. Por outro lado, indivíduos têm ocupado espaços a fim de demonstrar a riqueza da história haitiana e de comprovar a capacidade intelectual dos estudantes haitianos. Essas ações individuais acontecem na participação de eventos, projetos de extensão e na organização de eventos que visem discutir a história do Haiti a fim de desconstruir preconceitos da comunidade acadêmica sobre o Haiti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros resultados desta pesquisa apontam para organização haitiana por meio da criação de representação coletiva dentro da própria estrutura da universidade. Não há como generalizar o que cada integrante do grupo compreende como melhor estratégia para responder ao estigma que esses estudantes carregam: imigrante haitiano e negro. Contudo, percebe-se uma inclinação a lutar pelo reconhecimento da história do Haiti e de se imporem dentro das estruturas universitárias como intelectuais, como seres racionais que produzem conhecimento tanto quanto um estudante brasileiro.

REFERÊNCIAS

DIEHL, Fernando. **Estrangeiro em uma terra estranha: racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GOFFMAN, Eving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

OS DILEMAS DA RACIALIZAÇÃO E A DISPUTA DA CATEGORIA PARDO NOS PROCESSOS DE EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Carla Silva de Avila³⁵

Resumo

Atualmente o processo de efetivação dessa política têm sido alvo de muitas discussões sobre quem são os sujeitos de direitos, em especial no expressivo número de candidatos considerados fraudadores, denunciados por inúmeros coletivos de estudantes negros. Parte das experiências vivenciadas nas Comissão de Controle na Identificação do Componente Étnico-Racial (CCICE), visando a garantia de acesso às candidatas/os negros (as) nos processos seletivos da UFPEL, nos anos 2016/2017. Atem-se à disputa percebida da categoria pardo por corpos não-negros na tentativa de ingresso as vagas reservadas à negros e negras. Busca-se compreender as dinâmicas existentes nos mecanismos de controle ao acesso das políticas reparatórias e das atualizações das questões raciais à luz dos processos de racialização em dialogo ao debate pós-colonial.

Palavras-chave: Políticas de Ações Afirmativas. Raça. Mestiçagem.

Introdução

O presente trabalho visa realizar um debate inicial referente à disputa histórica, social e jurídica da categoria pardo percebida nos processos de efetivação e garantia dos reais sujeitos de direitos das Ações Afirmativas, em especial a Política de Cotas. O ponto de análise parte da vivência e participação da Comissão de Controle do Componente Ético-racial da UFPel a partir do segmento sociedade civil nos anos 2016 e 2017. A metodologia utilizada baseia-se em observação participante sobre a composição das bancas constituídas por diferentes atores sociais. A perspectiva teórica adotada dialoga com as reflexões sobre Ações Afirmativas, com os Estudos Culturais e com os debates sobre as Relações Étnico-Raciais, que reiteram o modo como opera o racismo no Brasil – manifestando-se através das características fenotípicas e não

³⁵ sociocarla@gmail.com

sobre os vínculos de ascendência. Com tal perspectiva, é fundamental refletir sobre as distintas configurações da categoria pardo, que trazem à tona os impasses raciais ainda não resolvidos, tais como a ideologia da democracia racial e a tese do branqueamento, os quais possibilitam perceber alguns cruzamentos no entendimento do pardo no processo de efetivação das políticas de reparação do racismo estrutural da sociedade brasileira.

Ressalta-se que a implementação da política de cotas em meados do século XXI aponta para uma atenção do Estado brasileiro em implementar ações sociais para os descendentes de africanos passado mais de um século da abolição. Pois o Estado firmou-se como um “paraíso racial” a través da ideologia pregada na primeira República enfatizando a mestiçagem como uma característica da nacionalidade brasileira e configurando aquilo que ficou conhecido como democracia racial. (ORTIZ, 2012).

A racialização no Brasil e o Problema da Mestiçagem

As relações raciais ou étnico-raciais no Brasil estão marcadas por processos históricos e sociais que estruturam na cor da pele, estruturando processos racializados na sociedade brasileira (WEIMER, 2013). A racialização como um processo de internalização de teorias e ideologias que constituem um imaginário social de inferiorização destinadas aos descendentes de africanos. Processos que racializam as relações sociais no interior da sociedade, estruturam as formas de pensar e agir as diferenças étnicas e raciais na sociedade brasileira, como a política de branqueamento e da miscigenação como fatores que ainda hoje afetam o processo de implementação de políticas públicas de recorte racial. A política de branqueamento, que explicitamente apostou um processo de clareamento da população brasileira na primeira república - mestiçagem não apenas de forma biológica, mas cultural- como concretiza-se a partir da política de imigração (SEYFERTH, 1996).

O mito da democracia racial em conjunto com o ideal de branqueamento, constituem elementos fundamentais para compreensão dos impasses atuais referentes a implementação das políticas de ações afirmativas na contemporaneidade, pois o ideal de mistura harmônica faz parte na formação do imaginário social brasileiro. Esse é o cenário em que temática de pesquisa se encontra: a intervenção do Estado no processo de combater as desigualdades raciais e ao mesmo tempo provocando um choque, ou tensão no sentido em que ainda existe resquícios tanto da ideologia da democracia racial quanto da política de branqueamento no imaginário social. Resquícios que se expressam na forma de perceber as

relações raciais no interior da sociedade. Essa tensão é percebida na defesa e reivindicação da categoria pardo, seja numa perspectiva étnica evocando a ancestralidade, ou numa perspectiva fenotípica, relacionado a categoria negro, reivindicado pelos coletivos negros organizados. Atualmente passada a efetivação da Lei 12.711 de 2012, lei de cotas raciais nas universidades federais, percebe-se um novo cenário referente ao debate das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, em especial no processo de controle da política pública, e a necessidade de criação das comissões de verificação do componente étnico racial, em respostas as denúncias de fraudes, em que alunos não negros estariam usufruindo das vagas destinadas à negros.³⁶

A Racialização, Mestiçagem e o Debate Pós - Colonial

A antropóloga argentina Rita Laura Segato (2010) questiona a dificuldade de falar de raça no continente latino-americano devido a quase inexistência de dados estatísticos com o recorte racial nas pesquisas feitas por ela na área de Segurança Pública. Menciona que raça não é uma categoria saliente e relevante tanto no debate da teoria crítica brasileira bem como das organizações e lutas de esquerda. Enfatiza que somente por intermédio do debate das cotas, inflama-se a percepção da racialização da nação e a aponta para a necessidade de pensar em identidades raciais. Referente a mestiçagem, Segato problematiza-a como “silêncios cognitivos”, em especial ela percebida de forma genérica, ou apenas a mistura pela mistura. Nesse ponto podemos relacionar as contribuições da autora com a ideologia da “Democracia Racial” e na constituição do moreno como um ideal a ser atingido. Esse discurso da mestiçagem genérica é que opera na disputa da categoria pardo, no acesso às cotas raciais, e também opera no próprio campo jurídico ao deter-se pela noção de autodeclaração e ancestralidade contida nas justificativas, “eu tenho uma vó, ou bisavô negro”.

Referente a Colonialidade Anibal Quijano (2005) apresenta questões essenciais para pensar o processo de implementação do modo de produção capitalista atendo-se as suas particularidades na América Latina, nos alertando aos perigos de uma versão linear e homogenia centrada na perspectiva eurocêntrica da história. Demonstra de forma detalhada o papel da colonialidade de poder centrado na noção de raça como uma construção mental a partir da dominação colonial. Apontar tanto as especificidades do controle de produção, apropriação e distribuição da força de trabalho articularam-se em território latino americano. Parte do

³⁶ No Rio Grande do Sul as universidades federais que receberam a denúncia judicialmente à alunos não negros ocupando vagas de cotistas negros, foram a UFPEL, UFSM e UFRGS.

monopólio, tanto das formas de produção e reprodução do capital, trazendo a noção de raça para essa problematização, bem como do domínio do discurso e da construção teórica e explicativa dessa forma de organização. Nos possibilita a pensar as formas estruturais de construção do lugar de inferiorização dos descendentes de africanos nos processos de concretização da noção de modernidade, configurando-se como um novo padrão de poder por intermédio de duas características centrais que serão trabalhadas no decorrer do texto. A primeira delas é codificação das diferenças entre os conquistadores e conquistados, difundido a ideia de raça, como justificativa de uma estrutura biológica de dominação e construção da naturalização da relação de inferiorização entre o branco-europeu, o colonizador superior e o índio – negro – mestiço como grupos inferiores. A constatação de Quijano é essencial para compreender a relevância da categoria raça para compreender a produção das desigualdades sociais, indo além das contradições da relação capital e trabalho, ainda hoje repetida e interiorizada quase como um mantra no processo de leitura crítica da realidade. Muitas vezes essa articulação entre raça e classe é negligenciada, ou vista como secundária. Aqui o autor problematiza a noção de raça como central para pensar os contextos colonial e a constituição do capitalismo mercantil (QUIJANO, 2005).

Algumas considerações

No contexto de disputa da reserva de vagas raciais, as pessoas não negras estão agenciando a categoria pardo desconectada das formas constituintes do racismo no Brasil, que é fenótipo e não genótipo sendo permitido no debate pós-colonial a perceber a historicidade dos processos de exclusão racial atendo-se ao tipo de racismo: o racismo de marca e que a mestiçagem generalizada não contempla o real sujeito de direito dessa política. Nas entrevistas feitas aos candidatos às vagas reservadas a negros- pretos e pardos percebeu-se a revitalização da categoria pardo, do moreno do Gilberto Freyre, agora positivado devido a possibilidade de ingresso no ensino superior. Esses candidatos também reivindicavam sua identidade negra, não pela cor de sua pele ou por suas características fenotípicas, mas, por suas relações de consanguinidades com algum parente distante, achando-se no direito de acessar a vaga, ainda que em outros momentos, como na confecção de passaporte ou identidade, se autodeclaravam brancos. Nesse cenário, o pardo torna-se uma identidade almejada e reivindicada, pois mesmo não sofrendo as consequências do tipo de racismo existente no Brasil, que é pelo fenótipo, características socialmente racializadas e inferiorizadas, torna-se uma categoria que carrega o

potencial de ingresso na educação superior. O pardo passa a ser uma identificação desejável, passa a ser a tradução de uma falsa democracia racial, pois candidatos com características não negras, se apoiaram nessa classificação como o resultado dessa mistura. O pardo é percebido como uma categoria independente da categoria negro, diferentemente da determinação do IBGE que classifica negros como a somatória de preto e pardos. Também à luz do debate pós-colonial aponta-se que a noção de mestiçagem generalizada, trazidas por Rita Segato, articulada ao mito da democracia racial, como um projeto etnocida de base colonial, impossibilita os reais sujeitos de direitos à usufruírem dos frutos das lutas negras desde sua inserção forçada no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed.- Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino - americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227 -278.

SEGATO, Rita Laura. “Los Cauces Profundos de la Raza Latinoamericana: Una relectura del mestizaje” en **Revista Crítica y Emancipación** 2/3, 2010a, p 11-44.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

UMA VIDA EM BUSCA DE SENTIDOS DE JUSTIÇA: A TRAJETÓRIA DA QUILOMBOLA CATARINA FLORES

Eleandra Raquel da Silva Koch³⁷

Esse trabalho versa, de modo geral, sobre a temática quilombola – políticas de identificação, reconhecimento e titulação de comunidades remanescentes da “escravização” (BISPO, 2015) negra no Brasil, e de forma mais específica sobre os processos de “invisibilização jurídica” (CHAGAS, 2012) dos sujeitos sociais em luta por acesso à terra e ao reconhecimento de suas trajetórias de resistência, de suas experiências e de seus saberes.

Realizei essa abordagem a partir da referência à trajetória do quilombola Catarina Flores, 79 anos, que é guardiã da memória de seus ancestrais escravizados numa cidade dominada pelo latifúndio no interior do estado do Rio Grande do Sul. Ela e seu marido falecido João (também seu primo) lutaram a vida inteira para ter acesso aos documentos cartoriais que comprovam que os seus ancestrais receberam uma doação de terras de uma senhora de escravos, que teve suas terras defendidas pelos ancestrais quilombolas na “Revolução Federalista” e que após teria adotado os irmãos Pedro e Adão, respectivamente avôs de Catarina e João.

No entanto, esse legado de um Inventário de 1917 (pertencente à Joanna Flores) não lhes foi entregue. Através da violência, a qual é evidenciada no assassinato de um Inventariante, o direito a esse legado foi apagado da história da ocupação territorial e fundiária da região de Caçapava dos Sul, pois os ancestrais quilombolas, os quais constavam como herdeiros (e primeiros inventariantes), foram coagidos e enganados por senhores detentores de terras na região que levaram a área a registro sem os vossos conhecimentos. Assim, durante muito e muitos anos, Catarina e seu esposo João realizaram contínuos périplos até o Judiciário de Caçapava do Sul; inclusive várias vezes em conversas com juízas e juizes da Comarca, buscando apresentar um fragmento do documento antigo que seu avô a deixou e tentando ter algum tipo de acesso ao Inventário.

Não há confirmação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre as dimensões do território que ainda está em estudos, contudo, os dados do Inventário apontam para uma área infinitamente maior do que essa em que eles subsistem hoje. Catarina, seus descendentes e a parentela ocupam menos de um e meio (1,5) hectare, num lugar

³⁷ eleandrars@yahoo.com.br

fora do território ancestral, pois, já à época de seu pai, a casa deles foi incendiada e eles foram expulsos do local. Atualmente vivem em uma área próxima à área legada, e possivelmente persistam lá como uma forma de resistir no entorno de seu território de direito negado.

Essas notas analíticas têm por objetivo trazer visibilidade a uma significativa trajetória de resistência dessa quilombola e seu marido, em busca por reconhecimento dos direitos de seus ancestrais negros. Acredito que essa análise possa cumprir uma função heurística, no sentido de que a partir da luta incessante da Catarina, por direitos de justiça, possa-se ilustrar essa situação de subjugação jurídica e política a que os e as remanescentes de quilombos estão submetidos no Brasil. Por outro lado, acredito que o exercício de reconstituição (de parte) dessa trajetória possa contribuir à emergência de visibilidade do protagonismo desses sujeitos sociais em luta, através da tentativa aqui realizada de trazer suas vozes a partir do texto.

Do ponto de vista teórico e metodológico, apoiei-me nas abordagens das *Epistemologias del Sur* (SANTOS, 2014), as quais visam dar voz a saberes historicamente subalternizados, a partir da valorização de conhecimentos localizados e ligados a contextos específicos, partindo da compreensão de que os protagonistas da ação social também são protagonistas da produção do conhecimento (SANTOS, 2012; MENESES, 2016). Também, reputo as análises dos autores e das autoras que concebem a dimensão de territorialidade negra quilombola intrinsecamente vinculada ao sentido de identidade e de resistência étnica (CHAGAS, 2012) dos sujeitos sociais protagonistas, em luta por reconhecimento.

Ambas dimensões, acima referidas, são inseparáveis na análise sobre direitos territoriais quilombolas, pois as terras, ou lugares (ESCOBAR, 2005), dos e das remanescentes de quilombos (BRASIL, 1988) versam sobre territórios conquistados e perpetuados ao longo do tempo – ou em luta para recuperação – pelas sucessivas gerações de famílias ligadas pela consanguinidade e afinidades, defendendo a manutenção de seus hábitos nos mesmos lugares que seus antepassados, a partir de uma territorialidade específica (ROCHA, 2004; ALMEIDA, 2012). Da mesma forma, a resistência quilombola possui gramáticas e epistemologias densas que são forjadas nas relações de reciprocidade e identidade com esses territórios, as quais também são invisibilizadas.

Situações de vulnerabilidade de direitos, tais como as que ficam evidenciadas em trajetórias de resistência como a da quilombola Catarina e de sua parentela, nos permitem escrutinar a realidade social do presente de subordinação, de invisibilidade e de marginalidade em que permanecem as comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, deixando nítido como ainda precisa-se avançar muito para que possamos superar a formação escravocrata da

sociedade e do Estado brasileiro. Por outro lado, tais formas de perseverança demonstram a potência desses sujeitos sociais em luta e, da mesma forma, de seus saberes.

Palavras-chave: Quilombolas. Resistência. Invisibilização jurídica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (2002). Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, p.43-81.

_____. (2012) Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e Protecionismo. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), v. 25, p. 63-71.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Raça e pobreza rural no Brasil Meridional: a comunidade de São Miguel dos Pretos – um estudo de caso. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, v. 1, n. 42/43, p. 199-220, jan./jul. 2003.

ARRUTI, José Maurício (2008). “Quilombos”. In: **Raça: Perspectivas Antropológicas**. [org.Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA.

BRASIL. **Constituição de 1988** (1988). Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília.

_____. (2003). Decreto 4887/2003, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília.

BISPO, Antônio dos Santos (2015). **Colonização, Quilombos modos e significação**. Brasília. Editora UNB.

CHAGAS, Míriam (2012). Da invisibilidade jurídica aos direitos de coletividades: fazer antropológico em terra de quilombos. In: **Desenvolvimento, Reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília. ABA.

Entrevista Quilombola **Catarina Flores** (2017). Realizada em maio de 2017. Caçapava do Sul.

ESCOBAR, Arturo (2005).O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou hipodesenvolvimento. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Coleciona Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005. pp.133-168.

FIGUEIREDO, André Luis V. de. **O “caminho quilombola”**: interpretação constitucional e o reconhecimento de direitos étnicos. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

FOUCAULT, Michel (2009) *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HARAWAY, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, pp.7-41.

HONNETH, Axel (2003). **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais** (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2018). **Processos Administrativos SR/11.Nº54220003037/2013-57 e SR/11 Nº 54220.003036/2013-11**. Disponível em: <https://sei.incra.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_controlar&acao_origem=principal&acao_retorno=principal&inicializando=1&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000334&infra_hash=8aaa5a3087f5349a21d00e57dbdeb1f60cd0301284cb0cf25b3d6205d78e7472>. Acesso em: 28 mai. 2018.

JARDIM, Denise F. & LÓPEZ, Laura C. Políticas da Diversidade: *In: visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica* (2013). Porto Alegre, Ed. Da UFRGS.

JARDIM, Denise. F.; JOBI, Cristian (2015). S. Batalla de los papeles: Notas sobre las tensiones entre procedimientos escritos y memoria en la regularización agraria de tierras de quilombos en Brasil. **Universitas Humanistica**, v. 80, p. 189-212.

MENESES, Maria Paula (2016). “Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique”, OPSIS, 16, 1, 26.-44.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) (2002). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2011). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília. OIT.

ROCHA, Cristiany Miranda (2004). **Histórias de Famílias Escravas**. Campinas. Editora da Unicamp.

RUFER, Mario (2016). “El archivo. De la metáfora extractiva a la ruptura poscolonial”. En Mario Rufer y Frida Gorbach (eds). *In: disciplinar la investigación*. Archivo, trabajo de campo y escritura. México. Siglo XXI-UAM.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007) “Puede el derecho ser emancipatorio?”, *In: Derecho y emancipación*. Quito: Centro de Estudios y Difusión del Derecho Constitucional.

_____. (2012.) Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**, n. 78, p. 3-46.

_____. (2014). **Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide**. Boulder: *Paradigm Publishers*.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (2018). Notícia no *Site*. **STF garante posse de terra às comunidades quilombolas**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

SEGATO, Rita (2016). “Una paradoja del relativismo. El discurso racional de la antropología frente a lo sagrado”. En Mario Rufer y Frida Gorbach (eds). In: **disciplinar la investigación**. Archivo, trabajo de campo y escritura. México. Siglo XXI-UAM.

O NORMAL NA QUESTÃO DE GÊNERO NO BRASIL

Gabriel Alves Bresque³⁸

Resumo

Este resumo apresenta um panorama inicial sobre o conceito de normalidade e sua evolução ao longo do tempo, passando por Durkheim até chegar nas desconstruções pós estruturalistas. Esse panorama vai ser feito para direcionar o entendimento das construções acadêmicas atuais no Brasil sobre a questão de gênero, e a posição que novas identidades ocupam dentro do cenário atual, que é marcado pela emergência de identidades plurais e aberturas de espaços antes negados.

Palavras-chave: Normal. Gênero. Pós-estruturalismo.

Introdução

O cenário atual da discussão identitária no Brasil é marcada pelo convívio intermitente de vozes que se opõem, em busca do seu espaço e de representação. Essa realidade nasce da liberdade impressa para minorias que historicamente não tiveram oportunidades e direitos iguais. A sexualidade é a pauta que liderou essa discussão, tanto na academia como no convívio social.

A quebra de um paradigma em que a heterossexualidade era a única opção moralmente permitida significou uma re colocação das posições e dos privilégios sociais. O movimento pós estruturalista foi marcado por um esforço de desconstrução dos padrões sociais, incluindo o sexual. A compreensão de que o normal era uma construção arbitrária, que definia os padrões a partir das regras pré-concebidas e aceitas socialmente tirou o poder espiritual e dominante dessas certezas, abrindo as portas para novas possibilidades. Sobre a forma como o pós-estruturalismo questiona o status, Peters (2000) traz a seguinte colocação.

³⁸ gabrielbresque@gmail.com

O pós-estruturalismo questiona o status privilegiado dessas distinções ou dicotomias: elas não são nem fundacionais nem exclusivas da forma que os estruturalistas supõem que sejam (Peters, 2000, p.40).

Com isso em mente, procurou-se entender com dissertações e pesquisas que estudam a posição do normal e de identidades que surgem nessa nova tendência, como o gênero e suas novas facetas são exploradas pela academia e pelo convívio social.

Desenvolvimento

A teorização sobre o que pode ser considerado como “normal” no ambiente social é uma das mais amplas que surgiu no século XXI dentro das ciências humanas e do convívio social, superando algumas certezas racionais trazidas pelas correntes da modernidade. Na sociologia, Émile Durkheim foi o primeiro a propor a ideia de normalidade nos fatos sociais, logo na abertura dos estudos sociais como ciência. O autor francês buscava encontrar um caminho para formular um método preciso e positivo para o estudo das sociedades, e a criação do conceito de fatos sociais permitiu que a sociologia nascesse. Para criar uma metodologia positiva, capaz de distanciar o sujeito do objeto e definir formas para chegar aos resultados, ele ainda postulou que o fato social poderia ser patológico, uma anomalia dentro da malha de fenômenos.

Ele não pretendia criar uma teoria regulatória de como a sociedade deveria se portar ao definir a ideia de fato patológico, mas sim demonstrar como alguns acontecimentos são capazes de causar distúrbio na ordem social e provocar crises no funcionamento solidário da sociedade. Porém, a normalidade para ele ainda era definida a partir da frequência de um fato social e a predominância dele dentro do convívio. Essa definição acaba por definir o normal como a maioria, ou o que acontece com mais frequência.

Desde ao menos Émile Durkheim, aprendemos a só explicar o social pelo social, mas o próprio mestre francês trouxe para seu edifício teórico uma oposição binária herdada de compreensões naturalizadas do social: a regra de categorização dos fenômenos sociais como normais ou patológicos... Assim, a Sociologia passou a investigar a sociedade tendo sempre como suplemento não-expresso o conceito de normalidade. Daí o paradoxo de a disciplina ter-se instituído como opção crítica às visões (naturalizantes) que justificavam a ordem social priorizando uma concepção normativa da coletividade, ou seja, flertando com a ordem, mesmo com seus olhos voltados para as margens do social. (MILKOSCI, 2009, p.172)

O pós-estruturalismo, a partir da década de 1970, marcou um ponto de partida para novas teorias e processos de pensar o social, colocando a noção de normal em cheque e questionando suas bases e sua construção arbitrária. Em Merquior (1991) o pós-estruturalismo é colocado como uma tentativa de desconstruir com os padrões definidos, com uma inspiração claramente nietzchiana. O autor aponta o desejo de Foucault, na *História da Loucura*, de demonstrar como as definições sobre o louco são arbitrárias e baseadas completamente nos parâmetros aceitos à época.

Com essas desconstruções, foi aberto o caminho para o surgimento da teoria queer e de uma série de estudos sobre as identidades dos indivíduos nas questões sexuais e classificatórias dentro da sociedade. Em seu artigo, Miskolci (2009) apresenta como a teoria queer se propõe uma quebra com as normatizações e as definições que geram efeitos de estabilidade e de certezas sólidas dentro da vida dos sujeitos. A normalidade, dessa forma, é também uma abstração definida arbitrariamente, que não tem nenhuma fundação estruturante além daquilo que é socialmente aceito e definido como padrão.

A igreja católica têm sido historicamente uma defensora dessas definições normalizantes e isso também a colocou, durante todo o século XX, em constante confronto com os movimentos sociais e suas formas de revolução social e identitária. Em Cardoso (2017) é apresentado como o Concílio Vaticano II, na década de 1960, em que as revoluções sociais e de direitos humanos se expandiram a partir dos Estados Unidos, já manifestava uma necessidade de atualização da forma como essa religião enxergava as relações sociais e o convívio com aqueles que não prescrevem a sua doutrina.

Quando Cardoso (2017) se propõe a estudar a relação de um dos movimentos que resultou do concílio a partir da teoria de esferas de Max Weber, é colocada em pauta a capacidade da crença em dogmáticas estruturantes e normatizadoras de conviver com uma nova realidade, tanto social quanto individual, de aceitação das diferenças e promoção de liberdades sexuais.

A concepção da diferença passa diretamente pela forma como a individualidade é entendida. Se a teoria queer trouxe-a para o centro das discussões, o estudo de Oliveira (2005) demonstra que o mesmo movimento aconteceu nas religiões. As crenças deixaram de focar na relação que cada um tem com o coletivo, para entender e abrir espaços para a relação do eu com Deus. A fé não é mais um esforço puramente coletivo, mas sim uma espiritualidade interna, que se manifesta em cada um a partir de suas experiências e necessidades religiosas.

Resultados e discussões

O principal objetivo desse estudo é abrir uma discussão importante sobre o futuro e o passado da abordagem sobre os gêneros no Brasil. A questão identitária é muito forte em diversos setores da sociedade, e a tendência é que essas trocas de posição e de valores se tornem cada vez mais complexas, com a diferença sendo o centro da conversa.

As ciências sociais precisam se colocar dentro dessa questão, abordando as vozes que surgem e entendendo os pontos daqueles que tentam evitar a evolução, pois é a única forma de criar um processo de crescimento e desenvolvimento que sustente uma troca saudável. Para evitar cair em certezas e julgamentos quanto a essas questões, estudar e discutir o panorama do conhecimento e da conversa sobre o tema é fundamental.

Sendo a primeira parte de um estudo maior que vai se propor a trabalhar o discurso social dentro dessa questão do gênero, o presente estudo procurou acima de tudo entender as posições e os processos que levaram até a condição atual, assimilando como algumas certezas e convicções foram definidas, mas também entendendo que essa é só uma entre várias pontas que ainda devem ser reconhecidas para que um avanço nessa discussão seja possível e cientificamente preocupado.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, B. D. **Religião, juventude e sexualidade**: a recepção dos discursos papais no grupo de oração semeador. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MELQUIOR, José Guilherme. **De Praga a Paris**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, June 2009 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2018.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. O campo da sociologia das religiões: secularização versus a “revanche de Deus”. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 1-14, jan. 2005. ISSN 1807-1384. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/724>>. Acesso em: 01 out. 2018.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

DISCURSOS E SUBJETIVIDADES: PERCEPÇÕES DAS PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME SOBRE SEU ATENDIMENTO DE SAÚDE

Junara Nascentes Ferreira³⁹

A doença falciforme é um conjunto de alterações no formato de uma das principais células sanguíneas, a hemácia. É uma doença genética hereditária e foi uma das primeiras doenças genéticas descobertas no mundo. Considerada por muito tempo uma doença racial, por sua grande incidência na população negra, no Brasil, somente a partir da década de 1990, instituiu-se políticas públicas de saúde voltadas ao tratamento da doença, após inúmeras reivindicações do movimento negro. A partir dessas reivindicações são produzidos discursos que rompem com discursos anteriores. Com isso, utiliza-se como referencial teórico temas/conceitos desenvolvidos na obra Foucaultiana (FOUCAULT, 1998, 2004a, 2004b), tais como discurso e subjetividade. Neste ensaio, o objetivo é mapear os discursos de pessoas com doença falciforme, a partir de suas percepções sobre o atendimento de saúde que recebem no Sistema Único de Saúde (SUS). Como método foi aplicado questionário *on line*. O questionário foi dividido em 3 seções: 1ª) dados socioeconômicos; 2ª) percepções sobre os cuidados recebidos nos serviços de saúde e 3ª) percepções sobre grupos ou redes de apoio a pessoas com doença falciforme. A amostra foi de cinquenta e duas pessoas. Os dados indicam que a maioria dos respondentes do questionário avaliam o atendimento no SUS como bom, em contrapartida, pontuam inúmeras dificuldades de atendimento, como exemplos: distâncias dos serviços de saúde, falta de conhecimento dos profissionais de saúde sobre a doença, muitas vezes não se sentirem respeitados pelos profissionais de saúde, dificuldades de acesso aos medicamentos específicos para o tratamento de doença, sofrerem discriminação (dos mais variados tipos) nos serviços de saúde. Considera-se a necessidade das políticas públicas voltadas a doença falciforme considerarem as percepções das pessoas atendidas por elas, as subjetividades presentes nas percepções das pessoas com DF indicam que ainda há muito no que se avançar nas políticas públicas e no combate/superação de preconceitos na distribuição de bens e serviços estatais. Também, ressalta-se a importância de uma análise sociológica sobre os discursos construídos pelos movimentos sociais e as subjetividades arquitetadas por meio desses discursos.

³⁹ junaraferreira@gmail.com

Palavras-chave: Subjetividade. Movimentos sociais. Saúde da população negra. Anemia falciforme.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes. 2004a.

_____. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". *In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

MULHERES, GUERRA E REVOLUÇÃO: O MOVIMENTO DE MULHERES NO CURDISTÃO

Maria Florencia Guarche Ribeiro⁴⁰

Gabriela Luiz Scapini

Resumo

Os movimentos de mulheres têm se fortificado e diversificado suas pautas nas últimas décadas. Simultaneamente, os estudos destes movimentos e os debates de gênero que as permeiam têm se consolidado cada vez mais na academia. Este trabalho propõe refletir a respeito da perspectiva teórica e epistemológica apresentada pelo Movimento de Mulheres do Curdistão, uma organização política e social que, desde a década de 1970 tem se organizado progressivamente para reivindicar-se quanto sujeitas autônomas em um contexto de guerra e negação cultural, relacionando tais debates com conceitos articulados por grupos feministas na América Latina. Para tanto, utiliza-se do material coletado na análise de documentos, bibliografia especializada, e nas informações coletadas em participação observante realizada em duas oportunidades de visita às organizações de mulheres curdas na Europa⁴¹. Ao apresentar uma breve trajetória do movimento, iniciado na década de 1970 por meio da articulação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e que hoje encontra-se representado pela Comunidade de Mulheres do Curdistão (KJK), busca-se compreender a trajetória deste movimento responsável pela criação da *Jineologî* e a condução de um processo revolucionário constituído sob uma perspectiva antipatriarcal resultando em uma experiência pioneira de construção de uma sociedade estruturada com igualdade de gênero localizada na região de Rojava, Curdistão sírio.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres. Rojava. Curdistão. PKK.

⁴⁰ florenciaguarch@gmail.com

⁴¹ Foram realizadas diversas visitas a distintas organizações curdas na Europa entre dezembro de 2016 há fevereiro de 2017 e março-abril de 2018, além do contato com militantes do Movimento de Mulheres do Curdistão na América latina. Entre as organizações visitadas está o Congresso Nacional do Curdistão (KNK) e a sede da Representação Internacional do Movimento de Mulheres Curdas, o centro de acolhimento e referência à mulher Utamara, a organização CENI e os diversos centros e institutos de cultura curda em algumas cidades da Europa tais como Paris, Bruxelas, Frankfurt, Düsseldorf entre outras.

INTRODUÇÃO

Nativo da Mesopotâmia o povo curdo encontra-se distribuído entre quatro países: Turquia, Síria, Irã e Iraque totalizando, aproximadamente, 40 milhões⁴² de pessoas, um dos maiores povos sem Estado do mundo⁴³. Com o fim da I Guerra Mundial, a formação da República da Turquia em 1923⁴⁴ e dos demais Estados etno-nacionalistas, este povo ficou às margens sofrendo um intenso processo de perseguição política e negação cultural, sobretudo na Turquia onde proibiu-se qualquer manifestação identitária (ROMANO, 2006). Os conflitos com o Estado criam uma complexa condição de vulnerabilidade, especialmente no caso das mulheres que vivenciam a interseccionalidade dos sistemas de opressão (CANSIZ, 2017; COLLINS, 2018; CRENSHAW, 1993; HOOKS, 1984; LUGONES, 2008). Desta forma, as mulheres curdas estiveram sempre junto das lideranças políticas desde as primeiras rebeliões⁴⁵, ainda nas primeiras décadas do século XX. Contudo, é a partir da década de 1960 que as organizações curdas passam a estruturar-se e reivindicar o reconhecimento de sua identidade étnica curda (*curdidade*). Para tanto, em 1978, é fundado o Partido dos trabalhadores do Curdistão (PKK), um partido de orientação marxista-leninista que surge como um movimento político prático (ÖCALAN, 2011) responsável pela organização política destas mulheres.

Neste sentido, para fins deste trabalho, identificamos como movimento de mulheres do Curdistão as organizações e grupos que, inicialmente, possuem vinculação com o PKK e, depois, no século XXI, aquelas que se alinham à perspectiva do Confederalismo Democrático⁴⁶ e à *Jineologi*⁴⁷ centralizando duas demandas não só na busca por autonomia política, mas na

⁴² Devido a que o conflito curdo envolve, pelo menos, 4 países e em vários deles suas identidades são negadas, não há como se definir um número exato a respeito da população. Contudo, a literatura é unânime em estimar a população cerca dos 40 milhões de pessoas, podendo variar entre 30 até 55 milhões de indivíduos.

⁴³ Neste trabalho concentramos nossa análise no processo de organização política do Curdistão turco.

⁴⁴ O Tratado de Laussane, assinado em 1923, garantiu não só a independência da República da Turquia, mas tornou-se a vitória do movimento dirigido por Mustafá Kemal Atatürk quem conduziu uma revolução secularista e nacionalista que garantiu a formação de um Estado-nação etnonacionalista com o que restou do Império Otomano.

⁴⁵ Entre os diversos exemplos lembra-se de Zarife e Besê importantes lideranças femininas da rebelião de Dersim entre 1937 e 1938 ou Leyla Qasim quem enfrentou o governo Ba'ath no Iraque e foi assassinada em 1974.

⁴⁶ Durante a segunda metade da década de 1990 e, sobretudo, após a prisão de Abdullah Öcalan em 1999 o PKK passa por uma profunda e radical transformação em suas estruturas ampliando suas práticas e expandindo-se em um movimento social. O resultado disso é o Confederalismo Democrático, uma série de princípios que propõem um modelo de organização política e social estruturado na igualdade de gênero, ecologia e democracia radical.

⁴⁷ *Jineologi* pode ser traduzida como “ciência das mulheres e da vida livre”. Etimologicamente parte da palavra em kurmançî *Jin* que significa mulher. *Jin*, também, está relacionada à palavra *jiyan* que significa vida. Esta ciência foi estruturada em 2012 pelo Movimento de Mulheres do Curdistão e, desde então, tem se espalhado por diversas partes do mundo é constituído a base do sistema político, social e educativo em Rojava. *Jineologi* torna-se o elemento aglutinante que congrega diversas organizações e movimentos de mulheres na região. A *jineologi*

construção de uma sociedade livre do sistema patriarcal capitalista (EISENSTEIN, 1980; FEDERICI, 2017; GONZALES, 1988; ÖCALAN, 2018; SAFFIOTI, 2004). O objetivo central é analisar, ainda que de forma muito breve, os principais conceitos teóricos estruturantes da Comunidade de Mulheres do Curdistão (KJK) considerando, especialmente, aqueles que compõem a ideologia de libertação das mulheres (*Jineologî*) (ÖCALAN, 2013) dialogando com conceitos propostos por intelectuais negras (CARNEIRO, 2033; COLLINS, 2018; CRENSHAW, 1993; DAVIS, 2016; GONZALES, 1988; HOOKS, 1984) do feminismo comunitário (PAREDES, 2013) e dos feminismos de Abya Yala (CELENTANI, 2014). Devido a extensa literatura, neste trabalho, priorizamos os conceitos de interseccionalidade, colonialidade e identidade étnica/racial.

SEM MULHERES NÃO HÁ REVOLUÇÃO

Os debates de gênero ganham cada vez mais espaço na literatura acadêmica apresentando uma visão aprimorada sobre os problemas estruturais das sociedades e, ao mesmo tempo, propondo mudanças radicais (DIRIK, 2015; GRAF, 2012; HARDING, 1987). O questionamento ao positivismo e o uso de novas epistemologias evidencia a necessidade de se criarem alternativas não sexistas e não antropocêntricas de vida (HARDING, 2012). É neste contexto que surge e se organiza o movimento de mulheres do Curdistão, seguindo um processo semelhante ao de outras organizações femininas, mas com desdobramentos práticos pioneiros (DUZGUN, 2015; YASAR, 2017), capazes de trazer o debate de gênero para dentro da guerra (DUZGUN, 2015; CANZIS, 2017; YASAR, 2017), atravessando transversalmente a sociedade e consolidando-se em estruturas políticas e sociais que objetivam suprimir o patriarcalismo capitalista (ÖCALAN, 2013). Uma das primeiras organizações criadas foi a União das Mulheres Patrióticas pelo Curdistão⁴⁸ (YJWK), criada em 1987 na Alemanha, evidenciando o caráter transnacional deste movimento de mulheres. Cientes de que a luta por um Curdistão independente seria insuficiente enquanto a sociedade não fosse livre da hierarquia de gênero (CANSIZ, 2017, ÖCALAN, 2013; YASAR, 2017) a luta das mulheres curdas conecta-se com as reivindicações dos movimentos de mulheres ameríndias e negras da América Latina no que tange às hierarquias de gênero e ao território. Nesse sentido, os debates ao redor da

propõem a criação de instituições despatriarcalizadas que visem a não reprodução das estruturas de poder e dominância utilizadas pelo sistema patriarcal capitalista para subjugar grupos minoritários.

⁴⁸ Criada em Hannover a *Yekitiya Jinen Welaparezên Kurdistan* (YJWK) propunha organizar politicamente às mulheres exiladas e, ao mesmo tempo, contribuir para articular a resistência nas quatro partes do Curdistão.

colonialidade e do gênero interagem mutuamente colocando os movimentos de mulheres como eixo central para a reorganização de um novo modelo de sociedade (DUZGUN, 2015; ÖCALAN, 2013; PAREDES, 2013; CELENTANI, 2014). Assim, desde a fundação do PKK e, continuando nas perspectivas que orientam a organização da KJK em 2003, a ideia de que o Curdistão encontra-se colonizado (CANSIZ, 2018) e explorado pelos interesses das potências ocidentais e que a Turquia faz uso de uma política de negação identitária deliberada como forma de constituir-se como nação hegemônica aproxima as demandas étnicas e raciais destes movimentos de mulheres. Deste modo, a luta pela valorização e resgate identitário do povo curdo, manifestado na ideia de *curdidade* – quanto resgate de uma identidade negada e marginalizada (ROMANO, 2006; YASAR, 2017) – possui uma vinculação direta ao conceito de *negritude* trazido pelo movimento negro, propondo uma revisão historiográfica desses povos - e de sua formação e resistência - que evidencie as relações de poder que estruturam-se no processo de apagamento identitário promovido de forma intencional pelos Estados que dominam estes territórios.

Em meados da década de 1990 o PKK passa por uma redefinição de suas bases ideológicas, Abdullah Öcalan (2013), fundador do PKK e líder do movimento de libertação nacional, apresenta uma revisão historiográfica do povo curdo e da civilização aprofundando-se na compreensão do processo de formação do patriarcado, do poder estatal e da mentalidade do macho dominante (ÖCALAN, 2013, 2016). Assim, considera-se necessária uma nova “ruptura sexual⁴⁹” que deverá romper com a mentalidade do “macho dominante⁵⁰”. Assim, há uma revolução (feminista) dentro da revolução (movimento de libertação nacional). A organização política destas mulheres somadas à teorização feita por Öcalan terminam por constituir-se como o alicerce necessário para a construção da *jineologî* e, conseqüentemente, o governo autônomo implementado em Rojava a partir de 2012 (DIRIK, 2015, DUZGUN, 2015). Assim, em 2005 é instituída a KJK (União de Mulheres do Curdistão), uma estrutura administrativa confederada que age como uma organização guarda-chuva congregando e coordenando todos os movimentos de mulheres que atuam nas quatro partes do Curdistão. Desta forma, os debates ao redor do resgate da identidade - *curdidade* - destas mulheres, do colonialismo do Curdistão e da importância de se construir uma luta interseccional e coletiva

⁴⁹ Öcalan salienta que houve duas rupturas sexuais responsáveis pelo processo de consolidação do patriarcado. Para o autor, o momento atual é o marco de transição à uma terceira ruptura em que as mulheres devem subverter as estruturas de poder e romper com o sistema patriarcal, criando alternativas.

⁵⁰ Afirma que matar ao macho dominante significa acabar com a "dominação unilateral, a desigualdade e a intolerância, e, por conseguinte, o fascismo, a ditadura e o despotismo" (Öcalan, 2013, p. 51).

passam a fazer parte do coração do movimento de mulheres do Curdistão, ampliando-se e transformando-se na base ideológica para a formação da jineologî, a epistemologia que orienta a organização política comunal e radicalmente democrática que administra os cantões de Rojava. Assim, este movimento de mulheres que se articula desde o Curdistão encontra-se vinculado em seus debates com os que têm sido realizados desde a América Latina, tendo como base o movimento de mulheres negras e os encontros do feminismo comunitário. Nestes espaços a busca-se a construção de uma sociedade ancorada na memória ancestral destas populações (descolonizar a memória), na reconstrução da identidade e no antipatriarcalismo.

REFERÊNCIAS

CANSIZ, Sakine. **Toda mi vida fue una lucha**. Tomo 1. Buenos Aires: América Libre, 2017.

CELENTANI, Francesca Gargallo. **Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra américa**. Ciudad de México: Corte y Confección, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução?: Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 1, n. 6, p.6-17, jan. 2018. Trimestral. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/issue/view/56/showToc>>. Acesso em: 26 set. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color**. 1993. Disponível em:

<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIRIK, Dilar. **Feminism and the Kurdish Freedom Movement**. 2015. Disponível em:

<<http://kurdishquestion.com/oldsite/index.php/insight-research/feminism-and-the-kurdishfreedom-movement/836-feminism-and-the-kurdish-freedom-movement.html>>. Acesso em: 03 de outubro de 2016.

EISENSTEIN, Zillah R. (Comp.). **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**. México: Siglo XXI, 1980.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. 1988. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

GRAF, Norma Blazquez. Epistemología feminista: temas centrales. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERALDO, Maribel Ríos (Org.). **Investigación**

Feminista: Epistemologia, Metodologia y representaciones sociales. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. p. 21-39.

HARDING, Sandra. ¿Una filosofía de la ciencia socialmente relevante?: Argumentos en torno a la controversia sobre el Punto de vista feminista. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERALDO, Maribel Ríos (Org.). **Investigación Feminista:** Epistemologia, Metodologia y representaciones sociales. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. p. 39-67.

HARDING, Sandra. Is there a Feminist Method? In: HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism and Methodology:** Social Science Issues. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-15.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory:** from margin to center. Boston: South End, 1984.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p.73-101, jul. 2008. ISSN 1794-2489. Disponível em: <<http://dev.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento.** Estud. av. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003 Disponível em: <<http://womeninwar.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/08/Beirut/7/1.pdf>> Acesso em: 26 set. 2018.

ÖCALAN, Abdullah. **Liberating Life:** Woman's Revolution. 2013. Cologne: International Initiative "Freedom for Abdullah Öcalan – Peace in Kurdistan. Disponível em: <<http://www.freeocalan.org/wp-content/uploads/2014/06/liberating-Lifefinal.pdf>> Acesso em 08 de outubro de 2016.

_____. **Prison Writings II:** The PKK and the Kurdish Question in the 21st Century. Londres: Transmedia Publishing, 2011. Kindle Edition. Traduzido por Klaus Happel.

_____. **Orígenes de la civilización:** la era de los dioses enmascarados y los reyes encubiertos. Buenos Aires: Sudestada, 2016.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino desde el feminismo comunitário.** México: Cooperativa El Rebozo, 2013.

ROMANO, David. **The Kurdish Nationalist Movement:** Opportunity, Mobilization, and Identity. New York: Cambridge University Press, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DUZGUN, Meral. **The Kurdish Women's Movement:** Challenging gendered militarization and the nation-state. 2015. Disponível em: <<http://womeninwar.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/08/Beirut/7/1.pdf>> Acesso em 08 de outubro de 2016.

YASAR, Melike. Entrevista realizada pela autora deste trabalho no dia 18 de abril 2017 na cidade de Buenos Aires - Argentina.

CONSTELAÇÕES ÍNTIMAS: O AFETO COMO RESISTÊNCIA NÃO - MONOGÂMICA

Mônica Araújo Barbosa⁵¹

Objeto de investigação da Sociologia das Emoções, os afetos são inerentes às relações sociais, pois é por meio do corpo que se formam nossas sensibilidades e se dá a mediação com o mundo. Nele que se engendram nossas práticas, se instalam mecanismos de suportabilidade social e dispositivos de controle das sensações e expressões⁵². No corpo, a capacidade de afetar, definida pelas ações, ou de ser afetado, expressa nas paixões, pode ser ampliada ou retraída, a depender das condições de experimentação dadas num contexto social.

Partindo desta perspectiva, este trabalho tem como tema a realização de uma cartografia das constelações íntimas, como nomeio os arranjos amorosos, sexuais e amicais não - monogâmicos, em sua multiplicidade. Uso o termo constelações para descrever um conjunto de elementos ligados por linhas imaginárias, relações atravessadas por intensidades afetivas, cuja potência pode constituir linhas de fuga da monogamia e das práticas que ela engendra. Estas constelações podem ser consensuais, quando todas as pessoas participantes desses arranjos têm conhecimento sobre a não-exclusividade monogâmica e concordam com isso e não-consensuais, quando as pessoas implicadas escolhem viver a não-monogamia secretamente. Em ambos os casos se trata de ações movidas por afetos, que devem ser compreendidas a partir das proposições dos envolvidos, em detrimento das moralizações que opõe uma forma de relacionamento a outra. Rupturas totais ou parciais da monogamia indicam diversidades nos modos de amar e se relacionar socialmente. Os estigmas que pesam sobre essas relações mostram o quanto são perturbadoras, numa sociedade de normalização que toma o casal monogâmico por referência.

Spinoza define afeto como a capacidade de afetar e ser afetado ao qual todos os seres humanos e não-humanos estão sujeitos. Partindo de uma “ontologia do necessário”⁵³, o autor desenvolve três importantes conceitos para compreender o comportamento humano:

⁵¹ monikabarboza@gmail.com

⁵² Os presentes argumentos remetem aos estudos do sociólogo latino-americano Adrian Scribano, para quem a divisão entre uma sociologia do corpo e outra das emoções não faz sentido, uma vez que não existem emoções sem corpo. Ver mais em SCRIBANO, Adrian. Sociología de los cuerpos/emociones. Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. N°10. Año 4. Diciembre 2012-marzo de 2013. Argentina. ISSN: 1852-8759. pp. 93-113.

⁵³ FERREIRA DE PAULA, Marcos. Alegria e Felicidade: a experiência do processo liberador em Epinosa. Tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, 2009, p. 19.

desejo, ação e paixão. O desejo é o princípio de tudo, é o esforço que todo ser vivo faz para perseverar em si mesmo e não há perseverança que não seja alegre, daí também poder se falar em uma “ontologia da alegria”⁵⁴. Como os seres não existem de forma isolada, o aumento ou a diminuição na potência de agir é determinado por causas externas, desde a interação do corpo com outras coisas, “sejam materiais ou mentais”.⁵⁵

Somente os afetos alegres podem fazer a mente agir, e suas causas podem ser internas ou externas. É da alegria e somente dela que a capacidade de (r) existir se coloca. As paixões, sempre provocadas por causas externas, pelo encontro de um corpo com outros corpos, podem ser alegres ou tristes. Quando tristes ao invés de agir, a mente padece. Compreender como operam os afetos na composição de uma relação não-monogâmica passa por entender em que medida os indivíduos conseguem agir diante de suas paixões, do quanto é possível transformar encontros tristes em alegres e aumentar a potência de agir.

O amor é sempre provocado por uma causa externa, afirma-se na alegria e tem potencial para se multiplicar em rede, assim como o ódio. Segundo Spinoza, “Se imaginamos que alguém afeta de alegria a coisa que amamos, seremos afetados de amor para com ele...”⁵⁶. Esta definição tão próxima da ideia de compersão⁵⁷ acionada pelos discursos não-monogâmicos consensuais, frequentemente se dá ao contrário nas relações marcadas por ciúmes. O ciúme, afeto triste, geralmente não faz padecer somente quem o sente, mas as pessoas a quem ele se dirige. A força de afetos tristes, como os ciúmes, ou alegres, como a compersão, só pode ser entendida no contexto de seus acontecimentos, dos discursos que os produz, de como cada grupo social lhes atribui sentidos, de como cada pessoa se insere em seu grupo.

Concebidos pelo senso comum como individuais, os afetos, que decorrem do encontro de corpos e afetos-sentimentos, que produzem modificações individuais nos corpos, são produzidos socialmente. Segundo a socióloga estadunidense Arlie Hochschild, regras de sentimento emergem no social e modelam o que sentimos. “Las reglas del sentimiento definen lo que imaginamos que deberíamos y no deberíamos sentir, y lo que nos gustaría sentir en una

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ GLEIZER, Marcos André. Espinosa & a afetividade humana. Filosofia passo-a-passo, nº53. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, E-book Kindle, posição 290, fonte 6.

⁵⁶ SPINOZA, Benedictus de. Ethica. Edição Bilíngue – latim –português. Tradução de TADEUS, Tomaz. Belo Horizonte: Aautêntica, 2008, p. 189.

⁵⁷ Compersão é como se define no discurso poliamoroso a alegria de ver os parceiros sendo amados por outras pessoas.

gama de circunstancias: muestran cómo juzgamos el sentimiento”⁵⁸. Ou seja, o contexto social afeta nossos afetos, nossas necessidades e as ideias que temos delas.

O julgamento dos sentimentos, ao qual Hochschild se refere, é feito a partir de um contexto normativo no qual também emergem regras de expressão, que prescrevem como manifestar os sentimentos, como apresentar as emoções. Por meio das figuras do médico, do padre e do especialista em etiquetas, a autora indica três forças que incidem em tal julgamento: a ideia de normalidade, formada principalmente a partir dos critérios estabelecidos pela medicina; a moral, cujos critérios são estabelecidos a partir dos códigos de conduta forjados numa determinada cultura; e o contexto sócio-situacional, que diz respeito aos costumes de modo geral, por exemplo, a maneira de vestir, de se portar ao comer, o que costuma aparecer sob o rótulo da “etiqueta”⁵⁹. A isto deve somar-se toda a produção de subjetividade capitalística, que cria o que Guattari e Rolnik⁶⁰ chamam de “sistemas de equivalência na esfera da cultura”, no qual o capital e cultura funcionam de modo complementar: enquanto o capital se ocupa da sujeição econômica, a cultura se ocupa da sujeição subjetiva. A cultura de massa [que ajuda a difundir regras de sentimento e de expressão] produz indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos de valores e de submissão dissimulados.⁶¹

Os corpos são incorporações dos discursos. A maneira como somos afetados por tal ou qual corpo, por tal ou qual ideia não escapa a força dos significados atribuídos aos corpos e às ideias que nos afetam. Os critérios de julgamento dos “afetos-sentimento” são feitos a partir um dispositivo biopolítico de normalidade.

Para Deleuze, “dispositivos de poder não se contentam em ser normalizantes, mas tendem a ser constituintes (da sexualidade). Eles não se contentam em formar saberes, mas são constitutivos da verdade (verdade do poder).”⁶² A monogamia, na cultura ocidental, é o próprio regime de verdade do amor, discurso que se tornou hegemônico, desqualificando aqueles que afirmam a multiplicidade amorosa e/ou sexual e atribuindo ao amor uma impossível estabilidade.

Na manutenção da monogamia é solicitado ao desejo que não deseje, ao amor que não ame além do permitido pelas normas sociais. O casamento é o ritual que torna pública a adesão dos indivíduos à regra monogâmica, ao mesmo tempo em que os concede, por efeito de

⁵⁸ HOCHSCHILD, A. R. *La mercantilización de la vida íntima: apuntes de La casa y Del trabajo*. Madrid: Katz Editores, 2018, p. 121.

⁵⁹ *Idem*, p. 122.

⁶⁰ GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 16

⁶¹ *Idem*.

⁶² DELEUZE, Gilles. *Désir et plaisir*. Magazine Littéraire. Paris, n. 325, oct, 1994, pp. 57-65.

um contrato, uma série de direitos políticos, sociais e econômicos. A regra de sentimento associada ao casamento se apresenta no enunciado “felizes para sempre”, que encerra contos de fada, telenovelas, filmes românticos, expectativas.

Para a antropóloga feminista Gayle Rubin, o processo de classificação dos comportamentos sexuais, poderia ser disposto numa espécie de pirâmide erótica, cujo topo é ocupado pelo casal heterossexual monogâmico casado e as mais baixas posições são formadas por pessoas não-monogâmicas, promíscuas, travestis, transexuais e profissionais do sexo⁶³. Cruzadas com classificações de raça, gênero, classe social e orientação sexual, as posições na pirâmide podem ser ainda mais rebaixadas. A diferença entre estar no topo ou na base está relacionada aos direitos ou recompensas sociais que uma pessoa pode ter ou ao nível de precariedade que pode ter uma vida.

Segundo Rochschild, a análise deste “pano de fundo” é crucial para compreender os afetos de um sujeito. Assim, algumas perguntas tonam-se pertinentes para a problemática aqui levantada: qual é o “pano de fundo” sentimental das relações íntimas vividas entre mais de duas pessoas? Quais sentimentos são experimentados na interação com meio social no qual estas pessoas estão inseridas? Sob quais condições afetivas é possível estabelecer um consenso sobre a não-monogamia? Quais afetos produzem silenciamentos? Como se dá a gestão emocional dentro de uma constelação íntima?

Palavras-chave: Afetos. Constelações íntimas. Não-monogamia.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. Désir et plaisir. *Magazine Littéraire*. Paris, n. 325, oct, 1994, pp. 57-65.

FERREIRA DE PAULA, Marcos. **Alegria e Felicidade**: a experiência do processo liberador em Epinosa. Tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, 2009.

GLEIZER, Marcos André. **Epinosa & a afetividade humana**. Filosofia passo-a-passo, nº53. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, E-book Kindle.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁶³ RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoria radical de la sexualidad. In.: Placer y Peligro: explorando la sexualidad femenina. VANCE, Carlore (Org). Madrid: Revolución, 1989, p. 18.

HOCHSCHILD, A. R. **La mercantilización de la vida íntima**: apuntes de la casa y del trabajo. Madrid: Katz Editores, 2018.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. *In.*: **Placer y Peligro**: explorando la sexualidad femenina. VANCE, Carlore (Org). Madrid: Revolución, 1989.

SCRIBANO, Adrian. Sociología de los cuerpos/emociones. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**. N°10. Año 4. Diciembre 2012-marzo de 2013. Argentina. ISSN: 1852-8759. pp. 93-113.

SPINOZA, Benedictus de. **Ethica**. Edição Bilíngue – latim –português. Tradução de TADEUS, Tomaz. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ESTADO CONTRA DEMARCAÇÃO: RETOMADAS E OUTRAS (R)EXISTÊNCIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Rafael Frizzo⁶⁴

Íris Pereira Guedes

Resumo

Este trabalho terá como objetivo dialogar acerca de determinados aspectos históricos e contemporâneos relacionados aos Povos Indígenas que ocupam o espaço territorial atribuído ao Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, será dada ênfase especial aos fenômenos que nos possibilitam refletir sobre a atual situação em que se encontram esses Povos, a parcela de atuação do Estado brasileiro e as formas de resistências colocadas em prática para garantir sua preservação física e cultural. O método de pesquisa empregado será o etnográfico e de revisão bibliográfica, com técnicas de pesquisa documental e bibliográfica e análise de dados qualitativos.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Retomadas. Estado do Rio Grande do Sul.

Apresentação

É possível afirmar que a sociedade brasileira se concebe como uma sociedade multipluriétnica? Os mitos de o Brasil ser um país “pacífico”, vivendo sobre o manto da “democracia racial”, onde o “bom selvagem” “deseja a catequização e ser civilizado”, em “busca de uma alma que ele não possui”, foram de fato superados? O que justificaria a manutenção deste ideário nacional nos dias atuais e qual a postura do Estado brasileiro em prol de determinados grupos sociais ditos minoritários? E, fundamentalmente, como garantir direitos, sejam eles culturais, territoriais ou até mesmo o direito à vida, à segurança física e psicológica das gerações presentes e futuras de determinados grupos sociais que foram historicamente estigmatizados, escravizados e assassinados?

Estas são algumas das problemáticas que este trabalho pretende apresentar, visando fomentar debate acerca dos processos históricos e contemporâneos de discriminação e

⁶⁴ rafaeldaitapeva@gmail.com

invisibilização, que resultaram em esbulhos e confinamentos territoriais sofridos pelos Povos Indígenas. E, por fim, será objeto de debate as formas tidas como de resistências praticadas pelos Povos Indígenas diante de uma postura omissa e excludente do Estado.

A Institucionalização da Discriminação: colonização e políticas de aculturação

De acordo com Quijano, o descobrimento da América possibilitou a construção de um novo padrão mundial de poder, que culminou em relações sociais locais complexas e diferentes de qualquer outro lugar, abrindo um terreno fértil para alastrar as mais diversas formas de dominação e subjugação (QUIJANO, 2005, p.126). Mignolo aponta que esse processo foi desencadeador de novas formas de gestão política, econômica e de transformações subjetivas de regulações sexuais e hierarquias humanas, baseadas no patriarcado e no racismo (2008, p.9). Nesse mesmo sentido discriminador, Pierre Clastres afirma que “existe aí um preconceito tenaz, curiosamente co-extensivo à ideia contraditória e não menos corrente de que o selvagem é preguiçoso” (1990. 135 p.), cabendo então aos “conquistadores” imporem sua visão de mundo. Na prática isso se refletia, por exemplo, na proibição do uso da língua e dos nomes indígenas, dos costumes e crenças, no padrão de construção das casas e incentivando casamentos interétnicos (CARNEIRO, 1987).

Tais discursos e práticas discriminatórias estiveram presentes, portanto, desde as bases fundacionais do país, sendo sistematicamente absorvidos e reproduzidos nos mais diversos setores da sociedade, e respaldadas por políticas de aculturação⁶⁵ e textos normativos que visavam à extinção ou integração dos povos indígenas. A realidade revela que o fenômeno da discriminação⁶⁶ no Brasil pode ser entendida como institucional, na medida em que está enraizada na nossa sociedade e passa a ser reproduzida mesmo que de forma não intencional, tornando difícil a sua identificação e rompimento (RIOS, 2008).

⁶⁵ A aculturação, como gênero, possui duas espécies: a assimilação e a integração. Cada uma dessas espécies faz parte de um recorte histórico específico, e, portanto, possuem objetivos, concepções e recebem previsões constitucionais diferentes. A assimilação significa a alienação da cultura de origem, neste caso a indígena, e a assimilação da cultura de acolhimento por meio da imposição. A integração, por sua vez, teve início no século XX e perdurou até a promulgação da Constituição Federal de 1988, partindo da crença de que as comunidades indígenas caminhavam para a extinção física e cultural, passando a integrar de forma natural as demais parcelas da sociedade brasileira. (THADEU, 2015).

⁶⁶ Acerca de discriminação este estudo utiliza o conceito apresentado pela Convenção das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949 de 2009): Discriminação [...] significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

No Estado Rio Grande do Sul (RS) a história se repete, sendo rotulados como minorias miseráveis, discriminados e sofrendo com preconceitos culturais reproduzidos ao longo dos anos pelas classes sociais dominantes de governo, incorporadas nas instituições de ensino e ideologicamente distorcidas para a construção da identidade regional do “povo gaúcho”. Dos estudos de José Otávio Catafesto de Souza (2009) emergem exemplos múltiplos sobre falsas noções de senso comum de que os Guarani foram “extintos” das regiões missioneiras jesuíticas e seus descendentes contemporâneos são “estrangeiros” vindos de “outros países”, outrora pertencentes aos territórios do Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina. Da mesma forma, que dos Charruas e Minuanos não sobrou alma viva para contar suas histórias entre as bandas platinas do rio Uruguai. Que os Xokleng jamais viveram entre os campos do planalto e litoral do RS. Ou, ainda, que sobreviventes dos Kaingang são “estrangeiros” que se encontram “desgarrados” ao processo de confinamento em reservas no norte do Estado (SOUZA, 2009).

Povos Indígenas no Estado do Rio Grande do Sul

De acordo com informações do Censo Demográfico de 2010 sobre a população autodeclarada indígena no território nacional, constam aproximadamente 305 etnias indígenas e 274 línguas reconhecidas pelo Estado brasileiro (IBGE, 2010). Desses, vivem atualmente no RS, 4 etnias, sendo estas: Guarani, Kaingang, Xokleng e Charrua, que, somadas, representam 4,03% da população do Estado, em uma estimativa de aproximadamente 34.001 indivíduos.

Segundo dados do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) do Rio Grande do Sul⁶⁷, foram identificadas 130 terras indígenas (TIs), distribuídas em 93 municípios⁶⁸, conforme Anexo 1. O documento também aponta a existência de diversas áreas que aguardam a finalização dos processos demarcatórios, conforme o Decreto 1.775 de 1996, porém com os constantes cortes de gastos por parte do Governo Federal aos órgãos indigenistas, os Grupos de Trabalho que deveriam estar realizando os estudos e identificações estão paralisadas. Cabe advertir, portanto, que os dados quantitativos sobre o número de TIs apresentado pelo ZEE, representa uma estimativa e que outros territórios seguem sendo ocupados as “margens do

⁶⁷ Ressalta-se que tais dados foram obtidos juntamente com os bancos de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), bem como da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

⁶⁸ O documento produzido utiliza os conceitos e classificações dispostos no Estatuto do Índio, Lei 6.001 de 1973, considerando que dessas 130, 85 seriam terras tradicionalmente ocupadas (TIs) e 44 são reservas Indígenas, sendo apenas uma Terra Dominial. (ZEE, 2018, p.45).

desenvolvimento social”, incluindo a retomada de antigas áreas de ocupação tradicional como estratégias de (r)existência em resposta à postura política adotada pelo Estado em reduzir as demarcações, ou destinar terras degradadas e com espaços territoriais reduzidos.

Conforme Souza (2009) os dados históricos e entográficos demonstram basicamente duas “formas de assentamentos” entre os Povos indígenas que habitam o Rio Grande do Sul, organizadas enquanto aldeias e acampamentos⁶⁹. Para o autor, desde o período colonial os acampamentos transformaram-se numa das mais importantes “formas de sobrevivência”, tanto para “escapar do cerco civilizatório” como para “fugir do processo oficial de confinamento em áreas reduzidas”. É a partir dos acampamentos que as comunidades indígenas reivindicam a “retomada de seus direitos originários sobre a terra” (SOUZA, 2009, p. 273).

Após a Constituição Federal de 1988, tem-se percebido que os indígenas passaram a “recuperar algumas das terras que lhe pertenciam originalmente” através de “novos acampamentos”, à exemplos de Ventarra, Monte Caseiros, Serrinha, Iraí e Vicente Dutra (SOUZA, 2009, p. 272); de ocupações às margens das estradas, como Irapuá na BR 290 (Cachoeira e Caçapava do Sul - 20 anos) e Capivari na RS40 (Capivari do Sul - 30 anos), mesmo em situações precárias de subsistência; e, as retomadas como a Guarani em Maquiné (2017), Rio Grande (2017), Terra de Areia (2018), Aquífero Guarani em Viamão (2018) e Ponta do Arado em Porto Alegre (2018)⁷⁰; e, as retomadas Kaingang em áreas ancestrais sobrepostas por conflitos históricos e socioambientais, exemplos recentes de Passo Fundo e Canela (2018).

Considerações finais

Em 05 de outubro de 2018, a Constituição Federal de 1988 completa 30 anos de promulgação. Seu texto possui avanços significativos no que tange à conquista de direitos e garantias fundamentais, buscando romper com paradigmas colonialistas como o da aculturação. Porém, a complexidade dos fenômenos sociais prejudiciais, como a discriminação institucional, demonstra que ainda é preciso seguir avançando no reconhecimento dos usos, costumes,

⁶⁹ Principalmente no norte do Estado, quase todas “remontam sua origem nas primeiras aldeias reconhecidas como reservas indígenas”, na transição dos períodos imperial e republicano nos séculos XIX e XX. A essas encontram-se os territórios de Cacique Doble, Ligeiro, Votouro, Nonoai, Guarita, entre outras de ocupação tradicional Kaingang e Guarani (SOUZA, 2009).

⁷⁰ Localizadas em terras particulares destinadas à preservação ambiental envolvendo conflitos de interesses imobiliários ou pertencentes ao Estado, estas últimas em espaços antes destinados à FEPAGRO, extinta pelo governo do Estado no ano de 2017.

cosmovisões e dos direitos originários dos Povos Indígenas. Tratam-se de Conceitos e ressignificações que não pertencem aos não indígenas limitar. Às margens do processo histórico de ocupação e expansão da sociedade nacional que os envolveu, os movimentos de retomadas se apresentam no presente etnográfico como estratégias legítimas de (r)existências originárias. Respostas dos Povos Indígenas frente aos mais diversos limites de desigualdades no Sul do Brasil. Os crescentes cortes orçamentários que representam a vontade políticas de bancadas ruralistas alinhadas a projetos desenvolvimentistas são exemplos contundentes que conflitos de interesses são articulações de Estado contra a demarcação das terras indígenas (CIMI, 2018).

Dados pouco debatidos e ignorados socialmente que reforçam, não apenas que estes Povos seguem (r)existindo, mas que também, os modelos colonialistas de (re)alocamentos em espaços aleatoriamente destinados pelo Poder Público, como os chamados “desertos verdes”, as reservas diminutas e determinados conceitos territoriais dos não-indígenas, definitivamente não respondem aos anseios desses Povos originários, para uma concepção de vida digna de acordo com seus significados, usos e costumes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em 03 de outubro de 2018.

CIMI. Congresso Anti-Indígena: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas. Disponível em: <<https://cimi.org.br/congressoantiindigena/>>.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **Os Direitos do Índio no Brasil**: ensaios e documentos. Editora: brasiliense, São Paulo, 1987.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/>>.

MIGNOLO, Walter D. **La opción descolonial** in Revista Letral, n° 1, 2008.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina** in A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aire, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. RIOS, Roger Raupp. **Direito da Antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre, ed.: livraria do Advogado. 2008.

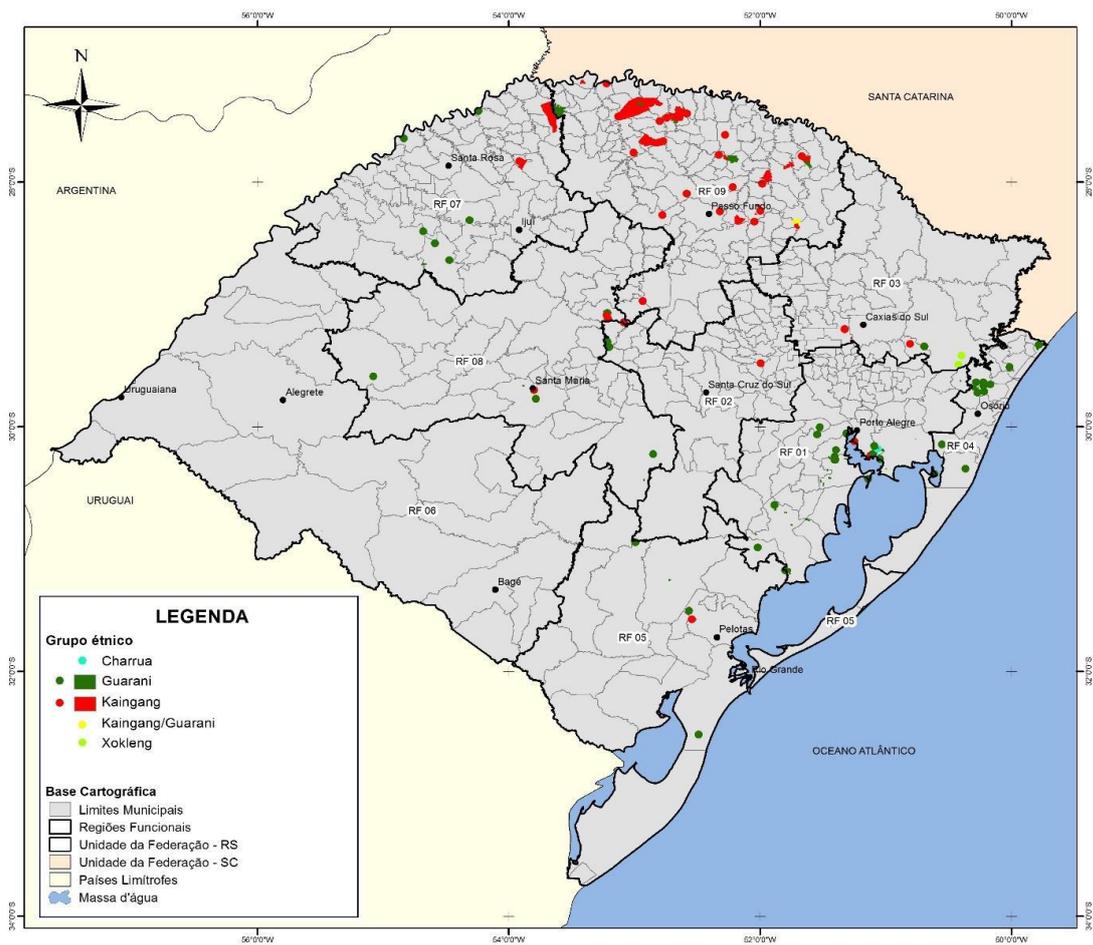
SEMA. Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul. **Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio Grande do Sul (ZEE-RS)**. Produto 21 - Mapeamento temático identificando a presença de populações tradicionais, com relatório descritivo. Porto Alegre: Programa Proredes – BIRD-RS, 2018, 176p.

SILVA, Paulo Thadeu Gomes da. **Os Direitos dos Índios: fundamentalidade, paradoxos e colonialidades internas**. 1 ed. São Paulo, SP: Editora Café com Lei, 2015.

SOUZA, José Otávio Catafesto. Um salto do passado para o futuro: as comunidades indígenas e os direitos originários no Rio Grande do Sul. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; PENNA, Rejane; CARNEIRO, Luiz Carlos (org.). **RS Índio: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

Anexo

Figura 1 - “Grupo Étnico das Áreas Indígenas”, Estado do Rio Grande do Sul (2018)



Fonte: SEMA, 2018, p. 47.

“NÃO ME JOGUE PEDRAS”: SOBRE SER DRAG TUPINIQUEEN EM SANTA MARIA, SUL DO BRASIL

Rafaela Oliveira Borges⁷¹

Este resumo é desdobramento de questões trabalhadas em minha dissertação de mestrado em vias de finalização. Aqui, busco compartilhar as articulações que analiso entre as experiências Drag Queen, a cidade de Santa Maria e as mídias digitais, apresentando questões centrais sobre a constituição do circuito Drag pelas Queens locais. Parto de perspectivas das Ciências Sociais e Humanas, dos estudos *queer*, de gênero e sexualidade destacando-os como centrais para pensar inquietações, processos de naturalização, práticas que engendram estigmas, estereótipos, lugar de não humanidade e violência sobre esses sujeitos. Gênero e sexualidade como categorias analíticas em intersecção com raça e classe, evidenciam processos geradores de desigualdades sociais e normas sobre a sexualidade humana, que passam a ser questionados e repensados.

Cabe ressaltar que os estudos de gênero e sexualidade são interdisciplinares. Conforme Miskolci (2017), as teorizações anteriores à década de sessenta se concentram nas áreas da biologia e psicologia. Nas Ciências Sociais o período histórico da revolução sexual é considerado um marco. As lutas libertárias da década de sessenta empreendidas por movimentos feministas, negros e homossexuais impulsionaram os estudos socioculturais de gênero e sexualidade, assim como, o advento da epidemia de HIV/AIDS na década de oitenta. O que enfatiza, segundo Heilborn e Brandão (1999, p.2), a estreita relação das Ciências Sociais com “questões que inflamam a vida social em um dado momento”. Desde então, as pesquisas socioculturais pensam gênero e sexualidade como constituidores subjetivos das “pessoas modernas”, dando origem a “um campo de investigação em si, dotado de certa legitimidade” (ibidem, p.1).

Nesse prisma de pensar gênero e vida social ressalto estar partindo de nossa sociedade contemporânea, palco de crise econômico-política e de forte avanço de movimentos conservadores e religiosos em arenas políticas, sociais e culturais; com alta imposição de padrões de masculinidade; campeã nos índices de crimes por LGBTfobia e violência contra mulher. Ao focar em sujeitos que subvertem e desestabilizam padrões e normas, que por

⁷¹ rafaelaoborges@hotmail.com

vezes, entende-se como natural, evidencio as Drag Queens donas de irreverência característica, subvertendo a inteligibilidade da “matriz heterossexual” e segundo Louro (2004), constituindo exemplo *Queer* na forma de pensar, viver e experienciar desafiadoras as normas regulatórias da sociedade, pois “*Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (ibidem, p.8).

Possibilitada pelo empreendimento etnográfico tenho acompanhado a cena Drag Queen, enquanto pesquisadora, desde 2017. Inicialmente realizando observações participante e *online* em espaços com performances Drags, como festas, eventos LGBTI e mídias digitais. É relevante dizer que a observação participante não configurou como única técnica no intento de compreender o cotidiano de Drag Queens na cidade. Buscando ampliar o alcance de dados concretos, utilizo outras técnicas de pesquisa ao leque de enfrentamentos metodológicos, como conversas informais, entrevistas abertas, observação *online* e análise do uso de mídias digitais, conforme Hine (2015) e Miskolci (2011).

Venho pensando essas experiências e a cena Drag em um contexto *on/off-line*; perpassando a investigação pela cena Drag da cidade e pelos usos que são feitos das mídias digitais - Facebook, Instagram e Youtub - pelo grupo pesquisado, como uma continuação *online* do contexto *off-line* da cena Drag. Tal enfoque nas mídias digitais é decorrência do campo de pesquisa, que demonstrou a centralidade das mídias como espaço de experiência de si, formando uma cena Drag em “contínuo” *on-off*. (MISKOLCI, 2011)

Sobre a cena Drag da cidade saliento dois pontos importantes. Através de perspectivas da antropologia urbana e digital venho mapeando a cena Drag. Com interesse em contextualizar, inicialmente, a cena Drag Tupiniquen tenho empreendido em trabalho de pesquisa bibliográfica sobre artistas que trabalham com o fenômeno do “transvestismo”⁷² no Brasil. Encontro em documentos, como livros, revistas, sites, *blogs* e páginas de redes sociais, conteúdos que ajudam a informar histórias desse fenômeno no país. O movimento artístico do transvestismo é iniciado pelas artistas *transformistas* e seguido na década de 1980 por sujeitos que se montam e assumem a identidade artística de Drag Queen, principalmente em boates de São Paulo - SP. De fato, atualmente a cantora e Drag *Pablo Vittar*, ocupa e resiste ao espaço do *mainstream* lembrada por muitas Drags que conheci como a “*Mama Ru*” TupiniQueen – em homenagem a famigerada Drag norte americana *RuPaul*.

⁷² Transvestismo: “Apropriação de roupas e signos femininos por sujeitos que socialmente se esperava que se apropriassem de signos masculinos, ou vice-versa” (VENCATO, 2003, p. 192).

Então, evidenciando os contornos de expansão da cultura Drag no Brasil, volto minha atenção a Santa Maria- RS, campo desta pesquisa. Abarcando esferas da vida pública desses/as artistas, suas práticas e como interagem com os espaços urbanos e fazem uso das mídias digitais na constituição de um circuito Drag. No entanto, diferente de grandes centros urbanos, deparei-me com uma problemática atual. Essa recai na grande escassez de locais para "performar" na cidade, sendo que as Drags locais têm empreendido em demonstrar suas performances nas mídias digitais, desenvolvendo canais no Youtube para dar vazão e compartilhar com o público seus espetáculos que, por vezes, desloca identidades de gênero.

Logo, as Drags locais ampliam o circuito Drag santa-mariense para cidades vizinhas, como Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta, trabalhando como DJ's e "performers". Nesse sentido venho evidenciando a característica da cena Drag local, na qual há muitas Drags surgindo, se montando, profissionalmente ou não, porém, angariando espaço para viver a experiência e teatralizá-la junto ao público em espaços, como boates e bares. Característica que se desenrolou ao longo de minha pesquisa. Como frequentadora desses espaços desde 2015, acompanhei a mudança na cena noturna da cidade de Santa Maria, a partir de 2013 com o trágico incêndio da "Boate Kiss". Tal tragédia, somada a questões econômicas da cidade ocasionaram no fechamento de muitos estabelecimentos, por venda ou pela falta de alvará, alguns desses espaços, outrora, receberam muitas festas "*in drag*" – expressão para designar montar-se Drag.

Contudo, ao utilizarem as mídias digitais como espaços de experimentação de si e desse outro personagem que se cria, torna-se evidente a produção de um corpo Drag ou "transformation", termo nativo para o ato de montar-se Drag Queen – corroborando em reflexão sobre corpo e gênero. Através de perspectivas de estudos socioculturais acerca do corpo, sublinho que esse é pensado enquanto base de existência da cultura, tornando-se a experiência sociocultural, o corpo no mundo, como corporificada (CSORDAS, 2008). Ainda, a partir de perspectivas pós-estruturalistas, dos estudos *queer*, de gênero e sexualidade reflito sobre o deslocamento da ordem heteronormativa através da fabricação de um corpo Drag, salientando o caráter construído das dimensões de gênero e sexualidade através de instâncias socioculturais.

Argumento tal direcionamento sobre as questões de gênero e sexualidade, ressaltando como Grossi (1998, p.1), a persistência de perspectivas do "senso comum ocidental que considera que a identidade de gênero é marcada pela opção sexual". Algo que percebi recorrente em minhas idas a campo. De acordo com Butler (2010), tal persistência ocasiona sobre os corpos que transgridem a inteligibilidade da "matriz heterossexual", em que sexo,

gênero e desejo são pensados em uma sequência lógica, imutável e dada como natural tornando a heterossexualidade destino compulsório, o lugar de “abjeção”, de não humanidade. Além disso, engendram-se processos geradores de estereótipos, estigmas e desvio, pois é comum que estes sujeitos sejam tratados como iguais. Vencato (2003, p.190), argumenta que a invisibilidade percebida sobre as Drag Queens “se dá, principalmente, por serem confundidas com outros tipos de metamorfoses de gênero ou de transgênero, principalmente com as travestis”, gerando confusões e estereótipos.

Ademais, relaciono às confusões geradoras de estigmas e estereótipos sobre corpos transgêneros que persistem, com o atual contexto de crise vivenciado em nosso país. Há pânico morais sobre a inclusão das questões de gênero e sexualidade nas escolas, um crescente de ações motivadas por misoginia, transfobia, homofobia e lesbofobia, tornando evidente práticas discriminatórias e preconceituosas que se amplificam em um período de crise econômica-política. Assim sendo, temos um avanço de pautas conservadoras que atingem, dentre muitas questões, a busca por respeito, direito de viver, direito cidadão, visibilidade e reconhecimento no que se refere a grupos LGBTI. Contudo, baseada em um dos argumentos recorrentes em campo, busco pensar agenciamentos e resistência Drag Queen, pois frente à falta de trabalho, visibilidade e reconhecimento na cena local dizem: “não me jogue pedras, drag é arte, somos artistas” e seguem expandindo a cena local para cidades vizinhas e fortemente nas mídias digitais.

Por fim, lembro que a Drag enquanto artista vivencia o deslocamento dos gêneros como espetáculo (JESUS, 2012). No intento de reinventar outro/a de si produzem um novo corpo. Esse corpo que se monta e se desmonta é processo central para a constituição da/o personagem. A “transformation”, quando busca a paródia de um feminino, se dá com roupas e acessórios, como enchimentos de espuma, bijuterias, peruca e sapatos de salto plataforma ou fino, sempre muito altos, articulam-se a maquiagem na fabricação do corpo Drag e na corporificação da/do personagem. De partida, buscar conhecer e compreender Drag Queens evoca refletir que ao fabricarem seus corpos, suscitam a perspectiva de uma — paródia de gênero: “ela imita e exagera, aproxima-se, legitima e, ao mesmo tempo, subverte o sujeito que copia” (LOURO, 2004, p. 85).

Palavras-chave: Drag; Circuito; Gênero.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CSORDAS, Thomas. A corporeidade como um paradigma para a antropologia. *In: Csordas, Corpo, significado, cura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GROSSI, Miriam. Pillar. **Identidade de Gênero e sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis, p. 1-18, 1998. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf>. Acesso em: 04 set. de 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012.

HINE, Christine. **Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday**. Huntingdon, GBR: Bloomsbury Publishing, 2015.

HEILBORN, Maria Luiza e BRANDÃO, Elaine Reis. Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade *In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. **Desejos Digitais: Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

MISKOLCI, Richard. **Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais**. Natal, Cronos, vol. 12, 2011

VENCATO, Anna Paula. **Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros**. Campinas: Cadernos AEL, v. 10, n. 18-19, p. 187-215, 2003. Disponível em: < <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2513> > Acesso em: 04 set. de 2018.

QUAL A COR DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA? AS CANDIDATURAS NEGRAS E PARDAS NOS PLEITOS DE 2014 E 2016

Tiago Alexandre Leme Barbosa⁷³

Bruno Marques Schaefer

Acessar o campo político e tornar-se membro desta “classe” é uma tarefa para poucos. Os estudos sobre recrutamento político tendem a coadunar na ideia de que o perfil da representação eleitoral nunca é um espelho fidedigno da sociedade (GAXIE, 2012; CAMPOS, 2015; MITCHEL, 2009; DAHL, 1997). Para usar os termos de Bourdieu, existem atributos e capitais específicos que tornam mais fácil para alguns agentes, em detrimento de outros, o caminho rumo a conquista de algum cargo eletivo.

Apesar das distintas perspectivas teóricas e metodológicas dos estudos sobre elites políticas, os achados são comuns no ponto de que as condições de acesso ao campo político facilitam a manutenção de assimetrias de poder anteriores: homens brancos com ensino superior são os agentes majoritários nestes espaços de poder (CAMPOS & MACHADO, 2015).

A sub-representação racial e de gênero nos distintos cargos eletivos em disputas eleitorais é constatada a cada pleito. Esse fato pode ser observado desde o momento inicial de lançamento das candidaturas até o resultado de seleção da classe política, ou seja, o perfil dos eleitos confirma a tendência na distorção da representação política.

Em paralelo a essa constatação de que a representação política tende a não ser um reflexo da sociedade, no Brasil, a literatura sociológica, desde a conhecida Escola Paulista de Sociologia, teve como objeto de estudo o papel do negro na sociedade. São conhecidos os trabalhos realizados pelo projeto patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Em uma sociedade que teve como passado a escravidão de negros, a persistência de inúmeros estudos que sinalizam para o racismo em vários aspectos da vida social, é sensato supor que a desigualdade de acesso ao campo político seja influenciada pela raça dos candidatos. Os aspectos relacionados aos atributos socialmente valorizados nas candidaturas foram temas de pesquisa de uma crescente literatura no país. Especificamente sobre a relação entre raça e política, os trabalhos variam desde estudos que buscaram investigar atuação de mulheres negras no parlamento Lima (2016), de homens negros

⁷³ tiagoalexandrel@gmail.com

em partidos políticos Araújo (2004), ou ainda a relação entre raça e as candidaturas Oliveira (1991, 2001), Campos & Machado (2015). No entanto, ainda há muito o que se investigar nessa agenda de estudos, visto que os próprios dados de autodeclaração étnico-racial só passaram a ser fornecidos pelos candidatos em 2014.

Assim, neste trabalho analisamos a presença de candidatos que se auto declararam pretos ou pardos⁷⁴ nas eleições de 2014 e 2016. Buscamos investigar a presença de pretos e pardos na luta pelo poder no Brasil em eleições de nível municipal, estadual e federal. Por meio dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), observamos três aspectos dos postulantes: i) partido político ao qual estão filiados; ii) profissão declarada e iii) cargo disputado. A partir destes realizamos o teste de três hipóteses retiradas da literatura:

1) Consideramos que na medida em que há um aumento do “prestígio” e relevância do cargo pretendido por candidatos e candidatas pretos e pardos o acesso mostra-se ainda mais fechado. É a ideia de que a representação política se apresenta como uma pirâmide: quanto mais alto o cargo, maior a probabilidade de acesso dos agentes sociais com maiores atributos sociais – distribuídos desigualmente na sociedade (GAXIE, 2012). Esta variação é maior ou menor de acordo com os estados.

2) Os partidos de esquerda são mais abertos a candidaturas de não brancos do que os partidos de centro, e estes são mais abertos do que os partidos de direita. No entanto, esta abertura a candidaturas não significa, via de regra, maior investimento nestas candidaturas, o que acaba tornando indiferenciados os dados sobre eleição entre os campos ideológicos. Ou seja, se em termos de candidaturas, os partidos de esquerda tendem a se constituir como estruturas mais abertas, em termos de eleitos os resultados tornam-se mais indiferenciados.

3) Pontuamos que os candidatos não brancos eleitos no Brasil acabam reproduzindo a estrutura profissionalizada do campo. Ou seja, a maioria dos agentes que conseguem “chegar lá” possuem entrada no campo político Bourdieu (2011).

Trabalhamos com os dados de candidatos e eleitos a três cargos legislativos: vereador, deputado estadual/distrital e deputado federal. Construimos um banco de dados a partir das informações disponibilizadas pelo TSE. O número total de casos foi de 479.571. Após a coleta junto ao sítio eletrônico do TSE, os dados foram codificados e testados no software SPSS (Statistical Package for Social Sciences). Foram, ao total, 455250 candidatos a vereador,

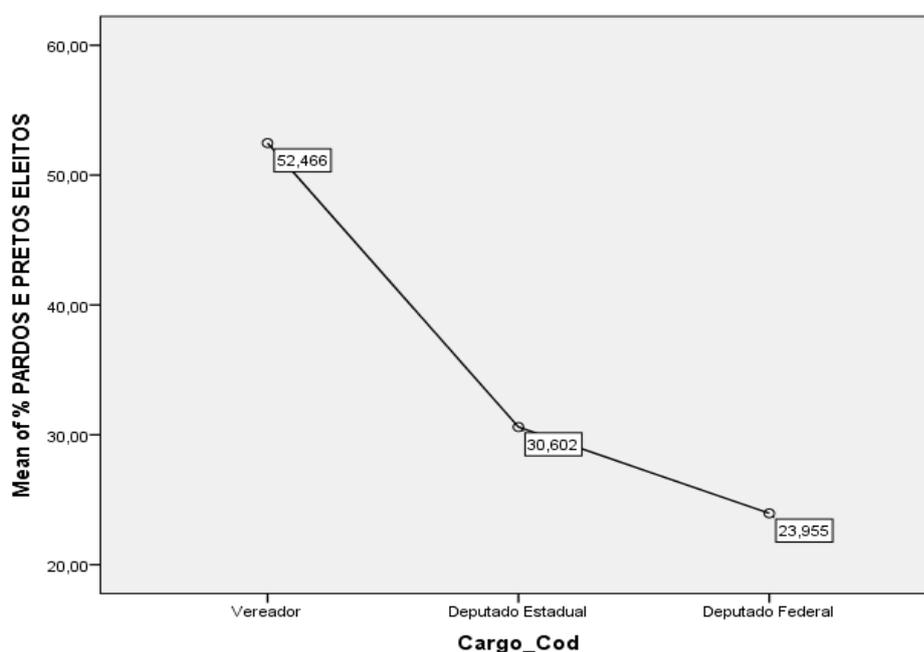
⁷⁴ Obedecendo a forma como a variável raça/cor é computada nos registros oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), faremos referência, no decorrer de todo o artigo, às categorias raciais “branco”, “pardo” e “preto”. Na maior parte das análises, optou-se por “brancos” e “não brancos”, aglutinando os candidatos autodeclarados “pretos” ou “pardos” em um só grupo.

17394 candidatos a deputado estadual/distrital, e 6920 candidatos a deputado federal (ver anexo 1).

Pelo volume de dados e pela natureza das hipóteses nos valem de técnicas estatísticas, descritivas e multivariadas, para análise dos dados. A seguir, apresentamos os resultados preliminares dos testes, que ainda deverão passar por maiores tratamentos.

A hipótese que orientou o trabalho foi retirada do já citado trabalho de Gaxie (2012). A hipótese do autor, é de que quanto mais se sobe na hierarquia política, mais “elitizado” tende a ser o perfil dos eleitos. Como ser branco e homem são atributos socialmente valorizados, dado o caráter racista e machista da sociedade brasileira, supomos que negros tenderiam a estar menos representados nos cargos mais altos da hierarquia política. O gráfico 1, confirma a nossa hipótese, como se observa, negros e pardos tendem a se concentrar nos cargos de vereador e são menos representados nos cargos de deputado federal.

Gráfico 1- Média de eleitos de pretos e pardos por cargo



Fonte: TSE

Embora os dados mostrem que negros e pardos tendem a se concentrar nos cargos mais baixos da hierarquia política, os resultados da pesquisa indicam que os indivíduos dessas categorias que se declararam políticos profissionais, tendem a ter 11 vezes mais chances de serem eleitos do que negros e pardos que tinham outras ocupações.

No que toca à ideologia dos partidos políticos⁷⁵ pelos quais essas candidaturas foram apresentadas, os nossos dados indicam que as legendas de esquerda foram as principais responsáveis pelas eleições de postulantes que se autodeclararam pretos, os resíduos padronizados de +4,8 indicam essa concentração. Já os que se autodeclararam pardos, tenderam a se concentrar nos partidos de direita, com resíduos padronizados de +13,1.

Os nossos dados indicam que a despeito das desigualdades encontradas no acesso ao campo político, políticos profissionais tendem a dominar a representação política (independente da autodeclaração racial). Em termos teóricos, os nossos achados reforçam a hipótese de Bourdieu (2011), para o qual existem lógicas próprias dentro do campo político. Do ponto de vista da representação política, a ausência de negros e pardos em cargos altos da hierarquia política, sinalizam para as desigualdades de acesso a recursos e revelam as distorções e desigualdades dentro da democracia no país.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Airton Fernandes. **Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 193-216, Julho, 2011.
- CAMPOS, L.A., 2015. Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Raça e recrutamento político nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (2012). **Dados**, (57)2, pp.689-719.
- CAMPOS, L.A.& Machado, C., 2015a. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 16, pp.121-151.
- DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.
- GAXIE, D., 2012. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 8, pp.165-208.
- LIMA, Milena Guesso Leão de. **A inserção das mulheres negras no mundo político eleitoral: uma análise sobre a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos estados da Bahia e São Paulo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação

⁷⁵ A classificação dos partidos políticos foi realizada a partir da literatura dos partidos políticos no país. Assim, estão na esquerda partidos como PT, PDT, PSOL, PCB, PCdoB, no centro PSDB e PMDB, e na direita DEM, PP, PTB, por exemplo.

Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MITCHELL, Gladys. (2009), “Identidade Coletiva Negra e Escolha Eleitoral no Brasil”. **Opinião Pública**, vol. 15, pp. 273-305.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. (1991), “O Negro e o Poder: Os Negros Candidatos a Vereador em Salvador, em 1988”. **Caderno CRH**, Suplemento, pp. 94-116.

_____. (2002), “O Negro e o Poder no Brasil: Uma Proposta de Agenda de Pesquisa”. **Caderno CRH**, no 36, pp. 49-67

Anexo 1

Quadro 1- Número e porcentagem das candidaturas de 2014 e 2016

			Número	%	
Cargo	Vereador	Cor	AMARELA	1917	0,4
			BRANCA	230321	50,6
			INDÍGENA	1598	39,7
			PARDA	180686	8,9
			PRETA	40728	0,4
			Total	455250	100,0
	Deputado Estadual/Distrital	Cor	AMARELA	76	0,4
			BRANCA	9312	53,5
			INDÍGENA	52	0,3
			PARDA	6366	36,6
			PRETA	1588	9,1
			Total	17394	100,0
	Deputado Federal	Cor	AMARELA	38	0,5
			BRANCA	4041	58,4
			INDÍGENA	24	0,3
PARDA			2130	30,8	
PRETA			687	9,9	
Total			6920	100,0	

Fonte: TSE

GRUPO DE TRABALHO

VIOLÊNCIA, CONFLITUALIDADE, DIREITO E CIDADANIA

OS CONFLITOS FATAIS ENTRE COLETIVOS CRIMINAIS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE: UMA PROPOSTA DE MODELO TEÓRICO

Betina Warmling Barros⁷⁶

A expansão sem precedentes na história brasileira da sociabilidade do “mundo do crime” (FELTRAN, 2008, p. 45) impulsionou a produção de investigações sociológicas centradas na compreensão do funcionamento dos mercados informais, ilegais e ilícitos, sobretudo em relação às localidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ainda no final da década de 90 (AQUINO; HIRATA; 2017, p. 113). Uma das principais temáticas que atravessa a compreensão dos mercados ilegais de drogas no Brasil, diz respeito à consolidação das facções criminais por todo território nacional. Conforme apontou a Edição Especial do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a presença de coletivos criminais se dá em todas as Unidades Federativas. Seguindo os exemplos do grupo paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro, quase trinta “facções prisionais” já são identificadas pelos pesquisadores em todo o país (FBSP, 2018, p. 6).

Em relação ao contexto específico da cidade de Porto Alegre, os últimos anos apresentaram altas importantes nas taxas de homicídio. Em 2016, a taxa foi de 52,9 homicídios por 100 mil habitantes, com um aumento de 20,3% em relação aos anos anteriores (CERQUEIRA et al., 2017). Especialmente surpreendente é a maneira como certas destas mortes foram executadas, com o uso de decapitação, alvejamento por armas de grande calibre ou esquartejamento, por exemplo.

Conforme noticiado pelo jornalismo local, apenas até a segunda semana do mês de fevereiro de 2017⁷⁷, foram registrados nove esquartejamentos em Porto Alegre e na Região Metropolitana. Em 2018, em relação à capital gaúcha, foi registrado uma média de um esquartejamento por mês até o mês de maio⁷⁸. Mais recentemente, os coletivos criminais tem se utilizado do uso de chacinas em certas localidades (assassinatos múltiplos com pelo menos

⁷⁶ barros.betina3@gmail.com

⁷⁷ ZERO HORA, *Corpo é encontrado decapitado e esquartejado na zona sul de Porto Alegre*. Publicado em: 15.02.2017. Acesso em 11.06.2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/02/corpo-e-encontrado-decapitado-e-esquartejado-na-zona-sul-de-porto-alegre-9722127.html>>.

⁷⁸ DIÁRIO GAÚCHO. *Porto Alegre teve um esquartejamento por mês em 2018*. Publicado em: 22.05.2018. Acesso em 14.06.2018. Disponível: <<http://diariogauchoclicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2018/05/porto-alegre-teve-um-esquartejamento-por-mes-em-2018-10351839.html>>.

três mortes em um único evento). Nos primeiros cem dias do ano de 2018 foram contabilizados cinco episódios de chacina totalizando 17 vítimas⁷⁹.

O que parece explicar o panorama apresentado, é aquilo que se tem chamado de “reconfiguração” no tráfico ilícito de drogas da região, centrada na disputa entre grupos criminosos pelo predomínio do mercado em certas localidades da cidade, principalmente a partir da consolidação do coletivo criminal auto-denominado “Bala na Cara” (“BNC”), no ano de 2008 e da disputa com o grupo rival “Anti-Bala”, a partir do ano de 2016 (CIPRIANI, 2017, p. 18). Com base nesse cenário, o presente trabalho busca apresentar a construção de um modelo teórico que se acredita possuir a consistência necessária na fundamentação da resposta ao seguinte problema de pesquisa: quais são os fatores que podem explicar a operacionalização dos homicídios através de esquartejamentos, decapitações, alvejamentos e em contexto de chacinas, por homens jovens que fazem parte de coletivos criminais em disputa na cidade de Porto Alegre?

O principal norte dessa proposta teórico-metodológica se baseia nos escritos de Machado de Silva e da sua compreensão à respeito do que o autor denomina “sociabilidade violenta” (1999; 2004; 2008; 2010). Com o objetivo de adequar a teoria ao fenômeno social em questão, são introduzidas quatro dimensões de análise (transição para a vida adulta, masculinidade, dinâmica do tráfico de drogas local e dimensão simbólica da destruição do corpo) que, em conjunto, permitem a verificação da existência ou não dos três pilares principais constitutivos de uma “sociabilidade violenta”: a) ação com fim violência; b) rompimento com a alteridade; c) adesão ao tráfico de drogas.

Para Machado da Silva, não seria possível assumir a explicação do domínio das facções criminosas simplesmente a partir da narrativa da ausência estatal (1999, p. 120). Assim, seria necessário realizar uma separação entre a crise institucional e a organização da criminalidade, a qual melhor se demonstraria, na hipótese do autor, pela formação de uma nova sociabilidade, externa àquela compreendida pela teoria social até então (SILVA, 1999, p. 120). A violência urbana, portanto, entendida como um conjunto de práticas de uma certa ordem social, seria uma representação que reconhece um padrão específico de sociabilidade, o qual o autor denomina de “sociabilidade violenta” na qual a força física não é apenas um instrumento

⁷⁹ ZERO HORA. *Aumento de chacinas em Porto Alegre expõe nova tática das facções em execuções*. Publicado em 18.04.2018. Acesso em 12.07.2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/04/aumento-de-chacinas-em-porto-alegre-expoe-nova-tatica-das-faccoes-em-execucoes-cjg5nw2mj016a01qo6kjd7wvf.html>>.

para o alcance de um certo objetivo, mas se transforma em um *princípio de coordenação* (ou um “regime de ação”) das práticas de seus agentes (SILVA, 2010, p. 286).

Na medida em que esta forma de vida autônoma utiliza a força como única referência para o modo como se coordenam as ações, a “sociabilidade violenta” por um lado suspende a alteridade e a produção de sentido intersubjetivo, e por outro mantém o prolongamento das relações ao longo do tempo (SILVA, 2008, p. 52). Em tal teoria a ordem estatal convive com a sociabilidade da ordem da “violência urbana”, determinando um paralelismo entre formas de vida incompatíveis (*ibid.*, p. 38). Para se constatar a existência de tal padrão de sociabilidade, ensina o autor que se deve considerar como se distribuem os agentes pelas diferentes posições hierárquicas, pois há quem seja “portador” de tal ordem social, há quem esteja na condição de dominado e há ainda as situações intermediárias (SILVA, 2008, p. 42). Segundo o autor, para compreender esse processo “seria preciso indagar as trajetórias (...) que podem conduzir ao engajamento nesta forma de vida” (*ibid.*).

Instrumentaliza-se a categoria “sociabilidade violenta”, portanto, na medida em que são interrogadas as justificativas para os comportamentos dos agentes da violência letal, as quais podem levar à compreensão dos significados culturais por elas exteriorizados (SILVA, 1999, p. 121). Ademais, na teoria de Machado da Silva, a mais forte incidência da “sociabilidade violenta” é observada nos jovens do tráfico de drogas. sendo necessário deter-se aos modos de adesão dos jovens a tais redes criminosas.

A partir desse quadro teórico geral, a presente pesquisa acrescenta uma primeira dimensão de análise que vincula a compreensão da adesão ao tráfico de drogas a partir das temáticas da transição para a vida adulta e da construção da masculinidade. Conforme aponta Pimenta, no processo de transição para a vida adulta, sujeitos acabam optando pela construção de trajetórias individualizadas de busca pela ascensão social também nas classes menos favorecidas moradoras das favelas e comunidades periféricas das metrópoles urbanas, a partir da demanda pelo controle dos seus percursos pessoais em relação ao trabalho e à família, por exemplo, diferenciando-se das trajetórias postas pelas referências adultas desses sujeitos (2007, p. 451).

Ademais, essa transição ocorre de forma precoce em relação aos parâmetros normalmente utilizados para a caracterização da passagem para a vida adulta e acontece sob a urgência de garantir ganhos financeiros, em um primeiro momento para si e, após, para a família como um todo (LYRA, 2013). Nesses termos, a principal forma de êxito nessa empreitada “individualizada” surge a partir da adesão ao tráfico de drogas, vínculo que se dá inicialmente

de forma esporádica e vai se aperfeiçoando com o tempo, até restar substancialmente forte. Parte-se de um paradigma conceitual, portanto, de que esses jovens são sujeitos criados sob uma lógica neoliberal de supervalorização da ascensão econômica (BOURGOIS, 2003; CONTRERAS, 2013).

Em um segundo momento, o modelo ora proposto se funda na análise da construção das masculinidades desses sujeitos. Entendida a partir do conceito de “masculinidade marginalizada” (CONNELL, 1995), melhor se identificam com trabalhos que valorizam a força física e que possibilitam o sustento financeiro de toda a família. Na medida em que esses empregos só estão disponíveis em condições de alta precarização, o tráfico de drogas se apresenta como uma possibilidade que cumpre com as exigências postas a esse homem jovem pelo sistema patriarcal capitalista.

Em comunhão, os fatores elencados próprios da transição para a vida adulta e da construção da masculinidade no contexto especificado acabam levando à adesão ao mercado ilícito de drogas por alguns jovens. Na cidade de Porto Alegre, contudo, a partir de 2015 essa vinculação ocorre em um panorama de disputa entre dois grandes grupos: os B.N.C e os Anti-B.N.C. Com a emergência dos B.N.C e o seu fortalecimento pelos territórios da cidade, os grupos menores restantes ou foram englobados por esse ou apostaram na estratégia da dualidade: se organizaram como Anti-B.N.C (CIPRIANI, 2017). O conflito impôs uma vinculação ainda maior dos jovens aos seus próprios coletivos, fixou critérios de lealdade com pouca margem de erro e pautou níveis mais altos de violência letal entre os sujeitos em disputa.

Um importante instrumento desse conflito foi o uso de mortes operacionalizadas com o uso de esquartejamentos, alvejamentos ou em contexto de chacina, cujo diferencial é seu altíssimo grau de simbolismo. Assim, além de ser o principal indício visível de uma nova sociabilidade, essas mortes evidenciam que a violência não é apenas um instrumento para atingir um objetivo específico, mas ela se torna em si o objetivo da ação. Um dos elementos que influencia essa racionalidade é a forma dual em que os coletivos criminais se organizaram em Porto Alegre, em que a exibição do corpo do outro e a desumanização das vítimas (MARTINS, 1996), muitas delas familiares e pessoas próximas dos jovens pertencentes aos coletivos, auxiliam no desenho de um fenômeno social que ainda carece de explicações sociológicas.

Palavras-chaves: Tráfico de drogas. Homicídios. Coletivos criminais.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Jânia Perla Diógenes de; HIRATA, Daniel. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. *Rev. BIB*, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), p. 107-147.

BOURGOIS, Philippe. **In Search of Respect: Selling Crack in El Bairro**. San Francisco: University of California, 2003.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

CIPRIANI, Marcelli. Segregação sócio-espacial e territorialidades do tráfico de drogas: as “facções criminais” diante do espaço urbano. **Revista Conversas e Controvérsias**, vol.3, n.2, 5-28, 2017.

CONNELL, Ryan. **Masculinities**. 2. ed. Berkley: University of California Press, 1995.

CONTRERAS, Randal. **The stickup kids: race, drugs, violence and American Dream**. Berkeley: University of California Press, 2013.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas: UNICAMP, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2014 a 2017**, 2018.

LYRA, Diogo. **A República dos Meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

MARTINS, José de Souza. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo Social**; *Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v.8, n.2, pp. 11-26, 1996.

PIMENTA, Melissa. **“Ser Jovem” e “Ser Adulto”**: Identidades, Representações e Trajetórias. Tese de Doutorado. 2007. USP, São Paulo, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Rev. Sociol. Polít.** v.13, 115-124, 1999.

_____. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

_____(org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. “Violência urbana”, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Cadernos CRH**, v. 23, n. 59, 283-300, 2010.

**DO MATCH AO DATE: AS TENSÕES ENTRE O MEDO DO CRIME E O DESEJO
EM MULHERES QUE ESTÃO EM BUSCA DE HOMENS POR MEIO DO
APLICATIVO TINDER EM SANTA MARIA-RS**

Carolina Adolfo de Carvalho⁸⁰

Na parada do ônibus, na mesa durante o almoço, em shoppings, em festas, na farmácia, em sala de aula, pelos corredores, nos parques, nos cafés, nos restaurantes, todo mundo está de olho no celular. Vivemos em uma era de digitalização das relações e, mesmo quando estamos juntos, parecemos mais conectados com quem não está por perto do que com quem está ali, ao alcance de nossos olhos, mãos, braços, abraços, beijos e galanteios. As formas escolhidas pelas pessoas para se relacionarem umas com as outras vêm se transformando, sobretudo, ao longo das últimas décadas, a partir do crescente acesso em massa à internet. Chegou o tempo em que a paquera olho no olho passou a dar espaço à paquera em que o olhar está concentrado na tela do computador e do smartphone. Homens e mulheres passam a se utilizar cada vez mais de espaços oferecidos por sites de relacionamentos e salas de bate-papo, por redes sociais e por aplicativos para estabelecer contato e conquistar novos parceiros. O flerte em espaços públicos parece estar perdendo espaço para a procura privada. As trocas de olhares e sorrisos na rua, na faculdade, em bares e em baladas dão, pouco a pouco, lugar a trocas de mensagens de texto mediadas por telas e teclados e impulsionadas por uma prévia e criteriosa análise de fotografias. Mesmo quando o sujeito que aparece na tela é conhecido e está por perto para um contato mais próximo, é pelo celular que a conversa tem mais chances de começar. Assim, apresenta-se essa nova era de sociabilidade digital e é disso que trata essa pesquisa.

De acordo com Illouz (2011, p.109), “de vinte a quarenta milhões de pessoas, só nos Estados Unidos, visitam mensalmente os sites de encontro da rede, inclusive mais de um milhão de usuários acima de 65 anos”. E, se é verdade que essa mudança de configuração na busca por um relacionamento está em transformação, é verdade, também, que as formas pessoais de agenciamento sobre o desejo já não são mais as mesmas. Assim como é entendida por Miskolci (2017, p.27), “agência”, aqui, “designa a forma como os sujeitos negociam seus desejos com as normas e convenções morais em voga, portanto, como algo situacional e dinâmico que pode preceder a ação e envolve, inclusive, a construção social do desejo”. Diante

⁸⁰ carolinaadecarvalho@gmail.com

da tela do computador e do celular, o sujeito se sente capaz de escolher seu perfil preferido para empreender um contato e, enquanto rejeita um candidato em detrimento de outro e, quando é escolhido ou aprovado por alguém, atribui poder a si mesmo. Mas, se é verdade que a internet trouxe a possibilidade de exercício do desejo, ao mesmo tempo, despertou novos temores em usuários que passaram a desenvolver aproximações com pessoas com as quais não têm ou não tiveram contato pessoal prévio. Esse temor pelo desconhecido pode encontrar eco e legitimidade no alarde midiático em torno de casos de violência, sobretudo aquela que vitima mulheres.

Nesse ínterim, a tensão entre o desejo e o medo parecem presentes no comportamento de quem busca um relacionamento on-line, sobretudo, entre as mulheres que estabelecem contatos com homens, já que elas estão em busca de um parceiro que, presume-se, seja mais forte e, logo, tem maior potencial ameaçador. Evidencia-se, então, nesse processo de sociabilidade on-line, a possibilidade de existência de uma espécie de negociação entre a vontade de estabelecer um encontro e a necessidade de assegurar a própria integridade física e moral. Essa negociação parece amplificada, portanto, quando se dá por meio de aplicativos de smartphones elaborados com o objetivo de conectar pessoas e estimular o flerte e as relações.

O Tinder é um dos mais populares aplicativos de relacionamentos elaborado especificamente para celular. A plataforma, criada em 2012, tem milhares de usuários e se tornou objeto de diferentes estudos, sobretudo no que diz respeito à maneira como as pessoas se portam no aplicativo, que construções fazem de si, como organizam seus perfis, o que mostram e o que escondem, o que pretendem nesse espaço virtual e por quais motivos escolhem a plataforma para empreender a busca por um relacionamento. Mas pouco se estudou, pelo menos até agora, sobre os medos que cercam os usuários e podem ser determinantes de seus comportamentos e suas sociabilidades no uso da plataforma e no estabelecimento de relações no espaço off-line que tenham tido início a partir do aplicativo. Foi diante desse contexto que surgiu o questionamento que norteia essa pesquisa: *há nas mulheres que buscam relacionamento com homens em Santa Maria-RS uma tensão entre o medo e o desejo no momento de decidir por aceitar ou negar um encontro com um contato do Tinder?*

O que eu quero aqui é, portanto, a partir deste questionamento, entender se existe uma tensão entre o desejo e o medo no momento da decisão de mulheres por encontrar (ou não) pessoalmente um sujeito com quem só tiveram contato por meio do aplicativo. Os objetivos da pesquisa são identificar por quais motivos as mulheres procuram por relacionamentos afetivos e/ou sexuais por meio do Tinder; entender como funciona o agenciamento do desejo e quais

estigmas ainda se fazem presentes no imaginário feminino na escolha de um parceiro online; identificar quais são os medos que essas mulheres sentem em relação aos possíveis parceiros e por quais motivos; entender qual é a influência da mídia na intensificação desse medo e entender quais são as situações em que o medo ou o desejo prevalecem no estabelecimento do encontro de mulheres com homens por meio do Tinder. Diante disso, a abordagem qualitativa, a partir do empreendimento de uma etnografia, feita com base na observação participante no aplicativo e em entrevistas feitas por meio do Tinder e, depois, em encontros pessoais, foi a opção metodológica escolhida para a realização desta dissertação.

Inicialmente, foram consultadas 203 mulheres, 187 delas residentes em Santa Maria, que foram contatadas por meio do Tinder. Dessas, 170 se mostraram interessadas em contribuir com o trabalho naquele momento e no futuro (as identidades das interlocutoras serão mantidas em sigilo), mas foram 154 as que responderam a todas as perguntas. Já nesse primeiro momento do levantamento de dados no campo, notei que a vontade de conhecer pessoas novas e encontrar um parceiro e a sensação estimulante de se sentir desejada e de ter liberdade para desejar alguém foram os motivadores principais para a criação da conta no aplicativo para a maioria de minhas interlocutoras. Por isso, trabalho aqui com a hipótese de que essas mulheres estão no Tinder para tentar encontrar um parceiro para relações de ordem sexual e/ou afetiva, pela possibilidade de exercitarem o desejo mais livremente e por que isso faz bem à autoestima delas.

Além disso, identifiquei que há papéis de gênero diferentes no aplicativo e trabalho com a hipótese de que isso é determinante para o comportamento de minhas interlocutoras na plataforma. Enquanto, para os homens, essa busca por uma parceira é validada socialmente nas mais diferentes esferas, as mulheres, surpreendentemente, dizem sofrer preconceitos de diversas ordens por estarem no Tinder. Julgadas como desesperadas ou problemáticas por amigos, homens que estão no aplicativo, familiares e mesmo amigas, elas dizem que são estigmatizadas por não conseguirem estabelecer relacionamentos pelas “vias comuns” e, por isso, sentem-se limitadas em suas interações por meio da ferramenta.

Outra hipótese com a qual trabalho nesta pesquisa diz respeito ao medo que essas mulheres sentem de se encontrar, em ambientes privados, com homens que conheceram pelo Tinder e, assim, colocarem-se em uma situação de perigo porque acreditam que o pretendente possa ser um psicopata criminoso. Esse temor influencia diretamente nas interações que essas mulheres estabelecem pelo aplicativo e nas decisões que tomam por levar ou não para a esfera off-line uma relação que começa on-line. Entre as 157 interlocutoras de pesquisa que

responderam além de minha pergunta inicial, 145 disseram que só aceitam o contato face a face com possíveis parceiros em locais públicos por medo de serem vítimas de assalto, roubo, estupro, abuso ou sequestro. Elas afirmam, ainda, que investigam, por meio de outras redes sociais e de amigos em comum, quem é esse homem, onde ele vive, no que trabalha e com quem se relaciona, antes de aceitarem ir ao encontro deles. Algumas das interlocutoras apontaram, ainda, que só saem de casa depois de avisar um conhecido ou mais sobre onde vão e com quem, para que, caso algo aconteça com ela, as pessoas saibam “quem é o culpado”. Outras chegam a pedir que amigas as acompanhem discretamente nos encontros.

Esse medo parece ser reflexo de uma violência diretamente relacionada à questão de gênero, mas que, no entanto, estatisticamente, não é praticada por desconhecidos tampouco tem como vítimas mulheres que estão em um encontro estabelecido via aplicativo. Nesse sentido, parece haver um medo do crime ancorado em o do Borges chama de Crenças de Perigo, por meio das quais avalia indícios de ocorrências de temores que são representativos para determinadas pessoas, mas que, não necessariamente, sejam sinônimos de um perigo real. Para o autor, “a perspectiva de crenças de perigo é uma abordagem que considera o que a pessoa acredita ser perigoso [...] A crença de perigo é verdadeira para o indivíduo, mas isso não significa que seja aplicada à realidade.” (BORGES, 2011, p.84). Assim, nota-se que a sociabilidade dessas mulheres é diretamente influenciada pela percepção e temor da criminalidade, embora nunca tenham sido vítimas de alguma violência em encontros do aplicativo e tampouco conheçam mulheres que o tenham sido.

Além disso, a maior parte de minhas interlocutoras afirmou que notícias influenciam essa percepção que elas têm de que o sujeito do outro lado da tela pode ser perigoso. Aqui, trabalho com a hipótese de que, diante de uma grande repercussão, casos que, em sua maioria, são isolados e que, portanto, não representariam um perigo generalizado à população, ganham contornos de lendas urbanas e passam a povoar a imaginação dessas mulheres de modo a fazê-las terem medo. De acordo com Brunvand (1981), que defende que lendas urbanas são folclores e não histórias, o papel da mídia é central nesses casos de disseminação do temor.

Palavras-chave: Violência. Medo. Tinder.

REFERÊNCIAS

BORGES, Dorian. **O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo.** Curitiba: APPRIS, 2011.

BRUNVAND, J.H. **The Big Book of Urban Legends.** New York: Paradox Press, 1981.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

MISKOLCI, Richard. **Desejos Digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros online. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CONTRIBUIÇÃO DA GENTRIFICAÇÃO URBANA PARA A MORTALIDADE DA JUVENTUDE PERIFÉRICA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE-RS

Caroline Bussoloto de Brum⁸¹

Jéssica Antonio de Souza

O presente artigo propõe analisar a relação do fenômeno da gentrificação nos grandes centros urbanos, com enfoque específico na cidade de Porto Alegre, e a mortalidade da juventude periférica. Através do uso dos dados públicos disponíveis e com a delimitação temporal para o ano de 2017, serão analisados os dados de mortalidade de jovens em dois bairros periféricos em relação ao centro da cidade, correlacionado com o fenômeno urbano da gentrificação.

A cidade de Porto Alegre, conforme esclarece o ObservaPOA, observatório municipal relacionado à compilação de dados das questões urbanas e sociais da cidade, é dividida em quatro grandes regiões, Centro, Norte, Sul e Extremo Sul, as quais compreendem oitenta e três bairros (OBSERVAPOA, 2018). Destes 83 bairros mapeados e descritos no Plano Diretor (LC 434/99), alguns são sintomáticos quando tratamos sobre a questão de segurança pública de maneira geral, mas também acabam se mostrando um ponto contínuo de mortalidade juvenil não-acidental. Dois bairros se destacam no alto índice de mortalidade (englobando a juvenil) no ano de 2017, sendo eles os bairros Rubem Berta e Restinga, que se encontram em extremos opostos da capital gaúcha.

O bairro Rubem Berta, localizado na zona norte de Porto Alegre, possui no Atlas de Desenvolvimento Humano, perfis socioeconômicos diversos, dada larga extensão e densidade populacional (74.522 habitantes - 2010). Subdividido em 14 microrregiões, duas a título de exemplo, demonstram uma situação particularmente singular e antagônica. Enquanto na Vila Amazônia, 57,9% dos moradores possuem ensino fundamental incompleto ou são apenas alfabetizados, e com um índice de desenvolvimento humano de 0,593, um dos menores da cidade (ATLAS BRASIL, 2013); no mesmo bairro, na região denominada Paço da Mangueira, o oposto ocorre, estando com 0,884 no índice de desenvolvimento humano, uma das 100 regiões mais desenvolvidas de Porto Alegre, com 40% dos seus habitantes possuindo ensino superior completo (ATLAS BRASIL, 2013). Uma situação heterogênea que ainda assim

⁸¹ carolinebussoloto@gmail.com

coloca uma marca de insegurança para o bairro: desde 2011, 446 assassinatos foram cometidos nos 8,2 km² que formam o bairro, o tornando o local com mais mortes registradas em Porto Alegre (TORRES, 2017).

De outro lado, o bairro Restinga, localizado na zona sul, com um pouco menos, mas ainda considerável número de habitantes (60.729 habitantes - 2010), possui 18 microrregiões, que variam entre um desenvolvimento socioeconômico médio e baixo predominantemente, possuindo também em alguns pontos o menor índice de desenvolvimento de Porto Alegre, de apenas 0,593 de IDHM, e com 61,2% de seus habitantes com ensino fundamental incompleto ou apenas alfabetização (ATLAS BRASIL, 2013).

É importante ressaltar as características e os indicadores de desenvolvimento humano destes bairros, antes de adentrar ao tópico específico da mortalidade, pois haverá correlação direta entre a precariedade socioeconômica dos bairros periféricos em relação a bairros centrais. Relacionado ou não com a iminência das eleições nacionais, os dados públicos sobre a mortalidade, sem fazer uso da Lei de Acesso à Informação, se limita aos meios jornalísticos, o que pode, eventualmente, resultar em divergências com os órgãos oficiais, mas que possuem uma certa confiabilidade dada a repercussão e as fontes consultadas. Será usado como fonte de dados o chamado “Raio X da Violência”, editado pela Gaúcha ZH, há um compilado de dados de homicídios e latrocínios desde o ano de 2011 em gráficos interativos e mapas com as divisões territoriais de Porto Alegre, permitindo a opção ao consulente por filtrar conforme a faixa etária da vítima.

Através da edição da Lei 12.852 de agosto de 2013, que estabelece o Estatuto da Juventude, há a determinação legal de quem será considerado “jovem”, que é toda a pessoa entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013). Com as delimitações territoriais dos dois bairros e com o recorte etário, foi possível observar que no bairro Rubem Berta, no ano de 2017, ocorreram 19 mortes de pessoas jovens; enquanto no bairro Restinga, ocorreram 16 mortes. A diferença primordial que foca o trabalho, resulta da análise que, no mesmo período, em todos os bairros pertencentes a grande área central, apenas 3 mortes de jovens ocorreram, em um total de 10 bairros observados.

Podemos explicar a diferença na possibilidade de mortalidade de um jovem residente do bairro central com a de um jovem residente de um dos dois bairros periféricos, iniciando pela distribuição de riquezas e as distinções nas condições de vida, mas predominantemente poderá ser explicado a partir do fenômeno da gentrificação. A gentrificação pode ser definida como a ocupação dos centros das cidades pela classe média e alta, de elevada

remuneração, que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, para longe da área central (BATALLER, 2012, p. 10). Este deslocamento irá implica na falta de investimento e melhorias nas moradias, nos comércios e nos serviços, resultando na predominância de alto padrão financeiro nos centros que culmina no constante afastamento das demais classes pelas mudanças nos valores alugueis e nos acessos a propriedades.

O estudo com base na gentrificação, não poderá esvair-se de uma análise histórica de formação da cidade, dos bairros e dos atores na dinâmica social específica de construção socioespacial da localidade estudada (BATALLER, 2012, p. 13). Este cuidado vai evitar, por exemplo, o uso de autores como Van Weesep, que irá apontar benefícios na transferência das classes menos favorecidas para bairros afastados, a fim de evitar um “conflito social derivado do contraste socioeconômico”, que se traduz em realidade, em um argumento segregacionista e se aplicado ao contexto brasileiro, possivelmente racista (BATALLER, 2012, p. 14).

Wacquant irá utilizar a denominação “guetos” para estas áreas segregadas, que terão três características principais: a pobreza como característica frequente, mas variável, trazendo um exemplo do próprio Brasil, quando fala que

As favelas das metrópoles brasileiras, que são freqüentemente retratadas como refúgios de abandono e desorganização, nada mais são do que bairros da classe trabalhadora com laços bem definidos tanto com a indústria como com os bairros afluentes, aos quais fornecem serviços caseiros. (WACQUANT, 2004, p. 159).

Seguindo, a segunda característica será que todos os guetos são segregados, mas que nem todas as áreas segregadas são guetos, onde estes locais “de luxo proporcionam ‘segurança, exclusão, homogeneidade social, amenidades e serviços’, que permitem que famílias burguesas escapem do que consideram ‘o caos, sujeira e o perigo da cidade’” (CALDEIRA 2000, p. 264-265 apud WACQUANT, 2004, p. 160). Por fim, como última característica, os guetos teriam estruturas diferentes e funções opostas, ou seja, alguns bairros servirão de “ponte” de acesso aos bens e serviços, enquanto outros servirão de “parede”, evitando o acesso e ao mesmo tempo separando pessoas (WACQUANT, 2004, p. 161).

No contexto da juventude, a violência que os vitimiza tende a uma constante reprodução de padrões que continuam em uma crescente ao longo dos anos. O atingimento de jovens periféricos, homens e negros se dá pela interveniência de múltiplos fatores socioeconômicos e demográficos, com destaque para a influência da desigualdade racial (BRASIL, 2017, p. 22). No estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o governo federal em 2017, nas cidades com mais de 100 mil habitantes, Porto

Alegre aparece como a 191ª cidade das 304 cidades analisadas, com predominância de altos índices de homicídios, infrequência escolar e desemprego (BRASIL, 2017, p. 64). A vulnerabilidade que estão sujeitos os jovens brasileiros, e em especial os jovens da periferia de Porto Alegre, ultrapassa a questão tradicional da pobreza. Esta vulnerabilidade está relacionada ao risco social do território, que reproduz uma desigualdade social macro, em um ambiente micro (FURTADO, 2004, p. 10)

Assim, pode-se concluir que a gentrificação, além de se constituir como um dos fatores da preocupante mortalidade juvenil, mostra-se como um fenômeno estruturante da realidade urbana, o qual dificilmente será desconstruído senão por mudanças a partir da própria atuação estatal. Atuação essa que, para além de atravessarem reestruturações socioeconômicas do espaço urbano, estará fortemente vinculada aos mecanismos de segurança pública. Em vez de o Estado olhar e intervir apenas no centro urbano, será preciso garantir essa mesma atuação na periferia. Não se trata, pois, de um acesso à segurança pública privilegiada de uma região em detrimento da outra, mas sim de uma intervenção isonômica no meio urbano, de modo que a periferia não mais seja invisibilizada e tenha seus direitos relegados.

Palavras-chave: Gentrificação. Mortalidade juvenil. Espaço urbano.

REFERÊNCIAS

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Rubem Berta:** Vila Amazônia. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22086>. Acesso em 12 set 2018.

_____. **Rubem Berta:** Paço da Mangueira. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22104>. Acesso em 12 set 2018.

_____. **Restinga:** Quinta Unidade. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22207>. Acesso em 12 set 2018.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012. p. 10-37.

BRASIL. **LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013.** ESTATUTO DA JUVENTUDE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em 12 set 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017:** desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude,

UNESCO e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FURTADO, Adriana (Coord.). **Índice De Vulnerabilidade Social Infanto-juvenil Da Grande Porto Alegre**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa), 2004.

GAÚCHAZH. **Raio X da Violência**. Disponível em:
<<http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/raio-x-da-violencia>>. Acesso em 12 set 2018.

OBSERVAPOA. **Bairro Rubem Berta**. Disponível em:
<http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=55_0_0>. Acesso em 10 set 2018.

TORRES, Eduardo. **Qual o bairro com mais assassinatos em Porto Alegre? E com menos?** Veja no Raio X da Violência. Gaúcha ZH. Disponível em:
<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/09/qual-o-bairro-com-mais-assassinatos-em-porto-alegre-e-com-menos-veja-no-raio-x-da-violencia-cj7uvhf9k005a01tg53063enh.html>>. Acesso em 15 set 2018.

WACQUANT, Loïc. **Que é Gueto? Construindo Um Conceito Sociológico**. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, nº 23, nov. 2004. p. 155-164.

SATISFAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO: UM ESTUDO COM OS POLICIAIS MILITARES DA 3ª CIA SAPÉ/PB

Charles Evandre Vieira Ferreira⁸²

Resumo

A Segurança Pública é um direito social normatizado no Capítulo II que discorre sobre os Direitos Sociais no artigo art.6º da Constituição Federal de 1988 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança [...]” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 7). Assim, o Capítulo III da Constituição trata exclusivamente da Segurança Pública, mas exclusivamente no art. 144 Constituição Federal (1998, p. 78) “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]. Dessa forma, são elencados os órgãos fundamentais para preservar a ordem pública que são constituídos pela Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis e Polícias Militares de Corpo de Bombeiros. Assim, atenta-se para a importância de todos os integrantes que compõe os órgãos de segurança pública tenham um alto grau de satisfação no ambiente de trabalho, de modo a exercer suas funções da melhor maneira possível. Nesse sentido, este estudo tem por objetivo verificar a satisfação no ambiente de trabalho dos Policiais Militares da 3ª Cia Sapé do 7º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba. A pesquisa de abordagem quantitativa, foi realizada no período de 5 a 28 de outubro de 2014 e obteve-se um total de 42 questionários válidos. Os principais resultados apontam que a maioria dos policiais estão insatisfeitos no tocante, principalmente, as dimensões salários e promoções.

Palavras-Chave: Segurança Pública. Policiais. Satisfação no Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

No momento atual que vivemos no Brasil, deparamos com um problema sócio econômico no que se refere a violência, fator esse visível diariamente nos veículos de comunicação, os quais noticiam casos cada vez mais frequentes referentes aos diversos tipos de

⁸² charlesevf@gmail.com

violência, inclusive nas cidades que eram consideradas ordeiras. Esse crescimento assustador da criminalidade ocorre em virtude, principalmente, do tráfico de drogas e de armas, bem como pela existência do crime organizado.

Por essa razão, a segurança pública no Brasil ocupa um papel primordial através dos profissionais de segurança pública (COSTA, 2005), principalmente no que se refere ao policial militar, que tem entre suas atribuições principais o serviço ostensivo para combater a violência e garantir a segurança pública, dever esse constitucional previsto no art.144 Inc. V, CF/88. Assim, Oliveira & Bardagi (2010), a atividade exercida pelo policial militar é de alto risco, pois está diariamente frente à violência e a brutalidade. Por conseguinte, a profissão é uma das que mais sofre influências negativas, visto que trabalha sob forte tensão em situações que colocam em risco a sua própria vida.

Desse modo, entende-se ser importante estudar sobre a satisfação no ambiente de trabalho dos policiais, por entender que pessoas satisfeitas trabalham com maior eficiência, o que pode colaborar com a minimização da criminalidade. Assim sendo, este estudo tem por objetivo de verificar a satisfação no ambiente de trabalho dos Policiais Militares da 3ª Cia Sapé do 7º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como modelos teóricos para embasar a realização da pesquisa utilizou a Escala de Satisfação no Trabalho – EST, que teve como base os trabalhos de Tabosa (2012) e Siqueira (2008), a partir da complementação das duas metodologias.

O instrumento de coleta de dados utilizado para esta pesquisa foi o questionário, este composto por 37 variáveis compreendidos em 6 dimensões, quais sejam: convívio com os colegas, salário, relacionamento com a chefia, com a natureza do trabalho, com as promoções e com as condições de trabalho. A população estudada foi de 128 policiais que formam a 3ª Cia Sapé e obteve-se uma amostra de 42 questionários respondidos.

Para a realização da pesquisa foi adotada o tipo exploratória, descritiva com abordagem quantitativa. Para Vergara (2009), a pesquisa exploratória é realizada nas áreas em que há pouco conhecimento acumulado.

A pesquisa teve como objeto pesquisado os servidores da Polícia Militar da 3ª CIA do 7º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba, sendo composta por 128 servidores efetivos. Já a

amostra correspondeu a 42 servidores que se dispuseram a responder o questionário no período de 5 a 28 de outubro de 2014.

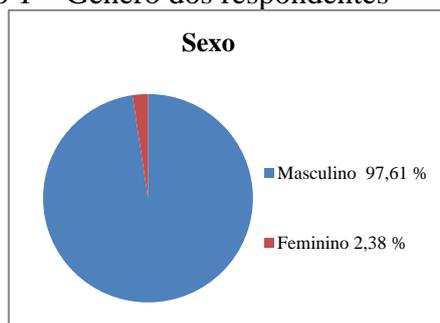
Para coleta de dados foi utilizado a aplicação do questionário estruturado pelo pesquisador, a partir da Escala de Satisfação no Trabalho (EST) de Siqueira (2008) e o estudo de Tabosa (2012). O questionário (Anexo A) foi subdividido em duas partes, na primeira etapa se refere ao perfil socioeconômico do entrevistado, com 7 (sete) perguntas objetivas tais como, Gênero, Faixa Etária, Estado Civil, Escolaridade, Faixa de Renda, Graduação, Tempo de Serviço. Na segunda etapa foram utilizadas 37 variáveis em formato de perguntas objetivas subdivididas em 6 (seis) dimensão. Ressalta-se que, das 37 variáveis analisadas, 10 foram oriundas do estudo de Siqueira (2008) e o restante adaptadas da pesquisa de Tabosa (2012), de modo a obter uma metodologia mais completa. Além disso, foi incluída uma dimensão a EST, qual seja: Satisfação com a condição de trabalho. Destaca-se que a dimensão e variáveis que estão destacadas em **negrito** são aquelas que foram adaptadas do modelo de Tabosa (2012), e as de fonte normais foram oriundas do estudo de Siqueira (2008).

Os dados coletados foram tabulados e analisados quantitativamente a partir da estatística descritiva utilizando o *Microsoft Office Excel 2007*. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

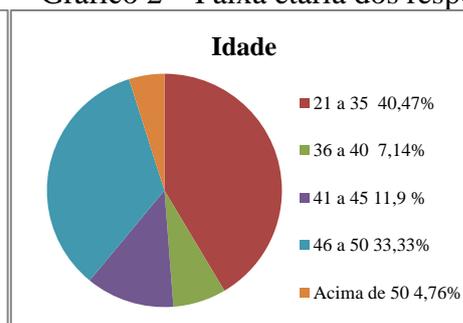
Neste capítulo serão apresentados alguns resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, de modo a responder ao objetivo da pesquisa. Inicialmente é apresentado o perfil socioeconômicos dos participantes da pesquisa e, em seguida os resultados referentes a satisfação no ambiente de trabalho dos policiais.

Gráfico 1 – Gênero dos respondentes



Fonte: Coleta de dados (2014)

Gráfico 2 – Faixa etária dos respondentes



Fonte: Coleta de dados (2014)

Observou-se que a maioria dos policiais são do sexo masculino com 97,61%, essa superioridade numérica, já era esperado tendo em vista a quantidade de vagas ofertadas para o sexo feminino é bem inferior em comparação com masculino, nesse resultado foi apenas 2,38% para o sexo feminino constatando que ainda existe uma resistência por parte do Estado em contratar mulheres para exercer a função de policial militar, verificado inclusive o edital/2018⁸³ do Concurso Público para o Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba, onde foram ofertadas no edital 900 vagas sendo que 850 para o sexo masculino e apenas 50 para o sexo feminino, ou seja, menos de 10% das vagas. Quanto à faixa etária dos pesquisados têm sua maioria entre 21 a 35 com 40,47%, porém seguindo próximo pôr à faixa etária de 46 a 50 com 33,33%.

Analisando a Tabela 1 (Anexo I), observa-se que a maioria das variáveis tem valores abaixo de 1 e 3,9 o que representa certo grau de insatisfação por parte dos respondentes. Destaca-se a variável 36 (creches para os filhos de policiais), esta obteve média 1, o que significa que os policiais estão totalmente insatisfeitos, uma vez que a 3ª Cia de Sapé não dispõe de tal programa. Já a Tabela 2 (Anexo II), observa na dimensão com (satisfação com salário), ao analisar as médias de todas variáveis que compõe tal dimensão, pôde-se perceber que essa manteve a menor média com 2,75%, demonstrando a insatisfação em relação ao salário.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada sobre a satisfação no ambiente de trabalho, analisou 37 variáveis subdividido em 6 dimensões possibilitando resultados no que refere ao estudo aplicado. A dimensão de maior escore médio, ou seja, a qual os policiais apresentam mais satisfeitos, referem-se à Satisfação com a chefia ($\mu=5,91$), o que demonstra que o Comandante da Companhia de Sapé apresenta bons relacionamentos com os seus subordinados.

Por outro lado, as dimensões Satisfação com o salário e Satisfação com as promoções apresentaram escores menores, como médias de 2,75 e 2,80, respectivamente. Tal resultado exprime que os policiais estão muito insatisfeitos com a política salarial e de promoções adotadas pelo Estado da Paraíba.

Assim, têm-se que os Policiais Militares da 3ª Cia de Sapé do 7º BPM (PMPB), encontram-se insatisfeitos, uma vez que a média geral resultou em 3,9. Em Síntese, constata-se

Edital para o concurso da Polícia Militar do Estado da Paraíba 2018. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/publicacoesConcursos/872_27032018_122618.PDF>.

que a satisfação dos policiais militares não dependem só do aspecto humano do seu comandante, desta forma, os servidores tem a necessidade de melhores condições salariais, uma política interna de melhoria em relação a forma que seus servidores são promovidos e melhorias nas condições de trabalho.

Isto posto, espera-se que esse estudo contribua para a instituição da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), possibilitando uma melhoria na elaboração de programas onde propicie aos seus integrantes um ambiente agradável e de condições melhores para exercer a atividade policial militar, tornando-os satisfeitos, o que poderá refletir em melhores serviços prestados a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa** – Brasília, DF: Senado Federal. 1998. p. 7-78. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso: agosto, 2018.
- COSTA, A. M. **Crime Militar**. 2 Ed. *Lumen Júris Editora*. Rio de Janeiro. 2005.
- SIQUEIRA, M. M. M. (org.) **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- TABOSA A. B. **Qualidade de vida no trabalho: fatores críticos na percepção dos colaboradores da Toyolex Caruaru**. Monografia (graduação em Administração). Caruaru: Universidade Federal de Pernambuco, Campus Acadêmico do Agreste, 2012.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, A. L. M., & BARDAGI, M. P. **Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares**. *Boletim de Psicologia*, 2010.

O USO DE ALGORITMOS COMPLEXOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL DOS EUA

Iara Cunha Passos⁸⁴

Desde o início dos anos 2000, tribunais dos sistemas de justiça estaduais dos EUA utilizam algoritmos de análise de risco para fundamentar sentenças criminais, de forma a prever a probabilidade de reincidência baseando-se em fatores como idade, histórico criminal e profissional, vizinhança em que mora, histórico familiar, entre outros. Esses algoritmos são utilizados em diferentes estágios - definir fiança, definição do tempo da sentença ou na aprovação de condicional - do sistema de justiça criminal em quase todos os estados do país - em pelo menos 40 deles já há algoritmos implementados.

A justificativa para a utilização de algoritmos de análise de risco no sistema de justiça criminal se fundamenta no crescimento da população controlada pelo sistema de justiça dos EUA e nos gastos que as esferas pertinentes tem para manter esse sistema. Assim, a inserção desses algoritmos tem tido respaldo tanto entre grupos conservadores quanto entre grupos liberais. Para grande parte dos grupos conservadores, a utilidade do uso desses algoritmos residiria na eficiência do instrumento para encarcerar apenas aqueles criminosos que seriam considerados altamente perigosos para a sociedade, reduzindo os gastos. Por outro lado, grupos liberais esperam que esses algoritmos façam com que o sistema seja menos punitivo e menos enviesado, considerando que os agentes de todos os níveis do sistema de justiça podem agir com algum viés, mesmo que não intencionalmente.

Há pelos menos 60 algoritmos de análise de risco nas mais diversas esferas de pelo menos 40 estados dos EUA. O resultado que é gerado pelo algoritmo é calculado por uma inserção prévia de diversos banco de dados de presos e suas características (raça, sexo, idade, tipo de crime, endereço), quantos crimes já cometeram e se reincidiram ou não (dentro de um espaço de tempo). Posteriormente, utilizando-se de técnicas de probabilidade e estatística e *machine learning* o algoritmo calcula qual a probabilidade de um preso com determinadas características reincidir e o escore é gerado. Um escore baixo pode gerar em uma aprovação do pedido de condicional, em uma fiança menor ou em menos tempo de pena, dependendo de em que etapa do processo de justiça criminal ele está sendo utilizado.

⁸⁴ iaracpassos@gmail.com

Por serem softwares proprietários, as empresas que os criam detêm sua patente e não disponibilizam a fórmula do cálculo. Isso porque elas se fundamentam na lógica de conseguirem mais clientes e precisam vender seu produto: um algoritmo melhor do que todos os outros, ou seja, aquele que é capaz de prever da melhor forma os casos de maior chance de reincidência. São várias empresas que vendem o uso desses algoritmos para as esferas estatais. Quais fatores são estabelecidos por elas como de maior risco de reincidência? Alguns fatores podem ser estabelecidos pelo próprio algoritmo - a partir de cálculos de probabilidade - mas tudo depende de como esse algoritmo é programado inicialmente. As empresas alegam que o escore final é apenas consultivo, sendo que o juiz que analisa o pedido, ou dá a pena, tem poder de aceitar ou não o escore final do algoritmo, mas como mostra a reportagem da ProPublica⁸⁵, muitos juízes querem evitar serem responsabilizados por soltarem pessoas que reincidem posteriormente, adotando o escore final como sua decisão.

Como dito anteriormente, tanto grupos liberais quanto grupos conservadores apoiam a implementação de algoritmos de análise de risco pelo sistema de justiça, seja para diminuição dos números de reincidência - o que implica manter mais pessoas presas para não reincidirem - seja para a diminuição das taxas de encarceramento - o que implica em soltar mais pessoas.

Isso, aliado ao fato de que nenhum algoritmo será 100% correto - independente de qual cálculo, fatores de risco, questionários que sejam utilizados, qualquer algoritmo irá cometer alguns erros, no caso, dar escores altos para quem não iria reincidir e escores baixos para quem irá acabar reincidindo - deixa a critério dos *policymakers* decidirem o que é pior (ou menos pior): seria pior aumentar as taxas de encarceramento ou as taxas de reincidência? Seja qual for a resposta a essa pergunta, isso implica em diferentes cortes nos escores dos algoritmos utilizados. Se o objetivo é ser mais tolerante com a reincidência, então aumenta-se o corte dos que são considerados de baixo risco - que teriam maior probabilidade de serem soltos - e libera-se em condicional mais condenados. Ou, de modo contrário, se pretende-se que o algoritmo seja menos tolerante com a reincidência, aumenta-se o corte para os níveis de alto risco e mantém-se mais pessoas presas.

Esses critérios de escolha já eram realizados anteriormente, assim como a discricionariedade dos agentes de segurança pública e do sistema de justiça já tendiam a ser enviesadas. O que muda agora é a padronização do enviesamento, a facilidade de

⁸⁵ Machine Bias. ProPublica. Disponível em: <<https://www.propublica.org/article/machine-bias-risk-assessments-in-criminal-sentencing>>.

implementação da escolha (que antes dependia da implementação de leis mais duras, por exemplo), o alcance de larga escala e o embasamento em algo que se diz científico e, portanto, mais transparente, seguro e confiável.

Propõe-se com esse trabalho apresentar alguns dados já levantados nessa pesquisa, a partir de análise documental e análise de redes, além de pesquisa bibliográfica relacionada ao uso de algoritmos e tecnologias complexas pelas esferas estatais, em particular o sistema de justiça criminal.

TROUXINHAS E PEDRINHAS: O EMBATE ENTRE OS ARTIGOS 28 E 33 DA LEI 11.343, A NOVA LEI DE DROGAS, NO RIO GRANDE DO SUL

Liciane Barbosa de Mello⁸⁶

O presente artigo propôs avaliar de que forma são construídas as narrativas no discurso jurídico e do Ministério Público relacionadas à Lei de Drogas, nos casos de desclassificação do crime de tráfico de entorpecentes para posse, no estado do Rio Grande do Sul, no período que abrange os anos de 2006 e 2016. A discussão principal norteadora do trabalho foi o embate entre o art. 33 (tráfico) e o art. 28 da 11.343/06, a Lei de Drogas, já que o texto da lei não estabelece critérios objetivos para a aplicação, deixando a decisão a cargo do juiz de direito após acusação do Ministério Público.

A hipótese final foi constituída da seguinte forma: o processo de construção da narrativa jurídica ao decidir sobre a desclassificação (ou não) do crime de tráfico para o de posse de entorpecente para uso pessoal orienta-se por uma cultura punitivista que compreende serem as penas privativas de liberdade capazes de cumprirem as funções de prevenção e ressocialização prometidas pelo Direito Penal, sendo assim percebidas enquanto medidas eficazes para resolução dos problemas sociais como a criminalidade e a violência. **Objetivo:** Identificar qual é a narrativa presente nos acórdãos tanto do judiciário, quanto do Ministério Público.

A justificativa deste trabalho encontra espaço nos números do sistema carcerário brasileiro, os quais informam que a taxa de encarceramento, crescente desde o ano de implementação da nova Lei de Drogas, não acabou com o tráfico, tão pouco foi capaz de separar a figura do usuário e do traficante ou mesmo de desafogar a população dentro das casas prisionais, pelo contrário, criou-se mais um problema a ser pensado: o encarceramento em massa e suas consequências. Um exemplo disso é o número de pessoas com agravos transmissíveis dentro das penitenciárias, como HIV, sífilis e tuberculose, doenças diretamente ligadas às situações precárias dentro das prisões.

Durante a realização do trabalho surgiu um movimento no Rio Grande do Sul intitulado: “Manifesto contra garantia e bandidolatria”, elaborado e assinado por 145 promotores de justiça, no qual estes atores demonstram a preocupação com a segurança pública

⁸⁶ bm.liciane@gmail.com

e com o garantismo penal, que, segundo eles, gera impunidade e impossibilita o cidadão comum (aquele que não comete crimes) de ter seu direito assegurado de ir e vir.

O manifesto acabou sendo também uma justificativa para a realização da pesquisa, pois traz luz àquilo que Bourdieu escreveu sobre as estruturas da justiça e os atores jurídicos, que em determinado momento poderão atuar em favor de uma elite detentora de poder social e simbólico, principalmente quando utilizam do seu aparato teórico para agir em prol de uma ideologia. No presente trabalho foi possível identificar, através dos textos dos acórdãos, uma disputa de narrativa entre Judiciário e Ministério Público, o que acabou sendo uma grande surpresa da pesquisa, visto que em praticamente todos os casos analisados há preferência do Ministério Público pelo encarceramento do acusado, independentemente da quantidade de drogas apreendida, o que não se identifica da mesma forma nos votos dos desembargadores.

Metodologia

Realizou-se a coleta de documentos, os acórdãos, contidos no site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (www.tjrs.jus.br) através da pesquisa de jurisprudência. Os acórdãos apresentam o pedido do Ministério Público e a relatoria dos casos. No corpo do texto há o relatório do fato, o pedido que está sendo feito, e o voto do relator e dos demais desembargadores da turma de segundo grau. É importante ressaltar que a quantidade de informações contida nos documentos varia muito, sendo alguns mais completos que outros, portanto podemos classificar esses documentos como resumos dos casos. Por fim, tem-se a decisão da turma de desembargadores, pelo provimento do recurso ou não.

O site mostrou inicialmente mais de 200 resultados de pesquisa, o *download* de cada documento foi realizado individualmente, já que não foi possível coletar todos os documentos de uma só vez. O número de acórdãos baixados totalizou em 85, referentes a todo o estado do Rio Grande do Sul, posteriormente organizados e lidos no software de pesquisa qualitativa NVivo10.

Fundamentação teórica

Para a presente análise utilizou-se o trabalho de David Garland, pois o autor discute a cultura do controle, apresentando o panorama de mudança do pensamento social em relação aos crimes a partir da década de 70. Até os anos 70, existia certa confiança na relação entre a

reforma social e a prosperidade econômica. Acreditava-se que ambas acontecendo seriam capazes de evitar a ocorrência de crimes em níveis mais altos. No caso brasileiro, identifica-se esse apelo social pela punição como instrumento de intimidação do Estado ao indivíduo que comete um crime, pois isto serviria de exemplo para que outras pessoas não fizessem o mesmo.

O conceito de sujeição criminal da categoria bandido, discutido por Misse chama atenção para o fato da existência de uma gama de processos de rotulação e estigmatização, sendo a construção de um processo social que abarca algumas práticas dentro de uma classificação social. No que tange à figura do traficante de drogas, esse rótulo é construído quando selecionado por sua trajetória social, que levará em conta identidades, subjetividades e subculturas.

Utiliza-se o conceito de “assalariados do tráfico”, discutido por Henri Bergeron no livro “Sociologia da droga”, sobre os indivíduos que participam do comércio do tráfico de drogas, ocupam uma posição dentro dele, mas são apenas uma parte, atuando principalmente na ponta deste mercado. Em outras palavras, são apenas revendedores e este papel não os enriquece ou lhes dá um grande status ou poder.

Resultados

Após exportar as fontes internas para o NVivo, iniciou-se a leitura completa de cada acórdão e então foi possível a criação de categorias de análise. São elas: a) Desclassificação para o artigo 28; b) Falta de provas para evidenciar tráfico; c) Ministério Público; d) Magistrados; e) Drogas apreendidas.

A categoria denominada desclassificação para o artigo 28 diz respeito àqueles acórdãos em que há sentença desclassificatória do artigo 33 (tráfico) para o artigo 28 (uso). Cerca de 20 acórdãos são favoráveis à mudança do artigo. Ela impede que o réu seja punido com prisão, utilizando perdas restritivas de direitos, comparecimentos a cursos educativos ou pagamento de serviços à comunidade. Muitas vezes esse artigo é alvo de uma disputa conceitual pelo que ele significa e pela forma que o Ministério Público interpreta.

A leitura desses acórdãos sugere uma dimensão importante a respeito da resposta ao recurso da turma de desembargadores, à medida que se nota que para desclassificar há mais argumentação do relator. Isso nos leva a pensar que mesmo que a lei tenha criado um dispositivo para separar o que é crime (tráfico) e o que poderia não ser (uso), ainda assim exige certo esforço

para justificar o motivo de considerar que tal prática não precisa levar ao encarceramento do acusado.

Na categoria sobre falta de provas para evidenciar tráfico, trata-se dos casos nos quais a turma de desembargadores entende que não há provas suficientes para evidenciar a materialidade do fato, ou seja, que aconteceu o crime de tráfico. Baseiam-se no que consta nos autos do processo; no entanto, poucos documentos trouxeram tais informações.

Na esfera criminal pode-se dizer que o Ministério Público representa os interesses da sociedade, agindo em sua proteção. Neste caso, o argumento de que o acusado de tráfico representa perigo e abalo à ordem pública é utilizado pelos agentes ministeriais para os recursos solicitados ao judiciário. De modo geral, o pedido é sempre pela prisão do acusado, pois sempre considera o crime de tráfico e não há margem para a interpretação de uso.

Identifica-se em muitos documentos que o texto se repete, principalmente em decisões proferidas na mesma data. No recorte pesquisado percebe-se que, quando há uma atuação por parte do Judiciário em benefício ao réu, em geral é bem justificado, leva-se em conta a quantidade de drogas apreendidas, primariedade do réu, condições e local em que aconteceu a prisão. Nos casos em que o Ministério Público pede reestabelecimento de prisão, quando o acusado encontra-se em liberdade, é usado como argumento em seu favor possuir endereço fixo e não ter cometido mais nenhum delito que seja de conhecimento do judiciário. Neste caso, entende-se que não há motivo para privá-lo de liberdade.

Na categoria sobre as quantidades e tipos de drogas apreendidas pela Polícia é importante salientar que nem todos os documentos trouxeram o número exato de quantidade, o que pode abrir margem para questionarmos se de fato seria uma quantidade importante em termos numéricos.

Conclusão

A Lei de Drogas em vigor atualmente no Brasil produziu um número de encarcerados altíssimo principalmente em virtude da seletividade da aplicação desde os níveis dos profissionais da linha de frente até o alto nível do judiciário e Ministério Público. É preciso olhar com certa preocupação quando agentes jurídicos se posicionam veementemente contra as garantias fundamentais que as pessoas acusadas de um crime possuem, pois se criou um estado cada vez mais punitivo e menos capaz de transformar e mudar qualquer problema social.

Foi observado ser necessário que a lei estabeleça dispositivos que diferenciem o usuário e o traficante, no entanto, a problemática está no fato de que a lei não leva em conta a dinâmica operacional do tráfico de drogas, pois encarcera o pequeno traficante, o vendedor de rua, e isto não provoca mudança considerável no comércio e na economia do tráfico.

O que corrobora com esta conclusão é que o encarceramento não resolveu o problema da criminalidade e da violência que o comércio ilegal do tráfico pode acarretar. As prisões produzem uma série de problemas: disseminação de doenças e fortalecimento de relações criminosas são apenas alguns deles.

Palavras-chave: Assalariados do tráfico; Lei de drogas; Encarceramento.

REFERÊNCIAS

BERGERON, Henri. **Sociologia da Droga**/ Henri Bergeron; [tradução Tiago José Risi Leme]. – Aparecida, SP. Ideias & Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GARLAND, David. **A Cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro, Revan, 2008.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

REPRESENTAÇÕES DO CRIME VIOLENTO NA MÍDIA ON-LINE E NOS COMENTÁRIOS

Luciano Fischborn⁸⁷

Este trabalho se insere nas discussões sobre representações sociais da violência e sociologia digital, buscando compreender, a partir da cultura do medo, como a mídia veicula as matérias criminais e de que modo o público reage a elas nos comentários on-line. Em 2015, o Brasil possuía a nona maior taxa de homicídios do mundo segundo a OMS⁸⁸ e a violência e a percepção sobre ela ocorre de diferentes formas conforme os estratos sociais (BAIERL, 2004). Caracteriza-se como cultura do medo a situação marcada pelo medo, a qual em alguns casos as pessoas temem muito o que estatisticamente não apresenta tanto perigo (GLASSNER, 2003). Nesse processo, a mídia tem um papel importante, interferindo na construção da realidade pela população, pela seletividade das ocorrências que escolhe veicular (SCHABBACH, 2001).

Com a massificação recente de redes sociais on-line, como o *Facebook*, maior rede social em número de usuários no Brasil, criam-se novas formas de interação. Nesta plataforma direcionado a convergência identitária, ou seja, a identidade on-line é a mesma off-line (RAMOS, 2015), os comentários on-line são um importante espaço, nos quais os internautas podem expressar suas opiniões em matérias jornalísticas, especialmente em matérias de crimes violentos, nas quais postulam suas visões de mundo de modo impulsivo ou a partir de um roteiro conscientizado e refletido de intenções (JUNGBLUT, 2015). Compreende-se os discursos da mídia e dos atores sociais como representações sociais, as quais expressam visões de mundo dos fenômenos dos quais se ocupam, sendo parte constitutiva do fenômeno violência, assim como sua dimensão objetiva (PORTO, 2006).

Neste contexto de massificação de redes sociais on-line, esta pesquisa busca compreender, a partir da cultura do medo, como o Diário de Santa Maria (DSM), principal jornal município de Santa Maria-RS, veicula as matérias de ocorrências criminais em suas publicações on-line e de que modo o público se posiciona nos comentários e como se constituem as diferentes reações⁸⁹ ao crime. Para isso, o *corpus* empírico (BAUER e AARTS, 2012) foi

⁸⁷ lfischborn@gmail.com

⁸⁸ Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-9-maior-taxa-de-homicidios-do-mundo,70001788030>>. Acesso em: 05/12/2017.

⁸⁹ O termo reações é empregado no mesmo sentido de Reagle (2015), o qual concebe comentários on-line como gênero comunicativo reativo.

constituído a partir das publicações do jornal DSM veiculando matérias de crimes violentos, bem como seus comentários na rede social *Facebook* durante o mês de abril de 2017. Devido ao grande volume de publicações, o período de um mês suficiente para a constituição do *corpus* com 57 publicações, o qual é abordado a partir da análise de discurso crítica, a qual concebe o discurso como prática social e enfatiza seus aspectos políticos e ideológicos, além participar da construção dos sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001).

Segundo Becker (2009), o desvio, isto é, a infração de uma regra geralmente aceita, é criado pela sociedade e não é uma propriedade que está no ato em si. Sua noção de desvio não é homogênea, pois enquanto alguns indivíduos podem ser rotulados sem ter cometido um ato desviante, outros podem infringir uma regra e escapar à detecção, sem sofrerem a rotulação. Para um ato ser desviante, depende de como as pessoas reagem a ele, reação esta que deve ver o ato como problemático. A teoria do desvio de Becker dá conta dos diferentes modos pelos quais constituem-se diferentes reações ao desvio social, como o crime. O grau com que um ato é considerado desvio varia no tempo, depende de quem comete e de quem é prejudicado por ele e em alguns casos em função das consequências que gera. Do mesmo modo, regras podem ser aplicadas mais a algumas pessoas do que outras (BECKER, 2009).

Barry Glassner (2003) entende por cultura do medo uma situação marcada pelo medo e insegurança, geralmente com a mídia veiculando reportagens emocionais e com estatísticas descuidadas. Enquanto os índices criminais apresentavam redução nos Estados Unidos ao longo da década de 1990, o número de matérias sobre crimes na mídia aumentava, ao mesmo tempo em que aumentava a insegurança do público. Baiertl (2004) aborda o medo social no Brasil na década passada, focando nos diferentes modos pelos quais a violência atinge os diferentes estratos sociais, bem como seus distintos medos e percepções sobre o crime. No mesmo período, Pastana (2003) aborda a cultura do medo, enfatizando questões mais políticas, nas implicações do medo da violência criminal nas relações sociais no país, podendo levar a uma diminuição da sociabilidade, fazendo com que as pessoas deixem de frequentar espaços públicos. Além disso, a arquitetura da cidade muda com *shoppings centers* e condomínios privados, contribuindo para a segregação entre os diferentes grupos, especialmente os periféricos. Junto com isso, ocorre uma privatização da segurança, tanto com a indústria de segurança em expansão, com alarmes, grades e empresas de vigilância, por exemplo, bem como a violência como meio privado de resolver conflitos (PASTANA, 2003; MANSO, 2005).

Parte-se do pressuposto de que representações sociais expressam visões de mundo, explicando e atribuindo sentido aos fenômenos dos quais se referem, além de orientar práticas

dos atores. A representação de um acontecimento é parte constitutiva do mesmo, “criando-o” em certo sentido, de modo que “é possível supor que existam, por um lado, contextos (objetivos) mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento da violência, e que por outro, o que é representado como violência (dimensão subjetiva) ‘participe’ igualmente da realidade da violência” (PORTO, 2006, p.264).

No século XXI, a autocomunicação de massa, modalidade mais interativa que surge com a internet, não substitui e acaba com a comunicação interpessoal e de massa. A comunicação de massa é atualmente baseada na internet, o jornal continua sendo um meio importante de comunicação de massa, mas sua plataforma muda e usuários de internet com menos de 30 anos leem jornais principalmente on-line (CASTELLS, 2015). Nesse contexto da comunicação, os comentários on-line são um importante mecanismo possibilitado pelas plataformas. Reagle (2015), defende que podemos aprender sobre nossos eus sociais e seus valores através dos comentários on-line e argumenta que estes são um gênero de comunicação social e uma característica fundamental é que são reativos, ou seja, uma resposta a alguma coisa. Os comentários, especialmente em publicações sobre crime, expressam visões de mundo, os quais são realizados de modo impulsivo ou a partir de um roteiro mais conscientizado e refletido de intenções (JUNGBLUT, 2015).

Glassner (2003) aponta as diferenças na veiculação de crimes na televisão e na mídia escrita. A televisão apresenta uma abordagem mais emocional, indo ao encontro de Teixeira (2009) ao demonstrar o modo dramatizado pelo qual o crime era representado no programa televisivo Linha Direta, ainda que não fosse um programa jornalístico em sentido estrito, pois misturava jornalismo e ficção. Assim como nessa pesquisa, a imprensa jornalística o crime tende a ser apresentado de um modo mais descritivo e Schabbach (2001) constatou distorções entre os registros criminais e as publicações do jornal “Gazeta do Sul” no município de Santa Cruz do Sul-RS. Alguns crimes eram privilegiados na cobertura do jornal, de modo que a imprensa interfere na construção da realidade pela população, não englobando todos os delitos registrados (SCHABBACH, 2001).

Durante a pesquisa, a partir da leitura dos 1793 comentários das 57 publicações e com base na análise de discurso crítica, foram estabelecidas classificações para a reação dos comentaristas ao crime (positiva ou negativa), sobre a vítima e o suspeito, se o comentário demonstra insegurança ou atribui causas sociais e/ou solução para a diminuição da violência, buscando abranger ao máximo cada categoria (FAIRCLOUGH, 2001; GILL, 2002). Foram analisadas as publicações com maiores índices de comentários classificados nas categorias de

lamento, percebendo a ação como problemática, *indiferença ou apoio*, não vendo a ação como problemática ou apoiando o crime e *insegurança*, apontando para banalização ou aumento da violência.

A cobertura jornalística privilegiou a veiculação de ocorrências criminais em relação às mortes por acidentes de trânsito, apesar da maior letalidade destas. Sua cobertura de crimes violentos atuou de modo sistemático e muito parecido em todas notícias, não apresentando diferença em como noticia as ocorrências, atuando de modo bastante descritivo, fugindo de adjetivos que observa-se em outros veículos de comunicação, como “bandido”, referindo-se em todos casos aos autores dos crimes como “ele(a)”, “homem/mulher” e “suspeito(a)”. Também não se observou uma cobertura enfatizando a insegurança. Já os discursos nos comentários foram bem diferentes, encontrando um nível significativo de insegurança além de reações bem distintas, diferente da postura mais sistemática do jornal e houve um predomínio de comentadores de perfis femininos. A categoria *lamento* predominou de modo geral, mas em outro extremo, o mesmo tipo de crime, homicídio, predominou reações de indiferença ou apoio ao crime. Neste caso em particular, a vítima de homicídio foi acusada de cometer violência doméstica com sua companheira, autora do crime. O resultado foi apoio à vítima e ao crime. Tal situação corrobora a teoria do desvio de Becker (2009) além das observações de Manso (2005) e Pastana (2003), segundo as quais a violência pode ser um meio privado de resolver conflitos em um contexto de sensação de insegurança e descrença nas instituições de controle do crime.

Esta contradição nas práticas discursivas, revela uma moralidade, em que em alguns casos a vítima mereceu a morte, por ter feito o que não era para ser feito, além de um significativo punitivismo, os quais foram classificados na categoria de causa solução ou cobrança, muitos deles pedindo leis penais mais rígidas, como pena de morte. Estas representações sociais ajudam a traçar um panorama e uma compreensão do fenômeno da violência nas sociedades contemporâneas, lembrando que tais representações são parte constitutiva dos fenômenos dos quais se ocupam, por demonstrarem discursos contraditórios, relativistas e apontarem uma percepção significativa de insegurança e cobrarem menos impunidade e mais punições.

Palavras-chave: Representações sociais. Comentários on-line. Crime.

REFERÊNCIAS

- BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- BAUER, Martin & AARTS, Bas. A Construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.
- CASTELLS, Manuel. A comunicação na era digital, In: **O poder da comunicação**. 1a ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.
- GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p. 244-270.
- GLASSNER, Barry. **Cultura do medo: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos**. São Paulo: Francis, 2003.
- JUNGBLUT, Airton. Práticas ciberativistas, agência social e ciberacontecimentos. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 45, p. 13-22, 2015.
- MANSO, Bruno Paes. **O homem X - Uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.
- PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p.250-273, 2006.
- RAMOS, Jair. Subjetivação e poder no Ciberespaço: da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. In: Dossiê da Cibercultura (p. 57-76). **Revista Vivência** 45, (jan/jun, 2015), Natal, UFRN, 2015.
- REAGLE, Joseph M. **Reading the Comments: Likers, Haters, and Manipulators at the Bottom of the Web**. Cambridge: The MIT Press, 2015.
- SCHABBACH, Leticia M. Mídia e Violência em Santa Cruz do Sul. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n.14, p. 7-22, 2001.
- TEIXEIRA, Alex Niche. **A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia**, 2009. 242f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA LETAL CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO DE UM HOMICÍDIO COMO FEMINICÍDIO

Roberta Silveira Pamplona⁹⁰

No contexto brasileiro, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres, colocando o país na quinta posição do mundo nesse tipo de homicídio, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (2015). O alto índice de morte de mulheres, em que pese a introdução de políticas públicas⁹¹ para o enfrentamento dessa violência, fez o país promulgar a Lei 13.104/2015⁹² que introduziu um novo tipo de homicídio no Código Penal: o feminicídio. Assim, o processo de visibilidade da violência contra mulheres é perpassado, simultaneamente, por um processo de criminalização dessa violência. Diante disso, o presente trabalho, que é fruto de pesquisa em andamento, busca propor um arcabouço teórico-metodológico para a compreensão da classificação de um homicídio no tipo penal específico do feminicídio, instituído pela Lei 13.104/2015, nos inquéritos policiais.

Sobre o tema, importa retomar que o termo feminicídio possui uma origem latino-americana que o diferencia do termo femicídio (*femicide*) pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado perante essas mortes (FREGOSO; BEJARANO, 2011, p. 51). O termo conseguiu ganhar espaço a partir das denúncias de assassinatos de mulheres em Ciudad Juárez no México que resultou na demanda de respostas estatais para tal problema (PASINATO, 2011). Essas demandas culminaram em convenções pela erradicação da violência contra a mulher, como a Convenção de Belém do Pará em 1994, em que países da América Latina e Caribe passaram a empenhar esforços na formulação de leis específicas sobre a violência contra mulheres (PASINATO, 2008).

⁹⁰ pamplona.roberta@gmail.com

⁹¹ As políticas públicas dirigidas às mulheres, no Brasil, a partir dos anos 1980 foram pautadas em dois principais eixos: saúde e violência. No caso da violência, mais especificamente, há desde a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 203) culminando na promulgação da Lei Maria da Penha.

⁹² O feminicídio é uma qualificadora prevista nos casos de homicídio "contra a mulher por razões da condição de sexo feminino". Segundo o Código Penal, considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A Lei 13.104/2015 tem como base o Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero da ONU.

A caracterização do termo possibilita traçar uma especificidade de determinados assassinatos de mulheres, demarcando um sentido comum por trás que só pode ser vislumbrado quando pensado em contextos de poder patriarcal (SEGATO, 2006, p. 4). Com isso, o conceito de feminicídio permite uma lente para a representação da violência desde a perspectiva de gênero (FREGOSO; BEJARANO, 2011, p. 57).

Ao analisarem os processos de criminalização envolvendo a morte de mulheres antes da Lei 13.104/2015, pesquisas anteriores demonstraram que eles são fortemente influenciados pelos papéis sociais e pelos elementos de gênero (CORRÊA, 1983; ARDAILLON, DEBERT, 1987; DEBERT, LIMA, FERREIRA, 2008; e FACHINETTO, 2012). Nos casos analisados, os papéis de gênero - especialmente dentro das relações íntimas e familiares - buscavam reforçar uma inadequação da vítima mulher ao papel de "esposa e mãe" mitigando a violência praticada pelo homem. De forma geral, o gênero era utilizado a fim de representar a violência letal praticada de forma menos grave. No caso do tipo penal do feminicídio, o que a lei propõe é justamente o contrário: há a previsão de aumento de pena pela gravidade da motivação de gênero. Em vista disso, o que se propõe aqui é justamente compreender como ocorre a primeira interpretação da violência de gênero realizada pelo aparato policial. Considerando a novidade do tipo penal, diversas questões iniciais podem ser formuladas: o que se entende por feminicídio? Como se classifica um feminicídio? Quais as relações de gênero estão presentes nessa classificação?

Para responder tais perguntas, é necessário considerar o próprio processo de criminalização, isto é, a construção social do crime. Misse aponta que tal processo é perpassado por quatro níveis analíticos sendo um deles a criminalização, que seriam as sucessivas interpretações que encaixam uma ação em uma figura jurídica (2008). Consequentemente, o que se percebe é que a interpretação dos agentes do sistema de justiça sobre o fato é essencial para que esse fato seja enquadrado em uma determinada categoria. O resultado é uma dinâmica em que os atores encarregados de esclarecer um determinado crime afastam-se progressivamente da "cena do crime", transformando-a em uma narrativa de segunda e de terceira mão (2011, p. 44). Assim, a classificação de um homicídio enquanto feminicídio será realizada, primeiramente, pelo aparato policial e segundo a interpretação deste. A utilização dos inquéritos policiais permite analisar documentos que possuem dados produzidos com fins institucionais, sendo suas informações úteis (FLICK, 2013, p. 230). Neste caso, os inquéritos são como "dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na construção de uma versão sobre eventos" (2013, p. 234).

Diante dessa problemática, a categoria de representações sociais é útil para entender essa interpretação do fato na forma jurídica, visto que articula as crenças e os valores dos sujeitos sobre tal fato. O conhecimento via representações sociais é um tipo de conhecimento que poderia ser dito de segundo grau, não por ser menos relevante, mas na medida em que se chega a ele interrogando a realidade através do que se pensa sobre ela (PORTO, 2006, p. 254). Com isso, não se pretende investigar diretamente as circunstâncias do assassinato de mulheres - a violência em um primeiro grau -, mas de que forma os agentes estatais irão interpretar as circunstâncias do feminicídio, a fim de investigar as representações sociais que se têm da violência contra a mulher na sua forma mais extrema. Utiliza-se, nesta pesquisa, uma estratégia de análise que interroge as relações entre o fenômeno e as suas representações, essas últimas como dados de realidade que atuam enquanto componentes para a definição do fenômeno da violência (2006, p. 264 - 270). Ou seja, o que se interpreta como violência letal contra a mulher contribui para entender a própria prática da conduta.

Neste trabalho, delimita-se o objeto de estudo das representações sociais em relação ao aparato estatal policial diante da sua relevância para a construção social do crime (MISSE, 2008). É possível qualificar as representações sociais do aparato policial como representações hegemônicas nos termos de Moscovici (1988), visto que a corporação policial é um grupo altamente estruturado e, ainda, as suas representações sociais possuem um efeito na prática. Neste caso, o efeito é de nomear o que seria ou não um feminicídio em uma investigação oficial.

O Estado, aqui captado pelo discurso posto no inquérito policial, pode ser definido, nos termos de Bourdieu (2014), a partir da noção weberiana, pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima. Com isso, Bourdieu propõe que "um julgamento autorizado tem a seu favor toda a força da ordem social, a força do Estado" (2014, p. 40). É nesse sentido que Porto também argumenta a centralidade do Estado na obra weberiana, apontando uma luta que, no nível dos bens espirituais ou ideais, significa procurar ou disputar a hegemonia da produção simbólica.

Em vista do exposto, o presente trabalho é formulado a fim de compreender como a violência contra a mulher, no caso em tela o tipo específico do feminicídio, é interpretada no curso da sua criminalização. Essa interpretação envolve aquilo que o aparato policial pensa sobre essa violência, isto é, as suas representações sociais da violência contra a mulher. Neste trabalho, questiona-se: como as representações sociais da violência letal contra a mulher presentes no aparato policial serão articuladas no momento de interpretar um homicídio como feminicídio diante da motivação explícita de violência de gênero que o tipo penal prevê?

O significado de qualquer artefato cultural - como um tipo penal - não é dado imediatamente, visto que a letra da lei não basta; ele é construído em um contexto social no qual a "audiência" possui um papel ativo (WALBY, 1990, p. 90). A violência é narrada a partir de um significado. No caso do feminicídio, o seu significado está atrelado ao gênero, sendo ele um elemento de interpretação que proporciona um ângulo para compreender as dinâmicas de poder e das relações de gênero (FREGOSO; BEJARANO, 2011). Dessa forma, o presente trabalho é articulado considerando o gênero como explicação para a classificação de um homicídio como feminicídio, assumindo o gênero, primeiro, como uma forma de representar e interpretar práticas sociais.

Para tanto, utiliza-se a teoria de gênero proposta por Raewyn Connell (1987, 2005) em que o gênero é construído através de quatro formas: a) as relações de poder, que ocorrem pela divisão da autoridade; b) as relações de produção, constituídas pela divisão sexual do trabalho; c) a *cathexis*, que a autora define como o desejo sexual socialmente construído na forma heterossexual, sendo a forma como as pessoas criam relações de afeto entre si; e d) os símbolos culturais relacionados ao gênero. As relações identificadas por Connell produzem diferentes formas de violência e são simbolizadas de diferentes formas.

A fim de responder à pergunta central sobre como as representações sociais da violência letal contra a mulher são articuladas no momento de interpretar um homicídio como feminicídio, propõe-se que serão identificadas relações de poder e relações de afeto entre a vítima e o réu para interpretar a morte de uma mulher na narrativa jurídica específica do feminicídio. Acredita-se que os atores envolvidos nessa classificação representam socialmente a violência em duas principais formas: a violência como meio para retomar ou vingar uma relação que não ocorreu como o homem planejava, sendo a violência expressão de desequilíbrio de poder; e a violência como resultado do forte desejo/paixão pela mulher, sendo a violência expressão de emoção. De forma secundária, a violência será representada pela relação de obrigação de uma tarefa/atividade, identificado uma relação de produção entre vítima e réu. Dessa forma, os agentes identificam, primeiro, as características da vítima, construindo os papéis de gênero e, depois, a motivação do crime.

Palavras-chave: Violência de gênero. Feminicídio. Fluxo de justiça criminal.

REFERÊNCIAS

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio.** Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ministério da Justiça: Brasília, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

CONNELL, Raewyn. **Gender and Power - Society, the Person and Sexual Politics.** Cambridge: Polity Press, 1987.

_____. **Masculinities.** 2nd ed. California: University of California, 2005.

_____. **Gender In a World Perspective.** Cambridge: Polity Press, 2009.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família. Representação jurídica de papéis sociais.** São Paulo: Graal, 1983.

DEBERT, Guita Grin, GREGORI, Maria Filomena e OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (org.). **Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri.** Pagu/Unicamp, Coleção Encontros, 2008^a.

FACHINETTO, Rochele F. **Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal de Júri.** Tese de Doutorado, Sociologia. Porto Alegre: UFRGS – Programa de pós-graduação em Sociologia, 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2013.

FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia. **Introducción: una cartografía del feminicidio en las Américas.** In: FREGOSO, Rosa-Linda (coord). *Feminicidio en América Latina.* México: UNAM, Centro de Investigaciones interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2011.

MISSE, Michel. O Papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 26 Número 1 Janeiro/Abril, p. 15 - 27, 2011.

_____. **"Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação"** in Michel Misse (org.), *Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações.* Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____. O inquérito policial no Brasil: Resultados gerais de uma pesquisa. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 3 - no 7 - JAN/FEV/MAR, pp. 35-50, 2010a.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, 79: 15-38, 2010b.

MOSCOVICI, Serge. **The phenomenon of social representations**. In: FARR, R. M. e MOSCOVICI, Serge. (ed.). *Social Representations*. Cambridge e Paris: Cambridge University Press e Maison des Sciences de l'Homme, 1984.

_____. Notes towards a description of Social Representations. **European Journal of Social Psychology**. Vol. 18, 211 - 250, 1988.

PASINATO, Wânia. Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminas: RBCCrim**, v. 16, n. 70, p. 321-360, jan./fev. 2008.

_____. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil*. **cadernos pagu (37)**, julho-dezembro de 2011: 219-246.

PORTO, Maria Stela Grossi. Entre a política e a religião: caminhos da contribuição weberiana à análise da violência. **Sociologias**, ano 1, n 1, jan/jun., 1999, p. 14 - 33.

_____. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 250-273.

_____. **Sociologia da Violência: do Conceito as Representações Sociais**. Brasília: Verbana Editora, 2010.

_____. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Sociedade e Estado**, vol.30 no.1 Brasília Jan./Apr. 2015.

SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely. **Violência de gênero. Poder e Impotência**. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

SEGATO, Rita Laura L. Qué es un feminicidio. Notas para un debate emergente. **Serie Antropología**, Brasilia, 2006.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

GRUPO DE TRABALHO

SOCIEDADE E CONHECIMENTO

FOTOGRAFIA SOCIOLÓGICA: RETRATOS DO CATOLICISMO POPULAR EM PORTUGAL E NO SUL DO BRASIL

Ana Carine Cerva⁹³

Este trabalho versará sobre as experiências vivenciadas em pesquisas etnográficas do Doutorado em Sociologia (2015-2018) sobre a fé popular e a religiosidade que decorre das comunidades. Investigam-se nestes quatro anos diferentes lugares e momentos em que a devoção popular se manifestou, tanto no Brasil quanto em Portugal. Registram-se diferentes expressões da fé popular, desde as festas do Espírito Santo, no período litúrgico de Pentecostes⁹⁴, como o culto aos santos católicos até a canonização de duas crianças pelo Papa Francisco em Portugal em maio de 2017.

Propõe-se como desafio metodológico a utilização da documentação fotográfica relativa ao mundo da religião popular, nomeadamente, do catolicismo popular, enquanto centrada em um processo interativo e mediador das representações simbólicas (MARTINS, 2014).

Para uma breve passagem pelo tema da religião popular em oposição à religião oficial utilizar-se-á o entendimento do sociólogo português Moisés Espírito Santo como:

[...] o sistema que goza de uma certa autonomia em relação à instituição eclesiástica, ainda que ambos tenham traços comuns e estejam por vezes ligados. A religião popular não está exclusivamente associada a uma classe social, econômica e culturalmente pobre; ela liga-se, sim, a um tipo de cultura que se transmite nas relações de vizinhança e na memória colectiva. [...] a religião popular é espontânea, de criação colectiva e pertence ao fundo cultural da comunidade ou de uma classe popular homogénea, enquanto a religião católica e dominante obedece a esquemas intelectuais cuja trama é uma dogmática rígida e erudita (SANTO, 1984, p. 15).

Para entender a religião popular, tem-se antes de qualquer coisa, “compreender a alma de um povo e a vida de uma sociedade, na sua profundidade, na sua continuidade e no tecido de conflitos com que elas se compõem” (SANTO, 1980, p. 8).

Quanto ao fenômeno religioso, seguem-se as concepções durkheimianas a partir de seus componentes mais elementares: as crenças e os ritos. As crenças constituem-se por estados de opinião e são formadoras de representações; os ritos mostram-se em “modos de ação

⁹³ ana.cerva@hotmail.com

⁹⁴ O termo **Pentecostes** vem do grego - e significa: cinquenta dias, no caso, depois da Páscoa (CERON, 2013, p. 21).

determinados”. Essas duas categorias diferenciam o pensar do agir. Outra questão elementar de todas as crenças religiosas, desde as mais simples as mais complexas, o seu caráter de classificação das coisas - sejam elas reais ou ideais - em duas classes opostas, representadas por expressões traduzidas pelas palavras *profano* e *sagrado* (DURKHEIM, 2009, p. 19).

Para o sociólogo, o entendimento do “sagrado é anterior à ideia de Deus, o que amplia a própria noção de religião, englobando sistemas de crenças que não têm uma deidade, como, por exemplo, o budismo” (WEISS, 2013, p. 162).

Para registrar as ocasiões em que se vivenciou o fenômeno religioso popular, nos dois países citados, utilizou-se da fotografia como um método de investigação e a *imaginação fotográfica* como um “modo de ver” uma realidade social a partir de produções de imagens fotográficas. Conforme Martins (2014), quando fotografamos uma determinada situação, o suposto “congelamento de um instante fotografado” tem o seu descongelamento pela decodificação de elementos simbólicos e circunstâncias que revelam a dimensão sociológica e antropológica da fotografia.

A *imaginação fotográfica* de Martins (2014) tem relação com a *imaginação sociológica* de Mills (1975), na medida em que ao fotografar uma realidade social se está diante de biografias inseridas em sequências históricas. Tais indivíduos possuem perturbações que se constroem em âmbito privado, todavia, demonstram relação com questões públicas provenientes de uma estrutura social. Temos que ter algum conhecimento da biografia e do contexto histórico dos grupos sociais fotografados e, da relação entre ambos.

O uso dessa metodologia segue uma vigilância epistemológica, isto é, uma constante reflexão aprofundada sobre o fazer sociológico. Tanto o sagrado quanto a fotografia do Universo da fé não se mostram visíveis, em um primeiro momento, aos olhos do investigador, ambos precisam ser desconstruídos e reconstruídos. A construção social do sagrado se perfaz da desconstrução do visível (do fotografável), a partir de uma decodificação dos elementos simbólicos que constituem a dimensão sociológica e antropológica do que foi fotografado (MARTINS, 2014).

Roland Barthes (1984) em seu livro *A Câmara Clara* desejava chegar a uma ontologia da fotografia, descobrir o que ela “era em si”. Como algumas fotos “acontecem”, ou seja, como em alguns casos a fotografia tem o poder de animar-me e, em outros, não reconheço sua existência. Barthes distingue dois elementos que nos proporcionam um interesse particular pela foto.

O primeiro gera um afeto de médio teor que envolve uma cultura moral e política, que ele denomina de *studium*, e fica pela ordem do *to like* e não *to love*. O segundo elemento “salta” da cena da fotografia como uma seta, “não sou eu que o procuro”. Ele o denomina de *punctum*, que do latim quer dizer picada, pequeno orifício ou mancha. Para Barthes a fotografia é contingência pura, pois possui pormenores que constituem o material etnológico, como biografemas. Para ele “a fotografia não é arte, nem comunicação é referência”.

Trabalhar com a religiosidade popular como uma forma de “resistências plurais em tempos de crises” é uma forma de respeitar as liberdades de visões de mundo religiosas e não religiosas, as quais são características das sociedades pluralistas (VILAÇA, 2006). A secularização compreendida, de forma simplista, como a separação da Igreja do Estado, não representou a proibição das manifestações religiosas na esfera pública (CATROGA, 2010).

As fotografias que serão demonstradas a seguir foram feitas a partir da percepção de formas elementares da religiosidade popular, tais como o culto ao Espírito Santo, o pagamento de promessas, o culto aos santos, as peregrinações e romarias aos santuários, enfim manifestações do catolicismo popular em Portugal e no Sul do Brasil nos dias atuais.

Para acessar a *imaginação fotográfica* há todo um modo de produção de imagens, de composição, de perspectiva, de escolha e construção de um espaço fotográfico, que pode ser chamada de “congelamento” do instante fotográfico, que nada mais é do que a redução das desencontradas temporalidades que passam pela percepção do sociólogo em um único tempo, o *tempo da fotografia*. Na construção ou “redução dos tempos da realidade social ao espaço da imagem fotográfica” em um tempo supostamente singular, que podemos dizer que o fotógrafo imagina, ou seja, constrói uma imagem que quer expressar algo. O instante da fotografia sociológica capta “um fragmento da temporalidade dessa peregrinação pela vida, dessa busca incessante e inacabável.” Todavia, este instante não pode ocultar os detalhes que contém o seu próprio tempo (MARTINS, 2014. p. 74).

Palavras-chave: Catolicismo Popular, Sagrado, Fotografia Sociológica.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Almedina, 2010.

CERON, Ida Tereza. **Devoção ao Divino Espírito Santo: folias e bandeira**. Santa Maria: Associação Franciscana Madalena Damen, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação Sociológica**. Ed. 4. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1975.

SANTO, Moisés Espírito. **A Religião Popular Portuguesa**. Prefácio de Emile Poulat. A Regra do Jogo Edições. Lisboa, 1980.

WEISS, Raquel Andrade. **Efervescência, Dinamogenia e a Ontogênese Social do Sagrado**. Mana, Rio de Janeiro, vol.19 n.1, abr. 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000100006>.
Acesso em: 01 out. 2018.

VILAÇA, Helena. **Da Torre de Babel às Terras Prometidas: Pluralismo Religioso em Portugal**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

APÊNDICE

Figura 1 - Grupo de peregrinos no Santuário de Fátima em Portugal. Celebrações do Centenário das Aparições, maio 2017



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 2 – Missa das Velas no Santuário de Fátima, na noite que antecedeu a canonização de Jacinta e Francisco, os pastorinhos de Fátima. Cada peregrino ascende individualmente uma vela, maio 2017



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 2 – Peregrina que completou o terceiro ano de caminhada de pés descalços à Fatima, Portugal, maio de 2017



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 3 - Mulheres de Luanda no Santuário de Fátima, Portugal. Cânticos do catolicismo popular africano, maio de 2017



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 4 - Louvações do Divino Espírito Santo, Sapiranga, Rio Grande do Sul, Brasil, abril de 2018



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 5 - Visitação da Bandeira do Divino Espírito Santo à residência de fiéis, Sapiranga, Rio Grande do Sul, Brasil, abril, 2018



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 6 - Procissões da Rainha Santa Isabel em Coimbra, Portugal. Celebração dos 500 anos de beatificação da santa, julho 2016



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 7 - Romaria da Rainha Santa Isabel em Estremoz, Portugal (local de morte de D. Isabel em 04/07/1336), julho 2016



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 8 - Procissão da Rainha Santa Isabel em Soure, Portugal. Julho de 2017



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 10 - Festas do Espírito Santo ou Festa dos Tabuleiros de Tomar, Portugal, julho de 2015



Fonte: Acervo pessoal da autora.

DECOLONIALIDADE E FUTEBOL: A COLONIALIDADE INTERNA

Deivid da Silva Ferreira⁹⁵

O futebol é considerado, atualmente, o esporte mais praticado do mundo. Seu impacto cultural, social, econômico e mesmo político é grande, de forma que o interesse de cientistas sociais por esse objeto cresceu consideravelmente nas últimas décadas.

Nesse trabalho, propomos a análise do futebol a partir das lentes do pensamento decolonial, o qual busca compreender e propor uma alternativa ao eurocentrismo e à colonialidade que persistem nas sociedades latino-americanas. Para isso, buscaremos aqui compreender o desenvolvimento do pensamento decolonial a partir dos primeiros estudos pós-coloniais até os seus principais conceitos, como a modernidade e a colonialidade. Após, buscaremos compreender a noção de colonialidade interna e, por último, vamos propor a aplicação desse conceito para entender as relações de poder e o funcionamento do sistema futebolístico brasileiro atual, além da colocação deste no mundo do futebol.

Luciana Ballestrin (2013) argumenta que o precursor do que ela chama de “giro decolonial” é o pós-colonialismo, cujo argumento foi, segundo ela, radicalizado pelo grupo de intelectuais latino-americanos chamado Grupo Modernidade/Colonialidade. Segundo a autora, “o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”” (BALLESTRIN, 2013, p. 89).

Ballestrin ressalta ainda que o termo “pós-colonialismo” possui dois significados. O primeiro refere-se ao processo de descolonização do “terceiro mundo” após a Segunda Guerra Mundial, especialmente das sociedades africanas e asiáticas exploradas pelo “imperialismo e neocolonialismo” (BALLESTRIN, 2013, p. 90). Já o segundo “se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra” (BALLESTRIN, 2013, p. 90). Fica claro, dessa forma, que é o segundo significado do termo que nos interessa no momento, pois é este que se refere às reflexões teóricas próprias ao objetivo desse trabalho.

⁹⁵ deividferreira95@hotmail.com

Passemos à decolonialidade. Maurício de Novais Reis e Marcilea Freitas Ferraz de Andrade (2018) argumentam que o objetivo do pensamento decolonial é

[...] problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial (REIS; ANDRADE, 2018, p. 3).

Logo, a decolonialidade não pode ser pensada apenas em termos de descolonização política. Ela envolve uma descolonização muito mais profunda, já que propõe o questionamento de todo o pensamento que tem como base a experiência europeia.

Decolonizar é colocar em xeque, se perguntar e problematizar todo e qualquer pensamento com base no eurocentrismo. A história do mundo baseado na história da Europa, como sendo a lógica da civilização ocidental. Decolonialidade é uma resposta à relação de dominação direta, política, social e cultural estabelecida pelos europeus (Quijano, 2005). Isso significa que decolonialidade refere-se a abordagens analíticas, epistemológicas, além de práticas socioeconômicas e políticas que se opõem aos pilares da civilização ocidental: colonialidade e modernidade (PIZARRO, 2014, p. 5).

Logo, o que se propõe com o pensamento decolonial é uma alternativa ao eurocentrismo dominante nas ciências sociais, que influencia nossa visão de mundo, nossa ciência, nossa sociedade, política, cultura, economia etc. Esse pensamento eurocêntrico tem sua origem ainda no início do período moderno, quando da chegada dos europeus à América e a colocação da Europa no centro da 'história universal', produto último e acabado da experiência humana.

Trabalharemos aqui a noção de colonialidade interna a partir da antropóloga Letícia Cesarino (2017). Essa autora propõe, em seu texto, retomar a noção de colonialismo interno e reformulá-la a partir de propostas pós-coloniais, pensando, dessa forma, em um processo de colonialidade interna.

A autora enfatiza a relação feita por antropólogos brasileiros entre o conceito de colonialismo interno e as questões envolvendo as desigualdades econômicas e étnico raciais, principalmente nos estudos indigenistas e do campesinato (CESARINO, 2017, p. 80). De tal forma, ela argumenta que o uso de elementos da crítica pós-colonial seria benéfico para refletir de forma mais aprofundada sobre a realidade brasileira e sua complexidade.

Cesarino comenta, dessa forma, que o conceito de colonialismo interno possui limitações. Segundo ela, “a ideia original do colonialismo interno diz respeito fundamentalmente a temas e questões do marxismo, economia política, sistemas mundiais, e outras perspectivas dominantes nas ciências sociais latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970” (CESARINO, 2017, p. 81), de forma que o conceito não seria o mais apropriado para trabalhar questões mais contemporâneas das ciências sociais. Segundo Cesarino, o conceito de colonialidade do poder, de Aníbal Quijano, seria interessante para repensar a ideia de colonialismo interno. Esse conceito está baseado na ideia da divisão da humanidade em raças, de forma que as diferenças entre colonizadores e colonizados fossem naturalizadas. Essa classificação social somente foi possível após o encontro entre nativos americanos e europeus, no século XV. Assim sendo, a expansão do conceito de colonialidade, que passa a incluir “eixos epistêmicos, linguísticos, de gênero, sexualidade, espiritualidade, relação com a natureza, subjetividades” (CESARINO, 2017, p. 83), torna-o uma interessante alternativa.

O conceito de colonialidade se coloca como uma alternativa interessante à ideia do pós-colonial, por ser menos vaga e ambivalente, derivar de um ponto de vista latino-americano, e evidenciar melhor os elementos relacionais, multiescalares e historicamente situados dos processos em questão. (CESARINO, 2017, p. 83).

O autor Juliano Oliveira Pizarro propõe pensar o futebol como um importante mecanismo para o processo decolonial. Ele argumenta que “a busca de um processo de decolonização pelos países periféricos é um processo que exige uma decolonização interna e intersubjetiva” (PIZARRO, 2014, p. 7), de forma que o futebol, para o autor, pode contribuir efetivamente para isso.

Seu argumento está focado na questão da quebra da lógica periferia-centro ocorrida no futebol mundial. Utilizando dados da FIFA, a Federação Internacional de Futebol, atualizados em 2014, Pizarro coloca que a América do Sul se encontra no centro do sistema futebolístico ao lado da Europa: apenas seleções e clubes europeus e sul-americanos conquistaram títulos mundiais. E os números são realmente equilibrados: das 20 Copas do Mundo disputadas até 2014, a Europa possuía 11 títulos, sendo 9 as conquistas sul-americanas. No Mundial de Clubes, por sua vez, das então 52 edições, o equilíbrio era total: 26 conquistas para cada continente. Ora, percebemos, dessa forma, que países periféricos dentro do chamado sistema-mundo moderno estão no centro do futebol, enquanto países centrais desse sistema-mundo, como os Estados Unidos, são meramente periféricos no mundo da bola (PIZARRO, 2014, p. 16-18).

Entretanto, por mais que seu argumento seja compreensível, vemos que ele está sucumbindo à lógica neoliberal do capitalismo atual: mais uma Copa do Mundo acaba de ser disputada, na Rússia. Nela, as quatro seleções semifinalistas são europeias: Croácia, França, Inglaterra e Bélgica, tendo a França conquistado o título. Isso sem falar no tempo que já estamos sem um campeão mundial sul-americano: o último foi o Brasil de 2002, de forma que completaremos, no mínimo, 20 anos sem a Copa do Mundo sair da Europa, já que a próxima disputa será em 2022, no Catar. No Mundial de Clubes, a situação se mostra semelhante: desde 2014, todos os títulos foram conquistados pela equipe campeã europeia. Desde 2006, ano em que o Internacional de Porto Alegre conquistou o título, apenas um sul-americano conseguiu quebrar a hegemonia europeia: o Corinthians de São Paulo, em 2012.

Ora, se a colonialidade do poder se manifesta durante jogos de futebol profissionais, podemos também buscar entender as relações dentro do sistema futebolístico nacional a partir da noção de colonialidade interna. Pensando, de forma semelhante a Pizarro, no desempenho dentro de campo, podemos demonstrar como clubes dos maiores centros do país exercem domínio nacional ou regional.

No Campeonato Brasileiro, por exemplo, percebemos que os quatro maiores campeões, segundo a Confederação Brasileira de Futebol, são clubes do estado de São Paulo: Palmeiras é o primeiro, com nove conquistas; Santos é o segundo, com oito; a seguir, temos Corinthians com sete e São Paulo com seis. O próximo clube, por sua vez, é do estado do Rio de Janeiro: o Flamengo, com cinco títulos oficializados pela CBF. Clubes de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, também considerados centros importantes do futebol brasileiro, são historicamente menos vencedores de campeonatos nacionais do que aqueles que estão localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro. A Região Nordeste do país tem apenas dois clubes vencedores: Bahia, com dois títulos, e Sport, com um, os quais não estão entre os dez maiores campeões do Campeonato Brasileiro.

Dessa forma, percebemos como a colonialidade se manifesta em questões culturais como o esporte: os centros econômicos e políticos do país também têm supremacia no futebol. O sucesso de regiões periféricas no esporte é reduzido se comparado a esses clubes, o que demonstra o poder exercido pelas grandes cidades na sociedade brasileira. Mas não apenas dentro de campo a colonialidade se manifesta dentro do futebol brasileiro: ela tem fortes reflexos fora. As pesquisas de tamanho de torcidas demonstram isso. Segundo o instituto de pesquisa Datafolha, as maiores torcidas do país também são de clubes de São Paulo e Rio de Janeiro: o Flamengo é o preferido de 18% da população do país, seguido pelo Corinthians, com

14%. E não somente isso: a pesquisa indica que esses clubes têm a preferência dos torcedores também no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, o que demonstra que a população desses locais prefere, majoritariamente, torcer para clubes do ‘centro’ do país, já que eles têm uma exposição midiática infinitamente maior do que clubes de estados como Amazonas, Pará e mesmo Bahia e Pernambuco, estados que chegaram a ter clubes campeões brasileiros no passado.

É perceptível, dessa forma, que, enquanto os clubes sul-americanos e brasileiros estão sendo relegados à periferia do futebol mundial, conforme as disputas entre esses e os poderosos clubes europeus nos últimos anos demonstram, processo semelhante ocorre dentro do nosso país, onde os clubes mais populares, localizados nas maiores cidades, exercem um enorme poder sobre clubes de futebol de menor força econômica e midiática.

Palavras-chave: Futebol. Decolonialidade. Colonialidade interna.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p.89-117, ago. 2013.

CBF, Assessoria. **Campeões da Copa do Brasil de Futebol: 1989 a 2017**. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/copa-brasil-masculino/campeoes-da-copa-do-brasil-de-futebol-1989-a-2016>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CESARINO, Letícia. Colonialidade Interna, Cultura e Mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. **Ilha**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p.73-105, dez. 2017.

CLÍMACO, Danilo de Assis. Fútbol, hipermasculinidad y colonialidad del poder. Reflexiones sobre el asesinato de género perpetrado por el capitán del Flamengo. **Kula: Antropólogos del Atlántico Sul**, [s.l.], n. 6, p.35-47, abr. 2012.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo, In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 50-62.

DIA, O. **Fim de papo na Justiça: STF decreta Sport como campeão de 87; Flamengo não pode mais recorrer**. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/esporte/flamengo/2018/03/5523262-fim-de-papo-stf-decreta-sport-como-campeao-de-87-flamengo-nao-pode-mais-recorrer.html>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 24-32.

ESPORTES, Zh. **Com 45° título gaúcho, Inter abre maior vantagem da história sobre o Grêmio.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/gauchao/noticia/2016/05/com-45-titulo-gaucha-inter-abre-maior-vantagem-da-historia-sobre-o-gremio-5796882.html>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

LANCE! **'Datafolha-18' x L! Ibope-14: quatro maiores torcidas seguem as mesmas.** Disponível em: <<https://www.lance.com.br/futebol-nacional/datafolha-ibope-quatro-maiores-torcidas-sao-mesmas.html>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 8-23.

LEDA, Manuela Corrêa. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas**, Campinas, v. 23, n. 45/46, p.101-126, dez. 2015.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 33-49.

OBARRIO, Juan. Pensar al Sur. **Revista Interstícios de la política y la cultura**, Córdoba, v. 2, n. 3, p. 5-13, 2013.

PAIVA, Vinícius. **A Pesquisa da Vez: Rio Grande do Sul – EXCLUSIVO.** Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/teoria-dos-jogos/post/pesquisa-da-vez-rio-grande-do-sul-exclusivo.html>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

PINTO, Júlio; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Cívitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, 2015, p. 382-402, set. 2015.

PIZARRO, Juliano Oliveira. **Decolonialidade e futebol: a quebra da lógica periferia-centro.** In: V Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?” - Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 2014, Montevideu. Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcileia Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 202, p.1-11, mar. 2018.

SACHETO, Cesar. **Confirma os dez maiores campeões brasileiros da história.** Disponível em: <<https://esportes.r7.com/futebol/fotos/confirma-os-dez-maiores-campeoes-brasileiros-da-historia-13042018#!/foto/10>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

POLÍTICA DE REPRESENTATIVIDADE: UMA LEITURA A PARTIR DO “MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM POA”

Elza Vieira da Rosa⁹⁶

1 Introdução

A dimensão imaterial nunca esteve ausente no processo de constituição dos patrimônios culturais, sobretudo quando relacionados à cultura negra brasileira. O patrimônio cultural afro-brasileiro seja em sua natureza material ou imaterial, configura um fenômeno social constituído de fatos sociais culturais de matriz africana, de natureza econômica, estética, gastronômica, além da dimensão narrativa, e filosófica que expressa, em certo sentido, uma concepção cosmológica e antropológica. Esse conjunto de dimensões que constituem os patrimônios culturais e, especialmente, em se tratando de cultura negra no Brasil e, particularmente no Rio Grande do Sul, são frutos da inteligência e da inventividade dos povos provenientes das diversas etnias africanas. Entretanto, embora a presença do negro na construção das cidades tenha sido fundamental, de modo que os negros africanos foram impulsionados a usar sua força e talento em vista de constituir cidades nas diversificadas regiões do Brasil, estes foram afastados dos planos urbanísticos, arquitetônicos e artísticos dos contextos sociais e físicos das cidades.

Não se pode separar a identidade de negros moderno-contemporâneos do conjunto das formas sociais negras que, através da monumentalidade das esculturas, da representação simbólica e social das artes plásticas, das territorialidades mediadas pela corporeidade/terreiros, quilombos, quadras de escolas de samba, espaços de capoeira, Clubes Negros, emergem nos variados percursos nos espaços urbanos e nas periferias de Porto Alegre - RS.

A Colônia Africana que havia surgido em torno de 1861 e 1886, fundada por escravos alforriados, acabou sendo desocupada após a finalização de um processo de saneamento concluído em 1914 em Porto Alegre - RS. Essa presença deixou rastros de memória na Rua da Praia, na Rua Riachuelo, na Rua Vigário José Inácio no Lago Guaíba, nos marcos reconhecidos como Largo da Quitanda-Negras Quitadeiras, Cais do Porto de Porto Alegre, as antigas Casas de Batuques, a irmandade do Rosário, a Procissão Negra do Rosário na Rua dos Andradas, em frente à Igreja, a Igreja Nossa Senhora das Dores e a Praça Brigadeiro Sampaio.

⁹⁶ elzavrosa@hotmail.com

Neste estudo pretendo analisar como o *Museu do Percurso do Negro de Porto Alegre - RS* recompõe esse patrimônio material /imaterial e cultural de Porto Alegre, se constituindo como fonte de conhecimento para esta e futuras gerações de portoalegrenses. Assim, a recomposição do patrimônio pode ser entendida como uma intervenção que contribui para a divulgação de dimensões da história desconhecida e minorizada diante da supervalorização da colonização europeia (alemães, italianos) na história do Rio Grande do Sul. O projeto busca reunir instrumentais analíticos para se analisar em que medida a política cultural em pauta pode carregar uma dimensão pedagógica que proporcionará o reconhecimento desses espaços públicos como locais de presença e pertencimento da cultura negra.

Antes do início da implantação do *Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre - RS*, dificilmente se encontravam referências visuais que remetessem à trajetória e ocupação negra no Centro Histórico da cidade, com algumas exceções indiretas presentes em edificações históricas, ou ainda em manifestações de arte contemporânea urbana, como o grafite, por exemplo. Essa carência das obras de arte que homenageiam a comunidade afro-brasileira em toda a cidade se reflete na ausência de dispositivos pedagógicos que contribuam à proposta educacional garantida pela Lei 10.639. Entretanto, a questão fulcral e objeto do presente estudo reside em tematizar a etnicidade afrodescendente, a identidade desse povo e analisar em que medida o Museu proporciona a construção de discursividades que resgatem a historicidade da cultura negra para Porto Alegre – RS e o Rio Grande do Sul.

Na proposta educacional dos *Territórios Negros* garantida pela Lei 10.639 e em conjunto o artigo 26 da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, regulamentam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira constituindo-se como ações educativas que promovem o combate ao racismo e a construção de relações étnico-raciais baseadas na equidade e respeito à diversidade no Brasil. A existência na cidade de um projeto cultural de construção do *Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre - RS* poderia articular-se a esse dispositivo legal de modo a tornar mais efetivo o reconhecimento os objetivos subjacentes às políticas supramencionadas.

2 APRESENTANDO: O LIVRO MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM POA

O LIVRO Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre faz parte de uma coletânea de um projeto. E, em especial a sua IV Etapa, publicado em 2015. Possui como arte de capa e contracapa, a foto do autor Pelópidas Thebano chamada: “Painel Afrobrasileiro” inaugurada em novembro de 2014, que pode ser conferida por quem passa hoje no centro da Capital, no Largo Glênio Peres, mais especificamente, no muro do Chalé da Praça XV, cuja dimensão é (600x100cm).

O Prefácio do livro foi feito por um griô (mais velho) chamado Nilo Feijó. Este foi Presidente da Associação Satélite Prontidão por décadas. Em suas palavras, ele resume esta obra em: “Estas ações induzem a uma reavaliação enquanto à verdadeira posição deste povo no cenário cultural e histórico da cidade, e podem significar ainda a necessidade da construção de uma nova versão da história de Porto Alegre” (FEIJÓ, 2015).

Afirmava o idealizador “É com a frase do saudoso companheiro José Alves Bitencourt, o “Negro Lua”, sócio-fundador do grupo de trabalho Angola Janga: SE NÃO LUTAR, NÃO MUDA!”, que reiteramos nossos mais profundos agradecimentos a todos os parceiros deste belíssimo projeto. Desejamos que seja muito bem aproveitado, e que de uma vez por todas ninguém mais tenha dúvida de que existiram e ainda existem negros e negras em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul comprometidos com a luta e a memória material e imaterial da nossa gente” (BITENCOURT, BRAZ E ABRÃO, p.05, 2015).

Este livro detalha sete lugares de construção dos símbolos, lembrando que o museu não possui um local específico. É feito de acordo com as parcerias e articulações que vão surgindo ao longo deste percurso, na qual alguns já foram confeccionados (assentados) e outros ainda se encontram em fase de concepção. São eles:

1. Largo Glênio Peres – Obra de arte Painel Afrobrasileiro;
2. Mercado Público – Obra de arte Bará do Mercado;
3. Esquina Democrática (obra em fase de concepção);
4. Praça da alfândega – Obra de arte Pegada africana;
5. Cais do Porto -(obra em fase de concepção);
6. Igreja das dores - (obra em fase de concepção);
7. Praça Brigadeiro Sampaio – Obra de arte Tambor.

De acordo com Pedro Rubens Nei Ferreira Vargas (2015), uma das propostas deste projeto é combater a invisibilidade social do negro e que este é um processo que ocorre há

muitos anos, pois as origens deste Museu estão enraizadas em um período de tempo que abarcam da década de 1980, aos dias atuais, sendo, portanto, a ideia-força de revelar a existência do negro e o seu processo no desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado “mais europeu” do Brasil, anterior ao seu efetivo nascimento em 2010.

4º) Painel Afrodescendente

3º) Mercado Público – Obra de arte Bará do Mercado

2º) Pegada Africana- Largo das Quitandeiras

1º) Tambor

A SOCIOLOGIA AMBIENTAL E SEU ESPAÇO POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICO NA PÓS-GRADUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Gabriel Bandeira Coelho⁹⁷

O século 19 marca a emergência da sociologia como um campo disciplinar do conhecimento científico. Além da influência do positivismo, sobretudo a partir de Auguste Comte e Émile Durkheim, a disciplina se desenvolveu, no apagar das luzes do referido período, em torno de dois outros grandes paradigmas: a dialética e a hermenêutica. Todos estes modelos epistemológicos, com percepções bem distintas entre eles, contribuíram à fragmentação da disciplina em uma série de outros subcampos ou ramos ao longo do século 20, como por exemplo, a sociologia urbana, da educação, do trabalho, do meio ambiente, da ciência, das emoções, do lazer, do desenvolvimento, dentre outras não menos importantes.

De tal modo, segundo Cuin e Gresle (2017), no início do último século

Existiam verdadeiros programas de pesquisa: o determinismo dos ‘fatos sociais’, de Durkheim, a compreensão da ação social de Weber, a lógica dos comportamentos não racionais de Pareto, as formas de interações microssociais de Simmel, as transformações dos tipos de sociedade de Tönnies e não havia muito mais a acrescentar a essas construções parciais do objeto geral da sociologia (CUIN; GRESLE, 2017, p. 08).

Acrescentam ainda os autores que depois da Primeira Guerra Mundial a sociologia tornou-se um projeto intelectual manifesto, criando um campo, um espaço reconhecido de produções teóricas originais, além de uma série de pesquisas com caráter empírico (CUIN; GRESLE, 2017).

Tendo em vista o histórico sobre o desenvolvimento da sociologia ao longo dos séculos 19 e 20, concorda-se com Rodrigues, Neves e Anjos (2016) quando enfatizam que o positivismo aprisionou, no decorrer deste período, o grande potencial das Ciências Sociais e Humanas – destacando-se, sobretudo, a própria Sociologia – no determinismo da noção de causalidade, caudatária dos pressupostos positivistas sobre os fatos sociais, que se estendeu de Comte (positivismo clássico) até o Círculo de Viena (neopositivismo) e que também ficou conhecido como “realismo epistemológico”. Ainda segundo estes autores, o século 20 possibilitou algumas incursões epistemológicas no modo de se fazer Ciências Sociais, com o

⁹⁷ gabrielbandeiracoelho@yahoo.com.br

objetivo de compreender fenômenos de natureza complexa. Cita-se, como exemplo, a Escola de Frankfurt, a Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim e a Escola de Chicago, dentre outras. Por sua vez, conforme Rodrigues, Neves e Anjos (2016a),

Com a crise da epistemologia analítica, no final da década de 1960, e com a emergência das abordagens complexas, em detrimento daquelas determinísticas, as ciências sociais passaram a ampliar seus questionamentos aos fundamentos da ciência tradicional, de forma transdisciplinar (RODRIGUES, NEVES e ANJOS, 2016, p. 24).

Deste modo, argumenta-se que a sociologia tem suas próprias características epistemológicas, teóricas e metodológicas, diferenciando-se de outras disciplinas, como a ecologia, agronomia, biologia etc. São por essas diferenciações que a pesquisa sociológica é ressaltada neste trabalho, a partir de uma abordagem da sociologia da ciência. Além disso, é relevante olhar a sociologia a partir dela mesma, em relação com outras disciplinas em um contexto que se diz interdisciplinar. De fato, de acordo com Maranhão (2014, p. 35), “o contexto histórico em que se insere o cientista social também permeia a produção de conhecimento do qual participa em algumas redes de atores”.

Nesse sentido, considera-se importante observar as significativas disputas e tensões – políticas e epistemológicas – que emergem como resultado da interação das diversas e distintas disciplinas que constituem os PPGMCA, especialmente em relação à sociologia, como prática de pesquisa e representada por sociólogos, com as demais disciplinas ali presentes. Opta-se pela sociologia e não pelas ciências sociais, de forma mais ampla, posto que se considera aquela como uma disciplina que se autonomizou ao longo de sua história e, por esse motivo, possui suas peculiaridades históricas e institucionais que não são as mesmas, tais quais a ciência política, a antropologia, a economia, entre outras disciplinas das ciências sociais e humanas.

Diante do exposto, destaca-se as seguintes questões:

(i) *quais funções (política e epistemológicas) a sociologia tem cumprindo em um Programa Multidisciplinar em Ciências Ambientais?*

(ii) *Que razões levam um sociólogo a fazer parte de um Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais? e,*

(iii) *Como é a prática da pesquisa sociológica nesses Programas?*

A pesquisa sociológica na relação interdisciplinar com as demais disciplinas das Ciências Ambientais merece atenção, visto que ela tem apresentado ultimamente certa evidência epistemológica na compreensão e interpretação dos problemas e da questão

ambiental. Entretanto, no tocante às dimensões de cunho político-institucionais, essa proeminência parece ficar subsumida. Isso significa dizer, em linhas gerais, que *não são raras as contribuições teóricas e metodológicas das ciências sociais, principalmente da sociologia ambiental, ao campo das ciências ambientais*, demonstrando sua importância epistemológica para os estudos nesta área. Já no que diz respeito às questões político-institucionais, propriamente no cenário de pesquisa brasileiro, é possível inferir que a sociologia ambiental encontra uma série de obstáculos para conseguir mostrar e consolidar suas contribuições nas pesquisas sobre ambiente, uma vez que nas Ciências Ambientais há uma forte hierarquia entre as disciplinas.

Frente ao até aqui exposto, é possível destacar, a partir de uma perspectiva conjectural, que muitos sociólogos atuantes na Pós-Graduação brasileira, especialmente em programas disciplinares, estão imersos em conflitos afetivos, epistemológicos e político-institucionais no seu campo de ação profissional e de pesquisa. É com a criação de Programas de Pós-Graduação multi e interdisciplinares, ao final da década de 1990, fomentados pela CAPES, que esses profissionais da sociologia passam a vislumbrar possibilidades de escapar das tensões e dos conflitos inerentes a seus Programas de Pós-Graduação disciplinares. Com a perspectiva de buscar novos olhares, novas relações, espaços alternativos para a produção de conhecimento, *status* e por uma série de interesses diversos e bens simbólicos, muitos sociólogos acabam migrando para Programas na grande área de avaliação multidisciplinar da CAPES.

A observação empírica da pesquisa até aqui desenvolvida pode levar à inferência, ainda que de forma provisória - e tendo em vista a disposição dos campos disciplinares na pesquisa sociológica brasileira -, que coexistem pelo menos três perfis de sociólogo atuando na Pós-Graduação em Ciências Ambientais no Brasil: o “*sociólogo puro*”, o “*sociólogo de fronteira*” e o “*sociólogo questionador*”.

O “*sociólogo puro*” é aquele profissional que fez toda (ou boa parte de) sua formação na sociologia. Ele dialoga com outras disciplinas, mas não abre mão de sua identidade como sociólogo. É puro no sentido da formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado), mas não necessariamente na prática docente e na pesquisa, ou seja, há um esforço, por parte dele, de integrar e cooperar com outras áreas do conhecimento.

O “*sociólogo de fronteira*” é aquele aberto ao diálogo e à integração com outras disciplinas, transitando, muitas vezes, entre duas ou mais áreas no que tange à produção de conhecimento, reconfigurando sua identidade profissional. Ademais, possui, em grande parte,

formação em duas ou mais áreas do conhecimento. Não nega sua identidade de sociólogo, porém não a tem como identificação única. Ele pode, dessa maneira, se colocar, ora como antropólogo, ora como sociólogo, por exemplo.

Por fim, o “*sociólogo questionador*”, aquele aberto ao diálogo com as demais disciplinas, assim como o “sociólogo puro” e o “sociólogo de fronteira”, mas que muitas vezes questiona (ou até mesmo nega) sua identidade de sociólogo, se auto intitulado de forma heterogênea, como por exemplo, “cientista socioambiental”.

Salienta-se, assim, que os PPGMCA, mesmo com todas as dificuldades para efetivar e definir uma prática interdisciplinar, têm reconfigurado a identidade de cientistas sociais, especialmente de sociólogos, fazendo-os, muitas vezes, “duvidarem” de seus “rótulos” identitários profissionais. Ademais, os PPGMCA têm servido, grosso modo, como “refúgio”, abrigando sociólogos que trabalham em temas ambientais, uma vez que nos programas disciplinares de sociologia estes, algumas vezes, acabam tendo pouco ou nenhum espaço para desenvolver suas pesquisas.

Destaca-se, também, que o pressuposto referente à questão ambiental como objeto complexo tem atraído os sociólogos para os PPGMCA, uma vez que em programas de cunho disciplinar dificilmente se coloca no centro das discussões a problemática sobre a complexidade do mundo contemporâneo como fio condutor aos estudos e às pesquisas. Entender o ambiente como objeto de natureza complexa, que não mais se limita às fronteiras disciplinares, é condição *sino qua non* para que os sociólogos – que pesquisam as dinâmicas socioambientais – possam se inserir em espaços interdisciplinares, a fim de trazer à cena a relação homem-natureza-sociedade a partir das lentes da própria sociologia (ambiental) e do paradigma complexo.

Outro ponto a ser salientado, e que merece um olhar mais atento em análises futuras, é o fato de que os sociólogos dos PPGMCA não estão em relação de tensão somente com outras disciplinas que compõem esses Programas. O que se tem percebido, também, ao longo das observações em campo, são conflitos dos sociólogos com esferas externas aos PPGMCA. Tais pesquisadores “lutam” contra o que alguns deles denominam de “biologização” das ciências ambientais e sociais, ou seja, contra uma hierarquia que em determinadas disciplinas hegemoniza a agenda científica e de avaliação, tanto na CAPES como no CNPq. Em outros termos, não obstante os conflitos internos e particulares de cada Programa, os sociólogos se veem imersos numa *relação agônica* ou até mesmo antagônica – nos termos da teoria do discurso de Ernesto Laclau (2015) e Chantal Mouffe (2015) – com as próprias agências de

fomento à pesquisa no Brasil. Essas agências é que produzem e reproduzem a hierarquização disciplinar há muito consolidada no Brasil, mesmo que em áreas ditas interdisciplinares.

Palavras-chave: Ambiente. Ciência. Sociologia. Interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

CUIN, C. H; GRESLE, F. **História da sociologia** - Depois de 1918. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARANHÃO, T. **Produção de conhecimento na sociologia**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2014.

RODRIGUES, L. P.; NEVES, F.; DOS ANJOS, J. C. A contribuição da Sociologia à compreensão de uma epistemologia complexa da ciência contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 24-53, jan/abr 2016.

RODRIGUES, L. P.; NEVES, F.; DOS ANJOS, J. C. Coadjuvante a protagonista? A reflexão epistemológica das Ciências Sociais para Século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 14-23, jan/abr 2016a.

METÁFORAS BIOLÓGICAS EM MEIOS DIGITAIS: UMA ABORDAGEM ECOSSISTÊMICA A PARTIR DE CANAIS DO YOUTUBE

Lucas Hertzog⁹⁸

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o uso das metáforas biológicas na constituição das formas de pensar a vida em sociedade, para que possamos explorar o uso da metáfora dos ecossistemas em redes de interação *online*. Faremos um movimento conceitual de busca dos sentidos do uso das metáforas biológicas no pensamento sociológico e que embasará nossa investigação empírica sobre as redes interacionais encadeadas pelos vídeos dos canais “Morgana Santana” (1.394.841 inscritos e seus 705 vídeos já tiveram mais de 69 milhões de visualizações) e “JR CONSTRUÇÃO” (mais de 77 milhões de visualizações entre os 1.245 vídeos e um número de 486.658 inscritos), ambos no YouTube Brasil. Estes canais compõem a amostra da pesquisa de doutorado do autor, que investiga o processo de profissionalização da produção de conteúdo para o YouTube no Brasil a partir da hipótese de transição do conteúdo gerado pelos usuários (*User-Generated Content*) para o conteúdo gerado por trabalhadores (*Workers-Generated Content*). Os canais de Morgana (mulher, 20 anos, residente em Indaial/SC) e de Josias (homem, 38 anos, residente em Bragança Paulista/SP) podem ser percebidos a partir de um mesmo ecossistema (canais do YouTube Brasil) ou divergentes (cada um possui um público ou nicho específico).

A proposta é pensar canais do YouTube como ecossistemas digitais, um *lócus* do contínuo *on-offline* que possui redes de interações e sistemas de retroalimentação de funcionamento análogo aos ecossistemas biológicos tradicionalmente estudados pela ecologia. Esboçamos uma proposta metodológica que percebe diferenças entre ecossistemas biológicos e digitais a partir das 1) principais agências envolvidas, 2) vetores de retroalimentação e 3) elementos de desestabilização. Sugerimos a partir destas três dimensões que operam no ecossistema um modelo analítico que pode contribuir com outras pesquisas no escopo da sociologia digital e que se beneficiariam a partir de abordagens ecossistêmicas.

A adoção desta abordagem e a percepção da necessidade de desambiguação das metáforas biológicas no interior das pesquisas sociológicas foram motivadas por uma crescente produção de autores que passam a se referir aos ambientes de interação *online* enquanto

⁹⁸ ramos.lh@gmail.com

ecossistemas, em um campo de estudos que vem se consolidando como a sociologia digital (DANIELS; GREGORY; COTTOM, 2017; LUPTON, 2015; MARRES, 2017). Para além de tais usos contemporâneos, o recurso das metáforas biológicas para explicação da vida em sociedade remonta aos primórdios do pensamento sociológico. Em ambos contextos é interessante perceber que o destaque de conceitos das ciências naturais parece um recurso empregado por pensadores que se veem frente a inovações, novos espaços ou articulações que os fazem perceber a suposta animalidade das ações humanas. Ao comportamento *online* se emprega o termo “manada”; aos sistemas e artefatos tecnológicos se atribui um caráter cada vez mais antropomorfizado; as interações são cada vez mais percebidas como fluxos análogos ao comportamento animal em ambientes “naturais”; ao fim e ao cabo ficam cada vez mais imprecisas as fronteiras que um dia nos separaram da natureza. O recurso às metáforas biológicas anunciaria um movimento de ruptura destas fronteiras cada vez mais incertas e difusas na separação entre humanos e todos agentes extra-humanos, sejam eles animais, plantas, minerais, entes transcendentes ou artefatos tecnológicos. Por outro lado, sinaliza a necessidade dos cientistas sociais de se fazer entender através de conceitos já consolidados em outros campos do conhecimento científico quando instaurados universos empíricos recém-chegados, como é o caso dos meios digitais.

Como sugerimos, a utilização de metáforas biológicas aparece nas raízes das tentativas de interpretação da vida em sociedade e são indissociáveis da organização do pensamento de autores importantes na história do pensamento social. Para além da funcionalidade em termos da prática científica, refletir questões da sociedade a partir de metáforas biológicas e compreender suas transformações no desenvolvimento do pensamento sociológico nos expõe às divisões recorrentes que, grosso modo, colocam em oposição o mundo dos humanos a um mundo natural. Nesse contexto o cientista do natural observaria relações de animais e plantas e seus sistemas abióticos, enquanto o cientista do humano usaria tais métodos como mecanismo de comparação para a observação da sociedade e do comportamento individual, alternativa consolidada com a crescente perspectiva da espécie humana como mais uma entre outras, não privilegiada e parte de um sistema maior que integraria, mera coadjuvante em uma peça que se autoproclamara como atriz principal por milênios.

Este movimento de reflexão sobre a utilização de metáforas biológicas remonta ao campo da História. O recurso da metáfora do organismo é empregado por Joahann Herder em seus quatro volumes sobre a história da humanidade em uma tentativa de “aumentar a apreciação de culturas antigas e exóticas” (LEVINE, 1995, p. 243–4). O filósofo alemão

percebera as culturas à luz do ciclo de vida dos organismos: elas cresciam, amadureciam, declinavam e morriam.

Comte e Durkheim também ousaram nas analogias para explicar sua concepção do funcionamento da sociedade. Para Durkheim a normalidade e o patológico tinham a ver com a saúde e a doença que infligiriam tanto aos corpos como às sociedades. A ciência do social deveria buscar critérios objetivos para “distinguir cientificamente a saúde da doença nas diversas ordens dos fenômenos sociais” para que assim pudesse esclarecer a prática “sem deixar de ser fiel ao seu próprio método” (DURKHEIM, 2007, p. 51). Em Auguste Comte a humanidade era percebida enquanto um organismo social supremo digno de uma atenção diferencial e adoração estipulada em um calendário dos santos benfeitores da humanidade. A metáfora do organismo também "sugeriu um modelo de evolução humana, estimulou uma teoria da organização social, indicava um princípio metodológico para a ciência social e fornecia um critério normativo para avaliar os fenômenos e guiar a ação" (LEVINE, 1995, p. 243).

A metáfora do organismo pode não estar mais em alta como era no período de estabelecimento das ciências sociais, o que não implica o desaparecimento das relações que se fazem com a biologia. Com o crescimento da difusão de informação e circulação de dados na web, *viralizar* dá sentido a uma ação recorrente nas mídias sociais. Ainda que possa parecer uma palavra auto evidente, o que dizemos quando a evocamos?

Os vírus são pequenos parasitas que não podem reproduzir por si mesmos (LODISH *et al.*, 2000). Estes parasitas, obrigatoriamente intracelulares, dependem de uma célula hospedeira viva na obtenção de energia e dos outros elementos necessários para a multiplicação (HUNT, s/d). Ainda que os vírus possuam uma conotação negativa no imaginário popular, eles não são necessariamente negativos para o organismo que parasitam. Em termos evolutivos os vírus podem desencadear mutações e transformações no organismo que geram vantagens reprodutivas, dependendo de elementos como a interação com outros organismos e fatores ambientais. Eles podem ser benéficos em casos específicos e interações mutualísticas são encontradas em vírus de plantas, insetos, mamíferos e em micróbios (ROOSSINCK, 2015). Tendo como parâmetro a vida humana, sua velocidade de propagação é elevada, ainda que ela sempre dependa da velocidade de reprodução da célula hospedeira.

No contexto da computação a ideia de vírus está relacionada a programas de computador autorreplicantes. No final da década de 1940, quando o termo ainda não fora utilizado, o matemático e cientista da computação John von Neuman descreveu como um programa de computador poderia ser designado a se reproduzir, o que posteriormente seria

pensado analogamente ao vírus biológicos por Jürgen Kraus na década de 1980. Segundo Deborah Lupton (1994), a adoção do discurso viral no contexto da informática é apenas mais uma entre uma série de sistemas metafóricos que, através da biologia humana, conceituam o funcionamento dos computadores e vice-versa.

Esse discurso entrelaça corpo e máquina, retratando os humanos como computadores orgânicos ao mesmo tempo em que antropomorfiza os computadores. Como sugere Donna Haraway, “nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes” (HARAWAY, 2013, p. 42). Partindo da figura do ciborgue, ela expõe a artificialidade das oposições binárias como natureza e cultura, masculinidade e feminilidade, o eu e o outro, animais e humanos. O ciborgue desestabiliza e ofusca os limites destas oposições ao abrir possibilidades de escapar do encarceramento dos papéis sociais fixos, e sugere a abertura a subjetividades mutáveis e múltiplas. Eles "assinalam um perturbador e prazerosamente estreito acoplamento" (Ibid. p.41) entre pessoas e os outros seres vivos.

Existe uma íntima relação da viralização com o conceito de ecossistema, já que este seria o substrato de manutenção dos vírus. O termo ecossistema foi cunhado pelo biólogo Arthur Tansley (1935) e é fruto de combinação do interesse pela teoria de Sigmund Freud com seu trabalho no campo da botânica. Tansley ficara fascinado pelas ideias de Freud, especialmente aquelas relacionadas à concepção do cérebro humano como uma máquina elétrica. Essa parte um tanto obscura da teoria freudiana fundamentava-se na ideia de que a informação sensorial recebida por olhos e ouvidos criava explosões de energia que se espalhavam e navegavam por redes dentro do cérebro como circuitos elétricos. Tansley utiliza esse modelo da mente e o aplica ao mundo natural: para ele, haviam sistemas sob a complexidade da natureza, imensos circuitos interconectados que estabeleciam ligações entre animais e plantas e nos quais fluíam fluxos energéticos.

Os ecossistemas seriam esses sistemas energéticos que correriam entre espécies distintas e Tansley passa a utilizar tal conceito para conceber a relação entre organismos e o ambiente em que estão inseridos. É uma sugestão hipotética que propõe a utilização de um termo para enfatizar a complexa interação entre fatores bióticos e abióticos que influenciam na vida dos organismos vivos (WILLIS, 1997, p. 268). Talvez mais importante que a própria concepção do ecossistema é o que ela passa a implicar a partir de uma hipótese de Tansley e de uma reconfiguração do conceito à luz da cibernética. Tansley postulou que se os ecossistemas fossem perturbados haveria uma tendência natural de retorno ao estado inicial de equilíbrio. Os ecossistemas teriam, então, uma capacidade intrínseca de auto regulação e estabilização. O

biólogo inglês trazia a proposição da “grande lei universal do equilíbrio” que sugeria que “todos os sistemas tendem constantemente a posições harmônicas de equilíbrio” (TANSLEY, 1935). Com isso criava-se um postulado científico (a partir de uma hipótese ainda não confirmada) que atendia um sonho milenar na cultura Ocidental: a ideia de que haveria um equilíbrio oculto na natureza, uma visão de ordem natural em que a natureza seria regulada como uma máquina. Mas isso não passava de uma hipótese, não se sabia como exatamente o ecossistema funcionava.

Palavras-chave: Metáforas biológicas. Era digital. Ecossistemas. YouTube.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DANIELS, Jessie; GREGORY, Karen; COTTOM, Tressie McMillan (Org.). **Digital sociologies**. Bristol, UK Chicago, IL, USA: Policy Press, 2017.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FORRESTER, Jay W. Counterintuitive behavior of social systems. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 3, p. 1–22, jan. 1971.

HARAWAY, Donna Jeanne. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, DONNA JEANNE; KUNZRU, HARI; SILVA, TOMAZ TADEU DA (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autentica, 2013. p. 33–118.

HUNT, Margaret. **Virus Glossary**. Disponível em: <<http://www.microbiologybook.org/mhunt/glossary.htm>>. Acesso em: 10 set. 2018.

LEVINE, DONALD N. The Organism Metaphor in Sociology. **Social Research**, v. 62, n. 2, p. 239–265, 1995.

LODISH, Harvey *et al.* Viruses: Structure, Function, and Uses. **Molecular Cell Biology**. **4th edition**, 2000. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK21523/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LUPTON, Deborah. **Digital sociology**. Abingdon, Oxon: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015.

LUPTON, Deborah. Panic computing: The viral metaphor and computer technology. **Cultural Studies**, v. 8, n. 3, p. 556–568, 1994.

MARRES, Noortje. **Digital sociology: the reinvention of social research**. Malden, MA: Polity, 2017.

ROOSSINCK, Marilyn J. Move Over, Bacteria! Viruses Make Their Mark as Mutualistic Microbial Symbionts. *Journal of Virology*, v. 89, n. 13, p. 6532–6535, 2015.

TANSLEY, A. G. The Use and Abuse of Vegetational Concepts and Terms. *Ecology*, v. 16, n. 3, p. 284–307, 1935.

WILLIS, A. J. The ecosystem: an evolving concept viewed historically. *Functional Ecology*, v. 11, n. 2, p. 268–271, 1997.

Quadro 1 – Diferenças entre ecossistemas biológicos e virtuais

Ecossistemas⁹⁹	Agências	Vetor de retroalimentação	Elementos de desestabilização
Biológicos	Humanos Máquinas Animais Plantas Minerais Ambiente Clima	Vivos Não vivos Informação	Exploração humana Eventos climáticos Competição Eventos aleatórios
Digitais	Humanos Máquinas Bits e dados Protocolos de transmissão Plataformas virtuais	Informação Representações coletivas	Inovações tecnológicas Transformações culturais Escassez de recursos na produção da infraestrutura

Fonte: Elaboração do autor.

⁹⁹ O quadro dispõe ecossistemas biológicos e virtuais. As agências são as principais, mas certamente não se esgotam nessa lista. Os vetores de retroalimentação dizem respeito ao sistema de feedback e circulação implicado no conceito de ecossistema. Os principais vetores em ecossistemas biológicos são organismos vivos (plantas, humanos e outros animais etc.) e não vivos (minerais, ambiente abiótico etc.). A informação é um dos vetores tanto nos ecossistemas biológicos como nos virtuais e, nestes, há também a circulação de representações coletivas que “alimentam” o sistema. A última coluna se refere aos elementos que podem transformar o sistema (seja positiva ou negativamente). Enquanto os ecossistemas biológicos enfrentam pressões quanto à ação humana, eventos climáticos variados, competição entre as espécies e eventos aleatórios (uma árvore que cai, uma barragem mal construída que desaba etc.), os ecossistemas virtuais podem ser desestabilizados por inovações tecnológicas e transformações culturais que o tornem obsoleto ou pela escassez de matéria prima na produção da infraestrutura (como por exemplo a falta de minerais para fabricação de smartphones). Este quadro certamente não esgota as diferenças e semelhanças entre ecossistemas biológicos e virtuais, entretanto, é um esboço que nos faz levar em consideração diferentes elementos que os atravessam.

DESIGUALDADE SOCIAL E ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR

Maria José Santos da Silva¹⁰⁰

Este texto propõe uma discussão sobre a relação da gestão escolar com a desigualdade social que vem ao longo de um contexto histórico excludente se instalando nas escolas públicas brasileiras. Para esta abordagem considera-se um estudo bibliográfico que engloba concepções de alguns autores contemporâneos e o estudo de periódicos publicados a partir de 2016, considerando dados mais atuais e cuja temática está relacionada com a discussão em pauta.

Com traços de um contexto social desigual, o Brasil é atualmente um país que recorre às instituições escolares públicas como um espaço de inserção de políticas tanto educacionais quanto sociais. Nesta trajetória de flexibilização e ampliação da escola pública, a gestão escolar demanda atuações para além da especificidade educativa. Neste sentido, expressas na tentativa de desenvolver ações que minimizem os efeitos da desigualdade social no desempenho escolar e elevem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no país, políticas de cunho social são inseridas e afirmadas como responsabilidade da instituição escolar.

Para pensar a sistemática de articulação, no âmbito da prática da gestão escolar, considera-se a relevância da responsabilização pela execução e efetivação de políticas educacionais direcionadas à atuação dos indivíduos responsáveis pelo funcionamento da escola.

Com o objetivo de compreender a relação da gestão escolar com a desigualdade social no âmbito da Educação Básica, pretende-se analisar possíveis implicações da desigualdade social no processo de desenvolvimento organizacional escolar; identificar recursos da gestão escolar que contribuem para o enfrentamento da desigualdade social na escola; refletir sobre políticas educacionais e os fatores intra e extraescolares relacionados à desigualdade social que exercem influência no resultado de desempenho escolar.

Na perspectiva de refletir sobre a situação atual da escola pública no Brasil, aponta-se o seguinte questionamento: Considerando a ampliação da função da escola, como a gestão escolar desenvolve uma educação de qualidade num contexto de desigualdade social?

¹⁰⁰ zezasansil@bol.com.br

Embora a questão se apresente de natureza simples, considera-se a complexidade de análise e reflexão dos fatores decorrentes da ampla responsabilização que à escola foi conferida. Essa problemática vem sendo discutida com abordagens, que convergem para a reflexão da educação, cujo foco tem sido o alcance das metas dos indicadores educacionais. Entretanto, outro fator tem aparecido nas discussões com veemência, trata-se das desigualdades no âmbito da educação brasileira. E, pensar uma educação de qualidade sob o viés dos entraves constituídos pelas desigualdades no contexto escolar, faz-se necessário para entender o processo de elaboração e execução de políticas educacionais.

Na perspectiva de atender às demandas emergentes decorrentes da exigência do mercado de trabalho, a evolução do desenvolvimento da escola para alcançar uma educação de qualidade, engloba a efetividade de políticas educacionais e sociais pensadas para serem executadas pela escola. Contudo, pretende-se estabelecer uma discussão com foco específico na desigualdade social, sem desconsiderar a relevância das demais desigualdades sentidas tanto pela escola quanto pela sociedade, embora não seja objeto de discussão neste estudo.

Na perspectiva de compreender o processo de articulação da escola pública com as responsabilidades sociais atribuídas através das políticas sociais e educacionais, algumas abordagens apresentam relevância neste estudo. Na intenção de compreender como as escolas vêm enfrentando as questões de desigualdade social, a discussão está pautada em quatro eixos.

No eixo inicial, que trata da compreensão das implicações diretamente ligadas ao processo de desenvolvimento organizacional escolar no enfrentamento da desigualdade social, faz-se necessário entender como se dá o processo de afirmação da gestão escolar, que segundo Lima(1996) a estrutura organizacional de uma escola está integrada à construção de um modelo de gestão que imbricado às circunstâncias se apresenta na forma de adequação de suas funções, no qual as escolas se apropriam de um determinado conjunto de atribuições, que se consolidam à medida em que se definem de acordo com o contexto em que estão inseridas.

No segundo eixo, pretende-se analisar elementos da desigualdade social que contribuam para a elaboração de ações ou estratégias de enfrentamento no contexto escolar, cuja discussão está centrado na abordagem da influência da internacionalização da educação com base nos apontamentos de Akkari(2011) que tem destacado modificações sistemáticas de funcionamento das escolas públicas por interferência das políticas educacionais externas.

O terceiro eixo propõe discorrer sobre as contribuições de Lessard e Carpentier (2016) que apresentam como relevantes os sujeitos envolvidos no processo de execução das políticas educacionais direcionadas à escola. E no quarto e último eixo, considerando os estudos

de Dubet (2001), pretende-se compreender como as instituições escolares públicas vêm refletindo sobre as políticas educacionais e os fatores intra e extraescolares relacionados à desigualdade social que exercem influência no resultado de desempenho escolar.

Consolidar educação de qualidade com as desigualdades na escola pública se apresenta, nesse contexto, como um desafio que perpassa as instâncias governamentais, restando para a sociedade uma constante incidência de índices insatisfatórios, de políticas educacionais com perspectivas de melhoria em longo prazo.

No âmbito da educação, a prerrogativa de educar para a cidadania tem se apresentado promissora. No entanto, essa não se apresenta como uma tarefa fácil para gestores escolares, que embora demonstrem interesse, as condições para estabelecer um diálogo entre os sujeitos que integram a comunidade escolar ainda se apresenta como um entrave, um desafio que vem transformando a atuação de gestores escolares nas escolas públicas de Educação Básica.

De acordo com Werle (2001, p.156)

É impossível definir competências sem explicitar as tarefas nas quais estas se materializam. Assim as tarefas no âmbito da escola exigem um comportamento competente do gestor sendo este termo rico de possibilidades de responder às múltiplas demandas a que este profissional da educação está submetido especialmente se vinculado a políticas de autonomia e desregulação. (WERLE, 2001, p.156).

A gestão escolar se apresenta no processo de rompimento da centralização de responsabilidades do gestor, para isso sugere uma articulação multilateral na qual permite a participação coletiva da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão.

Ainda segundo Werle (2001, p. 159) “Gestor escolar é uma designação que indica um comportamento dialético, inteligente, de atuação e compreensão da situação, envolvendo o manejo de todos os recursos, especialmente os cognitivos, que o indivíduo dispõe bem como suas capacidades de relação interpessoal”. Neste sentido, a autora enfatiza apropriação de competências no âmbito prática da gestão escolar e da apropriação das condições profissionais necessárias para o desempenho da função.

Libâneo (2016, p.40) destaca a influência dos organismos internacionais no funcionamento e organização das escolas, com ênfase na “institucionalização de políticas de alívio da pobreza expressas numa concepção de escola como lugar de acolhimento e proteção social”. Numa reflexão crítica da função da escola, sugere pensar nas consequências dessas políticas em relação às atribuições significativamente educativas da instituição escolar.

De acordo com Algebaile (2009) a relação da escola pública com a pobreza, em meio às demandas sociais emergentes no país, reforça a necessidade de refletir sobre a especificidade dos mecanismos que evidenciam a efetividade dos resultados da política de expansão da educação. De acordo com a autora “a expansão da oferta educacional é expressão de práticas sociais e relação de forças que antecedem e atravessam as medidas oficiais a seu respeito.” (ALGEBAILLE, 2009, p. 91).

Akkari (2011, p.118) destaca a educação como “uma das áreas que recebe mais ajuda para o desenvolvimento. Também é um setor sujeito a reformas contínuas.” Contudo, traz à tona, uma discussão pertinente ao entendimento da afirmação das políticas educacionais na escola pública com ênfase na internacionalização dessas políticas, abordagens sobre as transformações e os desafios implícitos nesse processo, cujos apontamentos serão destacados na sequência deste texto.

Portanto, na continuidade deste estudo, pretende-se abordar considerações e resultados de pesquisas já desenvolvidas no período supramencionado e estabelecer uma conexão entre os resultados, que se apresente relevante enquanto fator de contribuição para refletir sobre o desenvolvimento da educação de qualidade no âmbito da prática da gestão escolar.

Palavras-chave: Desigualdade social. Escola pública. Gestão escolar.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais:** transformações e desafios. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil:** a ampliação para menos. Lamparina, Faperj, 2009.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, p.5-19, mai/ago.2001.

LESSARD, Claude, CARPENTIER, Anylène. **Políticas educativas:** a aplicação na prática. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: Desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**. V. 46, n. 159, p.38-62 jan. /mar.2016.

LIMA, Licínio Carlos. **Construindo modelos de gestão escolar**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Novos tempos, novas designações e demandas: diretor, administrador ou gestor escolar. **RPAE**, v.17, n.2, jul/dez. 2001.

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA COMO ANTÍDOTO CONTRA A BARBÁRIE

Olmaro Paulo Mass¹⁰¹

A reflexão visa compreender o posicionamento crítico de Theodor Adorno e outros referenciais teóricos da atualidade. Nesse sentido, a história como sinônimo de progresso e como ela se reproduz na cultura da barbárie, e a barbárie no interior da cultura se transformou em totalitarismo e em estado de exceção. E ainda, a história expõe-se como instrumento de opressão que resulta em novas atrocidades contra a humanidade. É necessária uma posição de ruptura com a história que preserva a identidade da realidade por meio do conceito, usada como possibilidade de legitimar fatos e acontecimentos históricos. Em face disso, volta-se ao ponto de partida dessa investigação a respeito de como a história tem uma importância significativa para o pensamento crítico-dialético, visto que ela, assim concebida, pode ter sua tensão vital na sucessão de fatos mudos, alegóricos e isolados, uma atitude crítica que possibilita deslegitimar as estruturas opressoras do presente.

Inicia-se com uma indagação, uma questão da qual não se pode abrir mão, que não pode ser descuidada para pensar um pensamento crítico da memória: como (re)ler o passado, fazer dele memória e descrevê-lo de forma crítica numa cultura que promove o esquecimento das vítimas? Essa pergunta remete a uma outra: é possível pensar contra a barbárie a partir do exercício do pensamento conceitual frente a uma realidade que nos é posta? Um conhecimento crítico sem a memória não pode ser contraído ou potencializado por uma dialética que preserva a realidade em si mesma, já que ela faz a experiência da necessária negação do que está exposto como verdade. A memória não é reduzida apenas a determinados eventos históricos pontuais ou precisos, mas de ela também perceber a experiência catastrófica das vítimas e a sua manifestação social.

O pensamento crítico deve possibilitar as condições para recriar a realidade a partir do sofrimento das vítimas, não simplesmente como recordação dos fatos ou uma concepção de história passional. Diante das injustiças cometidas contra as vítimas, cabe trazer à tona uma racionalidade ética, de responsabilidade com a justiça. Portanto, uma memória crítica supera uma concepção que reduz a compreensão de história estritamente ligada aos fatos, em um determinado contexto político-histórico. Ou, em outras palavras, o conceito de memória não

¹⁰¹ olmaro@ifibe.edu.br

mais está vinculado estritamente a um instrumento que elabora o passado como recordação, mas tem com perspectiva, por meio de um conhecimento crítico, reler os fragmentos da história que foram negados pelo pensamento potencializado e instrumentalizado que procura preservar identidade da realidade imposta.

Para Adorno, a potência crítica da dialética negativa tem por objetivo fazer memória e justiça às vítimas esquecidas pela história e que são neutralizadas pelo pensamento estratégico e elitizado. A sua expressividade caracteriza-se no momento que é relido aquilo que estava previsto e em continuidade com a filosofia que preserva a positividade como excelência, característica própria de sua vocação e de sua representação dialética. Essa compreensão de filosofia, conforme Adorno, é a proliferação de uma concepção que nega as injustiças e tenta reduzi-las a um processo de vitalidade do pensamento que se afirma em meio às ruínas da história, que vai naturalizando uma hegemonia na forma de pensar. O passado tem autonomia e vida própria no pensamento reflexivo dialético.

Por outro lado, se os vestígios de resistência se encontram na história, estão sedimentados, e a violência e os atos bárbaros contra a humanidade são uma marca da sociedade contemporânea, perpetuam-se e fazem-se presentes na humanidade esses atos desde tempos imemoriais, como apontam os autores da *Dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer. Se o mito se naturalizou na racionalidade com suas mais diversas formas de opressão e de injustiça, a sociedade moderna desenvolve um processo de desprezo quando não há mais reconhecimento de seu poder. A autoconservação e o medo são a genealogia da sociedade e o núcleo central de fragmentação da emancipação e do entendimento humano reflexivo.

Nessa perspectiva, observa-se o preciso e oportuno diagnóstico elaborado por Adorno e Horkheimer para quem o sacrifício faz parte da violência e do artifício de troca em que as vítimas estão permanentemente sob o domínio crescente do exercício da técnica, da abstração e da escravização da natureza. No percurso da dominação pela técnica, a racionalidade iluminista trouxe consigo as origens da instrumentalização da natureza e do sofrimento mítico. A figura de Ulisses na *Odisseia*, de Homero, retrata o protótipo da sociedade que precisa mimetizar seu sofrimento à custa da abstração impositiva que traz em si os germes da barbárie e da dominação. Na leitura de Adorno e Horkheimer, a vitória de Ulisses sobre cada potência mítica é a conquista sobre o seu próprio eu que se personifica no ir além de si mesmo. A astúcia de Ulisses tem, em grande parte, sua origem e é renovada no culto e na prática do sacrifício oferecido às divindades. Portanto, “Atua ao mesmo tempo como vítima e sacerdote. Ao calcular seu próprio sacrifício, ele efetua a negação da potência a que se destina esse

sacrifício. Ele recupera assim a vida que deixara entregue” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 51).

Na sociedade instrumentalizada, existe a naturalização da violência como funcionalidade e necessidade de sobrevivência. Na intenção de atingir seus fins preestabelecidos, usam-se meios objetivos e estes, se transformam em elementos constitutivos intrínsecos à sua prática. A abstração é o elemento essencial para a racionalidade instrumental impor seu domínio e sua forma hegemônica de pensar o mundo. Quanto mais o conhecimento moderno consegue objetivar a natureza e constituir um pensamento restrito, mais progride a dominação. Nesse sentido, a história como progresso produz a cultura da barbárie, e a barbárie no interior da cultura transforma-se em totalitarismo e expõe-se como instrumento de opressão que resulta em novas atrocidades contra a humanidade. Essa compreensão de história e de pensamento é identificada como reação ao medo e o impulso crescente para o progresso e o domínio da natureza, sobrevivência e exercício de um poder exacerbado e instrumentalizado em vista de preservar as ideologias.

O sujeito que não tem capacidade crítica de refletir tem sua percepção da realidade condicionada pela racionalidade instrumentalizada em seu modo de pensar. A desagregação dos potenciais da racionalidade crítica refere-se à capacidade de o sujeito interpretar os processos históricos a partir do conhecimento instrumentalizado. Nesse viés, destaca-se uma passagem que explicita a preocupação de Adorno com relação à racionalidade procedimental instrumentalizada que abarca o plano histórico-social e as estruturas que se tornaram cada vez mais autoconservadoras.

Por isso, a sociedade que procura esquecer-se da história, ao não fazer uma memória crítica, passa a possuir fortes tendências de reproduzi-la em suas injustiças. Isso é visível do ponto de vista da lógica discursiva em que as categorias de contraposição contribuem para a negação da alteridade e para atingir um objetivo definitivo e instrumentalizado. As situações e as realidades diferentes são assimiladas uma à outra como equivalentes, justificadas inexoravelmente e imemoravelmente em sua significação intencional.

Nesse sentido para Adorno, nessa característica de pensamento, ou seja, a dialética da história, “os acontecimentos são como substituídos pelos dejetos coisificados e enrijecidos” (ADORNO, 2008, p. 51) A todo preço, esquecer o passado é aceito como uma justificativa razoável para aqueles que reproduzem a violência por meio de novas estratégias pelas quais a memória, o resgate das vítimas e o sofrimento do passado incomodam. Quando se refere ao

papel da filosofia, é necessário apontar para a sua indagação sobre a importância e o significado de elaborar o passado para fazer justiça às vítimas.

A dialética da reconciliação se dá a partir da memória que se manifesta e que desenvolve nas possibilidades de reação contra qualquer violência que impõe medo. Ou seja, um pensamento que se sustenta no fato de que o sofrimento nela está exposto e não é eliminado em nome de uma filosofia que em si mesma busca preservar a sua identidade, carrega em si rastros de morte e sofrimento em sua identidade. Elaborar o passado para fazer justiça às vítimas tem por finalidade combater qualquer violência ou atrocidade em sua memória e trazer à tona a dor e a resistência dos que sofreram e morreram em nome de um poder firmado pela violência.

O objetivo norteador aponta para a capacidade de identificar, em meio as desesperanças, as condições das próprias vítimas, mesmo que aparentemente não existam, embora também seja insuficiente tudo o que está em prol de sua reparação. Mas se existe uma concepção, um sentimento de que elaborar o passado de forma crítica pode trazer à tona o sofrimento aos indivíduos que procuram de forma gritante superar as consequências das violências sofridas, faz-se necessário compreender os principais elementos próprios da história que estão no centro dessa relação.

Palavras chave: Memória. Justiça. Vítimas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Minima moralia**. Trad. Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

_____. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. V.1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

_____. RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. (Introdução). Justiça e memória: para uma crítica ética da violência. In: _____. (Org.). **Justiça e memória: por uma crítica da violência**. São Leopoldo: Unisinos, 2009. p. 7-16.

ZAMORA, José A. . W. Benjamin: Crítica del capitalismo y la justicia mesiánica. In: RUIZ, Castor M.M. Bartolomé (Org.). **Justiça e memória**: para uma crítica ética da violência. São Leopoldo: Unisinos, 2009. p. 52-86.

_____. **Th. W. Adorno** – pensar contra a barbárie. Trad. Antonio Sidekum. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2008.

GRUPO DE TRABALHO

SOCIEDADE, RURALIDADE E AMBIENTE

QUESTÃO AGRÁRIA, NEOEXTRATIVISMO MINERAL E O TEATRO DA HYDRO-ALUNORTE NA AMAZÔNIA PARAENSE

Andrey Henrique Figueiredo dos Santos¹⁰²

Resumo

Os sujeitos do grande capital em articulação com estado brasileiro elegeram a Amazônia como uma grande “fronteira de acumulação”. Desde a década de 1960 vemos o processo de ocupação da região se intensificar e com ele os conflitos, em várias dimensões. Este escrito propõe-se a abordar e buscar reflexões acerca dos impactos socioambientais causados pela mineradora Hydro-Alunorte, sobre o rompimento de barragens de rejeitos, referindo-se a SDR1 e SDR2, da empresa norueguesa no município de Barcarena no estado do Pará, no dia 17/02/2018. Aqui, a mineração será analisada pelo prisma da questão agrária, pois, penso que é fundamental para termos a dimensão do impacto no município em espacial as comunidades de povos tradicionais que ali residem. Assim, a lógica do vetor da mineração, como mais uma frente econômica neoextrativista, e da questão agrária que lhe é subjacente. *Metodologicamente, parto de revisão bibliográfica, trabalhos de campo no município, registro de memória, entrevistas e conversações informais, e registro imagético – em foto e audiovisual – para capturar não apenas as falas, mas o gestual, a forma de se expressar e a singularidade da vida.*

Palavras-chave: Questão agrária na Amazônia; Neoextrativismo mineral; Crime ambiental.

Introdução

A construção da ideologia que hoje denominamos desenvolvimento, herdeiro do progresso do século XIX, vem se materializando nos projetos políticos traçados para a Amazônia, desde as rodovias das décadas de 1960/70, passando pelas imensas plantas de geração de energia hidroelétricas, chegando aos parques industriais da mineração, dos imperadores do latifúndio e ultimamente as monoculturas de soja e de dendê (BRINGEL, 2016).

¹⁰² andreyhenrique@hotmail.com

Este enredo escrito para Amazônia teve seu mais recente ato: A farsa da NORKS HYDRO ASA. A empresa norueguesa atua no setor mineralógico desde início do século XX, e perdeu sua máscara de personagem que no discurso do desenvolvimento “leva benefícios” aos habitantes onde se instala, mas não no estado do Pará. Portanto, os acontecimentos no município de Barcarena apontam para algumas necessidades para a pesquisa nesta região. A necessidade de espacializar o fenômeno. Por isso a ciência geográfica é importante neste debate. Urge uma pauta de pesquisa interdisciplinar capaz gerar mapas e ao mesmo tempo entender a dinâmica da indústria mineradora nesta região, já que essas empresas se instalaram num contexto em que a preocupação ambiental era incipiente.

A HYDRO, fundada em 1905, tem como maior acionista o estado norueguês, bem como instituições dos Estados Unidos, Inglaterra e China, possuem relação comerciais com o Brasil desde a década de 70, adquirindo em 2010 os ativos de alumínio da VALE, dessa forma construiu uma companhia de alumínio global. Esse furto dos nossos minérios inclui: Bauxita (Paragominas-PA), participação majoritária da maior refinaria de alumina do mundo, a ALUNORTE, e também participação de 51% na empresa de alumínio do Brasil, a ALBRAS.

Portanto, o acesso à empresa se dá a partir da cidade de Barcarena, por meio da rodovia PA-481. Instalada na região desde 20 de outubro de 1995, a Alunorte (nome da empresa, antes da compra pelo grupo norueguês Hydro) foi criada para ser uma fornecedora cativa de alumina para produção de alumínio da Albrás (BPR, 2015). Em Barcarena, a Hydro Alunorte é responsável pelo refino da bauxita e produção da alumina (Al_2O_3), e a Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás), também situada nesta cidade, é a indústria que produz alumínio primário, como lembram Henriques e Porto (2013).

Tendo feito esse apanhado histórico, focarei na sessão a seguir no crime ambiental que ocorreu na madrugada do dia 17/02/2018, esse já antecipado pelos próprios moradores das comunidades ao entorno do empreendimento, o rompimento de barragens de rejeitos, referindo-se a SDR1 e SDR2, da empresa norueguesa em Barcarena no estado do Pará. As denúncias das práticas irregulares da empresa em relação às questões tanto sociais como ambientais não é fato novo. O Instituto Evandro Chagas apontou, no último laudo, que foram 13 comunidades ribeirinhas afetadas pelo crime ambiental. Sem falar da escala que essa poluição pode alcançar acentuando as dificuldades que esses empreendimentos trazem para as populações próximas às barragens. Impactando assim, comunidades ribeirinhas, quilombolas e do centro urbano.

O teatro do real e a "nossa missão": A farsa da NORK HYDRO ASA que envenena Barcarena e a Amazônia.

Segundo o site da empresa norueguesa, “a missão da HYDRO é criar uma sociedade mais viável, desenvolvendo recursos naturais e produtos de maneira inovadora e eficiente”. Assim, podemos perceber que a missão da HYDRO é construir uma sociedade viável: viável para saquear o subsolo amazônico e precarizar a vida das comunidades onde se instala. De inovador nada tem a mais.

Essa contaminação que, segundo o relatório do Instituto Evandro Chagas (IEC), (realizado após o ocorrido) RELATÓRIO Nº: 002/2018 PROCESSO Nº: 010/2018, “*neste momento as águas apresentaram níveis elevados de Alumínio e outras variáveis associadas aos efluentes gerados pela Hydro Alunorte*”. A contaminação já havia sido denunciada em 2014, com a publicação de uma pesquisa feita pelo Laboratório de Química Analítica e Ambiental (Laquanam) da UFPA. Mas nenhuma providência foi tomada desde então.

Os impactos causados não podem ser quantificáveis, e se expressam nas falas dos moradores do município. A poucos metros da casa de Maria Salestiana Cardoso, 69 anos, é possível presenciar a degradação do igarapé do Bom Futuro um braço do rio Pará, em Barcarena. A margem do manancial foi tomada por lodo. “*Não serve para mais nada*”, diz a ribeirinha, que lamenta que as águas estejam impróprias ao consumo depois do transbordamento de lama vermelha da produção de bauxita da mineradora norueguesa Hydro-Alunorte. E em outro momento enfatiza a ribeirinha enfatiza: “*O igarapé morreu, não tem mais peixe*”. Já dona Maria Silva, presidente da Associação Cainquiam, relata em sua fala uma dimensão simbólica e emocional com o lugar:

Eu sou filha do Icaraú (nome da comunidade), nasci próxima à senzala. Eu lutei na Justiça Federal para dar essa terra para o povo que era deles por direito. Eu não vou deixar a minha casa. Eles que precisam parar de poluir os nossos rios, e precisam indenizar as famílias que prejudicaram. Eu não arredo o meu pé daqui. (Entrevista realizada em julho de 2018).

As falas acima possuem uma grande carga da dimensão simbólico-emocional. Há uma transcendência nesta cifra do real que não diz só respeito ao ser-do-mundo ou a existência. O debate de questão agrária no Brasil gira em torno de categorias abstratas dialogando entre si, onde somente o campesinato é o protagonista do processo, esquecendo outros sujeitos sociais que (re) configuram essa questão no espaço-tempo. Mas se a gente inverter isso, o que aparece? Aparece existência. Portanto, a ideia é romper com a visão hegemônica que relaciona a questão agrária de uma forma automática e exclusivamente à luta pela terra, dando um sentido negativo, arcaico, gerador de atraso (MARCOS, 2016). “Na verdade, a questão agrária engole a todos e

a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p. 12-13).

Nesse sentido, a questão agrária está submetida a essas vivências concretas do corpo que se expressam nessa trajetória a partir do solo quente da luta. Como essas histórias de vida bagunçam certas categorias sobre a Amazônia e revelam outras. Ai começa a se desenhar uma Geografia.

É importante salientar que, a Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) que de sustentável não tem nada, fechou os olhos para as irregularidades cometidas pela HYDRO. A mineradora não possuía licença ambiental para funcionamento das bacias de rejeito, tubulações clandestinas que despeja água não tratada – efluentes – diretamente nos igarapés Boa Futuro, Gurajuba e nos rios Murucupi e Tauá, na bacia do rio Pará são apenas alguns elementos do cenário dessa escabrosa peça. Podemos relacionar essa prática mineral predatória de neoextrativista. Gudynas (2012) define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. A ideia de neoextrativismo corresponderia a uma reconfiguração do extrativismo, conceito cunhado para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em um grupo de setores econômicos que removem um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento.

A extração mineral é, hoje, a atividade que digladia entre dois polos pelo interesse humano: é responsável pela qualidade da vida moderna, mas também pode ser responsável por agredir a própria vida humana, degradando o ambiente, provocando doenças e mortes. Eis aqui exatamente o que Beck (2010, p. 73) chama de “miopia econômica”, ou seja, *“a cegueira em relação aos riscos que é sistematicamente provocada”*. Dessa forma, em prol do desenvolvimento econômico, riscos são tolerados, omitidos, desacreditados e ignorados na maior parte da produção extrativista. Mas como alcançar a nova ética ecológica contemporânea baseada em uma sociedade de risco em prol da proteção socioambiental quando se trata de atividade minerária?

Para (não) concluir, para seguir...

A presente pesquisa abordou um recorte espaço-temporal de uma municipalidade amazônica. Portanto, um elemento primordial que rebate inclusive no desenvolvimento local do município, é a criação de mecanismo de controle popular sobre a indústria mineradora. Neste sentido, proponho a instalação imediata de conselhos envolvendo a sociedade civil para se debater as causas e consequências da mineração para o território. Outro elemento importante para pensarmos os rios que foram afetados pelos dejetos são comitês gestores de bacias hidrográficas. Um mecanismo importante de gestão que envolve vários setores da sociedade. Esse crime ambiental da Hydro vem exatamente num contexto de debate sobre o novo Código mineral onde a tendência é afrouxar ainda mais o território para as empresas de mineração com a transformação do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral numa agência reguladora, que sabemos que acaba não regulando nada.

Algo que o trabalho de campo mostrou foi que, as comunidades afetadas exigiram das autoridades a paralisação da mineração. Já os trabalhadores, sua continuidade. Como lidar com este paradoxo? Como organizar categorias tão distintas em suas culturas e relações com os territórios, ou onde a dependência das empresas mineradoras parece insuperável e seus impactos insuportáveis? São perguntas que merecem um seguimento na pesquisa. Portanto, proponho o debate e o avanço das pesquisas na região para uma melhor compreensão, tendo em vista que, a mineração é uma prática transversal no espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. De Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. As fronteiras agrárias intermitentes e as múltiplas territorialidades do campesinato na Amazônia paraense – uma análise comparativa projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará. ISSN: 2175-8875. **Anais** do XI- ENANPEGE. Porto Alegre-Rs. pp-4496-4506.

CARDOSO, J. G. da R.; CARVALHO, P. S. L. de; FONSECA, P. S. M. da; SILVA, M. M. da; ROCIO, M. A. R. **A indústria do alumínio: estrutura e tendências**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 33 , p. 43-88, mar. 2011.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p.303-318.

HENRIQUES, A. B.; PORTO, M. F. de S. **A insustentável leveza do alumínio**: impactos socioambientais da inserção do Brasil no mercado mundial de alumínio primário. *Ciência & Saúde Coletiva*. [online]. 2013, vol.18, n.11, pp. 3223 - 3234.

MARCOS, Valéria de. “Novas (ou) velhas alternativas para o campo na Amazônia e a questão agrária na atualidade”. *In*: MACEDO, Cátia; BRINGEL, Fabiano; SOUSA, Rafael; SANTANA, Rosiete. (Orgs.). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém-PA, editora Açai, 2016. p. 9-26.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ANEXOS

Figura 1 - Após fortes chuvas, houve o rompimento das barragens de rejeitos da empresa norueguesa no município de Barcarena no estado do Pará



Fonte: Imagem do *Google Maps*.

Figura 2 - Lama vermelha na sede da Hydro-Alunorte, dia 18 de fevereiro, em Barcarena-Pa
Fonte: Instituto Evandro Chagas (IEC).



Figura 3 - A bacia de resíduos sólidos DRS1 da Hydro Alunorte, em Barcarena-Pa



Fonte: (Pedrosa Neto/Amazônia Real).

Figura 4 - Igarapé Bom Futuro, poluído pelos dejetos da Hydro-Alunorte



Fonte: (Catarina Barbosa/Amazônia Real).

Figura5 - Os moradores ocuparam a prefeitura de Barcarena e fecharam o acesso às fábricas para protestar contra a poluição causada pela empresa



Fonte: (Via WhatsApp).

“DESENVOLVIMENTO PRA QUEM?”: AS CONSEQUÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA SANTO ANTÔNIO NO DISTRITO RIBEIRINHO DE SÃO CARLOS DO JAMARI-RO

Anelise Fabiana Paiva Schierholt¹⁰³

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma reflexão sobre a participação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na comunidade ribeirinha distrito de São Carlos do Jamari em Rondônia. O distrito foi criado na década de 1980 e está localizado às margens do rio Madeira, na zona rural de Porto Velho. Na localidade, os principais produtos de extrativismo são a pesca, castanha e açaí. Contudo, desde a construção da hidrelétrica Santo Antônio (3.150MW) (LASCHEFSKI, 2011), inaugurada em 2012, os moradores do distrito arcam com as consequências dessa obra.

Como veremos nas explicações de Márcio, membro do MAB, este movimento tem uma atuação na busca de manter e proteger a forma de vida ribeirinha e quando as consequências das construções não permitem integralmente esta forma de viver, buscam ser ressarcidos para que continue em seu local preservando o que é possível, essencialmente o contato com o rio e mata. Em diálogo com Ribeiro (2010, p. 51), “o rio e a mata ultrapassam o limite da materialização e ganham representações culturais para o grupo, como consequência podemos perceber que essa apreensão não homogeneizada do espaço vivido é percebida pela naturalidade como o pescador vivencia o rio [...]”.

Se a forma de vida das populações ribeirinhas está em sua relação com a mata e com o rio, Márcio enfatiza que são estes que estão risco, “*cada vez diminuindo mais!*” e em consequência o *ser* ribeirinho. O movimento social do MAB vem desenvolvendo seu trabalho, sua luta nestas frentes: manter, preservar e proteger o *ser* ribeirinho em sua integralidade.

O Movimento dos atingidos por barragens em São Carlos do Jamari

O MAB da região trabalha em negociações com três hidrelétricas: A mais antiga, hidrelétrica Samuel, localizada no rio Jamari que deságua no rio Madeira na região de São

¹⁰³ nise_paiva@yahoo.com.br

Carlos e Santo Antônio e Jirau, ambas construídas no rio Madeira trecho Porto Velho com uma distância entre elas de 110 km.

Márcio tem 42 anos e está há 30 anos em Porto Velho. De pai seringueiro, veio com a família do Amazonas no ciclo da borracha e trabalhou como seringueiro durante 5 anos. Como coordenador do MAB de São Carlos faz muitas viagens para levar formação às regiões que tem projetos de construção de hidrelétricas mostrando os benefícios e malefícios dessas construções e informar quais são os direitos dos atingidos. Trabalham com 150 famílias divididas em 8 grupos em São Carlos. Enfatiza que para conseguir apoio para as construções dizem que “*vai ter emprego, vai ter energia barata e de qualidade, ter desenvolvimento da capital e tudo de bom!*”.

Em relação aos prejuízos sofridos pela população ribeirinha devido às consequências das construções, Márcio explica:

“você não assume, mas você sabe que você conseguiu eliminar a pesca, o pescador tá sem produção! Como você vão trabalhar agora pra atender a demanda do pescador, em que sentido você vão trabalhar?” Então a gente precisa ter a nossa renda que a gente tinha antes, a gente precisa manter a família da gente, a gente não precisa ter uma vida tão boa, mas pelo menos a alimentação do peixe, então a gente vai trabalhando nesse sentido. Questão da cheia: veio a cheia, destruiu várias casas então a gente precisa de uma ajuda e a gente sabe que tem consequência disso (hidrelétrica).

Fala ainda que durante a enchente de 2014 tiveram uma luta de 3 meses pelo direito ao abrigo digno durante a cheia para não ir para as barracas da defesa civil que colocam as pessoas em situação de precariedade. “*Nós brigamos muito porque caramba a gente já tinha sofrido, tinha saído das nossas casa, tinha ido pra aqueles abrigo e aí iam tirar nós, colocar debaixo da lona!*”

Apontavam que existiam diversas áreas que poderiam fornecer uma moradia digna para os desalojados e cita as áreas do exército e da hidrelétrica Santo Antonio. Para divulgar essas informações fizeram visitas em todos os colégios nos quais estavam sendo abrigadas famílias para orientá-las para não aceitar ir para as lonas buscando enfatizar que tinham o direito a um local mais apropriado para ficar. Dessa forma, conseguiram que pagassem um local para moradia no valor de R\$ 500,00 para aluguel e cesta básica completa durante 6 meses prolongado por mais 6 meses para desocupar as escolas.

Em outro trecho da entrevista Márcio explica como o desconhecimento das construtoras de hidrelétricas acerca do meio ambiente da região provocou diversos “desastres” ambientais na região.

Com a construção da Samuel, foi no período da ditadura, não teve audiência pública, não teve nada, vô fazer, vou construir e pronto, eles construíram. Prenderam a água por 3 meses até represar [...] quando liberaram essa água ela fermentou pelo lado de cima com todo tipo de cipó, timbó, apuí, o que tinha lá. Então quando ele soltou essa água ela veio [...] matando toda espécie de peixe, o que não morria era aquele que não conseguiu ir pra terra, jacaré, tracajá [...] o Jamari todinho era uma praia de peixe podre. Com a construção de Santo Antônio e Jirau nós avisamos: Se não tirar a madeira de dentro vai acontecer pior que isso, por causa que no Jamari tem o timbó tem outras espécies de árvores que são veneno, mas aqui no rio madeira tem o principal que chama-se açacu, umas tora enorme que usam pra fazer flutuante [...] ele tem um leite de uma capacidade tão grande de mata peixe, animal, árvore que você não faz ideia e o que dá nesse madeira é essa árvore. E aí o que que eles fizeram na construção da Santo Antônio e Jirau? Dentro do reservatório, do polígono como eles chamam é pra eles tirá toda madeira com a raiz e os galho e colocar numa área onde a água não chegasse, esse era o trabalho que era pra eles fazer. Aí o que que eles fizeram? Cortavam a madeira, a que era madeira de lei eles vendiam, venderam muita madeira pra fora, cavavam aqueles enormes buracos, jogavam a madeira dentro e cobriam enterraram, eles fizeram isso muito, fizeram muito isso! [...] aquelas que não prestavam eles cortavam elas e iam empilhando né, então tem algumas regiões aí que tem aqueles cemitério que chamamos de madeira né. Com o represamento da água foi cobrindo tudo aquilo, foi cobrindo aquela que tava aterrada, já fermentada, foi cobrindo aquela que tava toda cortada e foi entrando né [...] Quando eles soltaram, que foi no período das cheias que foi em 2014, veio com toda essa poluição, toda essa química [...] quando baixou ficou esse sedimento contaminado aí em vez de virar adubo, virou veneno e aí matou tudo, tudo!.

Em diálogo com Zhouri (2008, p. 105) podemos compreender que “os conflitos decorrentes denunciam contradições em que as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante”. Dessa forma, apesar da tentativa do movimento de informar e exigir providências para prevenir possíveis danos e não serem atendidos, a população arcou com todos os encargos de algo que ela tentou evitar.

Considerações Finais

Como vimos o MAB atua como um movimento social organizado frente a um contexto ambiental. A partir das referências de Márcio o que está em questão é uma forma de viver específica das populações ribeirinhas. Não sendo passível de indenização de ser e viver. A distância entre as concepções de ambos os lados revela que o discurso do “desenvolvimento” está caracterizado por valores distintos. A concepção de desenvolvimento de um está na contramão da concepção de desenvolvimento para outro. Nessa chave de braço o Estado tem a vantagem através da imposição em detrimento “os atingidos não são indenizados de maneira justa, de forma a reproduzirem seu modus vivendi” (ZHOURI, 2008, p. 103).

De acordo com Touraine o “movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam” (TOURAINÉ, 2006, p.19). Neste contexto se encontra o Movimento dos Atingidos por Barragens e seus conflitos com as hidrelétricas e entre estes o Estado. Zen (2007, p. 61) destaca que o “MAB é um dos responsáveis pela evidência de um conjunto de contradições que sempre passaram despercebidas pela maior parte da esquerda e dos movimentos populares. Trata-se das contradições existentes entre o homem e a natureza”. Essas contradições são enfatizadas nas especificidades vividas em um contato mais direto com a natureza, uma relação mútua com esta. A exploração desenfreada de seus recursos traz consequências degradantes para o homem e para a natureza. Isso fica claro na fala de Márcio. Segundo ele, o que move a população é “*energia, água e terra*”. “*Com o crescimento do agronegócio vão começar a sufocar essas pessoas [...] Essas fontes que move a gente elas vão de uma forma ou de outra elas vão tá sendo destruídas: a floresta que mantém a gente e os rios e o gado e a soja tá tomando conta*”.

REFERÊNCIAS

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. **Livros Técnicos e Científicos S. A**, Rio de Janeiro, 1977. (Esta referência não foi encontrada completa, optou-se por usar o ano de sua primeira edição)

ZEN, Luiz Eduardo. **Movimentos sociais e a questão de classe**: Um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007.

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 139-169, June 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Dec. 2017.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** Vol. 23 n.o 68, out/2008.

ASPECTOS SOBRE A MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS: POBREZA E *ROYALTIES*

Elenice Aparecida Coutinho¹⁰⁴

Introdução

Minas Gerais segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2015) é o maior estado minerador do país, extrai mais de 180 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, é responsável por cerca de 50% da produtividade de minerais metálicos do país e 29% dos não metálicos. Dos 856 municípios 400 possuem atividade mineral. Além disso, dos dez maiores municípios mineradores do Brasil, sete estão em Minas, sendo Itabira o maior do país. Até dezembro de 2014 mais de 300 minas estavam em operação. E ainda, entre as 100 maiores minas do Brasil, 40 delas estão localizadas em Minas Gerais, sendo que 67% das minas classe A¹⁰⁵ (produção superior a 3 milhões t/ano) estão no estado.

O *royaltie* é uma Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a ser aplicada para o combate à pobreza e melhoria nas condições de vida das comunidades atingidas nos municípios onde a lavra ocorre. A tributação foi assegurada aos entes federados pela Constituição em 1988, conforme o artigo 20, §1º. Esse aspecto é de suma importância na compreensão sistemática da exploração mineral no Brasil. É por meio dessa compensação que os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) obtêm a parcela que lhes cabe do valor dos recursos minerais que poderiam ser aplicados em prol da população¹⁰⁶.

A mineração é recorrentemente tratada como uma atividade “vocacional” do estado e indutora de desenvolvimento, que por consequência combate a pobreza. Este artigo vem justamente buscar averiguar se os ganhos econômicos com os *royalties* implicam em redução da pobreza. Não se trata de afirmar que todos os planos de desenvolvimentos são produtores de insucessos, entretanto é reconhecido que muitos deles não atingem suas metas desenhadas

¹⁰⁴ eleniceufv2004@gmail.com

¹⁰⁵ As minas também são classificadas com relação ao seu tamanho. São 3 classes de Minas ROM (t)/ano A > 3,000,000 B < 3,000,000 > 1,000,000 C < 1,000,000 > 500,000.

¹⁰⁶ Atualmente o município minerador fica com 65% da CFEM, 23% para o estado onde for extraída a substância e 12% são distribuídos entre o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNM (9,8%)), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FDCT (2%)), e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA(0,2%)) (IBRAM, 2015).

em seus planos, especialmente em caso de grandes projetos. O que ocorre, em geral, é justamente o contrário há um acirramento das desigualdades e ampliação da pobreza.

Metodologia

Utilizou-se do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS¹⁰⁷) criado pela Lei Estadual n.º 15.011 de 2004 calculado pela Fundação João Pinheiro a cada dois anos, para todos os municípios do estado. Entendendo que a pobreza é fenômeno característico do acúmulo de privação em diversas dimensões, optou-se pelo uso IMRS, pois ele trata de uma média ponderada dos índices dessas dimensões variadas relacionadas à saúde, à educação, à habitação, ao meio ambiente e ao padrão de vida. O Índice abrange de forma mais explícita apenas o setor público, e se propõe a medir a responsabilidade social conjunta das três esferas de governo. Foram consideradas todas as dimensões¹⁰⁸ do índice: saúde, educação, segurança pública, assistência social, meio ambiente, saneamento/habitação, cultura, esporte/turismo/lazer, renda/emprego e finanças municipais. Os dados foram tabulados no Excel e relacionados com o ranqueamento dos dez municípios que mais arrecadaram *royalties*, os dez intermediários e os dez que menos arrecadam para o ano de 2016.

Resultados e Discussão

Segundo Medeiros (2012), tentames de calcular a pobreza dependem primeiramente da definição de pobreza, para que daí seja possível mensurar os seus extratos, já que a pobreza¹⁰⁹ é muito desigual em si. Políticas públicas, por exemplo, se baseando numa mesma medida de pobreza e mesma população que objetivarem atacar a pobreza precisam definir qual incidência da pobreza querem atingir. Se o alvo é reduzir a pobreza os menos pobres deverão ser priorizados; se o objetivo é a severidade da pobreza os mais pobres deveriam receber atenção. Isto já exemplifica, de maneira simples o quanto a pobreza é desigual em si. Todavia, uma forte constatação entre o conceito de pobreza é sua associação direta à noção

¹⁰⁷ Não foi possível utilizar dados mais recentes referente a periodicidade de 2016/2017, pois a Fundação João Pinheiro ainda não publicou a análise. Por isso a título de exercício inicial investigativo os dados de 2014 foram usados.

¹⁰⁸ O anexo 1 traz mais detalhes explicativos sobre as dimensões.

¹⁰⁹ Não é o objetivo aqui discutir a diferença entre pobreza e desigualdade, todavia Medeiros (2012) saliente que não haja um consenso, normalmente se distingue desigualdade de pobreza, associando desigualdade à posição relativa dos indivíduos e pobreza a seu nível absoluto.

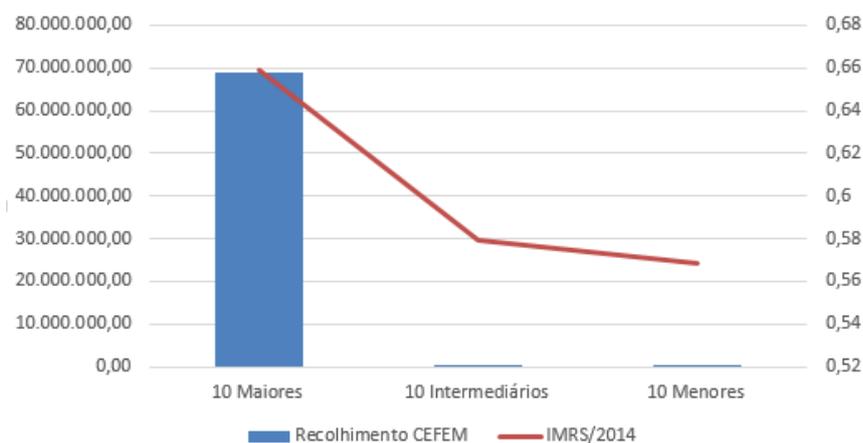
consensual de falta ou privação. Entretanto, neste trabalho parte do reconhecimento de que o fenômeno da pobreza ultrapassa a ingênua restrição à renda, envolvendo também à privação de outros recursos materiais e o acesso aos bens e serviços públicos básicos, como alimentação, saúde, educação, trabalho, habitação, saneamento básico e lazer (SEN, 2004, 2000).

Tomando a pobreza exposta pela carência deste conjunto de condições vejamos como os municípios se apresentam na análise: o primeiro grupo de municípios, a exceção de Conceição do Mato Dentro e São Gonçalo do Rio Abaixo, são pequenos municípios com população total estimada, para o ano de 2016, menor que vinte mil habitantes. Apesar de terem sua economia muito dependente da atividade mineradora, os municípios maiores tem maior diversidade de atividades econômicas, o que possivelmente garante maior fonte empregatícia e, portanto maior possibilidade de renda aos moradores como um todo. Os valores de recolhimento altos variando entre R\$ 23.549.254,63 e R\$ 141.090.963,40. Nesses municípios também há uma imensa obscuridade de como estes recursos são usados, não havendo nos sites da prefeitura nada explicativo de como os recursos beneficiam a população local, especialmente a atingida.

O grupo intermediário é composto por municípios de regiões distintas e a exceção de Mantena, todos os municípios são pequenos e valores de arrecadação entre R\$ 13.494,32 e R\$ 15.590,49 sendo a média entre eles pouco variável. A mesma situação se apresenta no grupo com menores valores de arrecadação e apenas Leopoldina com mais de 50 mil habitantes, porém este grupo majoritariamente também congrega os municípios com menor população. Os valores dos *royalties* também são baixos variando entre R\$11,75 e R\$100,00 anuais. Como não significativos nestes municípios intermediários e pequenos é nítido que os *royalties* não são suficientes para cumprir sua função de acordo com a legislação.

A partir da análise da média do CFEM arrecado e da média do IMRS, nos grupos escolhidos, há uma relação direta de quanto maior a arrecadação maior o IMRS, conforme exposto no gráfico abaixo. Todavia, é preciso considerar que a mineração por si só, ao se instalar, rompe com o equilíbrio de ecossistemas, de ambientes de reprodução material e imaterial de populações modificando as relações socioespaciais de uma localidade ou até mesmo de uma região.

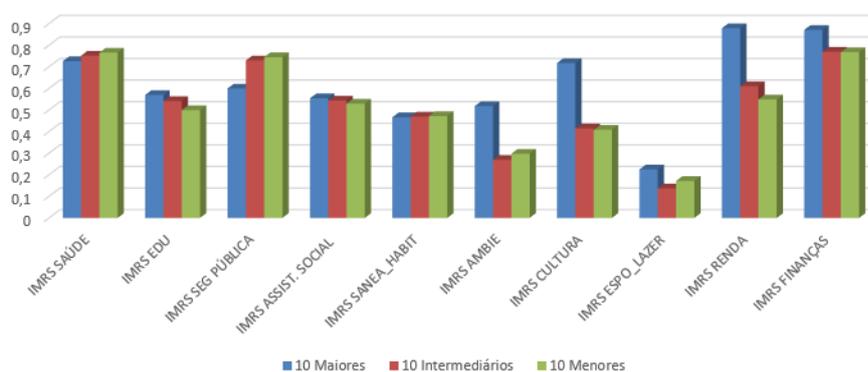
Gráfico 1 - Relação entre Royalties Arrecadados nos Municípios e o IMRS



Fonte: DNPM (2016); FJP (2014). Elaboração: autora.

O gráfico 1 apresenta que as dimensões dos *royalties* da atividade minerária são diretamente traduzidos em melhorias para os municípios expressos pelos bons indicadores do IMRS. Já o gráfico 2, ao comparar o CFEM com a dimensões do IMRS percebe-se que os bons índices e índices mais elevados estão ligadas às dimensões econômicas e não em relação a dimensões de ambiente, cultura e lazer, por exemplo.

Gráfico 2 - Relação CFEM e IMRS em suas dez Dimensões



Fonte: DNPM (2016); FJP (2014). Elaboração: autora.

O gráfico 2 expõe a média das três menores dimensões no conjunto dos municípios é relativa ao IMRS de esporte e lazer, ao IMRS de ambiente e a IMRS de saneamento e habitação. Esta relação não é presente em narrativas do segmento privado e público que mantém suas falas na média geral dos índices. Entretanto, observou-se que mesmo usando um índice com dimensões distintas e indicadores variados valores referentes a finanças, renda são os mais elevados, mas isto não implica que sejam equitativamente distribuídos.

Considerações

A análise expõe que esta relação entre elevado recebimento de *royalties* e uma possível diminuição da pobreza, medida através dos índices IMRS do estado, é insatisfatória, pois carece de complementação de estudos qualitativos ou de comparação com outras fontes de dados. Além disso, a legislação não possui um conjunto de regras e normas claras com relação ao uso dos *royalties*, sua fiscalização e possibilidade de decisão das pessoas atingidas/ameaçadas. De fato, ao observar o comportamento dos dados analisado se tem a dimensão direta de que quanto maior a arrecadação melhor a condição de vida local. Provavelmente isto ocorre devido a alusão à visão otimista de que a instalação da empresa privada a extrair o recurso vem acompanhada de investimentos locais, geração de emprego, arrecadação fiscal, fatores estes que aquecem a economia local e geram divisas para serem aplicadas em políticas compensatórias e de combate à pobreza.

Palavras chave: Mineração. Minas Gerais. Pobreza. *Royalties*.

REFERÊNCIAS

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. Balanço Mineral. Brasileiro, 2015, 2016 e 2017. Acesso: < <http://www.mv-dnpm.com.br>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINEIRO (FJP). Dados IMRS. Disponível em:< <http://imrs.fjp.mg.gov.br>>. Acesso em 20 de junho de 2017.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. RELATÓRIO ANUAL. Julho 2014 - Maio 2015.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. Panorama da Mineração em Minas Gerais / Instituto Brasileiro de Mineração, Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro de Metais – Brasília: IBRAM, 2015. 280 f.

SEN, A. **Elements of a theory of human rights.** Philosophy and Public affairs 234, pp.315-356, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ANEXO

Quadro 1 - Dimensões do IMRS e Indicadores utilizados

DIMENSÃO	INDICADORES
Saúde	1) Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram, no mínimo, sete consultas de pré-natal; 2) Proporção da população atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF); 3) Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária; 4) Taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares da população de 45 a 59 anos; 5) Taxa média de mortalidade por acidente de transporte da população de 15 a 29 anos; 6) Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina; 7) Taxa de mortalidade por câncer de próstata.
Educação	1) Escolaridade; 2) Atendimento à população em idade escolar; 3) Qualidade do ensino ofertado.
Segurança Pública	1) Taxa de homicídios intencionais; 2) Taxa de crimes violentos contra o patrimônio.
Assistência Social	1) Situações de vulnerabilidade; 2) A oferta de serviços socioassistenciais; 3) Programas de transferência de renda; Institucionalização; 4) Número de habitantes por policiais militares; 5) Percentual do orçamento municipal destinado à segurança pública;
Meio Ambiente	1) Cobertura com Flora Nativa; 2) Cobertura vegetal por reflorestamento; 3) Percentual de áreas de uso sustentável; 4) Percentual de áreas de proteção integral; Gestão.
Saneamento/Habitação	1) Proporção da população atendida com serviço de abastecimento de água (rede); 2) Proporção da população atendida com serviço de esgotamento sanitário (rede); 3) Proporção da população urbana residente em domicílios com coleta direta de lixo; 4) Proporção da população residente em domicílios com coleta direta e indireta de lixo; 5) Disposição final do lixo coletado; 6) Existência de coleta seletiva; 7) Déficit Habitacional;

Cultura	1) Existência de um órgão de gestão da cultura; 2) Existência de legislação de proteção do patrimônio cultural; 3) Existência de biblioteca; 4) Pluralidade de equipamentos culturais exceto biblioteca; 5) Arquivos públicos municipais; 6) Disponibilidade de meios de comunicação; 7) Esforço orçamentário em difusão cultural e patrimônio.
Esporte/Turismo/Lazer	1) Participação em Programas Governamentais de Esporte; 2) Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer; 3) Organização Turística do Município; 4) Esforço Orçamentário em Turismo.
Renda/Emprego	1) Renda das Pessoas; 2) Emprego; 3) Renda e estrutura do setor produtivo.
Finanças Municipais	1) Índice de Desenvolvimento Tributário e Econômico (IDTE); 2) Receita Corrente Líquida per capita - RCLpc; 3) Gasto com pessoal; 4) Custeio da máquina; 5) Esforço em investimento; 6) Gasto com saúde 7) Gasto com educação; 8) Equilíbrio Fiscal; 9) Endividamento.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2017. Elaboração: autora.

A INTERNET NO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Jhose Iale Camelo da Cunha¹¹⁰

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o perfil dos produtores que tem acesso a internet brasileira tomando por base os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, disponibilizado em julho de 2018. O trabalho identifica a quantidade de estabelecimentos que tem acesso à internet, o tipo de acesso, o quanto a internet é utilizada como meio de obter informações e o seu crescimento frente aos dados do censo agropecuário de 2006. A metodologia utilizada consistiu na análise de dados secundários do Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, retirados do website SIDRA, a partir das variáveis ‘Características dos Estabelecimentos Agropecuários’ e ‘Características dos Produtores’. Os resultados mostram que o acesso à Internet, cresceu 1.790,1%, nos estabelecimentos agropecuários (Censo Agro, 2017). Observou-se ainda que apesar do grande crescimento, o acesso a internet no contexto o rural brasileiro ainda é baixo, representando um total de apenas 28% dos estabelecimentos. Quanto ao tipo de acesso, a internet móvel representa maiores índices. Além disso é possível observar uma elevada disparidade de acesso em termos de regiões, existindo uma maior concentração de acesso no centro-sul, distribuídos da seguinte forma: Sul (44%), Sudeste (37%) e Centro-Oeste (29%). As regiões de menor acesso são Norte (16%) e Nordeste (22%). Tais desigualdades podem ser atribuídas tanto a aspectos ligados ao desenvolvimento econômico das regiões, como fatores sociais como o nível educacional e idade.

Palavras-Chave: Internet. Censo agropecuário 2017. Divisão digital.

1 INTRODUÇÃO

A internet é uma rede que liga pessoas e informações por meio de computadores, celulares e outros dispositivos digitais que permitem a comunicação interpessoal e o

¹¹⁰ jhoseiale@gmail.com

compartilhamento de informações. DiMaggio et al (2001) destaca que década de 1990, foi um marco para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, na medida em que permitiu uma maciça propagação das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, fazendo com que se configure dois contextos divergente: de um lado, o surgimento de uma grande “aldeia global”, como relata McLuhan (1964), onde se tem uma quebra das distâncias espaciais e temporais, decorrentes do processo de globalização; por outro lado, o risco de uma divisão digital, onde se forma um abismo entre desconectados e conectados, sendo a exclusão digital um tipo de estratificação que surge na sociedade em rede. Desta forma, Castells (2003, p. 8) destaca que “ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura”.

As transformações na estrutura produtiva, a integração dos mercados, o processo de internacionalização financeira e sobretudo a revolução tecnológica, fazem parte do processo de globalização que emite uma nova realidade política e cultural que orienta diferentes atores inspirados em referências globais (SORJ, 2003). Com a internet é possível ter acesso a educação, a cultura, ao lazer, a serviços governamentais, sendo considerada como um importante componente de participação da sociedade do conhecimento.

Castells (2003) e DiMaggio et al (2001) ao destacar alguns aspectos positivos da internet, apontam para o fato dela permitir a criação de oportunidades de inclusão em comunidades, bem como permite acessar negócios e diferentes recurso que podem contribuir para garantir maiores oportunidades individuais. Tondo e Silva (2016) procuram discutir a importância dos dispositivos tecnológicos para amenizar a disparidade nos níveis de acesso a informação e em relação ao desenvolvimento humano.

Entretanto, é importante destacar os efeitos limitantes das TIC na promoção do desenvolvimento social, uma vez que, elas por si só não são fatores determinantes de mudanças sociais, como é considerado pela abordagem das relações entre tecnologia e sociedade. Tal abordagem destaca ainda, conforme Olinto (2007), que é preciso misturar as TIC a outras práticas sociais, para que ela possa contribuir para gerar mudanças e alterar oportunidades, caso contrário, ela contribuirá para a manutenção das desigualdades sociais. Outra abordagem acerca do uso da internet vai de encontro a esse enfoque se utilizando da teoria de Bourdieu, sobre a relação entre cultura e classe social. Autores como DiMaggio et al (2004) parte da ideia de que o uso da internet pode ser um recurso estratégico para a manutenção de privilégios e vantagens de grupos dominantes.

Tais abordagens teóricas sugerem uma diversificação de fatores sociais e culturais ligados às TIC, fazendo uso de múltiplas variáveis (gênero, renda, status sociais, estrutura familiar e local de residência) para se observar as componentes sociais da desigualdade digital. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o perfil dos produtores que tem acesso a internet no Brasil, a partir dos dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, disponibilizado em julho de 2018 (IBGE/SIDRA). O trabalho identifica a quantidade de estabelecimentos que tem acesso à internet, o tipo de acesso, o quanto a internet é utilizada como meio de obter informações e o seu crescimento frente aos dados do censo agropecuário de 2006, tentando fazer uma análise de tal acesso por regiões correlacionando com a variável educacional.

É importante ressaltar que o meio rural brasileiro vem passando por uma série de transformações. A ideia de um rural como um espaço de atraso e isolamento é ultrapassada, principalmente com as novas configurações do rural que abarcam diferentes aspectos seja eles: sociais, como o surgimento de novos espaços de lazer e entretenimento; econômicos, através de novas fontes de renda por meio da pluriatividade; e culturais, moldando o cotidiano dos que ali residem. Atrelado a isso, se tem a penetração da internet no espaço rural que vem trazendo mudanças e facilitando o dia-a-dia do campo, se apresentando como um meio pelo qual é possível se obter a ampliação de diversas capacidades (CUNHA,; SCHNEIDER, 2017).

As TIC surgem então, como estratégia básica de competitividade, interferindo e influenciando nas operações das organizações e nos resultados econômico-financeiros se configurando como viabilizadora de negócios (MENDES; BUAINAIN; FASIABEN, 2013). Assim, em busca de novas oportunidades é que a internet passa a ser adotada por muitos agricultores, trazendo mudanças não só no âmbito cultural, mas influenciando nas práticas cotidianas, passando a fazer parte rotina em suas atividades laborais, bem como possibilitando o acesso a novos mercados.

2 METODOLOGIA

Além de uma breve revisão, utiliza-se de dados secundários, disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa e Estatística (IBGE), referente ao Censo Agropecuário 2017, retirados do website SIDRA, a partir de algumas variáveis sobre as Características dos Estabelecimentos Agropecuários e Características dos Produtores, em especial o '*Número de estabelecimentos*

agropecuários por telefone, e-mail e internet - resultados preliminares 2017, dentre outros dados complementares disponíveis na plataforma.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observou-se que o acesso à internet teve um salto exponencial, o número de estabelecimentos conectados em 2006 era de apenas 75 mil, passando para 1.425.323. É importante destacar ainda que as regiões Norte (6980%) e Nordeste (5640%) tiveram maiores crescimentos, conforme Tabela 1 (Anexo B).

Apesar do grande crescimento, o acesso a internet no contexto o rural brasileiro ainda é baixo, uma vez que representa apenas 28% dos estabelecimentos. Além disso, outro fato constatado foi a elevada disparidade de acesso em termos de regiões, havendo uma maior concentração de acesso no centro-sul, em que a região Sul (44%) representa o maior índice, seguido do Sudeste (37%) e Centro-Oeste (29%). As regiões de menor acesso são Norte (16%) e Nordeste (22%) conforme Tabela 2 (Anexo B). Nessas duas regiões o maior acesso ocorre por meio do telefone.

Em termos gerais, pode-se destacar a evolução observada na existência do aparelho nos estabelecimentos, passando de 1,2 milhão para 3,1 milhões de propriedades com acesso a telefone entre 2006 e 2017, um acréscimo de 1,9 milhão ou 158%. Desta forma, ao se observar o tipo de acesso, a internet móvel representou maiores índices, 909 mil (63,77%), seguido de 659 mil (46,2%) através de banda larga, e 19.535 de internet discada, o que representou menos de 2%, conforme Tabela 3 (Anexo B).

Quanto a utilização da internet para obtenção de informação, é curioso notar que a região Nordeste, apesar de possuir o maior número de estabelecimentos conectados a internet, 503.640 (destaque da Tabela 2), apresentou o mais baixo índice de acesso para esse fim, apenas 117.368 estabelecimentos (Figura 1 – Anexo B), o que representa apenas 5% (Tabela 4), quando comparado ao número de estabelecimentos da região. A região norte, apesar de apresentar um número menor de estabelecimentos (37.388), corresponde a 6%. As duas regiões apresentam perfis bem próximos, onde se utilizam mais de outras mídias como televisão (N – 41% e NE – 46%) e rádio (N – 26% e NE – 25%) para obter informações.

Alguns autores como Olinto (2007, 2008), Campello (2017), Ribeiro et al (2013), DiMaggio et al (2001), e Vieiro & Silveira (2011), apontam que o acesso a internet tem forte relação com a escolaridade, em que quanto menor a escolaridade, menor o acesso. O que se

evidenciou na região Nordeste que possui maior índice de produtores que não sabem ler e escrever (38%), tabela 5, justificando assim o baixo uso da internet para busca de informação.

Outro fato que deve ser levando em consideração quanto ao uso da internet é a faixa etária. Ribeiro et al (2013), DiMaggio et al (2001) e outros autores que abordam a temática, demonstram que os adolescentes e jovens são as categorias mais conectados, entretanto, como pode ser observado na tabela 6, há um baixo percentual de jovens em todas as regiões, reforçando o problema da sucessão rural que vem sendo recorrente nas atuais discussões.

4 CONCLUSÕES

Fica evidente que apesar do crescimento considerável do acesso a internet em todas as regiões do Brasil, como pode ser observado no Anexo A, ainda há uma lacuna muito grande com relação ao acesso a internet, mais de 70% dos estabelecimentos rurais não estão conectados. Além disso, observou-se desigualdades no que tange as regiões, que podem ser atribuídas tanto a aspectos ligados ao desenvolvimento econômico, aspectos demográficos, bem como fatores sociais como o nível educacional e a faixa etária.

Trata-se, portanto, de um contexto que merece uma maior atenção por parte do Estado na promoção de ações e políticas que visem não só diminuir as lacunas de acesso a internet no meio rural como também há uma urgência no que tange ao acesso de tais produtores a serviços básicos como é a educação. É imprescindível a promoção de programas que ofereçam suporte quanto a sua utilização e apropriação da internet por parte dos agricultores, possibilitando assim o acesso a oportunidades e um maior bem-estar social.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, T. (Org.) **Faces da Desigualdade no Brasil**: um olhar sobre o que fica para trás. Rio de Janeiro: Clacso, Flacso e Agenda Desigualdade, 2017. Disponível em: <http://209.177.156.169/libros/Faces_da_desigualdade_no_brasil.pdf> Acesso em: 25 Set. 2018.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003

CUNHA, J. I. C.; SCHNEIDER, S. A internet como potencializadora do desenvolvimento rural: uma análise a partir da abordagem das capacitações do Amartya Sen" In: **VI Seminário Discente do PPGS/UFRGS**, GT "Sociedade, Ruralidade e Ambiente". 3 a 5 de Out. 2017, Porto Alegre 2017.

DIMAGGIO, P. et al. **From Unequal Access to Differentiated Use: A Literature Review and Agenda for Research on Digital Inequality**, Russell Sage Foundation, 2004.

DIMAGGIO, P. et al. Social Implications of the Internet. **Annual Review Of Sociology**, [s.l.], v. 27, n. 1, p.307-336, ago. 2001.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964

MENDES, C. I. C. ; BUAINAIN, A. M. ; FASIABEN, M. C. R. . Acesso ao computador e à internet na agricultura brasileira: uma análise a partir do Censo Agropecuário. In: **51º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2013, Belém. Anais, 2013

OLINTO, G. Desigualdades de acesso a Internet no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13, 2007, Recife. **Anais...Recife**: UFPE, 2007.

OLINTO, Gilda. Usuários e usos da internet: múltiplas dimensões, medidas e algumas evidências sobre o Brasil. In: **ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação)**, 2008, São Paulo. Anais do IX Enancib. São Paulo: ECA USP, 2008.

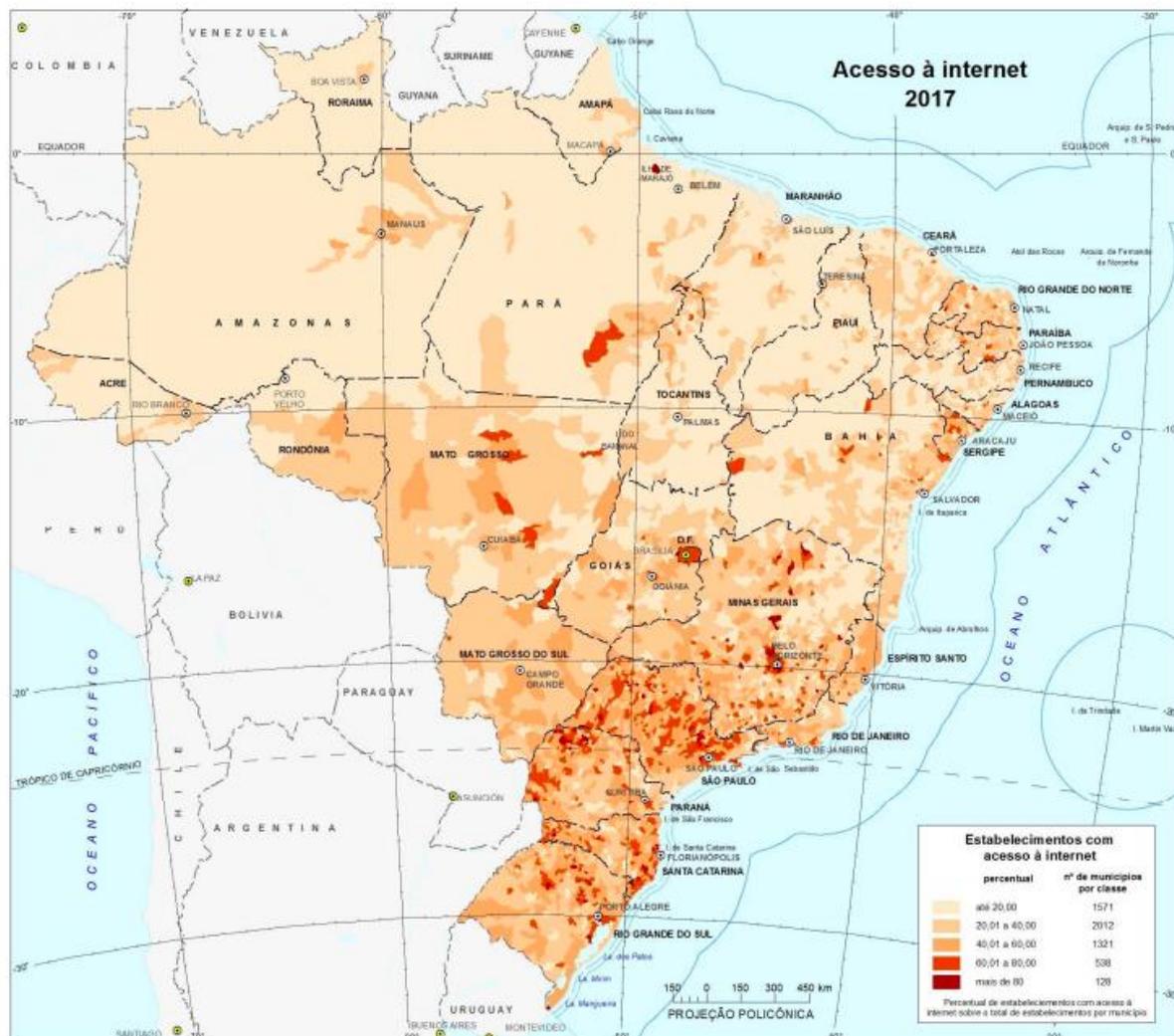
RIBEIRO et al. Desigualdades digitais: Acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. **Análise Social**, v. 207, XLVIII, p. 288-320, 2013.

SORJ, B. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Zahar/Unesco, 2003.

TONDO, R; SILVA, S. R. Smartphones e pobreza digital: o consumo de telefones celulares e internet entre jovens de uma comunidade popular. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, v. 13, n. 1, p. 49-62, jan./jun. 2016

VIERO, V. C.; SILVEIRA, A. C. Apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação no meio rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.28, n.1, p.257 - 277, 2011.

ANEXO A – MAPA BRASILEIRO DOS ESTABELECIMENTOS COM ACESSO A INTERNET



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

ANEXO B – TABELAS E FIGURAS COM DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIOS 2017

Tabela 1 – Comparativo da expansão da internet no Censo Agro 2006 e 2017

Brasil e Grande Região	Internet Rural 2006	Internet Rural 2017	Aumento Percentual
Brasil	75.407	1.425.323	1890%
Norte	1.295	90.389	6980%
Nordeste	8.929	503.640	5640%
Sudeste	30.144	357.375	1186%
Sul	29.795	373.848	1255%
Centro-Oeste	5.244	100.071	1908%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e 2017.

Tabela 2 – Nº de estabelecimentos agropecuários por telefone, e-mail e internet

Brasil e Grande Região	Nº de total	Telefone, e-mail e internet					
		Existência de telefone		Existência de e-mail		Acesso à internet	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	5072152	3193775	63%	246410	5%	1425323	28%
Norte	580446	259474	45%	11907	2%	90389	16%
Nordeste	2322495	1205014	52%	46920	2%	503640	22%
Sudeste	969258	731527	75%	84876	9%	357375	37%
Sul	853232	723523	85%	71885	8%	373848	44%
Centro-Oeste	346721	274237	79%	30822	9%	100071	29%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 2017.

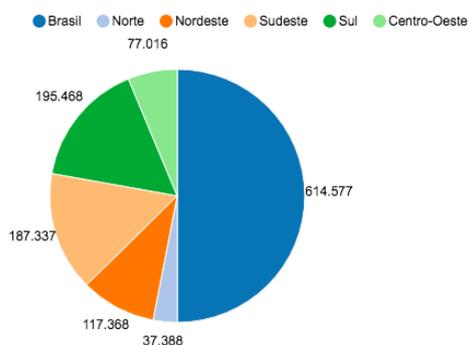
Tabela 3 – Nº de estabelecimentos agropecuários por tipo de conexão

Brasil e	Banda Larga	Discada por Linha	Internet Móvel
----------	-------------	-------------------	----------------

Grande Região	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Brasil	659.486	46,27%	19.535	1,37%	909.139	63,78%
Norte	30.875	34,16%	1.461	1,62%	63.338	70,07%
Nordeste	231.303	45,93%	5.503	1,09%	313.085	62,16%
Sudeste	124.582	34,86%	4.390	1,23%	278.392	77,90%
Sul	224.104	59,95%	6.708	1,79%	193.525	51,77%
Centro-Oeste	48.622	48,59%	1.473	1,47%	60.799	60,76%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

Figura 1 – Obtenção de informação através da internet



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos agropecuários, em porcentagem, por obtenção de informação - resultados preliminares 2017

Brasil e Grande Região	Televisão	Rádio	Internet	Revistas	Jornais	Reuniões/ seminários	Outra forma	Não obtém informações técnicas
Brasil	53%	31%	12%	4%	5%	13%	22%	26%
Norte	41%	26%	6%	2%	3%	8%	25%	34%
Nordeste	46%	25%	5%	1%	2%	8%	21%	35%
Sudeste	59%	27%	19%	7%	8%	16%	26%	18%
Sul	67%	52%	23%	7%	9%	29%	16%	11%
Centro-Oeste	65%	39%	22%	9%	10%	14%	25%	13%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 2017.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos agropecuários por alfabetização

Brasil e Grande Região	Sexo, alfabetização, idade e cor ou raça do produtor			
	Sabe ler e escrever - Sim		Sabe ler e escrever - Não	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Brasil	3883033	77%	1163354	23%
Norte	460750	80%	118251	20%
Nordeste	1432438	62%	884289	38%
Sudeste	864761	90%	95235	10%
Sul	811448	96%	35426	4%
Centro-Oeste	313636	90%	30153	10%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuários por idade

Brasil e Grande Região	Sexo, alfabetização, idade e cor ou raça do produtor					
	Menor que 30 anos		De 30 a menos de 60 anos		De 60 anos ou mais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Brasil	276319	6%	3040403	60%	1729653	34%
Norte	51523	9%	380501	66%	146975	25%
Nordeste	145691	7%	1398944	60%	772088	33%
Sudeste	33827	4%	548414	57%	377751	39%
Sul	33773	4%	509469	60%	303632	36%
Centro- Oeste	11505	4%	203075	59%	129207	37%

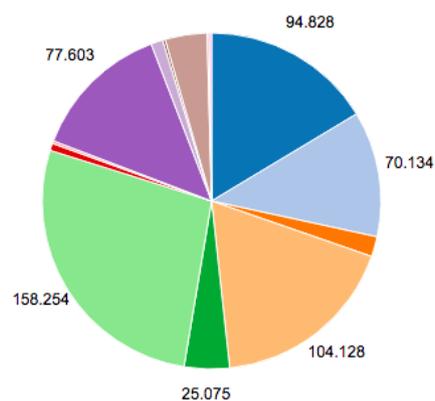
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

ANEXO C – GRÁFICOS REFERENTES A ESCOLARIDADE POR REGIÃO

Legenda

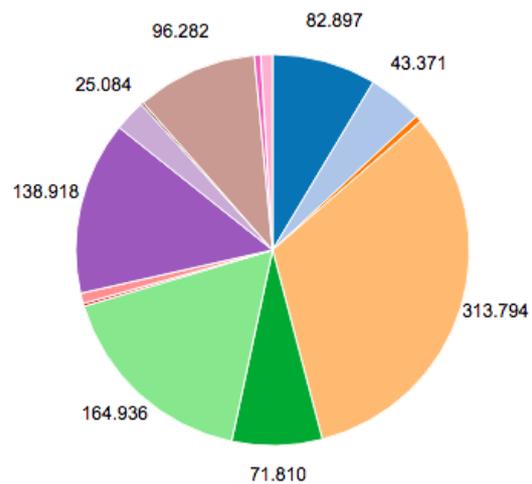
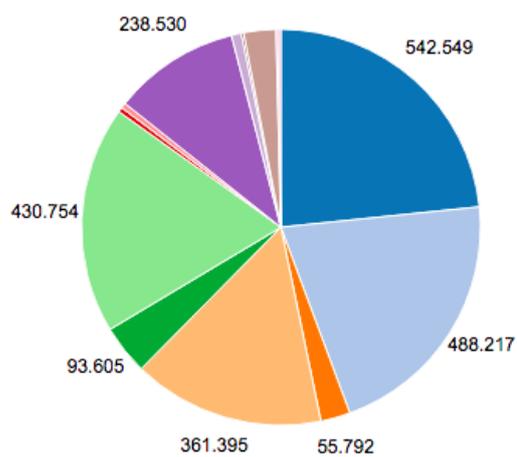
- Nunca frequentou escola
- Classe de alfabetização - CA
- Alfabetização de jovens e adultos - AJA
- Antigo primário (elementar)
- Antigo ginásial (médio 1º ciclo)
- Regular do ensino fundamental ou 1º grau
- EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau
- Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)
- Regular de ensino médio ou 2º grau
- Técnico de ensino médio ou do 2º grau
- EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau
- Superior - graduação
- Mestrado ou doutorado
- Não se aplica

Região Norte

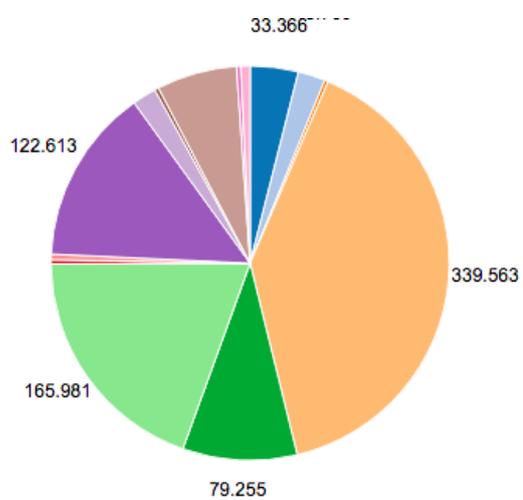


Região Nordeste

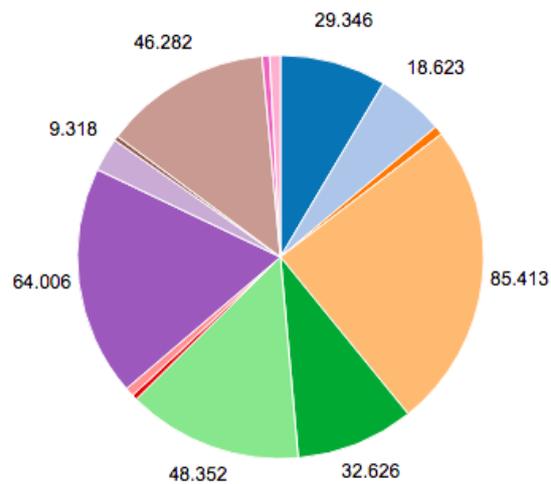
Região Sudeste



Região Sul



Região Centro-Oeste



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 2017.

Tabela 7 – Distribuição dos estabelecimentos em relação ao nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento

Brasil e Grande Região	Escolaridade do produtor											
	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nunca frequentou escola	782986	15,4%	94828	16,3%	542549	23,4%	82897	8,6%	33366	3,9%	29346	8,5%
Classe de alfabetização - CA	639105	12,6%	70134	12,1%	488217	21,0%	43371	4,5%	18760	2,2%	18623	5,4%
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	77091	1,5%	11207	1,9%	55792	2,4%	5120	0,5%	2474	0,3%	2498	0,7%
Antigo primário (elementar)	1204293	23,7%	104128	17,9%	361395	15,6%	313794	32,4%	339563	39,8%	85413	24,6%
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	302371	6,0%	25075	4,3%	93605	4,0%	71810	7,4%	79255	9,3%	32626	9,4%
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	968277	19,1%	158254	27,3%	430754	18,5%	164936	17,0%	165981	19,5%	48352	13,9%
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	19749	0,4%	4053	0,7%	8976	0,4%	2393	0,2%	2872	0,3%	1455	0,4%
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	26166	0,5%	1475	0,3%	10095	0,4%	8177	0,8%	3929	0,5%	2490	0,7%
Regular de ensino médio ou 2º grau	641670	12,7%	77603	13,4%	238530	10,3%	138918	14,3%	122613	14,4%	64006	18,5%
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	76241	1,5%	6556	1,1%	18620	0,8%	25084	2,6%	16663	2,0%	9318	2,7%
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	12329	0,2%	1510	0,3%	4654	0,2%	2039	0,2%	2823	0,3%	1303	0,4%
Superior - graduação	281606	5,6%	23179	4,0%	60194	2,6%	96282	9,9%	55669	6,5%	46282	13,3%
Mestrado ou doutorado	14499	0,3%	999	0,2%	3345	0,1%	5172	0,5%	2906	0,3%	2077	0,6%
Não se aplica	25769	0,5%	1445	0,2%	5769	0,2%	9265	1,0%	6358	0,7%	2932	0,8%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 2017.

ESTAMOS DIANTE DE UM BICHO DE SETE CABEÇAS? REFLEXÕES ACERCA DO ANTROPOCENO

Hannah Machado Cepik¹

Luciana Costa Brandão²

A promessa do Apocalipse moderno, ou o fim do mundo decorrente das ameaças climáticas, vem sendo estudado nas ciências sociais e na filosofia por autoras como Isabelle Stengers (2015), Haraway et al. (2015, 2016), Bruno Latour (2014a, 2014b, 2017), Viveiros de Castro e Deborah Danowski (DANOWSKI, 2012; DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017), entre outros. O Antropoceno é postulado por estas autoras como a época em que vivemos, onde a Terra, ou Gaia, ao mesmo tempo é destruída pela, e destrói a, Modernidade. Essa era geológica (CRUTZEN, 2002; CRUTZEN; STOERMER, 2000) modifica o espaço num processo de “violência lenta” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017) e anuncia a catástrofe em que acontecerá (ou, talvez, já aconteça): o fim deste mundo. Citando Danowski e Viveiros de Castro: “[o Antropoceno] aponta para o fim da ‘epocalidade’ enquanto tal, no que concerne a espécie [humana]” (2017, p. 20).

Enquanto se discutem controvérsias sobre a forma como as mudanças climáticas são produzidas, performatizadas e engajadas por meio de uma Ciência feita com ideologia, o Antropoceno acontece sobre o espaço. Gaia se volta contra os Terranos (*earthbound*³) enquanto continuamos a negar ou ignorar as ações que nos trouxeram até aqui. O acontecimento do Antropoceno engaja tanto aquelas que participaram ativamente dos impactos causados pelo capitalismo industrial - e que colheram suas benéficas -, quanto aquelas que tentam jogar o jogo na periferia da Modernidade e aquelas que não fazem parte deste sistema. Citando Beck, “a miséria é hierárquica, o smog⁴ é democrático” (2010, p. 43), mesmo que o último chegue mais

¹ hmcepik@gmail.com

² luciana.costa.brandao@gmail.com

³ “*Earthbound*”, às vezes referido como “o povo de Gaia”, são ideias teóricas propostas pelo sociólogo francês e estudioso de ciências Bruno Latour como parte de suas Conferências Gifford de 2013. (GAIA THEORY ANTHROPOCENE, [s.d.]). Em uma tradução literal, *Earthbound* significaria “ligados à Terra”, e vem sendo utilizado como um termo conceitual para denotar a carga política e social que engloba todos os viventes (humanos e não-humanos) e suas relações com a Terra. Uma possível adaptação do conceito para o português, a qual utilizamos nesse trabalho, seria “seres Terranos”. Disponível em: <<http://www.earthboundpeople.com/gaia-theory-anthropocene/>>. Acesso em 26 de Setembro de 2018.

⁴ *Smog* é um termo derivado do inglês resultado da contração das palavras “*smoke*” (fumaça) e “*fog*” (nevoeiro). Refere-se a um tipo de poluição do ar resultante dos gases emitidos por veículos de combustão interna e fumos industriais que reagem na atmosfera e formam um denso nevoeiro de cor arroxeada. Ocorre geralmente em áreas de intensa urbanização e é extremamente prejudicial à saúde.

rápido para quem não pode pagar pela delonga do fim, como nos lembram os estudos sobre os impactos das mudanças climáticas e demais problemas ambientais sobre as populações consideradas mais vulneráveis (BATHIANY et al., 2018).

Em “*Há mundo por vir?*” (2017), Danowski e Viveiros de Castro abordam os discursos atuais sobre o *fim do mundo*. Nele, os autores buscam produzir um “pensamento e uma mitologia adequados ao nosso tempo - [ou] uma reflexão cosmopolítica em diálogo com o pensamento ameríndio” (ZUKER, 2017). A discussão é centrada em torno da resposta violenta da natureza (Gaia) contra a humanidade que pretendia dominá-la com a Ciência numa narrativa de Progresso e do Desenvolvimento. A catástrofe (barbárie) por vir (STENGERS, 2015) se desenvolve durante a intrusão de Gaia e, conseqüentemente, a espera pelo fim deste mundo.

O conceito de Antropoceno surge a partir da noção de que a Terra, (ou Gaia, numa noção de um planeta *vivo*), foi “tão ativamente modificada pela ação humana que ingressou em um novo período, que os geólogos-feitos-filósofos propõem chamar de Antropoceno” (LATOURE, 2014a, p. 12). Este conceito, cunhado por Crutcher e Stoemer (2000) em seu conhecido artigo da Global Change Newsletter, diz respeito ao momento em que há uma nova relação entre impactos crescentes dos humanos e o planeta, tornando-nos uma força suficiente para mudar a geologia de Gaia (tal mitologia do Antropoceno já muito desenvolvida e recordada em trabalhos como PALSSON et al., 2013).

Na filosofia, Isabelle Stengers (STENGERS, 2010, 2011, 2018) discorre sobre esse tema ao extrair da palavra cosmopolítica suas duas partes, argumentando que uma política que não se anexa a um cosmos é desnecessária e que um cosmos separado da política é irrelevante. Segundo a autora, a ciência é um empreendimento construtivo que não somente descobre verdades já existentes, mas, através de práticas e processos específicos, as molda. Assim, a ciência, ao nomear o Antropoceno, o cria. As duas vertentes teóricas, no entanto, não se contrapõem - uma realiza a outra de forma a construir uma ciência em que o Antropoceno se torna político e que, por isso, é passível de ser enfrentado.

Há, ainda, teóricos das ciências sociais que divergem sobre o conceito de Antropoceno, como Donna Haraway. Em “*Staying with the trouble*” (2016) a autora prefere conceitualizá-lo como o que ela chama de *Chtulucene*. Este conceito descreveria de forma mais adequada e completa a época em que o humano e o não-humano estão inextricavelmente ligados em práticas tentaculares. O Chtulucene, segundo Haraway, requer um fazer-com, ao invés de um fazer-sozinho. Para a autora, aprender a permanecer com o trabalho de viver e morrer juntos em uma terra danificada se mostra mais propício ao tipo de pensamento que forneceria meios para construir futuros mais habitáveis.

De forma similar, para Anna Tsing (2016; TSING et al., 2017a, 2017b) o Antropoceno não se limita a uma era marcada pela capacidade dos seres humanos interferirem nas características geológicas do planeta. O ponto de inflexão entre o Holoceno e o Antropoceno estaria relacionado ao extermínio da maior parte dos *locais de refúgio* onde as mais diversas espécies, humanas ou não, podiam ser reconstituídas após grandes ondas de extinção por meio de um processo que ela chama de *ressurgência*. No Antropoceno, o domínio sobre o espaço seria exercido lógica de *proliferação* das *plantations*, um tipo simplificado (e nocivo) de ecologia que desengaja os seres vivos de suas relações com outras espécies e os transforma em ativos direcionados à venda no mercado.

De toda forma, o Antropoceno é caracterizado por estes antropólogos como uma força que destrói Gaia e faz com que esta se volte contra nós. Neste momento, “não há como escapar da Terra” (LATOURE, 2014a, p. 12). A nossa atenção se volta para dentro, não mais para fora de uma Fronteira. Concordo com Latour (2014a, p. 13) que, apesar de problematizável, o conceito de Antropoceno é a melhor forma de deixar de lado o conceito de modernização neste processo de voltar-nos para Gaia.

O contexto que se forma no Antropoceno, para nós, Modernos, é o de uma espera pelo fim do mundo, ou pela barbárie por vir (STENGERS, 2015). Para lidar com este momento de espera da catástrofe seria, portanto, imperativa a participação dos extra-modernos (VIVEIROS DE CASTRO, [s.d.]). Estes, denominados desta forma por Viveiros de Castro, são aquelas pessoas que nunca se propuseram a fazer parte da Constituição Moderna - mas sim forçados a findar o mundo que construíram e se adequar ao “Novo Mundo” Moderno (BRUM, 2014). Latour afirma que o desafio é “fazer com que a ciência e a política (e muitas outras iniciativas) exerçam duas tarefas essenciais, quais sejam, definir *quantas e quais entidades* devem ser consideradas e *como elas podem permanecer juntas* de maneira viável” (LATOURE, 2014a, p. 18)

A saída, para Latour (VIVEIROS DE CASTRO, [s.d.]), é a construção de uma outra *ontologia política*, onde a política seja de fato uma politeia coletiva e a ciência seja um campo de produção diverso, ambas passíveis de revisão e nunca atuando separadamente. Tal ontologia visa a construção progressiva de um *mundo comum*. Uma dessas possibilidades foi apontada por Isabelle Stengers em entrevista sobre a ZAD (*zone à défendre*⁵) em Notre-Dame-des-

⁵ ZAD é um neologismo francês usado para referir à uma ocupação militante que se destina a bloquear fisicamente um projeto de desenvolvimento. Os ZADs estão organizados particularmente em áreas com conflitos ecológicos ou agrícolas. Existem entre dez a quinze ZADs em toda a França. Disponível em: <<https://reporterre.net/Une-ZAD-voit-le-jour-au-milieu-des>>. Acesso em 20/09/2018.

Landes, França, onde uma aldeia de bloqueio permanente resiste ao projeto de construção de um aeroporto na área (AESCHIMANN, 2018). Segundo Stengers, devemos reconhecer o direito dos *commons* e o direito dos que lá vivem de organizar, experimentar e coletivamente cuidar deste terreno, mas não somente. Antes, os *commons* se referem ao saber compartilhar e cultivar a arte de aprender e de reprodução dos saberes intangíveis que permite, assim, fazer uso comum de algo (STENGERS, 2015).

A partir desta reflexão teórica, torna-se interessante questionar as relações entre os espaços “urbanos” e “rurais”, entre o que chamamos de cidade e o que chamamos de campo e as diferentes paisagens implicadas aí. No Antropoceno, as cidades se expandem - sua importância decorre de seu efeito como foco do desenvolvimento e seus fluxos de organização em rede, estes aumentando os efeitos urbanos e ultrapassando as áreas em que se localizam (FERRÃO, 2017). O Antropoceno modifica o espaço criado pela Modernidade; a cidade e o campo se interligam. Ao contrário do que é posto na Modernidade e no desenvolvimentismo brasileiro (TAVARES, 2016), o campo não é sinônimo de pureza (ou *terra nullis*) e cidade não é sinônimo de destruição. Existe uma fronteira fluida, quiçá pulverizada, que remete aos espaços que não estão nem lá, nem cá. Não obstante, é possível notar diferentes experiências corpóreas ao atravessar de uma área “verde” para uma área “cinza”. Na cidade faz mais calor porque não há uma única árvore embaixo da qual se refugiar, me confessou um dos moradores de um bairro afastado de Manaus, capital do estado do Amazonas – efeito esse que poderia ser traduzido por um cientista ao falar sobre “ilhas de calor”.

Pensamos, assim, que se faz importante engajar os realizados nas ciências sociais e humanas com a questão do Antropoceno – ou, da “intrusão de Gaia” -, tendo esta não necessariamente como um ponto de partida ou um fator causal cujos efeitos possam ser medidos. Pelo contrário, entendemos que diante deste acontecimento é necessário inverter a pergunta. Antes de curvar-nos à lógica das ciências naturais, podemos contribuir ao engajar os diversos seres terranos no debate, ajudando a construir a tão necessária arena política democrática para construir o mundo por vir, pois esta talvez seja a única forma de havê-lo. Alguns dirão que a intrusão de Gaia – e seus tentáculos, o Antropoceno, as plantations, as mudanças climáticas... – é um bicho de sete cabeças. Lembremos, então, que colocar as coisas nesses termos constribe nossos possíveis. Um bicho de sete cabeças ou é uma ficção, um exagero da mente de alguns históricos, ou uma quimera, uma ameaça exorbitante que deve ser exterminada a *qualquer custo*. Neste caso, talvez, o papel daqueles engajados com as ciências sociais seja, justamente, intervir, pedir por uma pequena pausa, uma desaceleração, para que possamos refazer as perguntas e abrir novos futuros possíveis.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas. Modernidade. Gaia.

REFERÊNCIAS

AESCHIMANN, Éric. **Reviving the Commons: Isabelle Stengers on the Zad**. 2018. Disponível em: <<https://www.versobooks.com/blogs/3587-reviving-the-commons-isabelle-stengers-on-the-zad>>. Acesso em: 7 out. 2018.

BATHIANY, Sebastian et al. Climate models predict increasing temperature variability in poor countries. **Science Advances**, [s. l.], v. 4, n. 5, p. eaar5809, 2018.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. [s.l.] : Editora 34, 2010.

BRUM, Eliane. **Coluna | Diálogos sobre o fim do mundo**. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html>. Acesso em: 7 out. 2018.

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. **Nature**, [s. l.], v. 415, n. 6867, p. 23–23, 2002.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The Anthropocene. **Global Change Newsletters**, [s. l.], v. 41, 2000. Disponível em: <<http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

DANOWSKI, Déborah. hiperrealismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. **SOPRO Panfleto Político Cultural**, [s. l.], v. 70, 2012. Disponível em: <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/outros/hiperrealismo.html#.WXkX4oTyuM9>>.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. 2. ed. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2017.

FERRÃO, João. Antropoceno, Cidades e Geografia. **Espaços e Tempos em Geografia. Homenagem a António Gama**, [s. l.], p. 287–302, 2017.

Gaia Theory Anthropocene. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.earthboundpeople.com/gaia-theory-anthropocene/>>. Acesso em: 5 out. 2018.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, capitalocene, plantationocene, chthulucene: Making kin. **Environmental Humanities**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 159–165, 2015.

HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene**. [s.l.] : Duke University Press, 2016.

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 57, n. 1, p. 11–31, 2014. a.

LATOURE, Bruno. Agency at the Time of the Anthropocene. **New literary history**, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 1–18, 2014. b.

LATOURE, Bruno. **Facing Gaia: Eight Lectures on the New Climatic Regime**. 1 edition ed. Cambridge, UK ; Medford, MA: Polity, 2017.

PALSSON, Gisli et al. **Reconceptualizing the “Anthropos” in the Anthropocene: Integrating the social sciences and humanities in global environmental change research**. [s.l.] : HAL, 2013. Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/paper/haljournal/hal-01500892.htm>>. Acesso em: 7 out. 2018.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitics**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2010. v. I

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitics**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2011. v. II

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes - resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], n. 69, p. 442, 2018.

TSING, Anna. Earth Stalked by Man. **The Cambridge Journal of Anthropology**, [s. l.], v. 34, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://berghahnjournals.com/view/journals/cja/34/1/ca340102.xml>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

TSING, Anna et al. (EDS.). **The Arts of Living on a Damaged Planet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017. a.

TSING, Anna et al. Introduction: Haunted Landscapes of the Anthropocene. In: **The Arts of Living on a Damaged Planet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017. b.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Sobre o modo de existencia dos coletivos extramodernos. [s. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.academia.edu/21559561/Sobre_o_modo_de_existencia_dos_coletivos_extramodernos>. Acesso em: 7 out. 2018.

ZUKER, Fábio. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins, de Débora Danowski e Eduardo Viveiros DE Castro. **Artelogie. Recherche sur les arts, le patrimoine et la littérature de l'Amérique latine**, [s. l.], n. 10, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/artelogie/876>>. Acesso em: 7 out. 2018.

A METÁFORA DO METABOLISMO: DOS CORPOS SAUDÁVEIS ÀS CIDADES SUSTENTÁVEIS

Luiza Moura Tavares da Silva⁶

A partir das observações de Friedmann (2018) sobre o metabolismo das cidades, busca-se ampliar esse termo de forma a convergir com uma relação do metabolismo dos corpos humanos a partir dos princípios bioquímicos. A metáfora do metabolismo aplicado às cidades ainda não está formada como um conceito claramente definido: de acordo com Freitas et al. (2012, p.42), metabolismo teria sido, em um primeiro momento, designado por Karl Marx para discorrer sobre as relações do homem-natureza (MARX, 1867, p.167). Contudo, não se entendeu a descrição de metabolismo como um conceito, mas como uma relação de Marx, em que “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” Dessa forma, o termo metabolismo é usado muito mais como uma relação, uma transição, do que o conceito de um conjunto que engloba outras rotas metabólicas. Todavia, o termo “fratura metabólica” ou “ruptura metabólica” foi cunhado por Foster (2010), a partir de Marx, como uma crítica ecológica ao regime capitalista. Ainda segundo Foster (2010), “Marx argumentou que, ao transportar alimentos e fibras por centenas e milhares de quilômetros, até os novos centros urbanos de produção industrial, onde as populações iam aumentando de maneira concentrada, o capital acabou por roubar do solo seus nutrientes (...) que, ao invés de serem retornados para a terra, criavam poluição nas cidades” (p.90) assim exemplifica uma das formas de ruptura entre homem-natureza que torna o desenvolvimento capitalista ecologicamente insustentável. Assim, Foster (2017)⁷, faz uma relação que se aproxima mais da bioquímica, ao citar: “fato do capitalismo impor suas leis ao meio ambiente independentemente dos ciclos biogeoquímicos do planeta e de seu metabolismo, de modo que cria fendas ou rupturas nos ciclos biogeoquímicos da Terra, interrompendo as relações do ecossistema de maneiras que transcendem os meros efeitos de escala do crescimento econômico”.

⁶ violetalu@hotmail.com

⁷ Disponível em < <https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/180441-john-bellamy-foster-a-ruptura-metabolica-de-marx-foi-a-primeira-analise-a-delinear-uma-visao-global-da-crise-ecologica-sistemica.html>> Acesso em 5 de outubro de 2018.

É interessante a relação das cidades com a economia serem comparadas com os corpos em que todas as rotas metabólicas do organismo humano têm por objetivo otimizar o gasto energético. Qualquer rota metabólica que seja muito “cara” ao organismo, é, certamente, essencial. Além disso, há armazenamento de substrato, mas nunca, propriamente, de energia. Assim, segundo Nelson e Cox (2011), os organismos, por meio do metabolismo, são sistemas muito eficientes em extrair, transformar e utilizar energia do ambiente. Para isso, existem funções definidas para cada um dos seus componentes e interações reguladas entre eles. Também é composto por mecanismos para sentir e responder as alterações do ambiente com ajustes constantes. Outro fator extraordinário é a capacidade de se alterar ao longo do tempo por evolução gradual – assim como as cidades.

Consequentemente, todas as rotas metabólicas integradas formam o metabolismo. Ou seja, segundo a bioquímica médica básica de Marks, por Smith et al. (2007) para sobreviver, os organismos precisam metabolizar substratos energéticos, sejam eles recebidos (providos pela dieta), ou sintetizados, produzidos pelo próprio organismo. Dessa forma, o corpo humano, no estado normal, no conceito bioquímico, o estado saudável, é aquele em que todas as rotas metabólicas funcionam adequadamente e de forma integrada.

Haar (2006), para exemplificar o crescimento das cidades, cita as reações bioquímicas de catabolismo e anabolismo e que, segundo Smith et al (2007), são as rotas biossintéticas que são referidas justamente como rotas anabólicas, ou seja, rotas que sintetizam grandes moléculas a partir de componentes menores. As rotas catabólicas, são aquelas que quebram moléculas maiores em componentes menores – um dos exemplos com rotas específicas para explicar metaforicamente o metabolismo das cidades.

Logo, um dos objetivos do trabalho é costurar o conceito do metabolismo de forma multidisciplinar para melhor aplicação da metáfora. Com isso, sugere-se que não seria adequado usar termos como “um novo metabolismo” quando se trata de diferentes estágios históricos das cidades, como aborda Friedmann (2018), porque, nesse contexto bioquímico, não seriam “novos metabolismos”, mas novas rotas metabólicas. Ou seja: os metabolismos das cidades são sempre os mesmos, o que muda são as rotas metabólicas ativadas e os estágios em que se encontram, não sendo, portanto, novos, mas diferentes. Contudo, entende-se como essencial e inspirador o uso da metáfora do metabolismo, ainda mais para atingir um desenvolvimento sustentável das cidades. Por conseguinte, também é possível comparar as cidades insustentáveis a metabolismos – e corpos – doentes, com todos os questionamentos sobre o que significa saúde e/ou sustentabilidade e o que significa doença e/ou insustentabilidade.

Como ponto central para o entendimento dos metabolismos das cidades, parte-se do ponto de vista de como a comida molda as cidades (STEEL, 2008); entendendo da mesma forma como a comida está para o metabolismo dos corpos: o alimento é essencial para a formação das rotas metabólicas. Por isso, como um breve exemplo, as cidades também são formadas pelo seu abastecimento alimentar. E, por mais que todas as rotas metabólicas estejam essencialmente integradas, ainda se percebe uma grande desconexão entre elas, supõe-se que pela invisibilidade da comida nas cidades e, da mesma forma, da comida dentro dos corpos.

Para buscar um entendimento de como essas rotas metabólicas das cidades se tornaram invisíveis, reflete-se a partir das questões da geografia das cidades (STEEL, 2009), da invisibilidade da comida (SCHERMER, 2015), do localismo (GOODMAN, 2012), das tendências da alimentação contemporânea (BARBOSA, 2009), da sustentabilidade (LAMINE, 2015), da nutrição e da sociologia (MAZON, 2010), entre outros, no desafio de relacionar essas rotas metabólicas, encontrando intersecções e desenvolvendo-as para avançar na pesquisa na integração das cidades a partir da comida, por meio da metáfora do metabolismo.

Dentro do metabolismo dos corpos, da relação do que se come com o que se é, nota-se que cada vez mais os alimentos passaram a não serem vistos na sua integridades, mas como suas partes específicas: a laranja passa a ser fonte de vitamina C⁸ e a carne fonte de proteína, identificando o nutricionismo e a medicalização da alimentação. Por medicalização da alimentação entende-se a predominância de um discurso nutricional e médico acerca da alimentação que enfatiza o alimento em detrimento da comida. (BARBOSA, 2007) De acordo com Scrinis, ao se considerar os alimentos somente a partir das quantidades de nutrientes que possuem “mesmo os alimentos processados poderão ser considerados ‘mais saudáveis’ para você do que os alimentos naturais, se contiverem as quantidades apropriadas de alguns nutrientes” (SCRINIS, 2002).

Steel (2008) explica brilhantemente como a comida molda as cidades e como, na sua origem, elas eram moldadas próximas à produção de alimentos – o que é um fator clássico na história, desde a antiguidade oriental e as primeiras civilizações sedentárias, dessa forma, foi uma das primeiras evidências da invenção da agricultura e do urbanismo (STEEL, 2009).

A comida, então, deixa de ser protagonista das cidades, começando seu processo de invisibilidade. O distanciamento da comida com a agricultura está intimamente relacionado

⁸ O conceito de vitamina só foi definido a partir do início do século XX, embora já se tivesse descoberto, de forma empírica, ainda no séc XVIII, que os frutos cítricos evitavam o escorbuto, doença que causa o sangramento nas gengivas devido à falta de vitamina C. A descoberta dessa vitamina foi feita pelo cientista húngaro Szent-György, em 1928, e resultou no prêmio Nobel da Medicina. In: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-surgimento-da-vitamina-da-szent-gyorgy-premio-nobel-de-medicina-9824498>> Acesso em 5 de out de 2018.

com os mercados e, assim como por conta da saudabilidade, em que a classificação de alimentos saudáveis contra os alimentos inimigos, “vilões, usam o corpo como um campo de batalha (BARBOSA, 2009), a metáfora também é utilizada para falar dos mercados: “Ironicamente, o mercado se torna o meio pelo qual se trava a batalha contra os próprios abusos criando um novo tipo de produto, o produto oriundo de uma economia de qualidade”. (CALLON; MEADEL; RABEHARISOA, 2000 apud BARBOSA, 2009). Ou seja, as cidades e os corpos como metabolismos em conflito consigo mesmos. A agricultura e a cidade precisam uma da outra. A comida não aparece de forma mágica: a comida precisa ser produzida, transportada, comercializada, cozida, comida e eliminada. (STEEL, 2009). Lamine (2014) explica que uma solução para a reconexão da agricultura com a comida é a necessidade de reconectar consumidores e produtores, por cadeias curtas, por exemplo – uma forma de retomar a fratura metabólica entre homem-natureza.

Por fim, este trabalho é um esforço de buscar denominadores comuns entre as cidades e o corpo humano, a partir da metáfora do metabolismo com o pressuposto de que é possível encontrar respostas nos corpos para um desenvolvimento sustentável e saudável. Por mais distantes que os corpos estejam da natureza, ainda há um metabolismo que funciona naturalmente e que, por natureza, tem princípios de otimização de energia, por exemplo. Assim, ainda que as cidades tenham sofrido uma ruptura metabólica, entre a relação do homem e da mulher com a natureza, quem sabe ainda haja um diálogo natural para restaurar esse relacionamento.

Palavras-chave: Metabolismo das cidades. Fratura metabólica. Desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. Feijão com arroz e arroz com feijão. O Brasil no prato dos brasileiros. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 13, n. 28, jul/dez de 2007. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, M.L. e PACHECO, J.K. **Juventude, consumo e educação 2**. Porto Alegre, ESPM, 2009, p. 15-64

COX, Michael M.; NELSON, David L. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. 4ª e 5ª Eds. Editora Sarvier

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.E., GOODMAN, M.K. **Alternative food networks: knowledge, practice, and politics**. Abingdon: Routledge, 2012.

HAAR, Sharon. The Ecological City: Metaphor versus Metabolism. Great Cities Institute. University of Illinois at Chicago, fev. 2007 (p. 1-13)

LAMINE, C., 2015. Sustainability and resilience in agrifood systems: reconnecting agriculture, food and the environment. **Sociol. Rural.** 55 (1), 41-61.

MAZON, M. A transição nutricional e sua sociologia. In: GUIVANT, J. S; SPPARGAREN, G; RIAL, C. **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. Introdução, pg. 267-273.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**, 1867. Tradução de Rubens Enderle. Ed. Boitempo, 2011

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. Tradução de Pedro Paulo Bocca. **Monthly Review**, v. 63, n. 4, set 2011

_____. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012

FRIEDMANN, Harriet. Metabolism of Global Cities: London, Manchester, Chicago, in MARDSEN, Terry. **Sage Handbook of Nature**. Section on Urban Natures: Sustainable Communities, Ed. Sage Knowledge, 2018

SCHERMER, M. From “Food from Nowhere” to “Food from Here:” changing producer–consumer relations In: **Austria. Agriculture and Human Values** (2015) 32:121–132.

SCRINIS, G. Sorry Marge. **Meanjin**. Austrália. v. 61, n. 4, p. 108-116, 2002. Disponível em <<http://search.informit.com.au/documentSummary;dn=221254568524022;res=IELLCC>> Acesso em 5 out 2018.

SMITH et al. **Bioquímica Médica Básica de Marks - Uma Abordagem Clínica**. 2ª Ed. Editora Artmed.

STEEL, C. How Food Shapes Our Cities. **TED**, jul. 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/carolyn_steel_how_food_shapes_our_cities>. Acesso em 11 jun 2017

GRUPO DE TRABALHO

TRABALHO E SOCIEDADE

RELAÇÕES DE TRABALHO DE JORNALISTAS AUTÔNOMOS

Carina Kunze Rosa¹

O presente resumo trata de um projeto de dissertação de mestrado em construção, que se encontra em fase de pesquisa exploratória, tendo banca de qualificação prevista para dezembro de 2018. No contexto das mudanças no sistema capitalista pós-industrial e diante do paradigma tecnológico de produção da era da informação, vemos emergir na sociedade mudanças nas formas de organização econômica, nas estruturas produtivas e nas relações de trabalho. No caso da categoria dos jornalistas, trabalhadores que atuam no ramo da comunicação, produzindo notícias e reportagens, seja através de fotografia, filmagem, texto, ou rádio, o desenvolvimento das mídias e tecnologias de informação permite ao profissional de comunicação realizar suas atividades de onde estiver com um dispositivo multifuncional que cabe no seu bolso, como smartphones e tablets. Mas, apesar das facilidades advindas dessas ferramentas de trabalho, empresas de comunicação têm cada vez mais contratado apenas um profissional, como autônomo, ou *freelancer*, para cumprir múltiplas tarefas, intensificando seu ritmo de trabalho. Paralelo a isso, a grande concentração da mídia no país impede que se exerça de forma plena a função social do jornalismo de informar a população, essencial para a participação dos indivíduos na vida pública e para a formação da vontade política na construção liberdade social (Honnet, 2015). Trabalhar como autônomo significa ser um empreendedor de si mesmo, situação que gera insegurança ao mesmo tempo em que possibilita liberdade (Rosenfield, 2011; Holzmann, 2013). Assim, muitos profissionais hoje buscam a possibilidade de formalização como trabalhador autônomo para viabilizar a realização de projetos próprios. Essa flexibilidade nas relações de trabalho pode ser considerada positiva quando aponta para uma maior humanização, democratização, planificação e horizontalidade das relações de trabalho, com autonomia e participação nos processos criativos. Esta flexibilidade pode ser considerada negativa quando do aumento da exploração do trabalhador, precarização de suas condições de trabalho e subsunção de direitos conquistados.

Em observação preliminar realizada durante os anos de 2013 e 2015, através de pesquisa exploratória, entrevistando profissionais de diferentes segmentos na área de comunicação (notícias, cinema, fotografia e coluna de opinião) em Porto Alegre/RS, analisamos suas dinâmicas de trabalho, a motivação e a forma de ingresso no trabalho autônomo, suas

¹ carina.kunze@gmail.com

formas de inserção no mercado, de remuneração, de vínculo de trabalho, de relação com contratante e seus pares, além da organização de seus horários, de trabalho e de tempo livre, e suas condições e ferramentas de trabalho. Observamos que alguns trabalhadores foram coagidos a se inserirem na categoria de pessoa jurídica pelo contratante, um deles, quando passou na seleção do emprego, e outro, após 10 anos de trabalho informal na empresa. Em alguns casos, vimos pouca autonomia criativa, operacional e relações de trabalho iguais às de funcionários contratados com carteira assinada. Aqueles que optaram pela sua inserção na categoria de trabalhador autônomo como pessoa jurídica demonstraram fazê-lo por melhor adaptarem sua metodologia de trabalho e melhor administrarem sua profissão frente à nova dinâmica do mercado como autônomos. Esses tinham em comum uma busca por bem inserirem-se em seu campo frente à alta competitividade e às mudanças nas relações de trabalho e emprego no jornalismo. Também se observou uma tentativa de realização de uma auto expressão através do trabalho, em uma busca por reconhecimento e por autonomia identitária, independentemente da quantidade do trabalho e a pouca proteção social que essa relação de trabalho ofereça. Estes importam-se mais com o resultado final do que com o processo de trabalho e o desgaste físico que possa ser sentido, como nos casos em que desenvolvem projetos próprios, somente possíveis com a evolução da tecnologia atual e dos saberes e ferramentas de trabalho neste campo.

Ocorre atualmente um movimento de incentivo do Estado e das empresas para o crescimento da relação de trabalho autônoma, principalmente após a recente aprovação da terceirização ilimitada e da reforma trabalhista. Como vimos, essa relação pode ser uma flexibilização positiva para diversos trabalhadores que buscam reconhecimento em primeiro plano nas suas relações de trabalho, porém, muitas vezes institucionaliza a instabilidade para diminuir gastos com mão-de-obra, podendo também abrir brechas para situações em que todas as dinâmicas laborais sejam iguais às de alguém contratado como celetista, porém, sem serem pagos os benefícios e cumpridos os direitos devidos, comumente conhecido como “CLT disfarçado”. O *boom* da chamada “pejotização”, para quem não dispõem de recursos mobilizáveis e oportunidades, em um país tão desigual quanto o Brasil e, no caso específico, em um campo de trabalho tão competitivo como o da comunicação, muitas vezes se mostra como mais uma forma de precarização do trabalho, que responde à necessidade da dinâmica do mercado capitalista em detrimento de direitos dos trabalhadores.

Assim, temos como hipótese que as associações de jornalistas autônomos estão se formando para atuar em conjunto na área, unindo forças com os objetivos de: constituir vínculos e parcerias, melhorando o fluxo de ideias através de uma coletivização do trabalho frente a um

contexto de forte individualização; gerar certa estabilidade através de uma divisão dos custos de trabalho e das tarefas; expressar suas opiniões pessoais no ambiente da vida pública através da sua atividade profissional; resistir à perda da função social do jornalismo, essencial para a formação da vontade política da sociedade, frente ao quadro de grande concentração da mídia (Cattani, 2014; 2017).

Os coletivos de jornalistas contribuem para um ambiente plural de formação da vontade política, essencial para o sustento de uma democracia. Como uma forma de resistência a um ramo laboral instável, apoiam-se uns nos outros para constituir uma maior infraestrutura e parceria em coproduções criativas, buscando, assim, melhores condições de atuação no mercado e à como a mídia no país está hegemonicamente concentrada em grandes corporações, não representando muitas vezes suas concepções de como deveria ser um jornalismo que cumpra seu papel de informar a população subsidiando um livre e crítico pensar e agir dos indivíduos na vida pública em sociedade. Essas organizações cumprem o papel social de canalizar, através da prática profissional do próprio saber fazer do jornalista, as opiniões políticas e estéticas culturais dos membros envolvidos. Assim, contribuem para um ambiente plural de formação de vontade pública, essencial para sustento de uma vida democrática (Honneth, 2015).

Desta forma, a presente pesquisa busca identificar e compreender as relações de trabalho que envolvem trabalhadores autônomos formalizados da área da comunicação organizados em grupos, associações ou coletivos. Utilizaremos dados quantitativos sobre a categoria e em fontes bibliográficas de autores que discutem o tema, mas esta pesquisa se pretende empírica de cunho qualitativo, por meio da realização de entrevistas semi estruturadas com jornalistas autônomos profissionais de diferentes segmentos da área de comunicação, buscando conhecer o funcionamento de coletivos de jornalistas autônomos, a fim de identificar e compreender as formas de resistência que os trabalhadores desse campo encontram para cumprir sua função social de informar a população, além de expressar seu ponto de vista a partir do saber fazer prático de sua profissão e, ao mesmo tempo, encontrar formas de construir uma rede de apoio frente a flexibilização e precarização das relações de trabalho que envolvem o trabalhador autônomo na área da comunicação.

Palavras-chave: Trabalho Autônomo. Coletivos. Jornalismo.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Henrique. **O trabalho imaterial no debate contemporâneo**. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II, org. Antunes, Ricardo, pag. 105. Boitempo, São Paulo, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2000.
- CATTANI, Antonio David, HOLZMANN Lorena (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.
- CATTANI, Antonio David. **Ricos, podres de ricos**. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2017.
- CATTANI, Antonio David. **A riqueza desmistificada**. Marca Visual, Porto Alegre, 2014.
- DUARTE, Filipe Vincensi. **Gestão de si e empreendedorismo: o microempreendedor individual e as novas formas de inserção no mercado de trabalho**. Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Sociologia na UFRGS, 2011.
- FENAJ. **TRT reconhece vínculo de jornalista contratado como PJ**. Notícia publicada em 12/07/2014, 11:05. Disponível em <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4137>>. Último acesso 17 de out. de 2014.
- FÍGARO, Roseli. **Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas**. E-compós, Brasília, v.16, n.1, jan./abr. 2013.
- FÍGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sociotécnica**. Revista USP, São Paulo, p. 97-107, jun./jul./ago. 2010.
- HOLZMANN, Lorena. **O Trabalhador por Conta Própria no Brasil**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.34, n.124, p.119-137, jan./jun. 2013.
- HONNEHT, Axel. **O direito da liberdade**. Martins Fontes, São Paulo, 2015.
- KOVÁCS, Ilona. **Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho**. Sociologia, Problemas E Práticas, n.º 52, 2006.
- LAZZAROTO, Maurizio e NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Lamparina, Rio de Janeiro, 2013.
- LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Comunicação e mundo do trabalho do jornalista: o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da informação**. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 2010.
- LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Formação, relações de trabalho e novos processos produtivos: o discurso de jovens jornalistas de São Paulo**. Comunicação & Inovação, São Caetano do Sul, v. 13, n. 25:(53-60) jul-dez 2012.
- LIMA, Francisco Meton Marques de. **A prestação de serviço sem vínculo de emprego – Lei nº 11.196/05: O retorno ao princípio da Autonomia da Vontade**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. Teresina, v.4, n.1, p. 63, jan./dez. 2007.

PINTO, José Madureira. **Precarização e relações de sentido no espaço social do trabalho.** Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, série I, vol. 16, 2006, pag. 177-190.

RAINHO, João Marcos. **Jornalismo Freelance: Empreendedorismo na comunicação.** Summus, 2008.

ROSENFELD, Cinara L. **Trabalho decente e precarização.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1. 2011.

**ENTRE AUTOGESTÃO DE SI E MANEJO DOS RISCOS:
AS ESTRATÉGIAS DOS PROFISSIONAIS-PARCEIROS NA NEGOCIAÇÃO DA
RELAÇÃO DE PARCERIA COM OS SALÕES-PARCEIROS EM BUSCA DE
SEGURANÇA SOCIAL E REALIZAÇÃO PESSOAL**

Cecília Severo Guimarães²

A proposta é feita a partir de projeto de dissertação. O mesmo tem como objeto de estudo a relação de parceria estabelecida entre profissionais-parceiros e salões de beleza parceiros, privilegiando, porém, a perspectiva do profissional-parceiro, que é o sujeito da pesquisa. O foco dentro da dinâmica da relação de parceria é a negociação estabelecida entre as partes ao assumir o compromisso comum, pois, nesse momento, é como se as cartas estivessem expostas na mesa. Nossa intenção é compreender quais as estratégias de auto-gestão de si a partir da percepção dos riscos desenvolvidas pelos profissionais-parceiros para que tenham poder de barganha na negociação dos termos da relação com o salão-parceiro a fim de garantir seguridade social e realização de si mesmo.

Acompanhamos, no Brasil e no mundo, um processo de diminuição de direitos trabalhistas e proteção social, sob influência de políticas e posturas neoliberais que se disseminam no mercado de trabalho, nas políticas de Estados, nos processos de subjetivação contemporâneos. Sem recorrer a um referencial normativo do *welfare state*, como pensar a proteção social? Essa pergunta permeia e serve de fio condutor e fagulha motivadora dessa proposta, que tem a intenção de analisar a relação de parceria estabelecida entre profissionais-parceiros e salões de beleza parceiros, focando, em especial, na negociação do contrato que rege a parceria. A relação de parceria é tradicional no mercado de beleza, e recentemente foi reconhecida pela Lei Federal nº13.352/2016, em vigor desde o início de 2017, que ficou conhecida como Lei do Salão Parceiro. Partimos da hipótese de que a relação de parceria tal como configurada amplamente no mercado de beleza é *de certa maneira* um tipo ideal de relação de trabalho neoliberal, ao reconhecer as partes como partes equânimes de uma relação, empresas parceiras entre si no fornecimento de um serviço ao cliente do salão. A relação de parceria possui particularidades interessantes para se pensar as tendências do mercado de trabalho atual. Partindo-se da perspectiva da autonomia característica da profissão, a relação de parceria permite um contrato de trabalho que conta com pessoalidade, regularidade e admite

² severo.cecilia@gmail.com

mínimo grau de subordinação e, dessa forma, o trabalhador responde por si e tem sua autonomia garantida, a princípio.

Segundo estudo feito pelo SEBRAE (2013), ela teria se desenvolvido a partir do sistema meeiro, comum entre arrendatários das terras e produtores de café ainda no período colonial do Brasil. Nesse sistema, após a venda do café, o valor era repartido em percentual entre o dono das terras e os agricultores. De maneira análoga, o dono repassa parte dos ganhos obtidos a partir da prestação de serviços para os trabalhadores, e retém sua cota-parte em função da cedência de espaço e lida de questões administrativas. Porém, essa forma de relação de trabalho não se encaixava nem na categoria de emprego, nem de profissional autônomo. De fato, eram diversas as formas encontradas pelos profissionais para viabilizar a formalização desses profissionais. Para usar a nomenclatura de Rosenfield e Almeida (2014), a relação de parceria situava-se na zona cinzenta do mercado de trabalho, e as estratégias de inserção elaboradas pelos profissionais os colocavam nas franjas do mercado formal. O problema, porém, não era apenas para o cabeleireiro: o salão de beleza estava vulnerável a sofrer ações trabalhistas pelos profissionais, a batidas do ministério do trabalho e da vigilância sanitária, a irregularidades tributárias diversas, desde cobranças indevidas referente a valor de aluguel até declaração de renda da empresa. Um divisor de águas no que diz respeito à formalização do setor é a criação da categoria de Micro Empreendedor Individual (MEI) e de Micro Empresa (ME), pelo sistema Simples Nacional, em 2006. Após dez anos da implementação da política, os MEIs ligados ao setor de beleza eram mais de 628.110 mil dos cadastros, representando, então, aproximadamente 9,4% do total, enquanto já em 2012 contava com 49.347 salões de beleza e 31.148 estabelecimentos afins cadastrados como ME ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) (Torres/SEBRAE, 2017). Uma das alegações para sustentar a grande adesão da política no setor foi que a relação de parceria, tal como já era operacionalizada, se aproximava mais de uma relação de prestação de serviço de profissional autônomo do que de uma relação de emprego. Além disso, a cultura do empreendedorismo é bastante difundida no setor, onde os profissionais e os administradores de salões de beleza devem estar atentos às tendências da indústria da moda, ao atendimento aos clientes e à alta concorrência do setor. Daí vem a demanda para a regulamentação da relação de parceria.

Na busca por uma resposta crítica a esse problema da segurança e vulnerabilidade social a que estão expostos esses profissionais, vamos a campo procurar compreender as estratégias dos profissionais-parceiros de auto-gestão de si mesmos manejando os riscos sociais aos quais estão expostos e mobilizando os recursos disponíveis a partir do capital acumulado em si visando a segurança social e realização de si mesmos por meio do trabalho. A pesquisa é

de caráter qualitativo e está em processo de pesquisa exploratória e consolidação do projeto para qualificação. Tem como previsão de entrevistas a serem realizadas tanto com profissionais-parceiros quanto com administradores de salões de beleza, bem como outros profissionais ligados ao mercado de beleza (advogados especializados em questões do mercado de beleza, médicos do trabalho, representantes de sindicato e profissional *couching* da área de beleza) a fim de caracterizar o que é valorizado no mercado de beleza, quais as prioridades para os profissionais e para os administradores dos salões, quais os riscos a serem corridos e evitados por cada parte. Esperamos, assim, contribuir para o debate acerca das novas formas de organização do trabalho e para levantamento de dados qualitativos sobre o mercado de beleza.

No que diz respeito à crítica ao neoliberalismo e políticas neoliberais no mercado de trabalho, é importante demarcar aqui, para delimitação do nosso problema e da tensão social percebida a ser estudada, é que, como propomos uma abordagem positiva sobre o problema — ou seja, partimos daquilo que materialmente se manifesta, antes do que de um ideal normativo que não é representativo de nossa realidade —, nos engajamos com perspectivas críticas à crítica tradicional ao neoliberalismo que se desenvolveu largamente a partir dos anos 1990. Retomamos, principalmente, a sociologia das provas ou sociologia da crítica, e a abordagem foucaultiana, no que diz respeito à governabilidade neoliberal. Por que é importante demarcar isso para delimitação da tensão social percebida? Para explicitar que não se trata da tensão de ter uma relação agora formal, porém precarizada. Ou, pelo menos, não se limita a isso, visto que é isso que se espera da difusão do neoliberalismo na malha social, de acordo com as teorias referenciadas. A questão é que nas mudanças recentes do capitalismo, a subjetividade aparece como principal produto, ao mesmo tempo que se apresenta como recurso natural ou bem comum a ser capturado para capitalização. Aqui reside a tensão: no mesmo espaço de expressão e cuidado de si mesmo, a partir de uma ética singular, está a máquina de captura à espreita, demandando que isso seja posto como produção. Assim, o corpo que trabalha — e aqui somos todos corpos que trabalham, pois a vida se coloca à disposição do capital — experiencia em si a luta agonística entre liberdade e captura, pois vivencia-se enquanto corpo e empresa simultaneamente.

Afirmar a possibilidade de alguma experiência de liberdade no neoliberalismo fez com que esses autores, em especial Foucault, fossem acusados de terem sido cooptados pelo discurso liberal. Contudo, não é esse o caso. De acordo com Boltanski & Chiapello (2009 [1999]), o capitalismo sobrevive através da assimilação da crítica moral que recebe. Os movimentos de 1968 e sua crítica à massificação da subjetividade engendrada pela produção em massa surtiram efeito, e o capitalismo de nichos e a busca pela autenticidade estão aí para

acalmar os ânimos das mais específicas necessidades inventadas e reais — porque quando inventamos algo, esse algo existe. No que diz respeito aos sujeitos da nossa pesquisa, é real a necessidade de se atualizar constantemente nas tendências do mercado, assim como a genuinidade e criatividade expressas no corte ou na combinação das cores. Um exemplo, que Ludmila Abílio (2011) nos traz em sua tese sobre as revendedoras Natura, é como as próprias revendedoras eram também clientes de si mesmas, bem como avaliadoras dos produtos da empresa. Nesse acúmulo de funções, antes de negociar com a outra empresa, é preciso negociarmos com nós mesmos: até que ponto eu posso (não) me capitalizar? Essa é a brutalidade que a governabilidade neoliberal nos imputa, ao nivelar a todos e todas como empresas autogeridas, mas é também nesse espaço de negociação que emergem brechas para outros porvires.

A figura do profissional-parceiro parece ser um exemplo daquilo que Foucault (2008) e, em sua esteira, Lazzarato, chamam de “empresário de si”, visto que profissional e salão constituem “empresas” que entram em acordo mais do que um empregado e um empregador. O objetivo dos profissionais, ao estabelecerem esta forma de relação trabalhista, é uma autonomia maior em relação ao modo de gestão de seu próprio trabalho, visto que, a princípio, o salão-parceiro não é um empregador que regula o processo de trabalho, mas uma empresa com quem, em relação de paridade, se negocia. É importante, portanto, questionar-se se, de fato, as pretendidas liberdade e autonomia buscadas pelos profissionais são conquistadas. Como indica Lazzarato (2017), o “capital humano” contemporâneo, subjetivado na forma do “empresário de si” próprio da sociedade neoliberal, constitui-se simultaneamente, por um lado, em maiores liberdade e autonomia e, por outro, em uma normalização do risco e da vulnerabilidade, visto que o sucesso ou o fracasso dos profissionais são tornados sua total responsabilidade (ou culpa). Essa pretensa autonomia buscada pelos profissionais-parceiros se apresenta então como paradoxo: quanto maior liberdade, maior responsabilização individual, tornando dois lados da mesma moeda o desamparo e a realização de si.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila C. **O make up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos**. Tese de doutorado. IFCH/UNICAMP, Campinas, 2011.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania** – Produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. **MundoBraz**: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. Introdução à 2ª edição. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: Formas de vida e produção de subjetividade. Tradução de Monica de Jesus Cesar. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2013a, p. 7 – 31.

_____. Introdução. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: Formas de vida e produção de subjetividade. Tradução de Monica de Jesus Cesar. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2013b, p. 32-46.

_____. **KorpoBraz** – Por uma política dos corpos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

COCCO, Giuseppe; NEGRI, Antonio. **Glob(AL)**: Biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2005.

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. **New Neoliberalism and the Other**: Biopower, Anthropophagy, and Living Money. Lanham/Boulder/New York/London: Lexington Books, 2018a.

_____; _____. **Enigma do Disforme**: Neoliberalismo e biopoder no Brasil global. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2018b.

Estudo de Mercado Estética e Beleza – SEBRAE Nacional. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7492e68e544fa09897c7f3b00482a0b7/\\$File/4593.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7492e68e544fa09897c7f3b00482a0b7/$File/4593.pdf)>. Acesso em: setembro de 2018.

FILHO, Alípio de Sousa. **Foucault**: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. Trabalho apresentado no IV Colóquio Internacional Michel Foucault. Abril de 2007, Natal. Disponível em: <<http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/foucault20o20cuidado20de20si20e20a20liberdade.pdf>>. Acessado em: 21/09/2018.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad (diálogo con H. Becker, R. Fonet-Betancourt, A. Gomez-Müller, 20 de enero de 1984)*. Ditsset écrits (1954-1988), t. N (1980-1988), Gallimard, París, 1994. p. 257 - 280.

GAGO, Verónica. **La razón neoliberal**: Economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires : Tinta Limón, 2014.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. / André Gorz. São Paulo: Annablurne, 2005.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. Edições Loyota, São Paulo, Brasil, 17ª edição, 2008.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O Governo Das Desigualdades: Crítica Da Insegurança Neoliberal**. São Carlos, EdUFSCar, 2012.

_____. **O Governo do Homem Endividado**. Rio de Janeiro: n-1 editora, 2017.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade**. Tradução de Monica de Jesus Cesar. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

ROSENFELD, Cinara L.; ALMEIDA, Marilis L. Contratualização das relações de trabalho: embaralhando conceitos canônicos da sociologia do trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, n. 41, Outubro de 2014, pp. 249-276.

ROSENFELD, Cinara. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. **RBCS** Vol. 30 n° 89 outubro/2015.

SEVERO, Cecília. **A relação de parceria entre o salão de beleza e o cabeleireiro: uma “nova” relação de trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais. Porto Alegre, RS. UFRGS. Apresentado e Aprovado em: agosto de 2016.

A DISPUTA IDENTITÁRIA DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

Eliane de Moura Martins³

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar aspectos das transformações identitárias relacionadas ao trabalho de operários metalúrgicos da região metropolitana de Porto Alegre em um recorte geracional dos últimos quarenta anos. Os dados apresentados resultam de uma pesquisa de tese de doutoramento. O suporte teórico vem da sociologia da identidade, desenvolvida por Claude Dubar, a qual parte dos processos de socializações primárias e secundárias, como estruturas produtoras de pertenças e reconhecimentos na construção das identidades sociais e profissionais ao longo da vida, contextualizada historicamente, onde o biográfico, o eu, está instalado no social. A pesquisa empírica envolveu a escuta de vinte e nove narrativas de trajetórias profissionais, situadas nos marcos das transformações dos modelos de produção e gestão das relações de trabalho, e de enfraquecimento das regulações trabalhistas e sindicais, no Brasil. Os resultados, ainda que parciais, verificam uma intensa disputa pela pertença dos trabalhadores pelas empresas, via um conjunto de pedagogias organizadas para o combate, enfraquecimento e desmonte da pertença sindical ou coletiva. Mesmo assim, contraditoriamente ocorrem a formação de diversos coletivos de trabalhadores no interior das empresas, desde que não articulados a uma identidade operária e da ação coletiva.

Palavras-chave: Pertencimento. Fragmentação. Identidade.

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo analisa alguns aspectos referentes às transformações identitárias, relacionados ao trabalho, entre operários metalúrgicos, resultantes de uma pesquisa de tese de doutoramento, em andamento. As motivações originam-se de dificuldades verificadas nas práticas de trabalho político e organizativo com a categoria metalúrgica, por parte de grupos sindicais. Neste sentido esta pesquisa emerge de uma problemática contida na realidade desta categoria de trabalhadores, permeada por mudanças, mutações e instabilidades objetivas e subjetivas, econômicas e políticas.

³ elianedemouramartins@gmail.com

Com este sentido geral e após a fase do trabalho empírico, que realizou a escuta de vinte e nove narrativas de trajetórias de vida profissionais, inicia-se os primeiros movimentos de análise. Participaram vinte e quatro homens e cinco mulheres, divididos em três grupos geracionais, um grupo de dez pessoas entre 55 e 75 anos, as quais iniciaram suas trajetórias profissionais há mais de vinte anos. Algumas ingressaram em fábricas em meados dos anos de 1970, conheceram e viveram a grande fábrica⁴, no sentido de serem intensivas em número de força de trabalho, com baixos níveis tecnológicos e precárias condições laborais.

Um segundo grupo compreende onze pessoas, com idades entre 40 e 55 anos estas vivenciaram a transição da reestruturação produtiva da década de 1990. Por fim um conjunto de oito narrativas, com idades entre 28 e 40 anos, formando uma geração cuja experiência profissional já parte da fábrica enxuta, mais tecnológica, sofisticada em gestão, controles e com maior produtividade.

Após o trabalho de transcrição das narrativas, seguido da sistematização de eixos temáticos, de acordo com as ferramentas conceituais da teoria das identidades e do trabalho, inicia-se as primeiras reflexões, partindo de sensíveis destaques, recortados para a partilha neste artigo. Com este recorte, ainda que provisório, objetiva-se refletir coletivamente dois pontos fortes verificados na pesquisa de campo.

O primeiro diz respeito ao investimento das empresas de médio e grande porte, em relação a algo que provisoriamente será denominado de uma política pedagógica de disputa par e passo da pertença dos trabalhadores para com a identidade da empresa, via mecanismos de organização, controles e vigilâncias sobre a força de trabalho na produção. O segundo ponto a chamar atenção, diz respeito ao atual tipo de vinculação entre os trabalhadores nas relações cotidianas de trabalho, considerando aspectos como, diferenças geracionais e formação escolar e profissional, desencadeando algo, denominado provisoriamente de socialização profissional truncada.

Observando as narrativas de trajetórias profissionais ao longo dos últimos quarenta anos é perceptível o desenvolvimento no tempo e no espaço da fábrica, de um processo de silenciamento dos trabalhadores, o que complexifica os processos de socialização, dependentes de linguagem. A fábrica massiva composta por gente simples, vindas do interior, do meio rural, com baixos níveis de escolaridade, intensiva em força física, manual, barulhenta, empoeirada,

⁴ As empresas e as pessoas ainda não foram codificadas, as empresas e as respectivas narrativas de trajetórias profissionais, apenas foram divididas em três grupos: seis empresas de grande porte, acima de 800 trabalhadores, contam com 13 narrativas; cinco empresas de médio porte, entre 200 a 600 trabalhadores, com 12 narrativas e quatro empresas de pequeno porte, com menos de 200 trabalhadores e 4 narrativas.

permitia a conversa, a emergência de uma socialização partilhada em uma base real com signos comuns, de sacrifícios, das origens, dos sofrimentos, mas também da perspectiva de melhorias de vida.

O conceito de socialização nesse trabalho é fundamental, ele estrutura a teoria sociológica da identidade, elaborada por Claude Dubar (2005), que compreende socialização como um processo descontínuo ao longo de toda a vida, de construção coletiva de condutas sociais, capaz de articular aspectos cognitivos, onde a conduta reflete a tradução das regras do meio, o aspecto energético da conduta, expressa valores e os aspectos expressivos emergem nos significantes, nos símbolos da conduta.

As grandes fábricas das décadas de 1970 e 1980, oferecem um campo de análise da operação desse conceito, para um conjunto de pessoas, com características semelhantes, trabalhando lado a lado, por anos, aprendendo o ofício de metalúrgico, uns com os outros, em um processo de aprendizagem experiencial, como refere Dubar (2009) socializaram-se profissionalmente. Nessa socialização partilhada de condutas temperadas nos mesmos sacrifícios, como más condições de trabalho, afetados fisicamente por máquinas sem proteções contra acidentes, ainda assim emergiu uma conduta de relações sociais, de trocas, de diálogo e de construção de símbolos.

A interação, cotidiana, a troca a experiências, o contar a vida, conhecer as famílias, jogar futebol, participar dos massivos campeonatos intrafábricas, organizar e participar de festas e bailes de casais, com mais de mil pessoas. Uma vida social e espaços de desenvolvimento de uma linguagem do chão de fábrica, então possível por existir uma porosidade do tempo, durante a jornada de trabalho e em torno de uma vida social ativa e massiva, capaz de dar liga a formulação de um pertencimento coletivo, dinâmico e verificável nas lutas políticas e econômicas da categoria na década de 1980.

As mudanças de diferentes ordens que ocorrerão a partir de meados da década de 1990, irão impor fortes entraves a esse modelo de socialização. Mudanças na ordem física, espacial com novas plantas, layouts, máquinas e, portanto, menos exigência em força de trabalho e maior produtividade, mais segurança, mas com menos porosidades nos tempos. Uma nova ordem de tempo, inteiramente ocupado via atenção plena às máquinas produtivas e caras, rotatividades em turnos e horários, não há mais tempo de conhecer o colega ao lado, além de superficialidades. Uma nova ordem de mecanismos incessantes de vigilância, via câmeras, uma nova hierarquia de comandos aparentemente mais democrática, programas de computador que detectam a velocidade e o volume da produção das máquinas em tempo real, pressões articuladas e sofisticadas.

A fábrica moderna é chamada de big brother, a vigilância é uma parte de sua política pedagógica, que ensina o modelo de socialização nos valores da sociedade liberal, ou seja, a concorrência, a disputa individual por melhores condições de trabalho e salário. Nessa corrida de obstáculos para alcançar estes itens, desenvolve-se a pedagogia da discórdia, da solidão, da competição, da injustiça que mina os laços de solidariedade. Nessa esteira de socialização liberal permeada ainda por punições e mecanismos de mordaza a identidade dos trabalhadores é disputada para a pertença à empresa e seus objetivos os quais estão distantes dos objetivos comuns da categoria metalúrgica, que é basicamente melhores salários e condições de trabalho.

No entanto, bolhas fragmentadas de socializações emergem em pequenos grupos de futebol, cerveja, churrasco, balada, igrejas, militaristas, ambos reúnem poucas pessoas, oriundos em geral de setores onde ainda ocorrem níveis melhores de interação socio profissional. Em grande medida são grupos formados por pessoas mais jovens, com maior formação escolar e profissional, em chocam com grupos de pessoas com maior idade, e menos diplomas, desencadeando o que será denominado, também provisoriamente de socialização profissional truncada.

Portanto estes dois pontos, evidência uma disputa política, ideológica, pedagógica da pertença dos trabalhadores via socialização liberal, no terreno da produção fabril e os fragmentados e heterogêneos grupos sociais de trabalhadores, parecem apontar para uma correlação de forças identitária extremamente desigual entre capital e trabalho. Por diferentes ângulos vê-se disputas e vetos aos poros de solidariedade, de empatia, enquanto classe social que vive do trabalho, enquanto pertença a um polo de forças.

Diferentes traços nas narrativas expressam o quanto à empresa atrai e extrai toda a força, criatividade, imaginação, energia possível dos trabalhadores, deixando um ser social, ao final de dois a cinco anos, na forma de um “bagaço”, fatigado, lesionado, doente, deprimido. Assim nestas condições extremas, aparece a via sindical, como o último recurso do indivíduo para buscar algum nível de reparação, diante do abandono. Configura-se um quadro onde a histórica ferramenta de luta coletiva dos trabalhadores formais, parece ter tornado-se um pronto socorro de combalidos e feridos, ampliando consultórios médicos para atender os que caem da curta e intensa guerra fria da manufatura, ou da nova forma da velha guerra das forças do capital na extração máxima de mais-valia do trabalho.

“NEM CHEFE, NEM ESCRITÓRIO”: O CONTROLE SOBRE O TRABALHO DE MOTORISTAS POR APLICATIVO

Ezequiela Zanco Scapini⁵

Resumo

O estudo visa compreender o controle sobre o trabalho de motoristas por aplicativo no chamado fenômeno da uberização. Antes do uso dos aplicativos, o trabalho sob a forma jurídica emprego já era marcado pela precarização e pela flexibilização, agora tais fatores se acentuam sobremaneira, tornando ainda mais porosa a relação contratual entre motoristas e empresa-aplicativo. Dentro disso, interessa compreender como é possível e de que forma ocorre o controle sobre o trabalho de motoristas por aplicativo.

Palavras-chave: Controle. Motoristas por aplicativo. Uberização.

1 Introdução

O estudo visa compreender o controle sobre o trabalho de motoristas por aplicativo no chamado fenômeno da uberização. O advento de uso de aplicativos no setor de serviços, o qual já passa por transformações desde a acumulação flexível (HARVEY, 1992), impacta de forma contundente a forma de trabalhar. O crescimento do setor de serviços vem acompanhado da eclosão da tecnologia da informação, que transforma não só o mundo do trabalho, mas todo o nosso cotidiano. A “sociedade da informação” (MATTELART, 2002) como será chamada, traz consigo mudanças na estrutura ocupacional, as quais estarão no centro dos debates que se opõe entre material/imaterial, fim da centralidade do trabalho/valorização do valor. Sendo assim, o setor de serviços também estará no centro dessa disputa, ora sendo visto como a superação do trabalho degradado, ora como integrante da lógica de exploração do trabalho. Porém, se antes do uso dos aplicativos, o trabalho sob a forma jurídica emprego já era marcado pela precarização e pela flexibilização, agora tais fatores se acentuam sobremaneira, tornando ainda mais porosa a relação contratual entre motoristas e empresa-aplicativo. Conforme Abílio (2011), a exploração do trabalho marcada por suas novas configurações, especialmente quando se trata de tecnologia da informação, possui direta relação com a valorização financeira, na

⁵ scapiniezequiela@gmail.com

qual, como nos mostra Chesnais (1996) ocorre um processo de autonomia do capital financeiro da esfera da produção. Assim, de um lado temos novas configurações do trabalho marcadas pela informalidade e precarização – não mais marca de um trabalho de baixa qualificação, mas como ordem geral – e, de outro, a concentração de capitais expressa nas grandes fortunas.

É nesse contexto da acumulação flexível (HARVEY, 1992) que surge o trabalho de motoristas por aplicativo. Ainda de incipientes pesquisas sobre as transformações no mundo do trabalho advindas com as empresas-aplicativos, estas caracterizam-se por oferecer uma estrutura virtual entre consumidores e profissionais autônomos que, no caso do Uber, consiste em ligar motoristas amadores (ABÍLIO, 2017) e passageiros consumidores através do aplicativo em *smartphones*. O trabalho amador define o trabalhador-não profissional, no qual sua atividade não possui a forma-trabalho definida e é possível por meio do mundo virtual (ABÍLIO, 2011). Dentro disso, interessa compreender como é possível e de que forma ocorre o controle sobre o trabalho de motoristas por aplicativo em um trabalho mediado exclusivamente por um recurso tecnológico, cuja relação motorista e empresa-aplicativo se mostra de maneira ambígua - ora parecendo que o motorista contrata o serviço por aplicativo, ora parecendo que é a empresa-aplicativo que contrata o motorista.

2 Metodologia

A investigação, ainda em sua fase inicial, usa para a coleta de dados a pesquisa documental (publicações, regulamentos, termos de contrato e registros da empresa-aplicativo Uber), entrevistas com roteiro semiestruturado direcionadas aos motoristas oriundos de Porto Alegre e usuários do aplicativo Uber e a análise das avaliações por parte dos passageiros-consumidores disponíveis no próprio perfil dos motoristas. A análise de conteúdo segue a análise categorial de Bardin (1977). Num primeiro momento para a descrição do serviço prestado pela Uber e, num segundo momento, para a interpretação da forma de serviço prestado pelos motoristas, bem como suas condições de trabalho.

3 Resultados e discussões

Na pesquisa, ainda em andamento, afirma-se que na uberização do trabalho, assim como no autoempreendedorismo, não teremos mais um trabalhador, mas um nanoempresário-de-si (ABÍLIO, 2017), na qual a empresa-aplicativo garante a estrutura tecnológica para execução do trabalho e o trabalhador arca com todo o resto. O elemento tecnológico assume

centralidade nessa relação, pois através dele é possível ampliar a flexibilização do trabalho e, no caso das empresas-aplicativo, viabiliza a eliminação dos custos de trabalho mantendo o controle sobre ele. Na uberização o elemento tecnológico aplicativo aparecerá como neutro na prestação de serviço dos motoristas, expressando ao máximo a fetichização da tecnologia (NOVAES, 2010) que encobre a disputa capital-trabalho.

Além disso, o trabalho de motoristas por aplicativo é marcado pela dispersão, não está concentrado nem em uma fábrica nem em um escritório. Para Harvey (1992) a organização da produção e da distribuição na acumulação flexível é organizada de forma dispersa, a organização por meio da dispersão. Assim sendo, no que tange aos motoristas por aplicativo esses intensificarão o processo de dispersão, pois os próprios motoristas realizam seu trabalho de forma dispersa. Não há contato entre eles e o contato com a empresa se dá de forma virtual. Para Abílio (2011), a dispersão a qual se remete Harvey (1992) não ocorre somente para intensificar a acumulação, mas também se apresenta como parte da constituição do trabalho, isto é, para controlar o trabalho, o qual, como nos mostra Braverman (1987) também está presente no setor de serviços. Para ele, não importa onde o trabalho se realiza, haja visto que é intrínseco ao capitalismo buscar o controle sobre a força de trabalho e tal controle, na medida em que aliena o trabalhador do conhecimento sobre o seu trabalho, caminhará para a degradação do trabalho. Assim, se conjectura que quanto a maior a dispersão dos trabalhadores, maior a necessidade de controle sobre o trabalho e, conseqüentemente, maior a degradação do trabalho. O controle sobre o trabalho dos motoristas por aplicativo não se dará pela figura do gerente, em contrapartida, além do controle da empresa-aplicativo via tecnologia informacional, terá também o controle do passageiro-consumidor, o que acarretará um duplo controle sobre o trabalho.

4 Conclusão

Conclui-se, ainda de forma inicial, que o fenômeno da uberização engendra novas formas de controle sobre o trabalhador. Ainda que a pesquisa se volte para os motoristas por aplicativo, é possível a generalização para demais categorias que venham a utilizar tal recurso tecnológico.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Make up do trabalho**: uma empresa e um milhão de revendedoras. Campinas: Unicamp, 2011. 307 f. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

_____. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso: fevereiro de 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

MATTELART, Armand. **História da utopia planetária**: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NOVAES, Henrique. **O fetiche da tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

A DINÂMICA DO DESRESPEITO E DA RESISTÊNCIA NAS LUTAS DAS ASSOCIAÇÕES DE ADVOGADOS TRABALHISTAS DO RIO GRANDE DO SUL FRENTE À REFORMA TRABALHISTA DE 2017

Rodrigo Hinz da Silva⁶

Resumo

O fenômeno da reforma trabalhista brasileira, promulgada pela Lei n. 13.467/2017, constitui a maior transformação normativa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, ao alterar mais de cem dispositivos da legislação trabalhista, o que causará profundas mudanças nas relações laborais contemporâneas. O presente ensaio busca analisar o processo de resistência à reforma que se desenvolveu nas associações de advogados trabalhistas do Rio Grande do Sul – principalmente pela Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas (AGETRA), mas também pela Associação de Advogados Trabalhistas de Empresas do Rio Grande do Sul (SATERGS) – no atual momento de transição do Direito do Trabalho – no qual as regularidades perdem espaço para as crises ou rupturas no mundo do trabalho – ao observar a maneira pela qual as referidas associações manifestaram coletivamente, entre 2016 e 2018, seu entendimento a respeito de concepções práticas de direitos laborais que foram mobilizadas na contraposição à reforma trabalhista ou na defesa da modernização da legislação laboral. Busca-se, ao atentar para a crítica social e jurídica desenvolvida pelas associações, descobrir de que maneira a reforma trabalhista afetou as expectativas normativas de comportamento dos atores sociais investigados, bem como desvendar os pontos mais controversos da reforma, isto é, os principais objetos em disputa e que possuem um potencial de inverter a lógica protetiva da regulação do Direito do Trabalho brasileiro.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Direito fundamental à justificação. Teoria do reconhecimento.

1 Introdução

No Brasil, a temática da flexibilização do Direito do Trabalho e das relações trabalhistas vem ganhando força desde a década de 1990, sobretudo por meio do fenômeno da

⁶ rodrigohinzdasilva@msn.com

terceirização e pela ideia da prevalência do negociado sobre o legislado, além de mudanças pontuais no que diz respeito a formas de contratação e jornada de trabalho, por exemplo. Nos últimos anos, após o Golpe parlamentar de 2016 que levou o então vice Michel Temer à Presidência da República, foram tomadas diversas medidas econômicas de austeridade, retornando com força o tema da flexibilização trabalhista, retomada esta que não ocorreu por meio do debate público, mas do lobby empresarial frente ao Congresso Nacional. Dessa vez, as mudanças no Direito do Trabalho adquiriram elevada densidade, sob uma roupagem que ficou conhecida como reforma trabalhista, que veio a se constituir como a maior transformação legislativa da história da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que causará profundas transformações na sociedade brasileira.

A presente pesquisa situa-se nesse contexto normativo e social, constituindo-se de significativa importância para compreender o panorama trabalhista vivenciado atualmente pela sociedade brasileira. O objeto analítico a ser apreendido recai sobre as associações de advogados trabalhistas do Rio Grande do Sul, ao se analisar a crítica que estas realizaram à reforma trabalhista, o que permitirá desvendar o conteúdo em disputa na reforma, bem como as motivações e as formas de resistência adotadas por estes atores sociais. Os grupos sociais investigados são a Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas (AGETRA) e a Associação de Advogados Trabalhistas de Empresas do Rio Grande do Sul (SATERGS), que reciprocamente representam e são representados por advogados trabalhistas associados. Na medida em que o Rio Grande do Sul é o único Estado brasileiro que possui duas associações de advogados trabalhistas vinculadas à Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), a AGETRA e a SATERGS, que representam respectivamente advogados de trabalhadores e advogados de empresas, a pesquisa possui também um duplo potencial: o de tornar-se paradigmática na demonstração empírica das disputas no mundo do trabalho; e o potencial de representar teoricamente o desenvolvimento empírico de uma correlação entre as recentes mudanças vivenciadas no Direito do Trabalho e a lógica moral dos conflitos sociais, a partir das concepções práticas dos sentidos de justiça que são articuladas e defendidas por cada uma das associações.

A investigação assim delimitada parte do pressuposto de que não apenas o legislativo (na figura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados), mas também grupos organizados da sociedade civil podem assumir o protagonismo em relação à manutenção ou à mudança da legislação trabalhista brasileira e, sobretudo, em relação à interpretação que é realizada dos novos dispositivos legislativos, isto é, a hermenêutica jurídica. Conforme a análise das falas dos atores nos eventos das associações, bem como da realização de entrevistas com

ex-presidentes das associações, não há dúvidas de que a reforma trabalhista foi protagonizada pelos parlamentares do Congresso Nacional, no sentido de que houve pouca intervenção da sociedade civil organizada no trâmite do projeto de lei, muito por conta do acelerado ritmo em que se deu tal processo, o que prejudica o entendimento acerca das motivações e das consequências sociais que uma reforma de tal dimensão se coloca para a sociedade brasileira.

Portanto, o processo legislativo assim descrito não oportunizou o debate entre os grupos da sociedade civil, que entendem que deveriam ter participado mais ativamente das decisões que culminaram na Lei n. 13.467/17, isto é, deveriam ter contribuído no processo legislativo ao exercerem um direito inerente às sociedades democráticas, que é o de justificação das normas por meio de uma prática discursiva (FORST, 2015). Em outras palavras, a reforma trabalhista se originou de uma dinâmica social de desrespeito frente aos atores sociais especialistas na matéria trabalhista, como estudiosos acadêmicos, sindicatos, advogados, procuradores e juízes do trabalho, que cotidianamente lidam em suas atividades profissionais com relações trabalhistas. Como a teoria de Honneth (2009) auxilia a compreender, o resultado mais evidente desse processo para a sociedade civil organizada foi o desenvolvimento de uma resistência à reforma trabalhista, que ocorreu de maneira paralela, ainda que ao mesmo tempo intercalada, em vários ramos de atividades laborais. Nesse sentido, nos meses subsequentes à aprovação da reforma foi possível constatar uma luta por reconhecimento em torno dos direitos sociais previstos pela CLT, da justiça do trabalho enquanto especialista para dirimir os conflitos entre capital e trabalho, e uma luta por reconhecimento ligada às próprias atividades profissionais relacionadas ao mundo do trabalho, sendo que em cada uma destas dimensões se faz presente o processo de resistência e o valor social intrínseco e indispensável para a vida em uma sociedade democrática.

Conforme se observará posteriormente, a resistência das associações de advogados à reforma trabalhista foi exteriorizada principalmente em eventos por elas organizados, onde foram questionados pontos específicos da reforma, além da argumentação mais ampla acerca da inconstitucionalidade e da inconveniência da nova legislação, ou seja, que ela fere respectivamente os princípios e normas da Constituição Federal e de convenções e tratados internacionais. Dessa forma, por meio de eventos como Congressos, os próprios dirigentes das associações ou membros externos convidados pela diretoria buscavam debater pontos específicos da reforma trabalhista ou realizar uma crítica social ao Direito do Trabalho brasileiro, o que por si só tornou possível reconstruir as disputas em torno das mudanças na legislação trabalhista brasileira. Porém, mais do que isso, ao atentar aos discursos proferidos em tais congressos, foi possível problematizar a interação social que se desenvolve em tais

ambientes, que apesar de não serem típicos no cotidiano de tais atores sociais, são significativos para a necessária atividade reflexiva que necessitam desenvolver em situações de insegurança e fragilidade, como se mostram peculiarmente os momentos de grande transição normativa da sociedade, onde devem prevalecer novas táticas para que seja possível à adaptação a uma nova ordem social, bem como a formulação de estratégias de resistência para modificar essa realidade social e normativa.

REFERÊNCIAS

FORST, Rainer. **Justificación y crítica**. Perspectivas de una teoría crítica de la política. Buenos Aires: Capital Intelectual S.A., 2015.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. 2. Ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

ENTRE MODELOS DE JUSTIÇA E CRENÇAS: UMA ANÁLISE DAS CENTRAIS SINDICAIS ATUANTES NO TRÂMITE DA REFORMA TRABALHISTA NA ESFERA LEGISLATIVA BRASILEIRA

Vinicius Foletto Bevilaqua⁷

A pesquisa apresentada parte de um dos desdobramentos da tese, em andamento, que tem como tema a esfera legislativa e como objeto de estudo os apoios normativos mobilizados pelos setores representantes da sociedade interessados no processo de trâmite dos Projetos de Lei (PL) 6.787/16, quando na Câmara dos Deputados, e do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, quando no Senado Federal. Conhecidos também como “Reforma Trabalhista”⁸. Objetivamente, procura-se compreender quais os apoios normativos discursivamente mobilizados pelos representantes do setor trabalhista partir da análise das suas manifestações em audiências públicas empreendidas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Por “apoios normativos”, a pesquisa compreende o conjunto que contém o conceito de *cités* de Boltanski e Thévenot e o conceito operacional de crença de Sabatier⁹. Nos primeiros, as *cités* ou “cidades” são compreendidas enquanto modelos de justiça que informam controvérsias ou disputas em torno do que que é justo ou injusto. Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski e Thévenot (2006) argumentam que os agentes face a momentos críticos – situações de disputa em que o imperativo de justificação surge – mobilizam justificações para legitimar suas ações e ideias. As justificações, nesse modelo, são informadas pelas *cités*. As *cités* não são a realidade em si, e sim modelos abstratos que funcionam para sustentar argumentos. Para acessar as *cités*, metodologicamente busca-se analisar dos discursos políticos que os agentes mobilizam. Nesse sentido, a pesquisa apresentada procura analisar as justificações que emergem em momentos críticos empiricamente situados nas audiências públicas¹⁰. Em relação ao conceito de crença, Sabatier (1988) argumenta que crenças são valores básicos, premissas normativas, assunções causais e percepções de problemas. Três são os componentes do conceito de crenças: a) crenças profundas, b) crenças da área da política pública e c) crenças instrumentais. As primeiras são crenças normativas e ontológicas de nível mais abstrato e

⁷ vbevilaqua@gmail.com

⁸ O resumo expandido se referirá ao projeto de lei como “reforma trabalhista”.

⁹ A operacionalização dos conceitos encontra-se disponível na seção de anexos.

¹⁰ As audiências públicas são momentos em que a esfera legislativa se abre para a sociedade civil com o objetivo de produzir debates públicos que informem os parlamentares sobre questões técnicas relacionadas aos projetos de lei a serem redigidos, rejeitados ou aprovados. Os convidados preferencialmente são figuras públicas cuja *expertise* e conhecimento teórico e técnico voltam-se ao projeto de lei em debate.

profundamente arraigadas nos agentes. Crenças como a distinção entre esquerda e direita, o papel do Estado em relação ao mercado, identidades socioculturais ou tipos de justiça distributiva. O segundo componente do conceito são crenças de nível abstrato intermediário, as quais surgem em contextos específicos da área de determinada política pública (trabalho, saúde, educação, economia, ciência, moradia, entre outras). São crenças orientadas por prioridades básicas inscritas em grupos que disputam a hegemonia na área da política pública. Por fim, as crenças instrumentais são crenças que fundamentam decisões instrumentais e as informações necessárias para implementar determinada política pública. Enquanto a teoria das coalizões de defesa possibilita compreender o conteúdo normativo básico dos diferentes grupos sociais envolvidos, a teoria das *cités* permite compreender as interações produzidas entre as coalizões de defesa em processo de disputa e justificação.

Na pesquisa, tanto as *cités* quanto as crenças são inseridas em agentes que participam de coalizões de defesa¹¹. Coalizões de defesa são grupos sociais de agentes que apresentam uma coordenação coletiva em busca de um objetivo geralmente compartilhado. O conceito de coalizão de defesa funciona, teoricamente, como um guarda-chuva que abriga as crenças enquanto uma dimensão da coalizão. Para efeito analítico, as crenças foram tratadas enquanto um conceito quando analiticamente separadas do conceito de coalizão de defesa. Por fim, cada política pública que tramita pela esfera legislativa é alvo de investidas das coalizões de defesa interessadas em transformar suas crenças em Lei. Para direcionar uma política pública não é suficiente possuir os meios materiais, é necessário também a conquista de corações e mentes via justificações e exposições de crenças consideradas como legítimas e socialmente justas.

O trabalho apresentado opera com o recorte dos setores que oportunamente se manifestaram nas audiências públicas. Portanto, o foco da pesquisa recaiu sobre as centrais sindicais que representaram simbolicamente¹² a classe trabalhadora brasileira nessas audiências públicas: Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e União Geral dos Trabalhadores (UGT). Foram analisadas duas audiências públicas com características distintas. Uma audiência pública realizada na

¹¹ Para o trabalho apresentado, os esforços analíticos do conceito de coalizão de defesa concentraram-se na dimensão das crenças, deixando as outras duas dimensões, estratégias e recursos, em segundo plano.

¹² Não se pode confundir a categoria extremamente heterogênea da “classe trabalhadora” com as centrais sindicais. No estudo apresentado, as centrais sindicais ocupam um espaço de representação simbólica que contém suas próprias crenças e interesses que podem ou não encontrar ressonância com a classe trabalhadora. Não é objetivo da pesquisa explorar essa distância entre representantes e representados, apesar de compreender que ela exista.

Câmara dos Deputados, cujos convidados eram todos os representantes das centrais sindicais. A outra audiência pública foi desenvolvida no Senado Federal e os convidados eram mistos. Os convidados representavam diferentes setores da sociedade: representantes do setor patronal, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), e do setor sindical trabalhista, a CUT, além de juízes do trabalho e ministros. O *software Nvivo 11* foi utilizado para organização e categorização dos dados.

Os discursos mobilizados pela coalizão de defesa das centrais sindicais apontam na direção da manutenção da legislação trabalhista pré-reforma. Entretanto, não significa que a coalizão de defesa opere de forma heterogênea em suas crenças. A heterogeneidade é ressaltada em momentos nos quais as Centrais Sindicais se diferenciam em relação à unicidade ou pluralidade sindical, a permanência ou revogação do imposto sindical ou ainda a forma como procura se relacionar com outras coalizões de defesa. No geral, as crenças da área da política pública do trabalho e profundas da coalizão de defesa giram em torno de a) projetos de desenvolvimento com a valorização do trabalho, b) fortalecimento da política industrial, c) geração de empregos a partir de políticas de incentivo estatal à indústria, d) intervenção do Estado na economia, e) participação ampla da sociedade civil nas decisões coletivas. As crenças instrumentais da coalizão voltam-se à posição contrária a) ao trabalho intermitente, b) ao parcelamento de férias, c) a negociação da jornada de trabalho, d) ao negociado sobre o legislado, mas favoráveis ao e) fortalecimento da negociação coletiva, f) ao representante sindical no local de trabalho, g) à negociação das férias e h) ao intervalo intrajornada, desde que essas duas últimas não prejudiquem a saúde do trabalhador. Destaca-se, do conjunto de crenças, como essas se autorreferenciam dentro do coletivo. Por exemplo, a crença profunda da intervenção do Estado na economia ressoa na adoção da crença da área da política pública trabalhista que crê na geração de empregos via incentivo estatal na indústria. A crença instrumental do fortalecimento da negociação coletiva se coaduna à crença no representante sindical no local de trabalho, alterando o proposto na reforma que orienta a adoção de um representante dos trabalhadores no local de trabalho não necessariamente ligado a algum sindicato específico, o que geraria, segundo os discursos da coalizão, a escolha de trabalhadores com ideias e visões de mundo próximas de gerentes e supervisores diretamente atuantes na hierarquia de funcionários das empresas.

As justificações mobilizadas pela coalizão de defesa das centrais sindicais produzem um discurso relativamente congruente entre as diferentes centrais sindicais orientado para o princípio superior comum do coletivo, ao enfatizarem a) o papel da classe trabalhadora na história da legislação trabalhista, b) a necessidade de um país que se desenvolva para toda a

sociedade e c) a solidariedade entre os trabalhadores. No repertório gramatical, os agentes representantes das Centrais Sindicais mobilizam palavras e conjuntos como “democracia”, “representação”, “Constituição”, “nenhum direito a menos”, “luta da classe trabalhadora”, “desenvolvimento industrial”, “geração de emprego”, “progresso”, “exploração dos mais vulneráveis ao lucro” e “tutela dos trabalhadores”. Destacam-se que algumas expressões são únicas a determinada Central Sindical. Por exemplo, a pluralidade sindical é uma bandeira apenas da CUT, quando analisadas especificamente as audiências públicas. Morfologicamente na coalizão de defesa, a CUT apresenta uma maior oposição, no conteúdo das crenças, quando comparada as outras Centrais Sindicais. A CTB, nesse cenário, é a Central Sindical com as crenças mais próximas à CUT¹³. Do outro polo, a FS, UGT, CSB e NCST apresentam uma proximidade em relação a suas crenças. Destaca-se que apesar da proximidade entre as crenças, não é um indicativo rígido de que aquelas Centrais Sindicais atuem seguindo os mesmos princípios sindicais.

Fundamentalmente, a legitimação da reforma trabalhista na esfera legislativa foi um produto de crenças radicalmente divergentes das encontradas na coalizão de defesa das centrais sindicais. Enquanto a *cit*é cívica foi o modelo de justiça principal resgatado pela coalizão de defesa analisada, onde os valores de solidariedade, vontade geral e democracia demonstravam-se como imperativos no discurso, a forma na qual o processo da reforma trabalhista na esfera legislativa tramitou revela que a transmutação das crenças em leis, objetivo e produto do embate entre diferentes coalizões de defesa, privilegiou unilateralmente a coalizão de defesa do setor patronal – interessada na redução dos custos de trabalho – relegando a participação e os interesses da coalizão de defesa das centrais sindicais, representantes da classe trabalhadora brasileira, à invisibilidade de suas demandas.

Palavras-chaves: Teoria das justificações. Teoria das coalizões de defesa. Reforma trabalhista.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

¹³ A história da fundação da CTB, na esteira da reforma sindical no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007), indica a proximidade normativa com a CUT, embora a primeira tenha surgido de forma crítica à segunda.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. **On justification**: economies of worth. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SABATIER, P. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented therein. **Policy Sciences**, v. 21, n. 2-3, 1988, p. 129-168.

ZAFONTE, Matthew; SABATIER, Paul. Short-term versus long-term coalitions in the policy process: automotive pollution control, 1963-1989. **The Policy Studies Journal**, v. 32, n. 1, 2004, p. 75-108.

ANEXOS

Quadro 1 – Operacionalização do conceito de coalizão de defesa

CONCEITO	DIMENSÃO	COMPONENTES	DESCRITORES
Coalizão de defesa	Crenças	Crenças profundas	Relação Estado-Mercado Posição esquerda-direita Progressista-Conservador Participação social Justiça distributiva Estado
		Crenças da área da política pública	Trabalho Trabalhador Legislação trabalhista Políticas de emprego Sindicatos trabalhistas Justiça do trabalho

		Crenças instrumentais	Princípios de negociação Organização sindical Condições de trabalho
--	--	-----------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Sabatier (1988) e Zafonte e Sabatier (2004).

Quadro 2 - Operacionalização do conceito de *cit *

Conceito	Componentes	Descritores
<i>Cit�</i>	Princ�pio superior comum	Princ�pios que julgam a�es, coisas e pessoas
	Estado de grandeza	Seres grandes que funcionam como refer�ncia para coordena�o
	Estado de pequenez e decl�nio da <i>cit�</i>	Identifica�o dos pequenos no argumento da justifica�o
	Dignidade humana	Capacidade “natural” para funcionar a servi�o do bem comum
	Repert�rio de sujeitos	Sujeitos relevantes � justifica�o
	Repert�rio de objetos e dispositivos	Objetos relevantes � justifica�o
	F�rmula de investimento	Sacrif�cios para ascender � grandeza
	Rela�o de grandeza	Rela�o entre grandes e pequenos
	Rela�es naturais entre os seres	Verbos que designam rela�es entre seres Rela�o de ordem entre os seres

	Figuras harmoniosas da ordem natural	Figuras representativas das relações entre os seres
	Testes modelo	Situações de interação que desafiam a grandeza dos seres
	Modo de expressão de julgamento	Forma na qual se manifesta o princípio superior comum
	Forma de evidência	Forma na qual a evidência é apresentada por meio do discurso

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Boltanski e Thévenot (2006) e Boltanski e Chiappelo (2009).

GRUPO DE TRABALHO

SOCIEDADE E ECONOMIA

MAPEAMENTO DE PATENTES: UMA ANÁLISE DO POTENCIAL PRESENTE NAS UNIVERSIDADES DA ALIANÇA PARA INOVAÇÃO

Bibiana Lenzi Nodari¹⁴

Bruno Fu Petry¹⁵

Resumo

Este artigo busca identificar e qualificar as capacidades tecnológicas das três maiores instituições de ensino superior da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), UFRGS, PUCRS e UNISINOS, que representam uma agenda de desenvolvimento regional caracterizada como “Aliança para Inovação”. O método utilizado consistiu na coleta de patentes, feita através da base de dados Orbit, da Questel, e reuniu as patentes registradas por estas três universidades entre os anos de 2008-2018. Foi efetuada uma mineração de informações e análise dos dados qualitativos e quantitativos na perspectiva patentométrica, com o objetivo de criar um modelo empírico para identificação das interações deste ecossistema a partir das patentes.

Palavras-chave: Inovação. Patentes. Redes. Informações tecnológicas.

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário mundial, de crescente interrelações entre diversos atores globais nas esferas econômica, social e política incita a necessidade de gerir a crescente produtividade e a busca de desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável. A capitalização do conhecimento assinala a inovação como um processo fundamental para solucionar tais problemas (CASTELLS, 2016).

A *inovação* designa os processos que envolvem o uso, a aplicação e a transformação dos conhecimentos técnico e científico em recursos relacionados à produção e à comercialização. *Este processo pode ser de base econômica, no âmbito industrial ou de serviços, com objetivo de gerar riqueza econômica; e social, visando a melhoria da qualidade de vida* (CASTILHOS, 2006; GAGLIO, 2011). Assim, a inovação se constitui como uma categoria na qual diversos fenômenos são inseridos, nomeadamente a adaptação de novas

¹⁴ bibiana.lenzi.nodari@gmail.com

¹⁵ brunofu@ufrgs.br

soluções tecnológicas, novos processos de trabalho, novos produtos, competição em novos mercados, novos acordos com clientes e fornecedores, novas matérias-primas, entre outros (CUNHA *et al.*, 2003, *apud* PITEIRA, 2014: 47; OLIVEIRA, 2008).

No Brasil, a inovação ganha mais espaço na pauta governamental no início do século XXI, através de criação de leis e políticas para seu fomento. Porém, esses esforços ainda se mostram insuficientes (ARBIX, 2007). Os Parques Científicos e Tecnológicos (PCTs) são uma materialização de três esferas institucionais (Universidade, Empresa e Governo), que, engendradas, podem construir um ecossistema que possibilite a interação entre agentes e instituições e o subsequente desenvolvimento de inovações. De caráter complexo e incerto, o processo de inovação demanda uma ampliação de modelos quantitativos e qualitativos para uma melhor compreensão de sua natureza e, conseqüentemente, instruir as esferas estrategicamente (ETZKOWITZ, 2013).

Assim, destaca-se como objeto de estudo as três maiores universidades de Porto Alegre e seus parques: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UFRGS, PUCRS e UNISINOS, respectivamente). Uma articulação realizada entre o trio e denominada “Aliança para Inovação” visa estimular um ecossistema de inovação e empreendedorismo, por meio da convergência de potencialidades complementares e aditivas de suas partes e do incentivo de parcerias com a sociedade e os governos (UFRGS, 2018).

Para a avaliação dos papéis institucionais na geração de inovações é necessária a mensuração dos esforços inovativos, o que é possível de diferentes formas: através dos dispêndios em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), *surveys*, inovações significativas, lançamentos de novos produtos, julgamentos de especialistas, composição de quadros técnicos e os registros de patentes, por exemplo. Esta última, de acordo com Tidd (2001), proporciona uma informação mais detalhada e de longo termo do que as anteriores, englobando maiores possibilidades de comparações com dados de países, da indústria, do campo tecnológico e de firmas, porém não deve ser a única: utilizar as patentes como referencial de invenções se torna uma forma limitada de instrumento comparativo voltado à inovação.

Desta forma, a exploração dos dados sobre patentes pode ser o primeiro passo para delinear as redes de inovação construídas entre diferentes ecossistemas. Através desta lógica, o registro de patentes não é somente um dado quantitativo; através da mineração das suas informações é possível analisar as práticas setoriais dos ambientes de inovação universitários e a pesquisa básica e aplicada desenvolvida. Além disso, identificar as interações entre

instituições com as citações de anterioridade-posterioridade e titularidade auxiliaria a compreensão das práticas em rede da inovação.

Sendo assim, através do mapeamento das patentes registradas em cada uma das três universidades, UFRGS, PUCRS e UNISINOS, busca-se identificar padrões organizacionais em redes sociotécnicas de inovação nos ambientes universitários, apropriando-se dos fundamentos da Teoria Ator-Rede (AKRICH; CALLON; LATOUR, 1988:2006)¹⁶. Ao trazer a ideia de que o lugar de produção da inovação é uma rede, este estudo considera as instituições presentes como nos de rede, tendo seus interesses representados através dos seus *porte paroles* (portavozes), responsáveis pela tradução dos elementos de sua instituição para as outras presentes (OLIVEIRA, 2008). Para a pesquisa são utilizadas as patentes indexadas na base de dados Orbit, da empresa Questel.

2 METODOLOGIA

O mapeamento exploratório deste artigo se aproxima dos fundamentos teóricos e empíricos da cienciometria e bibliometria em uma abordagem patentométrica (SCARTASSINI; MOURA, 2017). Para isso, utilizamos a plataforma Questel - Orbit para a coleta das patentes registradas nas Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A cobertura de publicações da Questel – Orbit é composta por 87 escritórios nacionais e 6 escritórios regionais (EPO, WIPO, OAPI, ARIPO, EAPO e CGC).

Na busca foram definidas as seguintes palavras-chave na categoria “depositantes”: para Universidade do Vale do Rio dos Sinos, o termo “UNISINOS”; para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o termo “UFRGS”; e para Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o termo “PUCRS”. Outras buscas foram feitas com termos presentes nos nomes das instituições de ensino superior para verificar possíveis variações e perdas – resultando nos termos citados anteriormente.

As buscas foram executadas no mês de agosto de 2018 e geraram três arquivos compreendendo as instituições. O termo “UNISINOS” resultou em 22 patentes registradas; a palavra “UFRGS” possibilitou a coleta de 465 patentes; e para “PUCRS” resultaram 132 patentes registradas. Um destaque para a busca “PUCRS”, que estava vinculado pela instituição

¹⁶ AKRICH, M.; CALLON, M.; LATOUR, B.. Sociologie de la Traduction. Disponível em: <<https://books.openedition.org/pressesmines/1181>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – a União Brasileira de Educação e Assistência Mantenedora da PUCRS.

A mineração das informações tecnológicas seguiram os seguintes filtros: período de depósito total e entre os anos de 2008 até 2018; citações feitas no texto da patente de outras patentes (interno); citações externas da patente das três universidades; primeira e última movimentação de registros; outros titulares que compartilham com as instituições (desconsiderando Pessoa Física) e as respectivas quantidades de depósitos com ano; e concentração geral de inventores.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados compõem uma abordagem de análise centralizadas nas patentes buscando desvelar informações qualitativas, tais como: titularidades, concentração de inventores e relações com grupos de pesquisa; e quantitativas (ver Apêndice A). A partir dos dados preliminares, é possível perceber que UNISINOS tem o primeiro registro de patente em 1979, com um total de 22 patentes, seguida pela UFRGS em 1990, com atualmente 465 patentes. A PUCRS possui seu primeiro registro em 2000, porém em uma análise de impacto sob a perspectiva de reconhecimento entre pares, a universidade apresenta entre 2008 até 2018 citações externas de 20%. As citações externas representam que as informações presentes nas patentes da PUCRS são utilizadas no desenvolvimento de outras patentes – ou por pesquisa de anterioridade, apresentando diferenciações para a nova patente, ou como parte da combinação de conhecimentos a partir dela.

A UFRGS dentre todas as instituições apresenta um número maior de registros depositados – 21 vezes maior que a UNISINOS e quase 4 vezes maior que PUCRS. Porém, só resultados nos indicadores de citações representam apenas 5% para externas e 9% para internas. Esta característica da UFRGS mostra um certo isolamento, podendo representar duas possibilidades. A primeira, que as patentes registradas são resultados de pesquisa básica e aplicada. A segunda, que os registros de patentes não geram impactos ou relevância.

Enquanto a PUCRS apresenta um maior aproveitamento em relação total de patentes e citações, o compartilhamento de titularidade com outras instituições é baixo. A universidade apresenta 12 instituições com co-titularidade, em sua maioria no Estado do Rio Grande do Sul. Esta característica local de interação relacionado com os setores das outras instituições – de Energia Elétrica – mostram que as parcerias de desenvolvimento de pesquisas, desenvolvimento e inovação (PD&I) seguem os dispositivos do Marco Regulatório da Agência

Nacional de Energia Elétrica e a contrapartida de investimento pela concessão pública (BARROS *et al.*, 2009).

Por conseguinte, as co-titularidades das patentes da UFRGS representam uma variedade nacional e internacional de instituições. Por suas características institucionais, uma universidade pública que desenvolve pesquisas básica e aplicada e com uma produção acadêmica de impacto nacional e internacional, a UFRGS tem uma rede maior de instituições parceiras que resultam no registro de patentes.

Em relação à concentração de inventores por patentes, podemos concluir que as três universidades apresentam resultados concentrados em registros com três ou mais inventores. Esse indicador representa o que na revisão da literatura sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) destaca em relação à cooperação. Na economia globalizada, os trabalhos coletivos e compartilhados possibilitam o desenvolvimento de novos conhecimentos que geram um impacto em inovação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou explorar as possibilidades presentes nas informações tecnológicas presente nas plataformas de registro de patentes. Como indicador mais popular, os registros de patentes são constantemente analisados através de perspectivas quantitativas – como presente no Manual de Frascati. Porém, o mapeamento destas informações através de uma abordagem em rede possibilita uma análise para além de dispêndio em PD&I e registro de patentes.

Encontram-se diferentes nuances institucionais de cada uma das três universidades da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), componentes da “Aliança para Inovação”. A Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS possui uma maior ação de co-titularidade com todo o Brasil, enquanto a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS apresenta uma aproximação entre Universidade-Empresa. Concomitantemente, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS apresenta um baixo impacto em relação às outras universidades.

REFERÊNCIAS

ARBIX, G. **Inovar ou inovar**: a indústria brasileira entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Papagaio, 2007..

BARROS, H.; CLARO, D.; CHADDAD, F. Políticas para a inovação no Brasil: efeitos sobre os setores de energia elétrica e de bens de informática. **Revista de Administração Pública – RAP FGV**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1459-1486, nov.-dez. 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

ETZKOWITZ, H. **Hélice tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em ação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

GAGLIO, G. **Sociologie de L’Innovation**. Paris: PUF, 2011.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo**: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 2005.
OLIVEIRA, L. **Sociologia da Inovação**. Lisboa: Celta, 2008.

PITEIRA, M. **Construção social da inovação**. Lisboa: Clássica Editora, 2014.

TIDD, J. Innovation management in context: environment, organization and performance. **International Journal of Management Reviews**, v.3, n. 3, p. 169–183, set./2001.

UFRGS. Formada aliança para transformar Porto Alegre em referência mundial em inovação. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/formada-alianca-para-transformar-porto-alegre-em-referencia-mundial-em-inovacao>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SCARTASSINI, V. B.; MOURA, A. M. M. Depósito de patentes no estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem patentométrica. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 42-59, abr. 2017.

VAMPIRISMO DO CAPITAL E ENDIVIDAMENTO - DELINEAMENTOS PARA UMA CONCEPÇÃO DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO SOB HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO

Émerson Pirola¹⁷

A relação entre capital e trabalho pode ser caracterizada como uma relação de “vampirismo”. Como Marx colocava, “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (2015, p. 307). Esse processo de sucção do trabalho vivo fica ainda mais claro em um contexto de exploração do trabalho difuso contemporâneo, que pode ser caracterizado pelas teses do “trabalho imaterial” ou do “biocapitalismo”, que conceituam o nome genérico de “pós-fordismo”, no qual a sociedade em geral é explorada. Nesse contexto o colocar do meio de trabalho pela parte do capital, como a concentração dos meios de produção em uma fábrica, tradicionais do período fordista, já não são mais o núcleo do processo de produção – aqui, o capital se distancia da produção e, cada vez mais, aparece como vampiro ou parasita. A exploração já não é a mesma que se apresentava no período da subsunção formal, do trabalho industrial, assalariado e formal. Ali a exploração do trabalho passava pela medida do valor através da separação entre tempo de trabalho necessário e mais-valor, definidos pelo tempo de trabalho formal. Essa medida entra em crise quando passa-se à chamada subsunção real – o que os autores de vertente (pós-)operaísta chamam de crise da lei do valor. Como coloca o economista Carlo Vercellone, “esta crise se apresenta sobretudo como uma crise da unidade de medida da métrica vigente que desestabiliza o próprio significado das categorias fundamentais da economia política: o trabalho, o capital, e, naturalmente, o valor” (2011, p. 115). Se antes o valor era extraído na exploração da força de trabalho em regime formal, localizável e medida, quando a produção se torna biopolítica o valor capitalista será retirado dessa produção difusa. A matemática Tatiana Roque chama a primeira forma, do trabalho fordista, de medida “extensiva”, na qual o valor é medido pelo tempo de trabalho da jornada de trabalho; e chama de “medida intensiva” essa valorização do trabalho difuso, sem jornada definida. Entretanto, a medida intensiva coloca o problema da medida: “Como medir o trabalho intensivo[?]. A isso chamamos aqui ‘crise da medida’” (2017, p. 187).

¹⁷ emerson.pirola@acad.pucrs.br

Mas afinal, como o capital expropria o valor produzido no e em comum? A financeirização é seu principal mecanismo. Como coloca Vercellone, “tudo se passa como se ao movimento de autonomização da cooperação do trabalho correspondesse um movimento paralelo de autonomização do capital” (2011, p. 134). Esse processo de autonomização encontra na finança um terreno ideal, visto que esta é “um instrumento capitalista adequado para expropriar a riqueza comum produzida, instrumento externo a ela e abstrato em relação ao processo de produção” (HARDT & NEGRI, 2016, p. 182). Vercellone dedica seu texto a mostrar como as finanças se tornam a forma principal de exploração e de acumulação capitalista após a crise da lei do valor: visto que a medida do valor na jornada de trabalho era o critério da exploração na forma do lucro, com sua crise o capital precisa encontrar outras formas de expropriação. Daí o título do trabalho de Vercellone: *A Crise da Lei do Valor e o Tornar-se Rentista do Lucro* (2011). A renda, ou o rentismo, são a forma hegemônica da acumulação capitalista diante da produção autônoma difundida pelo corpo social:

a rente [renda] se apresenta como um título de crédito ou um direito de propriedade sobre recursos materiais e imateriais que dá direito de propriedade sobre recursos materiais e imateriais que dá direito a um imposto sobre o valor a partir de uma posição de exterioridade em relação à produção (VERCELLONE, 2011, p. 121).

Enquanto o lucro é extraído da exploração do trabalho formal e da extração de mais-valor, a renda se dá de maneira capilar e através de circuitos diferentes, não ligados diretamente ao trabalho formal, através das valorizações da bolsa e da difusão das relações de débito e, por conseguinte, de juros. Andrea Fumagalli esclarece que, diante da necessidade constante de aumento da riqueza mundial direcionada para os mercados financeiros, o capital age de dois modos: um aumento exponencial do número de endividados e de relações de crédito e débito (condição extensiva); e uma “construção de novos instrumentos financeiros que se alimentem das trocas financeiras já existentes” (condição intensiva) (2011, p. 329).

Essa expansão do mercado financeiro, entretanto, não é casual: é antes a forma que o capital teve de procurar para manter, ainda que transformado, seu processo de acumulação, visto que a lei da medida do valor, diante da produção biopolítica e da subsunção real, se tornou ineficaz. Não é à toa termos visto, nas últimas décadas, um aumento exponencial da financeirização e das relações de débito e crédito. Segundo Vercellone, a explosão de crédito, acelerada a partir de 2002 nos EUA, por exemplo, tem uma função tripla: remediar com crédito a estagnação do consumo; “fornecer ao capital, por meio da acumulação de juros a cargo das famílias, uma nova fonte indireta de captura da mais-valor”; e criar, através do endividamento

generalizado, uma subjetividade dependente e conformada ao domínio capitalista (2011, p. 133). Nesse sentido, afirmando uma inextricabilidade entre comando e exploração, a difusão da exploração através do endividamento não é apenas uma forma indireta de exploração do trabalho, mas uma forma de comando e de poder sobre as subjetividades produtivas, sobre os trabalhadores. Para Maurizio Lazzarato (2017), esse sistema constitui uma máquina de “governo do homem endividado”, que articula a sujeição (assujeitamento), mobilizando os indivíduos enquanto seres responsáveis tanto por seu sucesso quanto por seu fracasso, com a servidão, que articula os corpos trabalhadores em redes de produção dominadas pelo sistema estado-capitalista.

Resta aprofundar, entretanto, os mecanismos que levam os trabalhadores ao endividamento. Como visto, a subsunção real acaba colocando toda a vida no jugo do capital, e toda a produção de vida lhe gera mais-valor, não mais centralmente através do lucro extraído pela relação salarial (formal), mas por uma série de mecanismos rentistas difusos e indiretos. A passagem para a subsunção real se reflete, também, em uma diminuição tendencial do trabalho formal de tipo clássico: o pleno emprego fordista e keynesiano, onde por vezes mantém-se o mesmo emprego e/ou profissão até a aposentadoria (realidade que nunca foi a norma no sul global), perde espaço para uma lógica de terciarização, terceirização e de contratos de serviço típicas do neoliberalismo - “uma das características do pós-fordismo é a de difundir socialmente o trabalho ao mesmo tempo em que o emprego formal diminui” (COCCO, 2000, p. 36). Outro ponto importante: a lógica do trabalho, mesmo o formal, é cada vez mais a da prestação de serviços com tempo determinado – nesse sentido, o trabalho em geral se terciariza (COCCO, 2014). O trabalho bioprodutivo – imaterial, afetivo, intelectual, reprodutivo –, por outro lado, na medida em que não distingue tempo de vida e tempo de trabalho, é explorado constantemente. Por exemplo, quando estudamos, utilizamos uma rede social (postamos uma foto com os amigos, compartilhamos uma música, produzimos um texto, compartilhamos um meme) ou quando nos engajamos, conscientemente ou não, nos circuitos produtivos relacionados às diferentes formas de vida – através do vestuário, do consumo, da frequência de determinados espaços etc. Todos esses elementos, porém, passando tanto pelo trabalho formal quando pelo informal, do trabalho “propriamente dito” e do trabalho que se confunde com a vida, exigem, para se tornarem possíveis e para se aperfeiçoarem, do acesso a diferentes recursos. Esses recursos, que fazem parte do que chamamos de “comum”, entretanto, não são de acesso livre, visto que o capital, em seu processo de apropriação, bloqueia, na medida em que lhe é viável, o acesso livre. Para acessar inúmeros conteúdos virtuais temos de pagar, contratar serviços etc.; além disso, precisamos pagar por um ponto de acesso à internet, por um

smartphone, um computador, por cursos de especialização, formação continuada etc. Podemos chamar, seguindo Cocco (2014, p. 90-91), essa situação de paradigma da “empregabilidade”. Tal paradigma consiste em manter-se sempre empregável, sempre atualizado, estudando, profissionalizando, acompanhando as modas, investindo em nossas relações sociais, afetivas etc. Todos esses elementos constituem o que podemos chamar, com Cocco (2014) e Negri & Hardt (2017), de “capital fixo” da era do trabalho imaterial, ou seja, os elementos necessários para a produção, elementos que as singularidades produtivas precisam ter acesso para poder produzir. Como o acesso a esses elementos é, em larga medida, bloqueado pelo comando do dinheiro e pela acumulação capitalista, privada e/ou pública, coloca-se no horizonte a necessidade do endividamento. Segundo Cocco, “a relação de débito e crédito substituiu a relação salarial na mobilização de um trabalho difuso que acontece diretamente na circulação das redes metropolitanas (de serviços e terceirização) e que coincide com a própria vida” (2014, p. 11). O endividamento tende a ser a situação normal ao se tornar a principal maneira de conseguir o capital fixo para conseguir trabalhar (vide, por exemplo, as enormes dívidas de crédito estudantil, seja por programas públicos ou privados); entretanto, como nos lembra Cocco, o emprego formal diminui na era da empregabilidade: endivida-se para ser empregável, mas nunca se é empregado (ao menos não da forma que se era no fordismo). A empregabilidade é o paradigma que coloca a necessidade de se manter empregável, constantemente, mas se manter empregável não é mesmo que ser empregado (2014, p. 90-91).

O tornar-se renda do lucro, a renda como principal meio de acumulação capitalista, que coloca o capital financeiro como hegemônico, tende a ser a principal forma de comando e exploração do trabalho contemporâneo. A expansão do crédito e a consequente expansão da dívida, em um nível privado e individual, coloca os endividados à mercê do poder, o que os coloca a trabalhar mais — “Hoje, a exploração se baseia principalmente não na troca (igual ou desigual), mas na dívida, ou seja, no fato de que 99 por cento da população está sujeita – deve trabalho, deve dinheiro, deve obediência – ao 1 por cento restante” (HARDT & NEGRI, 2014, p. 25). Dessa forma, a dívida não é meramente mecanismo de exploração, mas uma das principais formas de limitação da potência e de controle das subjetividades: “A dívida exerce um poder moral cujas armas principais são a responsabilidade e a culpa, que podem rapidamente se transformar em objeto de obsessão [...] O endividado é uma consciência desventurada, que transforma a culpa numa forma de vida” (HARDT & NEGRI, 2014, p. 22-23). É preciso endividar-se para poder trabalhar; é preciso trabalhar para poder pagar as dívidas. O ciclo se acumula.

Palavras chave: Exploração. Capital financeiro. Endividamento.

REFERÊNCIAS

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania** – Produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. **KorpoBraz** – Por uma política dos corpos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FUMAGALLI, Andrea. Nada será como antes: dez teses sobre a crise financeira. In: _____. e MEZZADRA S. (Orgs.). **A crise da economia global**. Mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos, Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, p. 321-351, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração**: Isto não é um manifesto. Tradução de Carlos Szlak. N-1 publications, 2014b.

_____. **Bem-Estar Comum**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.

_____. **Assembly**. New York: Oxford University Press, 2017.

LAZZARATO, Maurizio. **O Governo do homem Endividado**. Rio de Janeiro: n-1 editora, 2017.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política: Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROQUE, Tatiana. Comum, crise da medida e os impasses da subjetivação capitalista. In: SANTIAGO, Homero; TIBLE, Jean; TELLES, Vera (orgs.). **Negri no Trópico 23° 26' 14"**. Rio de Janeiro-São Paulo: Autonomia Literária, N-1 edições e Editora da Cidade, 2017, p. 181-190.

VERCELLONE, Carlo. A Crise da Lei do Valor e o Tornar-se Rentista do Lucro. – Apontamentos sobre a crise sistêmica do capitalismo cognitivo. In: FUMAGALLI, A. e MEZZADRA S. (Orgs.). **A crise da economia global**. Mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos, Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, p. 107-149, 2011.

DE VOLTA AO LOCAL: AGENTES E INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS NA AGENDA TECNOPOLE EM PORTO ALEGRE

Rodrigo Campos Dilelio¹⁸

O presente trabalho tem como escopo apresentar o núcleo teórico e problematização do projeto de tese referente ao estudo das instituições econômicas porto alegrenses no âmbito da execução do projeto Porto Alegre Tecnópole.

O projeto tem como tema a institucionalidade econômica desenvolvida no âmbito local, para executar o, inicialmente “projeto” e “posteriormente” o programa Porto Alegre Tecnópole, Apresenta-se como objeto de interesse sociológico a ação socialmente produzida pelos agentes e instituições porto alegrenses para fins de desenvolvimento econômico na cidade de Porto Alegre. O projeto Tecnópole foi concebido a partir do ano de 1993 e tornou-se operacional desde 1996 (MOREIRA, 1999).

O período é marcado por forte crise do estado e das chamadas políticas heterodoxas, com implicações importantes na forma da governabilidade e na pactuação entre as distintas organizações políticas que emergiram na esteira da redemocratização. A consequente limitação para planejar o desenvolvimento econômico e social no nível nacional decorrente, abre espaço às estratégias de superação da crise dos anos 1980 com base em acordos construídos entre segmentos importantes do empresariado nacional interessados na modernização da economia brasileira.

O projeto Porto Alegre Tecnópole começou como projeto (1994), e, com seus desdobramentos, continuou como forma “programa” constante na agenda de governo na Prefeitura de Porto Alegre ao menos até o ano de 2004. Entretanto, há evidências de que o Tecnópole segue inspirando o poder público municipal e instituições acadêmicas em 2018.

Esta *atualidade* do Projeto Tecnópole na agenda atual da cidade tem como contrapartida factual a realização da Aliança para Inovação (2018), iniciativa que reúne as três principais instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul (UFRGS, PUC e UNISINOS) além da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A esse respeito, a entrevista concedida pelo professor Jorge Audy, representante da PUCRS na “Aliança pela Inovação”, apresenta algumas características “fundantes” da iniciativa, grande parte delas relacionadas aos conceitos e

¹⁸ rodrigo_campos@hotmail.com

ambições constantes como “metas” do então Projeto Porto Alegre Tecnópolis. Afirma o professor Audy sobre o projeto: “une em torno de ações articuladas, empresas, entidades empresariais e outras instituições de educação tendo a inovação e o empreendedorismo como molas mestras(...); (visa) desenvolver um pacto que articule os principais agentes do desenvolvimento da cidade, da sociedade civil, das instituições de ensino, das empresas, do governo municipal em prol da agilização, da constituição de um ecossistema de inovação que atraia novos investimentos, que permita o surgimento, o florescimento de empresas locais, de *startups*, de novas empresas que tenham a tecnologia e a criatividade como os seus principais fundamentos”. (Zero Hora, 08/04/2018).

Em verdade, a cidade já dispunha de uma variedade de universidades, centros de pesquisa, laboratórios, um segmento empresarial diversificado e um governo municipal interessado em estimular o desenvolvimento econômico desde os anos 1980. Assim, o projeto fora pensado como forma de intensificar a interação entre estes agentes, especialmente a partir da implementação da Incubadora Tecnológica de Porto Alegre (IETEC), do *Trade Point*, da Rede Metrológica e da incubadora do Centro de Biotecnologia da UFRGS.

Para um (possível ou necessário?) esforço classificatório por meio de uma abordagem sociológica interessada na perspectiva dos agentes e das estruturas, o projeto Porto Alegre Tecnópolis possui algumas características fundamentais. Primeiro, trata-se de um esforço multi institucional, com o objetivo de aprimorar as condições locais de inserção competitiva no âmbito da produção de bens de serviços. Segundo, admite-se como projeto de *desenvolvimento em rede*, pois fora viabilizado a partir de parcerias que visaram a sustentabilidade regional do projeto com base no estabelecimento de Regiões de Potencial Tecnológico (REPOTS), instituídas para fins de aprimoramento da infraestrutura de ambientes urbanos capazes de sediar novos empreendimentos de base tecnológica (MOREIRA, 1999, p. 53). Exemplos diversos desta estratégia em rede, e portanto, descentralizada, são os parques tecnológicos da Região Metropolitana, no campus da Fundação de Ciência e Tecnologia, o “Cidade Saúde” (Polo Saúde), o Quarto Distrito (como polo de eletrônica e informática), o Triângulo (UFRGS, PUC, Restinga), o Polo de Informática de São Leopoldo, todos previstos no então projeto. Tomado em seu conjunto, o projeto criaria uma Tecnópolis-poli-nucleada.

Para identificar semelhanças inquestionáveis entre o Projeto Tecnópolis e a Aliança para Inovação, basta recuperar alguns dos objetivos originais do primeiro e cotejá-los com as informações preliminares reunidas na pesquisa exploratória. Primeiro, o caráter multifuncional do Projeto Tecnópolis, que visava evitar a transferência de empresas e indústrias para outras cidades, contrariando a tendência de fechamento de postos de trabalho, desvalorização do

mobiliário urbano, aumento da violência e criminalidade, migrações forçadas e não forçadas por motivação econômica (exemplificadas pela “fuga de cérebros” ou as migrações em busca de trabalho), dentre outras manifestações características dos períodos de crise econômica.

Problematização e hipótese de pesquisa

Num primeiro nível, a problematização projeta-se com interesse por saber quais mudanças e permanências seriam verificadas na execução desse programa e quais consequências poderiam ser admitidas do ponto de vista socioeconômico. Quais seriam os meios e os efeitos na ação no campo do desenvolvimento, com implicação no crescimento, descontadas as influências do quadro geral, que se nomina como seria a influência nacional ou internacional no ambiente econômico da cidade entre 1989 e 2016.

É importante considerar que aqui, o uso dos termos “desenvolvimento” e “crescimento” econômico não se ampara em razões conceituais. Eles estão posicionados no anteprojeto como sinônimos, pois em parte da literatura (NORTH, 2007) a ideia-força do argumento é justamente a interdependência entre os fenômenos do desenvolvimento e do crescimento econômico. Outra parte da literatura (PECQUEUR, 2012), por exemplo, admite o desenvolvimento econômico para alcançar o crescimento econômico, o que remete a uma atenção à dimensão processual que se expressa de modo diferenciado, dependendo a teoria mobilizada.

Quanto a ideia “descontadas as influências do quadro nacional e internacional”, admite-se que o ambiente econômico em nível nacional, nos anos 1990 por exemplo, pode ter restringido a capacidade de crescimento e desenvolvimento econômico da economia Porto Alegrense. O estado permanente de crise nos anos 1990 ou baixo crescimento foi bastante presente. Por seu turno, o período entre 2005 - 2012, a influência nacional e mesmo internacional poderá ter sido positiva.

Assim, a problematização passa a ser centralmente referenciada no interesse em explicar o porquê e por quais meios o programa Tecnópole mantém-se na agenda econômica da cidade. Para além disso, quais mudanças ocorreram no período? Houve mudanças significativas nas propostas, nos agentes e nas instituições da cidade? O que garante, afinal, a sua longevidade? Quais razões para sua permanência e quais seus efeitos concretos?

Considera-se como pressuposto, que a característica predominante da ação econômica é processual, difusa e voltada sobretudo às atividades intensivas em conhecimentos, com possível incremento no nível de emprego e diversificação de atividades no setor outrora

conhecido como terciário. É fato que disso dependeria a manutenção da posição competitiva da cidade perante outras municipalidades que também executam projetos ou “agendas” de desenvolvimento relacionadas a articulação entre agentes e instituições para fins de desenvolvimento econômico.

Hipótese

A hipótese que orienta a pesquisa é que a manutenção de uma agenda Tecnópole na cidade tem origem na ação habilidosa de agentes que atuam nas universidades, que além dos atributos pessoais, carregam consigo benefícios intrínsecos relacionados ao prestígio e perenidade das instituições aos quais estão vinculados. Nesse sentido, o que varia em termos de difusão de ações econômicas é tipo de engajamento e habilidades dispostas pelo Poder Público, em especial os agentes que atuam em nome do poder executivo municipal ou vinculados aos conselhos municipais relacionados à temática.

Os meios da ação econômica estão relacionados ao engajamento do poder público, bem como a mobilização de investimentos nas em infraestrutura, influenciando ainda em políticas de beneficiamento fiscal (por exemplo, via tributos e recuperação de áreas degradadas) para a difusão e/ou atração de empreendimentos econômicos.

REFERÊNCIAS

BOYER, Robert. **A teoria da regulação**. São Paulo: Nobel, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. In: A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANG, Há- Joon; EVANS, Peter (1999). **The role of institutions in economic change**. Paper prepared for the meeting of the “Other Canon” group Venice, Italy, January 13 - 14, 2000.

CHANG, Ha – Joon. **Políticas de desenvolvimento econômico: perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica**. In: Chutando a escada – a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. UNESP, São Paulo, 2004.

_____; **How to “do” a Developmental State**: political, organization and human resource requirements for the developmental state. In EDIGHEGI, O. (Ed). 2010.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **Administração Popular em Porto Alegre: uma experiência alternativa de Reforma do Estado na América Latina**. Rev, econ, contemp, 6 (2): 51-83, jul./dez, 2002.

FONSECA, Pedro Dutra. **Desenvolvimento não é sinônimo de intervencionismo**. Jornal Folha de São Paulo em 06/03/2016.

<<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/03/1746425-desenvolvimentismo-nao-e-sinonimo-de-intervencionismo.shtml>>.

Acesso em: 30 out. 20016.

GORDON, White. **Constructing a Democratic Developmental State**. Oxford University Press, 1998.

GUIMARÃES, Sônia Karam. **Desenvolvimento econômico-social e instituições no Brasil**. *Civitas*, Porto Alegre, v16, n. 2, p.259-284, abr.-jun. 2016.

HERRLEIN Jr., Ronaldo. **A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no século XXI**. Texto para Discussão IPEA, n. 1935. Brasília: IPEA, 2014.

FLIGSTEIN, Neil. **Habilidade Social e a Teoria dos Campos**. In: Martes, Ana Cristina Braga (Org.) *Redes e Sociologia Econômica*. São Carlos. Edufscar, 2009. P 69- 106.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, DOUGLAS. **Theorie of the fields**. Oxford University Press, 2012.

LOPES, Herton Castiglione. **Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North**. *Rev. Econ. Polit.* vol.33 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2013.

MOREIRA, Cássio Silva. **Porto Alegre Tecnópole: Uma estratégia de desenvolvimento**. Monografia apresentada como requisito à obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Econômicas. Agosto de 1999.

NORTH, Douglas; WALLIS, John Joseph; WEBB, Steven; WEINGAST, Barry. **Limited Access Orders in the Developing World: A New Approach to the Problems of Development**. The World Bank – Independent Evaluation Group. Country Relations Division, 2007.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **Sobre a relação indústria e urbanização**. *E-metropolis* nº 27, ano 7, dezembro de 2016.

PECQUEUR, Bernard. **PostFordisme, territoire et durabilité**. In: Inovação, Território e arranjos cooperativos. Org. PECQUEUR, Bernard; e GUIMARÃES, Sônia. Open Edition Press (Ministério da Educação – Governo Federal). Brasília, 2012.

PETER, Evans. **Estado como problema e solução**. Lua Nova, nov 28-29. São Paulo, 1993.
 POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. 2º Volume. Belo Horizonte; São Paulo, ed. Universidade de São Paulo, 1974.

SILVA, José Alderir. **Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro**. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 67-82, 2014.

SOARES, Paulo Alberto Rodrigues. **A Região Metropolitana de Porto Alegre nos (des) caminhos da metropolização brasileira.** *In:* Porto Alegre: Transformações na ordem Urbana. Org. FEDOZZI, Luciano; SOARES, Paulo Alberto Rodrigues. Observatório das Metrôpoles - Letra capital: Rio de Janeiro, 2016.

WEBER, Max. **Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica.** *In.:* Economia e Sociedade. Ed. 5^a. *In.:* Economia e Sociedade. Brasília, UNB, 2009, p.1-138.

WEBLEN, Thorstein. **A Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.** Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, São Paulo: 1965.

TRABALHOS DESTAQUE

Relação dos trabalhos indicados como *Trabalho Destaque* pelas coordenações dos GTs

GT	Trabalho	Autor(a)
Sociedade e Conhecimento	<i>Metáforas biológicas em meios digitais: uma abordagem ecossistêmica a partir de canais do YouTube</i>	Lucas Herzog
Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas	<i>Construindo referências para políticas públicas em contextos de crise no Brasil: uma análise de trajetórias</i>	Carla Michele Rech
Sociedade, Ruralidade e Ambiente	<i>Questão agrária, neoextrativismo mineral e o teatro da Hydro-alunorte na Amazônia paraense</i>	Andrey Henrique Figueiredo dos Santos
Trabalho e Sociedade	<i>A disputa identitária de trabalhadores metalúrgicos</i>	Eliane de Moura Martins
Violência, Conflitualidade, Direito e Cidadania	<i>Trouxinhas e pedrinhas: O embate entre os artigos 28 e 33 da Lei 11.343, a nova Lei de Drogas, no Rio Grande do Sul</i>	Liciane Barbosa de Mello
Sociedade e Economia	<i>Mapeamento de patentes: uma análise do potencial presente nas universidades da Aliança para Inovação</i>	Bruno Fu Petry e Bibiana Lenzi Nodari
Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência	<i>Qual a cor da representação política? As candidaturas negras e pardas nos pleitos de 2014 e 2016</i>	Tiago Alexandre Leme Barbosa e Bruno Marques Schaefer